

ARQUITETURA OU REVOLUÇÃO

Projeto Final de Arquitetura 2013-2014 | Sofia Santos Gregório



ARQUITETURA OU REVOLUÇÃO

Learning from the Satellite

PROJETO FINAL DE ARQUITETURA

Mestrado Integrado em Arquitetura (2009-2014)

Candidato: Sofia Santos Gregório

Orientadores:

VERTENTE PROJECTUAL:

José Neves – Professor Auxiliar Convidado do ISCTE-IUL

VERTENTE TEÓRICA:

Teresa Marquito Marat-Mendes – Prof. Auxiliar do ISCTE-IUL

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

AGRADECIMENTOS

À minha mãe. Ao meu pai. Pela paciência e apoio constante.

À avó Maria e ao avô Tarcísio. À avó Natividade e ao avô Alfredo. Pelo amor de segundos pais.

Aos meus primos, Martim e Carolina. Às tias. Pelos sorrisos.

Aos “amigos de Peniche”: Ana Paula, Zé Maria, Margarida, e aos outros que às vezes aparecem. Pela amizade de anos, e pelas horas de 3às. Ao Zé Carlos, pela sugestão de tema a desenvolver na componente teórica, assim como por todo o apoio e interesse, demonstrado.

Aos “amigos da banda”: Patricia, Ana Leonor, João. Pelas horas de festa, quer em trabalho, quer por livre vontade. Pela amizade. Pelo carinho.

Aos “amigos do ISCTE”, especialmente, à Carina, à Sara, ao Martim, à Fátima, aos homens da Sara, (...) a todos os companheiros de guerra. Pela amizade, força, alegria. Por estes 5 anos.

Ao professor José Neves. Pela orientação na componente projetual, especialmente, pela sinceridade. Ao professor Paulo Tormenta, que mesmo não tendo essa função, de orientador, soube prestá-la.

À professora Teresa Marat-Mendes. Pela orientação na componente teórica do trabalho. Pela amizade demonstrada e pelo apoio constante. Aos restantes professores do Laboratório de Urbanismo, professora Mafalda Sampayo e professor Rui Ricardo, pela motivação inicial prestada nas aulas de laboratório.

Aos restantes professores do DAU. Pelo conhecimento transmitido ao longo do meu percurso enquanto estudante de arquitetura do ISCTE-IUL.

À Câmara Municipal de Peniche. Nomeadamente, ao Sr. Presidente António Correia, à Sr. Arquiteta Etelvina Alves, e aos restantes elementos da Sala de Desenho do Departamento de planeamento e gestão urbanísticas. À Luísa Inês, do Jornal “A Voz do Mar”. Ao Sr. Rui Venâncio, do Museu Municipal de Peniche. Pela disposição em ajudar, na medida do possível na realização do presente trabalho, na sua componente teórica.

Por fim, ao Arquiteto Paulino Montez. Em vida soube tomar as decisões certas para que a sua obra não ficasse esquecida após a sua morte, e para que a componente teórica do presente trabalho pudesse se concretizar.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO

1. VERTENTE PROJECTUAL

Introdução

1. Workshop de arranque
2. Reconhecimento do território e estratégia proposta
3. Projecto Individual: Junta de Freguesia da Portela. Habitação

2. VERTENTE TEÓRICA

Introdução

1. Caracterização geral da obra do Arquitecto Paulino Montez
2. Estudos de Urbanismo em Portugal
3. O Concelho de Peniche: Planos Gerais de Urbanização
4. Análise de Resultados

Conclusão

Bibliografia

Anexos

3. BIBLIOGRAFIA GERAL

4. ANEXOS

1. Enunciado: Tema do ano
2. Vertente projectual: Enunciado do exercício de arranque e aquecimento
3. Vertente projectual: Enunciado do exercício anual (fase em grupo)
4. Vertente projectual: Enunciado do exercício anual (fase individual)
5. Vertente teórica: enunciado do laboratório de urbanismo

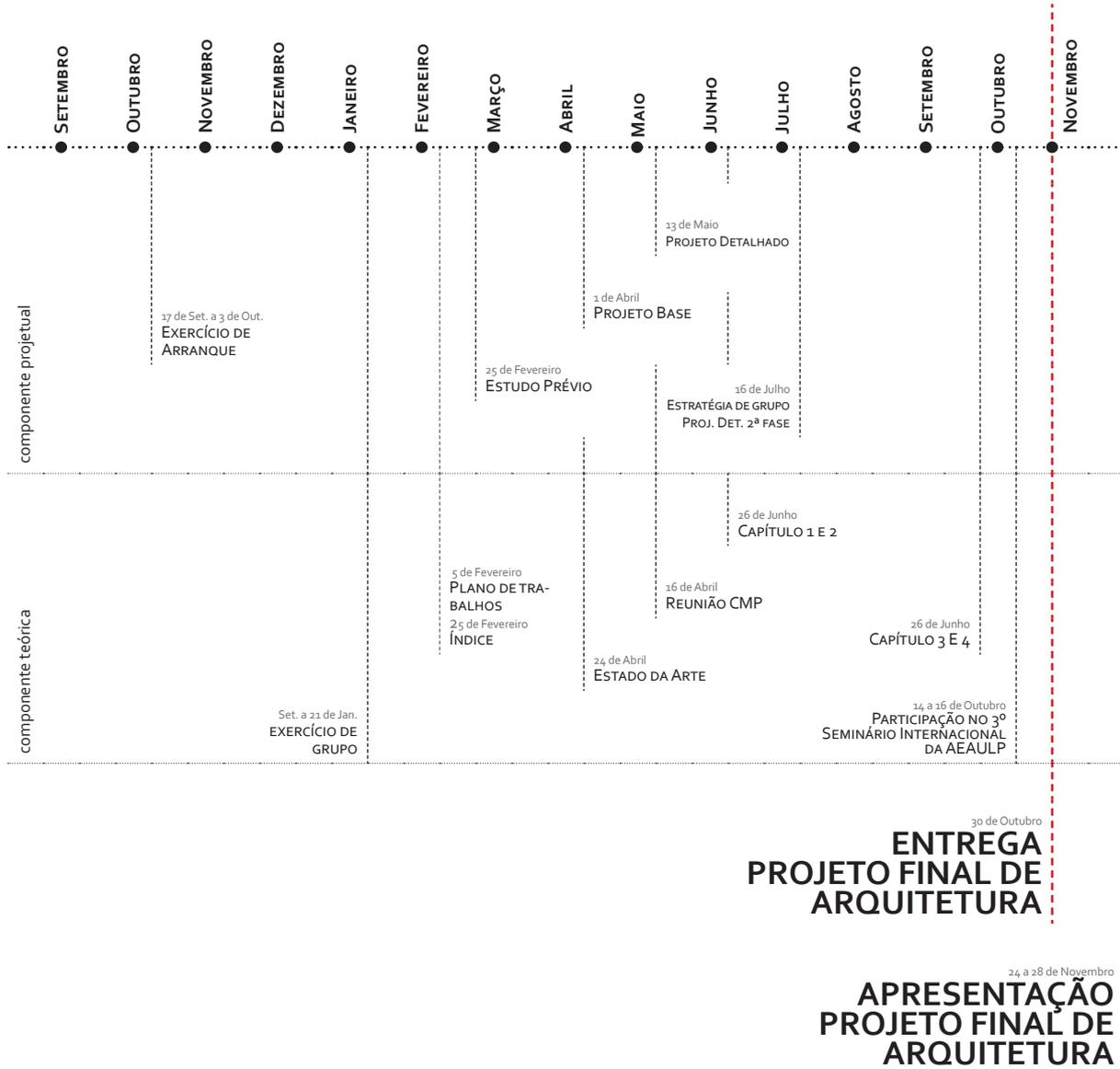
INTRODUÇÃO

Como “rampa de lançamento”, inicia-se o ano letivo com a expressão “Arquitetura ou Revolução” (Le Corbusier, 1998), referida por Le Corbusier inicialmente em 1923, ao se referir à “necessidade de recuperação do “equilíbrio rompido” entre as condições de vida das classes activas e as próprias cidades” (Pinto, 2013).

O projeto final de arquitetura (PFA), ao qual o presente trabalho diz respeito, encontra-se dividido em duas vertentes: a projectual, e a teórica.

A **vertente projectual**, inicia-se com a realização, em grupo, de um exercício de arranque, intitulado de: “A Representação do Espaço no Tempo do Space Shuttle Columbia”. Este tinha como objetivo (i) estimular uma aproximação ao tema geral de PFA de 2013-2013; (ii) Estabelecer um reconhecimento discursivo entre docentes e discentes; (iii) Debater processos de intervenção arquitectónico e urbano com base em condicionalismos pré-delineados; (iv) Promover relações entre leituras macro e micro do território de intervenção, associando-as a processos de representação do espaço. Pretendia-se que, sob um edifício selecionado pelo grupo, implantado nas áreas de expansão de Lisboa, e cujas características apontassem para uma obra pouco qualificada do ponto de vista arquitectónico, se elabora-se uma proposta de intervenção, cujo orçamento não ultrapassasse os 10.000 euros, que conferisse um nexu arquitectónico no edifício escolhido.

A segunda fase do trabalho, inicia-se com uma situação fictícia, “*E se toda a zona central da Portela de Sacavém fosse destruída por uma catástrofe?*” Apresenta como objetivo “avaliar criticamente os modelos subjacentes à arquitetura da cidade no final do século XX, pondo em relevo a tomada de uma posição ética no trabalho da arquitetura” (anexo C). Permite assim uma reflexão acerca do modo como o plano elaborado por Fernando Silva, no final dos anos 60, se enquadra na atualidade da Portela, e de como este viria a sua realidade sendo alterada, se todo o seu centro cívico simplesmente deixasse de existir. Para tal, numa primeira fase, sendo esta mais tarde revista, foi elaborado uma estratégia de intervenção, em grupo, onde se definem novas localizações para o equipamento existente no centro, e novas relações entre a Portela e a sua vizinhança. Nas seguintes fases, é escolhido um programa específico, para sobre este se desenvolver o projeto. Assim, é escolhida a Junta de Freguesia da Portela, associada a uma parte dedicada a habitação coletiva, ambos os programas, anteriormente, presentes no centro.



Foi escolhido o laboratório de urbanismo para dentro deste, e conseqüentemente, referente à temática do urbanismo, se desenvolver a **componente teórica** de Projeto Final de Arquitetura.

Numa primeira fase, foi realizado um exercício, em grupo, que permitiu tomar contacto com metodologias de análise de espaço público, assim como compreender quais os momentos que iriam fazer parte da investigação que posteriormente seria realizada, correspondendo esta à componente teórica do presente trabalho.

Numa segunda fase, realizou-se o trabalho principal desta vertente, intitulado de: “Estudos de Urbanismo em Portugal: O Concelho de Peniche”. Este trabalho pretende identificar, caracterizar e avaliar qual a influência do desenho urbano traçado pelo Arquitecto Paulino Montez para vários aglomerados do Concelho de Peniche. A escolha pelo caso de estudo de Peniche, deve-se a um fator pessoal, o de ser natural deste Concelho.

Do trabalho realizado na vertente teórica adquiriu-se conhecimentos, relativos ao desenho urbano, que serviram de inspiração na elaboração da proposta urbana para a Portela, desenvolvida essencialmente em estratégia de grupo.

Para uma melhor compreensão da relação temporal que se estabelece entre as diferentes fases do trabalho, nas duas vertentes, elaborou-se a timeline, apresentada ao lado.

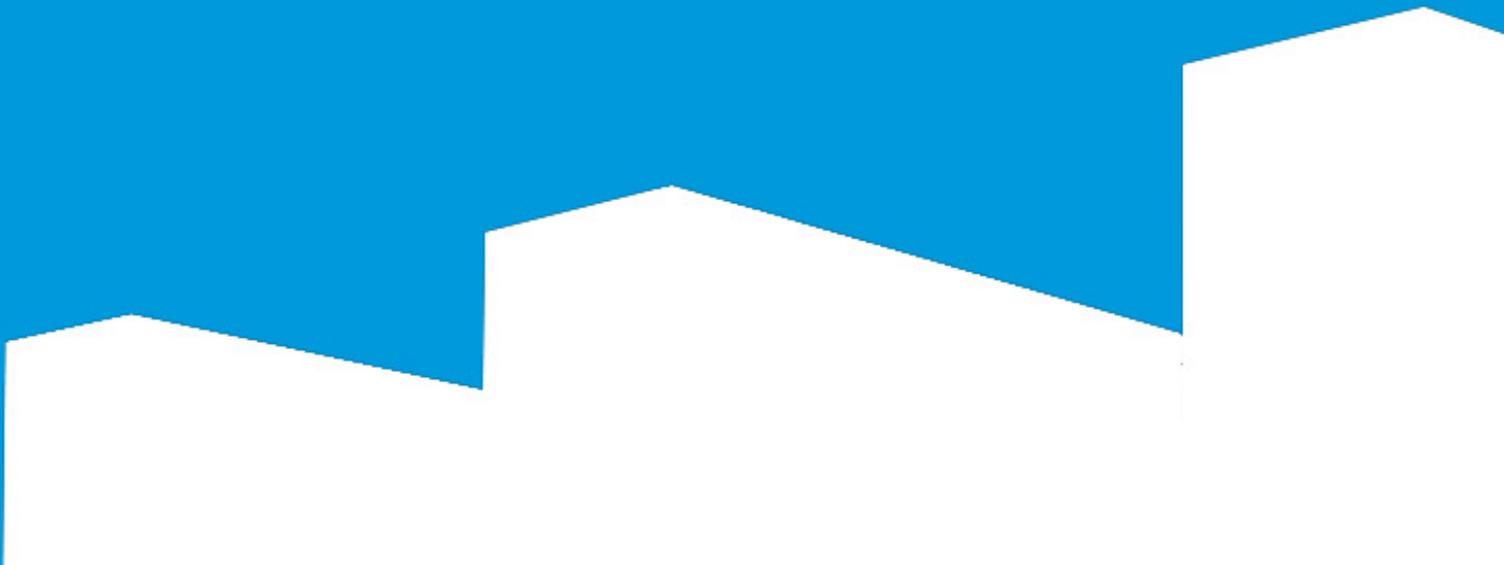


VERTENTE PROJECTUAL

Orientador: José Neves – Professor Auxiliar Convidado do ISCTE-IUL

AARQUITECTURA E A CIDADE

Learning from Satellite



ÍNDICE

025 **1** WORKSHOP DE ARRANQUE

1. Área Metropolitana de Lisboa: Suburbanização
2. Póvoa de Santo Adrião
3. Edifício a intervir: relação com a envolvente
4. Proposta intervenção

049 **2** PORTELA DE SACAVÉM:

1. O plano de urbanização da Portela
2. A Portela nas suas relações com a envolvente
3. Estratégia de intervenção | **3.1** Localização de novos equipamentos | **3.2** Desenho do espaço público

081 **3** PROJETO INDIVIDUAL

1. O local de intervenção
2. O programa
3. O processo de concepção
4. O projeto

ÍNDICE DE FIGURAS

- 026 **Figura 1.1** - Almada
fonte: http://almadalmada.blogspot.pt/2012/05/coisas-de-almada-e-de-gente-que-viveu-e_23.html (acedido em Outubro de 2013)
- Figura 1.2** - Calçada de Carriche
fonte: <http://publico.pt/local/noticia/dois-feridos-em-incendio-num-apartamento-em-lisboa-1327588> (acedido em Out. 2013)
- Figura 1.3** - Barreiro
fonte: <http://www.adn-agenciadenoticias.com/2012/09/barreiro-veta-reorganizacao.html> (acedido em Outubro de 2013)
- Figura 1.4** - Odivelas
fonte: <http://www.panoramio.com/user/833635/tags/Odivelas> (acedido em Outubro de 2013)
- 028 **Figura 1.5** - Igreja de Nossa Senhora da Anunciação, Paróquia da Póvoa de Santo Adrião
fonte: <http://www.paroquiapsadriao.com/historia.html> (acedido em Outubro de 2013)
- Figura 1.6** - Póvoa de Santo Adrião, rua periférica
fonte: google street view (acedido em Outubro de 2013)
- 029 **Figura 1.7** - Póvoa de Santo Adrião, rua interior
fonte: google street view (acedido em Outubro de 2013)
- Figura 1.8** - Póvoa de Santo Adrião em festa
fonte: google street view (acedido em Outubro de 2013)
- 030 **Figura 1.9** - Envolvente do local de intervenção: distribuição de funções
- 032 **Figura 1.10** - Identificação na envolvente de edifícios com a mesma representação arquitetónica
fonte: esquema realizado com base em imagem do Bing Maps
- Figura 1.11** - Identificação de edifícios com a mesma representação arquitetónica do escolhido para intervenção
- Figura 1.12** - Edifício com a mesma representação arquitetónica do escolhido para intervenção
- Figura 1.13** - Identificação, a vermelho, das vias dedicadas ao percurso automóvel, e a amarelo, ao pedonal
- 033 **Figura 1.14** - Edifício a intervir: galeria de distribuição
- Figura 1.15** - Edifício a intervir: galeria de distribuição
- Figura 1.16** - Edifício a intervir: galeria de distribuição

Figura 1.17 - Edifício a intervir: átrio de entrada

Figura 1.18 - Edifício a intervir: identificação a vermelho da galeria de distribuição

034 Figura 1.19 - Processo evolutivo

036 Figura 1.20 - Processo evolutivo: maqueta

037 Figura 1.21 - Processo evolutivo: desenho em planta de diferentes propostas

038 Figura 1.22 - Planta: existente

039 Figura 1.23 - Planta: proposta

040 Figura 1.24 - Alçado norte

041 Figura 1.25 - Alçado poente

042 Figura 1.26 - Alçado sul

043 Figura 1.27 - Alçado nascente

044 Figura 1.28 - Corte

045 Figura 1.29 - Corte

046 Figura 1.30 - Maqueta esc.: 1/50

047 Figura 1.31 - Maqueta esc.: 1/100

050 Figura 2.1 - Contraste de escalas

Fonte: Farinha, 1995.

Figura 2.2 - Portela, 1960.

Fonte: Coelho, 2010, p.28.

Figura 2.3 - Fotografia aérea

Fonte: Bing Maps, 2010.

052 Figura 2.4 - Sobreposição entre cartografia de 1960 e plano de urbanização da Portela.

Figura 2.5 - Plano Urbanização da Portela, Janeiro 1969.

053 Figura 2.6 - Plano Urbanização da Portela, Maio 1979.

Figura 2.7 - Plano Urbanização da Portela, 2009.

- 054 [Figura 2.8](#) - Relação viária com a Cidade de Lisboa e com a margem sul do Rio Tejo.
- 056 [Figura 2.9](#) - “Portela Ilha” - barreiras e limites da Portela
- 058 [Figura 2.10](#) - Plano Director Municipal
Adaptado de: Câmara Municipal de Lisboa 'Planeamento Urbano' [Em linha]. Disponível em < <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal>> (Acedido em 2 de Agosto 2014) e de Câmara Municipal de Loures 'Plano Director Municipal' [Em linha]. Disponível em < [http://geoweb.cm-loures.pt/LouresDigital/\(S\(pjlb55knfgarbfz-4b0055\)\)/MapView/SectionsViewer.aspx?id=5](http://geoweb.cm-loures.pt/LouresDigital/(S(pjlb55knfgarbfz-4b0055))/MapView/SectionsViewer.aspx?id=5)> (Acedido em 2 de Agosto de 2014).
- 060 [Figura 2.11](#) - Distribuição de Funções
- 062 [Figura 2.12](#) - Estrutura Verde
- 064 [Figura 2.13](#) - Local de intervenção proposto: Rua Mouzinho de Albuquerque.
[Figura 2.14](#) - Local de intervenção proposto: Jardim Almeida Garret.
[Figura 2.15](#) - Local de intervenção proposto: Junta de Freguesia da Portela e habitação.
[Figura 2.16](#) - Local de intervenção proposto: Junta de Freguesia da Portela e habitação.
- 066 [Figura 2.17](#) - Local de intervenção: Avenida do Ralis.
[Figura 2.18](#) - Local de intervenção: Avenida do Ralis.
[Figura 2.19](#) - Local de intervenção proposto: Escola Básica e Jardim de Infância da Portela.
[Figura 2.20](#) - Local de intervenção proposto: Escola Básica e Jardim de Infância da Portela.
- 068 [Figura 2.21](#) - Local de intervenção proposto: Piscina Municipal da Portela.
[Figura 2.22](#) - Local de intervenção: proposta de ligação entre a Portela e a Biblioteca.
[Figura 2.23](#) - Local de intervenção proposto: Biblioteca.
[Figura 2.24](#) - Parque do Tejo e do Trancão. PROAP, 1994-2004.
- 072 [Figura 2.25](#) - Proposta de espaço público - centro
- 073 [Figura 2.26](#) - Desenho de equipamentos urbanos integrados na quadricula de 5mx5m.
- 074 [Figura 2.27](#) - Estratégia de intervenção - Planta proposta.
- 076 [Figura 2.28](#) - Planta - Identificação dos Cortes.
[Figura 2.29](#) - Corte A-A' - Situação existente.

- Figura 2.30 - Corte A-A' - Situação proposta
- 077 Figura 2.31 - Corte B-B' - Situação existente
- Figura 2.32 - Corte B-B' - Situação proposta
- Figura 2.33 - Corte C-C' - Situação existente
- Figura 2.34 - Corte C-C' - Situação proposta
- 078 Figura 2.35 - Corte D-D' - Situação existente
- Figura 2.36 - Corte D-D' - Situação proposta
- Figura 2.37 - Corte E-E' - Situação existente
- Figura 2.38 - Corte E-E' - Situação proposta
- 079 Figura 2.39 - Maqueta conceptual | esc.: 1/10000
- Figura 2.40 - Maqueta estratégia | esc.:1/1000
-
- 082 Figura 3.1 - Local de intervenção: relação com as intervenções definidas em estratégia de grupo.
- 084 Figura 3.2 - Planta implantação -situação atual | esc.: 1/2000
- 085 Figura 3.3-3.10 - Local de intervenção
- 086 Figura 3.11 - Organização programática
- 088 Figura 3.12 - Implantação - estudos
- 090 Figura 2.13 - Organização funcional - estudos
- 092 Figura 2.14 - Fachada - estudos
- 093 Figura 2.15 - Circulação interior e exterior - estudos
- 094 Figura 2.16 - Edifício Copan
Fonte: <http://www.pinterest.com/pin/97812623126936883/> (acedido em Setembro de 2014)
- Figura 2.17 - Edifício Copan
Fonte: <http://media-cache-ako.pinimg.com/originals/f9/0a/87/f90a8798b8f2fb2e2d5297d3f8c1788f.jpg> (acedido em Setembro de 2014)
- Figura 2.18 - Edifício Copan

Fonte: http://www.institutopinheiro.org.br/o-roteiro-de-obras-de-oscar-niemeyer-em-sao-paulo/#.VDugp_nF_X4 (acedido em Setembro de 2014)

Figura 2.19 - Edifício Copan

Fonte: http://www.istoe.com.br/reportagens/256104_POR+QUE+O+BRASIL+NAO+CONSEGUE+BAIXAR+A+CONTA+DE+LUZ+ (acedido em Setembro de 2014)

Figura 2.20 - Edifício Copan

Fonte: <http://cargocollective.com/cooperativa/Copan-Building-Brasil> (acedido em Setembro de 2014)

Figura 2.21 - Elogio do horizonte

Fonte: <http://www.esculturaurbana.com/paginas/chioo1.htm> (acedido em Setembro de 2014)

Figura 2.22 - Elogio do horizonte

Fonte: <http://vaumm.blogspot.pt/2011/11/elogio-del-horizonte.html> (acedido em Setembro de 2014)

095 Figura 2.23 - Colina de Camões

Fonte: http://estaticoso3.elmundo.es/elmundo/imagenes/2009/07/17/1247847611_o.jpg (acedido em Setembro de 2014)

Figura 2.24 - Colina de Camões

Fonte: <http://umpigodeluz.blogspot.pt/2012/05/anfiteatro-colina-de-camoes-coimbra.html> (acedido em Setembro de 2014)

Figura 2.25 - Escola superior de arte e design

Fonte: <http://www.gazetacaldas.com/wp-content/uploads/2011/09/esad1.jpg> (acedido em Setembro de 2014)

Figura 2.26 - Escola superior de arte e design

Fonte: <http://www.esad.ipleiria.pt/index.php?id=494> (acedido em Setembro de 2014)

Figura 2.27 - Escola superior de arte e design

Fonte: [http://www.betar.pt/upload/photo/1311692704ESAD%20\(2\).JPG](http://www.betar.pt/upload/photo/1311692704ESAD%20(2).JPG) (acedido em Setembro de 2014)

Figura 2.28 - Escola superior de arte e design

Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_HMENrWKxEpw/RI532REsOVI/AAAAAAAAAu8/MIGRWBtv7DU/s1600-h/Digitalizaroo05.jpg (acedido em Setembro de 2014)

096 Figura 2.29 - Edifícios Robin Hood Gardens

Fonte: <http://www.treehugger.com/sustainable-product-design/new-york-times-critic-visits-robin-hood-gardens.html> (acedido em Setembro de 2014)

Figura 2.30 - Edifícios Robin Hood Gardens

Fonte: http://data3.blog.de/media/910/2188910_f621fdb25_m.jpeg (acedido em Setembro de 2014)

Figura 2.31 - Edifícios Robin Hood Gardens

Fonte: http://farm4.staticflickr.com/3035/2930889101_587478c355_z.jpg (acedido em Setembro de 2014)

[Figura 2.32](#) - Edifícios Robin Hood Gardens

Fonte: French, H., (2009), Os + importantes conjuntos habitacionais do século XX. Brochado. (acedido em Setembro de 2014)

- 097 [Figura 2.33](#) - Plantas, cortes e alçados - estudos
- 098 [Figura 2.34](#) - Plantas, cortes e alçados - estudos
- 099 [Figura 2.35](#) - Plantas, cortes e alçados - estudos
- 100 [Figura 2.36](#) - Maqueta de estudo | esc.: 1/500
[Figura 2.37](#) - Maqueta de estudo | esc.: 1/500
- 101 [Figura 2.38](#) - Contraste de escalas
[Figura 2.39](#) - Maqueta de estudo | esc.: 1/200
[Figura 2.40](#) - Maqueta de estudo | esc.: 1/500
- 102 [Figura 2.41](#) - Maqueta de estudo | esc.: 1/500
[Figura 2.42](#) - Maqueta de estudo | esc.: 1/500
- 103 [Figura 2.43](#) - Maqueta de estudo | esc.: 1/100
- 106 [Figura 2.44](#) - Alçado Avenida do Ralis - situação existente | esc. 1/2000
[Figura 2.45](#) - Alçado Avenida do Ralis - proposta | esc. 1/2000
[Figura 2.46](#) - Alçado norte - situação existente | esc. 1/2000
[Figura 2.47](#) - Alçado norte - proposta | esc. 1/2000
- 107 [Figura 2.48](#) - Planta de implantação | esc. 1/2000
- 109 [Figura 2.49](#) - Planta de cobertura | esc. 1/1000
[Figura 2.50](#) - Planta do 3º nível | esc. 1/1000
- 111 [Figura 2.51](#) - Planta do 2º nível | esc. 1/1000
[Figura 2.52](#) - Planta do 1º nível | esc. 1/1000
- 113 [Figura 2.53](#) - Planta térreo | esc. 1/1000
- 115 [Figura 2.54](#) - Planta nível -1 | esc. 1/1000
[Figura 2.55](#) - Planta nível -2 | esc. 1/1000

- 117 [Figura 2.56](#) - Junta de Freguesia - planta 3º nível | esc. 1/500
- 119 [Figura 2.57](#) - Junta de Freguesia - planta 2º nível | esc. 1/500
- 121 [Figura 2.58](#) - Junta de Freguesia - planta 1º nível | esc. 1/500
- 123 [Figura 2.59](#) - Junta de Freguesia - planta térreo | esc. 1/500
- 125 [Figura 2.60](#) - Corte transversal | esc. 1/500

Nota: consideram-se de autoria própria todas as fontes não identificada



WORKSHOP DE ARRANQUE

REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO NO TEMPO DO SPACE SHUTTLE COLUMBIA

grupo de trabalho: Carina Silvestre, José Urbino Santos, Micael Abreu, Sara Albuquerque, Sofia Gregório

“À medida que se foi ampliando a capacidade de observação do globo terrestre, através dos satélites colocados no espaço, também as relações globais se foram estreitando, aproximando todos os territórios terrestres. As comunicações entre os povos virtualizaram-se na complexidade das diversas redes que, numa dimensão planetária, acabaram por envolver o mundo. Este fenómeno provocou uma relativização das autenticidades culturais e uma metamorfose das relações humanas com o espaço”.

Enunciado exercício de arranque e aquecimento (anexo 2)



[fig. 1.1] Almada

[fig. 1.2] Calçada de Carriche (Lisboa)

[fig. 1.3] Barreiro

[fig. 1.4] Odivelas

1. Área Metropolitana de Lisboa: Suburbanização

O crescimento de muitas cidades, depois da II Guerra Mundial determinou o desenvolvimento dos subúrbios. Apesar de esta situação caracterizar muitas das cidades mundiais, foi nas cidades norte americanas onde o processo teve particular importância. Os apoios estatais à habitação, novos eixos viários e as inovações tecnológicas, diminuíram as distâncias e permitiram novos bens acessíveis às famílias. Os americanos apresentaram grande mobilidade residencial, os motivos da mudança de residência estavam associados às suas necessidades, desejos e aspirações (Rossi, 1955). Os residentes que saíram foram o resultado da mudança na sociedade e na estrutura de classes.

A nível nacional, e a uma escala muito inferior ao resto do mundo, foi em redor de Lisboa e do Porto que primeiramente se deu este processo de suburbanização. Até aos anos 50 a população da Área Metropolitana de Lisboa, encontrava-se maioritariamente junto dos centros urbanos. Foi após os anos 50, fortemente marcados pela industrialização em Portugal, e pelo abandono do meio rural que o crescimento da cidade e periferias se deu.

Após o 25 de Abril de 1974, com a entrada de população oriunda das antigas colónias portuguesas em África, a AML viu alterada as suas dinâmicas territoriais. Lisboa aumentou os seus residentes, e a periferia viveu novos processos de crescimento.

A grande necessidade de alojamento e a deficiência de resposta, levou ao recurso da construção ilegal que se tornou num flagelo que as administrações autárquicas actualmente ainda não conseguiram eliminar, apesar de um esforço sério de construção social que têm vindo a desenvolver. Este processo de suburbanização tem conduzido à saída de população em idade activa do centro da cidade. As necessidades de habitação de muitas famílias encontraram resposta nas ofertas imobiliárias na periferia, muitas vezes ausentes de políticas urbanas que respondessem às necessidades de infra-estruturas e equipamentos colectivos adequados às necessidades, o que estimulou um crescimento metropolitano desordenado, desqualificado em termos sociais e urbanísticos.

► Aparece nos mapas, com o nome de **Póvoa**, integrante da **Freguesia de Loures**. Constituída na altura por um pequeno conjunto de casarios de camponeses que dividiam a sua actividade agrícola com a exploração piscatória no Rio Trancão. O núcleo habitacional desenvolvia-se ao longo da Estrada Real (actual EN8) e da Ribeira.

séc. XV

► Criada como **Freguesia da Póvoa de Loures**. Em meados do século, após a freguesia se ter tornado autónoma, adopta o nome do seu orago, ou seja, **Santo Adrião**.
Construção da Igreja Matriz.

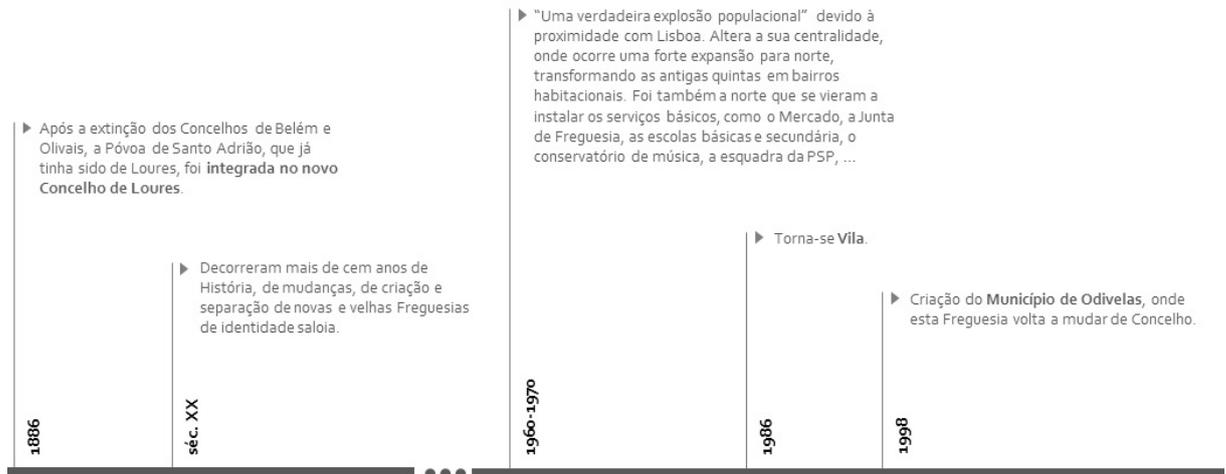
séc. XVI

► Passou para o domínio do **Concelho dos Olivais**, aquando da extinção do Termo de Lisboa (amplo território de primordial importância para a capital do reino, pois dele provinham os mantimentos).

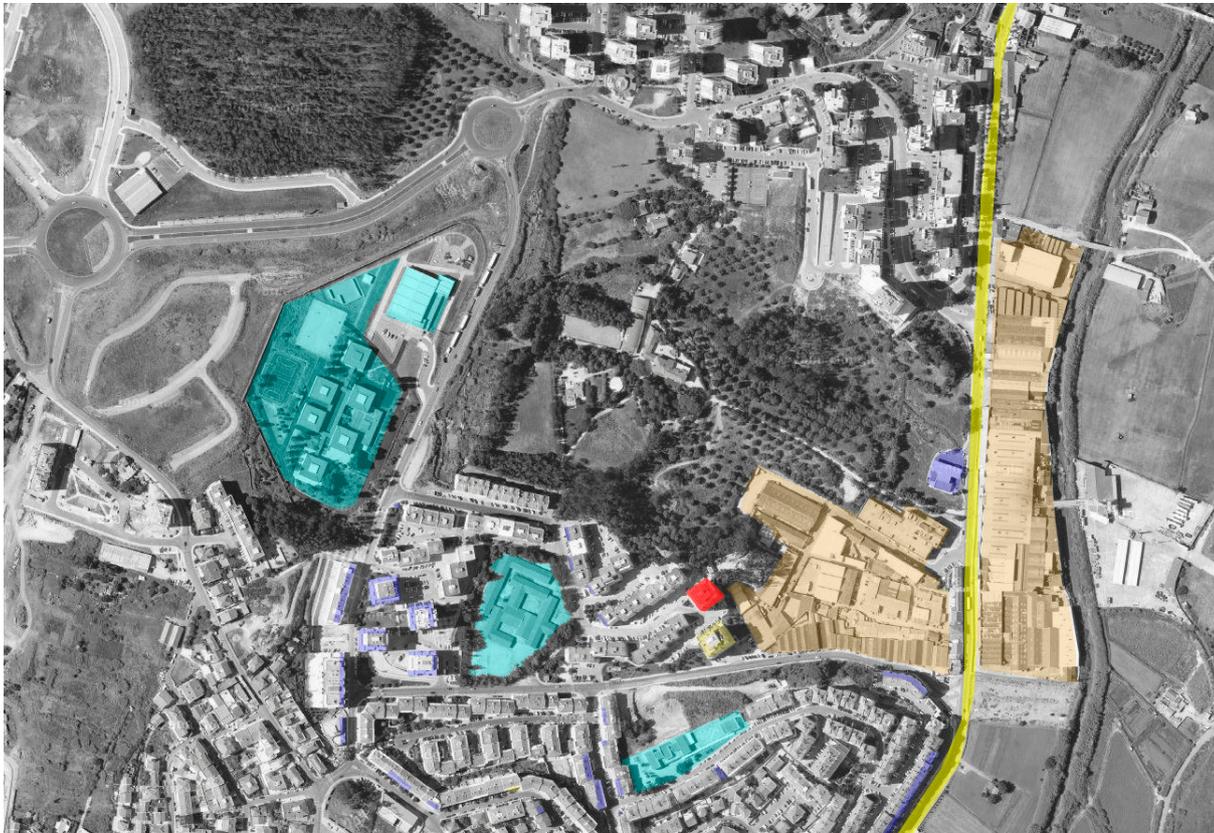
1852

2. Póvoa de Santo Adrião





Igreja de Nossa Senhora da Anunciação, Paróquia da Póvoa de Santo Adrião [\[fig. 1.5\]](#)
 Póvoa de Santo Adrião, rua periférica [\[fig. 1.6\]](#)
 Póvoa de Santo Adrião, rua interior [\[fig. 1.7\]](#)
 Póvoa de Santo Adrião em festa [\[fig. 1.8\]](#)



[fig. 1.9] Envolvente do local de intervenção: distribuição de funções
Zona industrial (amarelo torrado) | Equipamentos (azul claro) | Saúde (amarelo) | Comércio (azul escuro) | Local de intervenção (vermelho)

3. Edifício a intervir: relação com a envolvente

O edifício escolhido para intervenção localiza-se na freguesia da Póvoa de Santo Adrião, pertencente ao concelho de Odivelas, uma das áreas de expansão de Lisboa e insere-se perto da zona industrial da Póvoa de Santo Adrião.

Nesta zona encontram-se maioritariamente oficinas e habitações colectivas de alta densidade. A nível de ruído não se notam grandes problemas pois este é quase inexistente ou é atenuado pela vegetação envolvente. Visualizam-se também alguns edifícios semelhantes que deverão ter sido construídos na mesma data ou pertencendo ao mesmo projecto, mas observa-se que não fazem parte do mesmo conjunto por se localizarem em pontos diferentes. Foram ainda encontrados dois edifícios muito semelhantes a outros dois, dos quais faz parte o edifício escolhido.

A construção deste data de 1985, tendo sido pintado recentemente. Contudo, aparenta ser uma obra pouco qualificada do ponto de vista arquitectónico quando se observa a estrutura do edifício, onde os pilares constituintes possuem diferentes tamanhos e diferentes afastamentos, assim como uma galeria destinada para uso comercial, em que a relação entre largura e altura é desproporcional e onde actualmente dois dos espaços destinados para comércio estão abandonados, sendo que um deles nunca chegou a ser utilizado, levando à reflexão e pondo em causa a localização de comércio naquele local, tendo em conta as características do edifício e da sua envolvente.

Possui uma galeria no piso 0, garagens nos piso -1 e -2 e uma cobertura com terraço percorrível. O átrio de entrada ocupa a mesma largura da caixa de escadas tendo umas dimensões muito reduzidas. O embasamento do edifício leva a querer que não se deu muita importância às diferenças de cotas no terreno, sendo que no nível de entrada para o piso 0 foram acrescentados alguns degraus e os níveis inferiores foram aproveitados para estacionamento.

O objecto de estudo implanta-se numa cota mais alta em relação à envolvente, funcionando assim com miradouro. O alçado Norte, com menos privilégios em relação às vistas da envolvente, tem uma estrada adjacente, localizando-se neste a entrada principal para as habitações.

Em relação aos acessos, os mais privilegiados e facilitados são destinados ao automóvel, enquanto que os acessos pedonais são pouco qualificados, sendo estes caracterizados por grandes desníveis.

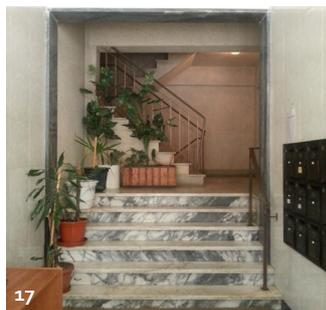


[fig. 1.10] Identificação na envolvente de edifícios com a mesma representação arquitetónica;

[fig. 1.11] Edifício com a mesma representação arquitetónica do escolhido para intervenção;

[fig. 1.12] Edifício com a mesma representação arquitetónica do escolhido para intervenção;

[fig. 1.13] Identificação, a vermelho, das vias dedicadas ao percurso automóvel, e a amarelo, ao pedonal.



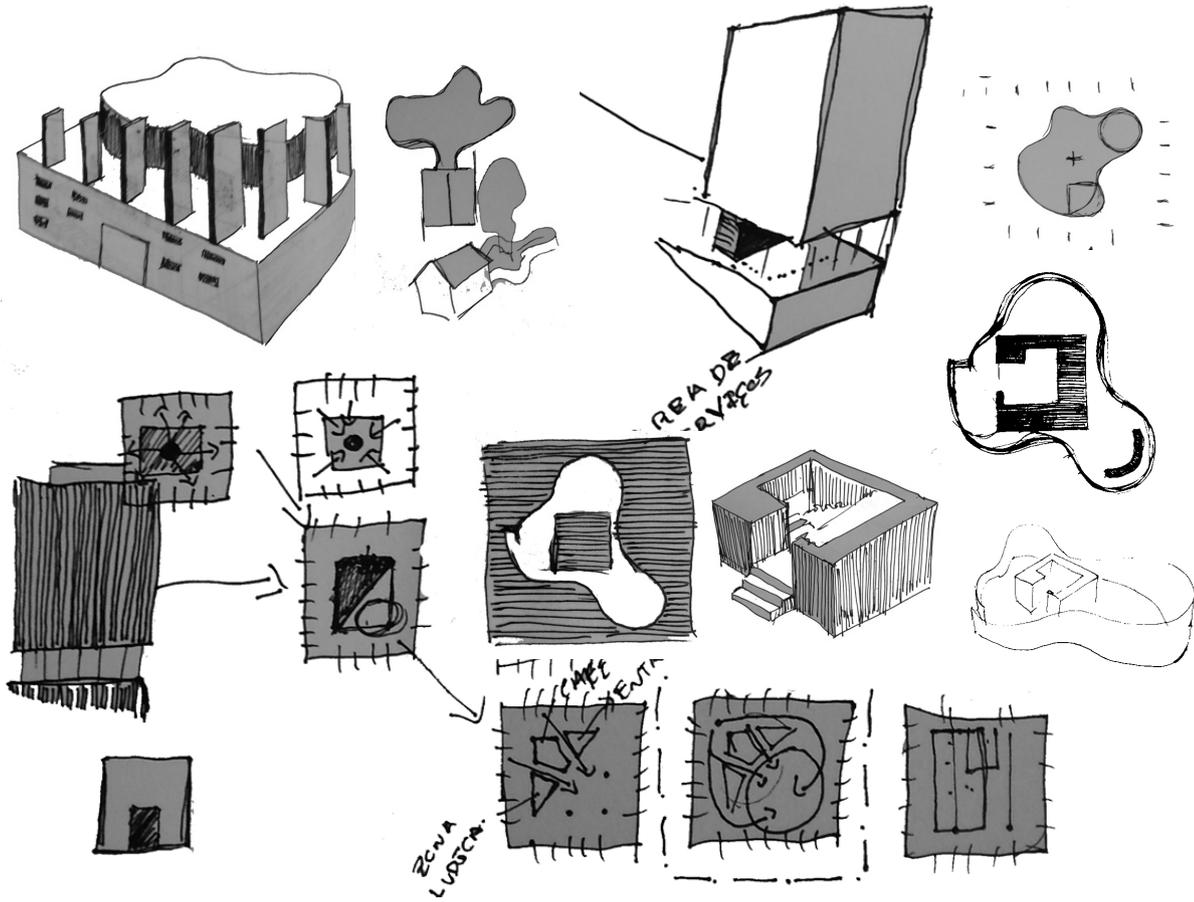
[fig. 1.14] Edifício a intervir: galeria de distribuição;

[fig. 1.15] Edifício a intervir: galeria de distribuição;

[fig. 1.16] Edifício a intervir: galeria de distribuição;

[fig. 1.17] Edifício a intervir: átrio de entrada;

[fig. 1.18] Edifício a intervir: identificação a vermelho da galeria de distribuição.



[fig. 1.19] Processo evolutivo.

4. Proposta de intervenção

A proposta de intervenção incide sobre a requalificação do espaço da galeria do edifício confinada no R/C e complementada por espaços de comércio que, actualmente se encontram parcialmente abandonados ou pouco usados, assim como o espaço exterior, cujas proporções da galeria apenas permitem circulação e não permanência.

Deste modo, pretende-se uma reconfiguração, transformando o espaço num “organismo vivo” que aposte fundamentalmente na renovação do exterior privilegiando desta vez o convívio e a permanência e melhorando o espaço de entrada nas suas dimensões.

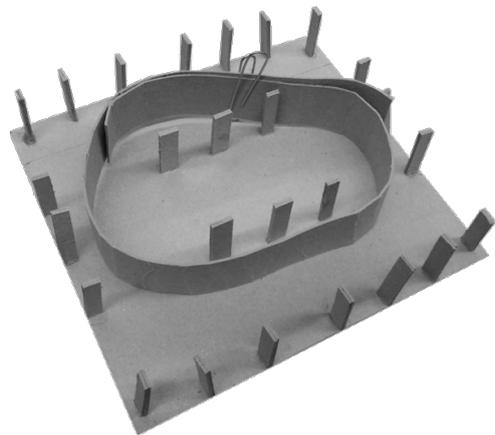
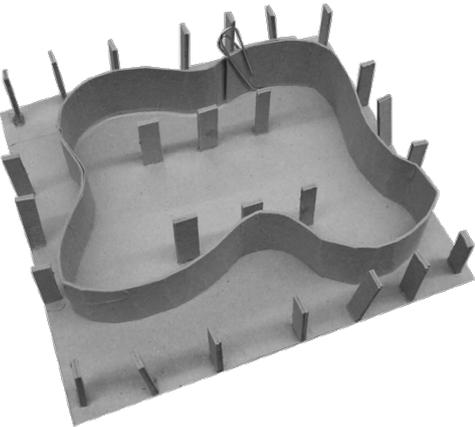
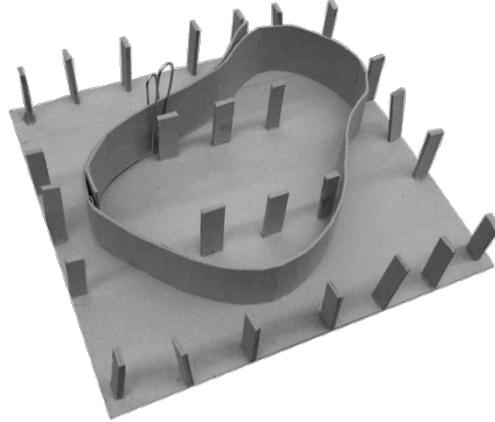
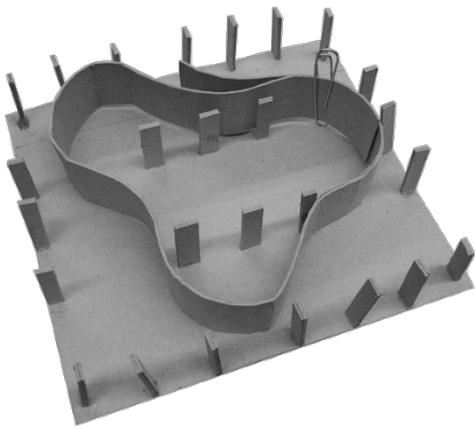
O programa distribuído deverá funcionar de forma autónoma e independente relativamente ao átrio de acesso do conjunto habitacional, para que possa ser de uso público e independe ao edifício de habitação. O desenho da forma e a materialidade fazem da proposta um acontecimento singular na cidade, pelas suas relações entre interior e exterior, pelo seu impacto visual e pela nova qualidade de habitabilidade que contrasta com a construção existente e sua envolvente, procurando adaptar-se às pré-existências, alimentando-as e tirando partido da mesmas, redefinindo o espaço de forma a potenciar e requalificar o seu uso e ocupação.

Os materiais escolhidos tiveram em conta os objectivos pretendidos e o orçamento reduzido para uma intervenção mínima que qualifica-se a habitabilidade na estrutura existente. Para este efeito desenhou-se uma “máscara” que envolve-se as paredes exteriores que configuram o espaço da galeria, optando-se por telhas em policarbonato translúcidas como revestimento, sendo um material bastante económico, assim como uma estrutura leve em metal que sustenta este revestimento, sendo que os pilares existentes e a caixa de escadas e elevador pré-existentes são mantidos no edifício.

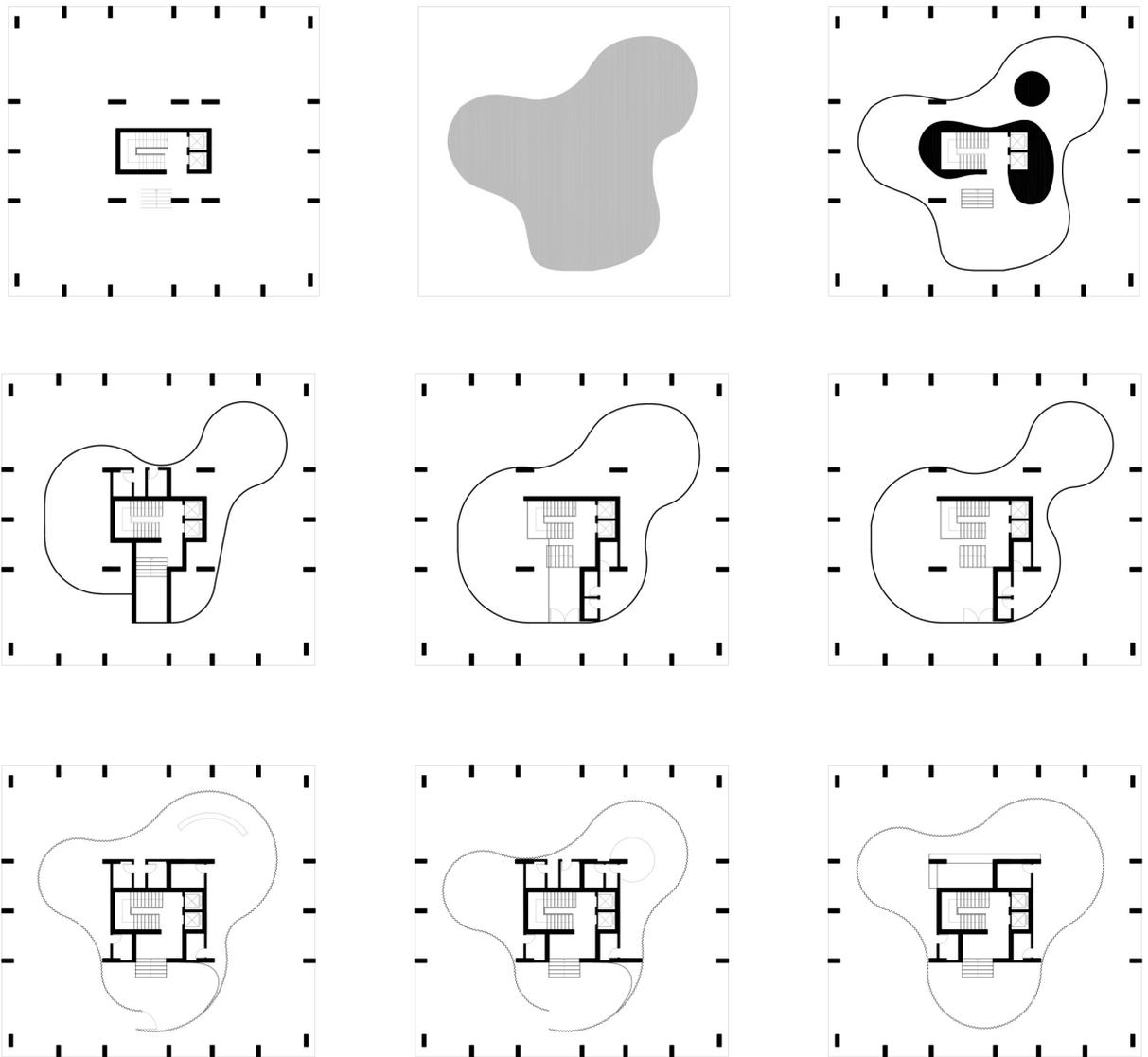
A estimativa orçamental do custo da obra:

Revestimento Interno - chapa de zinco $12 \text{ €} \times 50 = 600 \text{ €}$

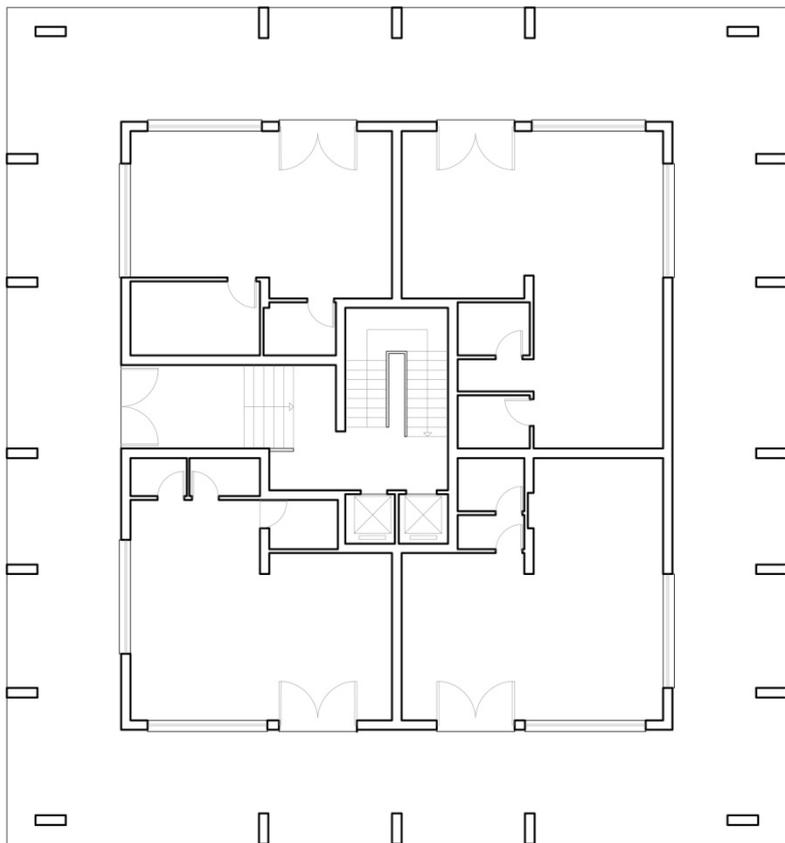
Revestimento Externo - placa de policarbonato $70 \text{ cent m}^2 \times 400 = 280 \text{ €}$



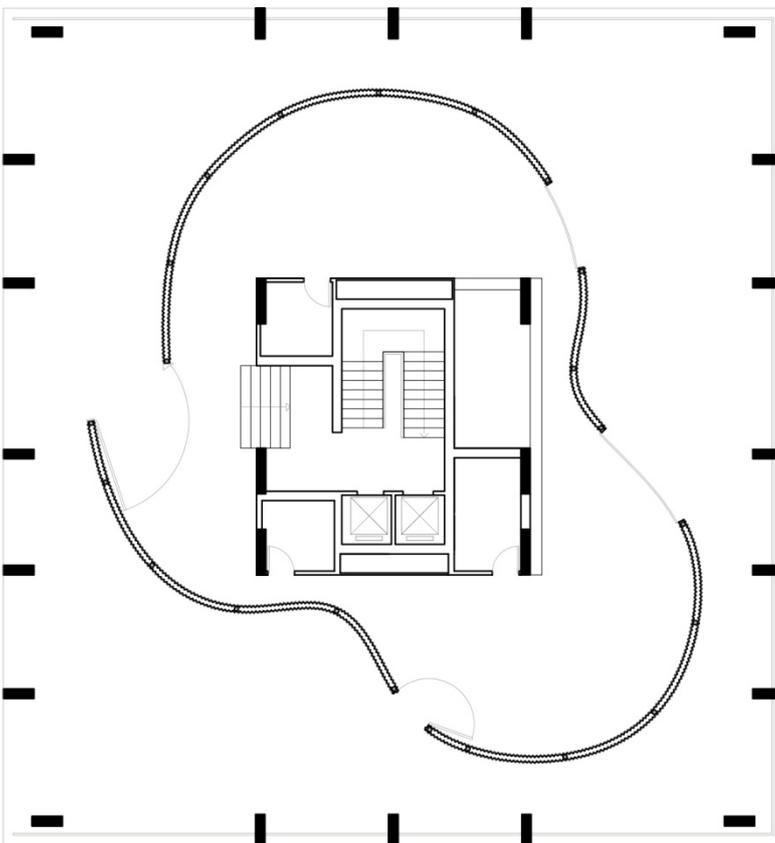
[fig. 1.20] Processo evolutivo: maquete.



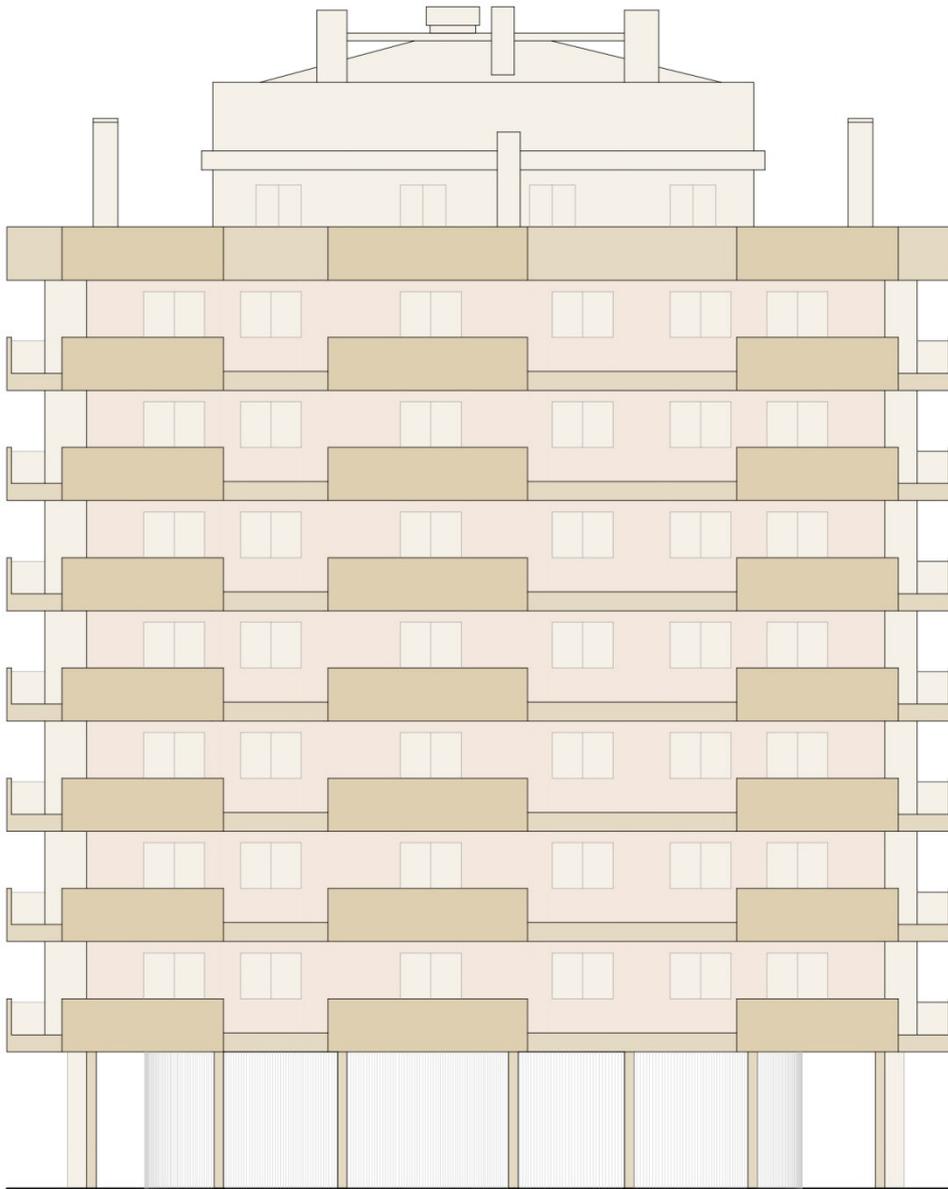
[fig. 1.21] Processo evolutivo: desenho em planta de diferentes propostas.



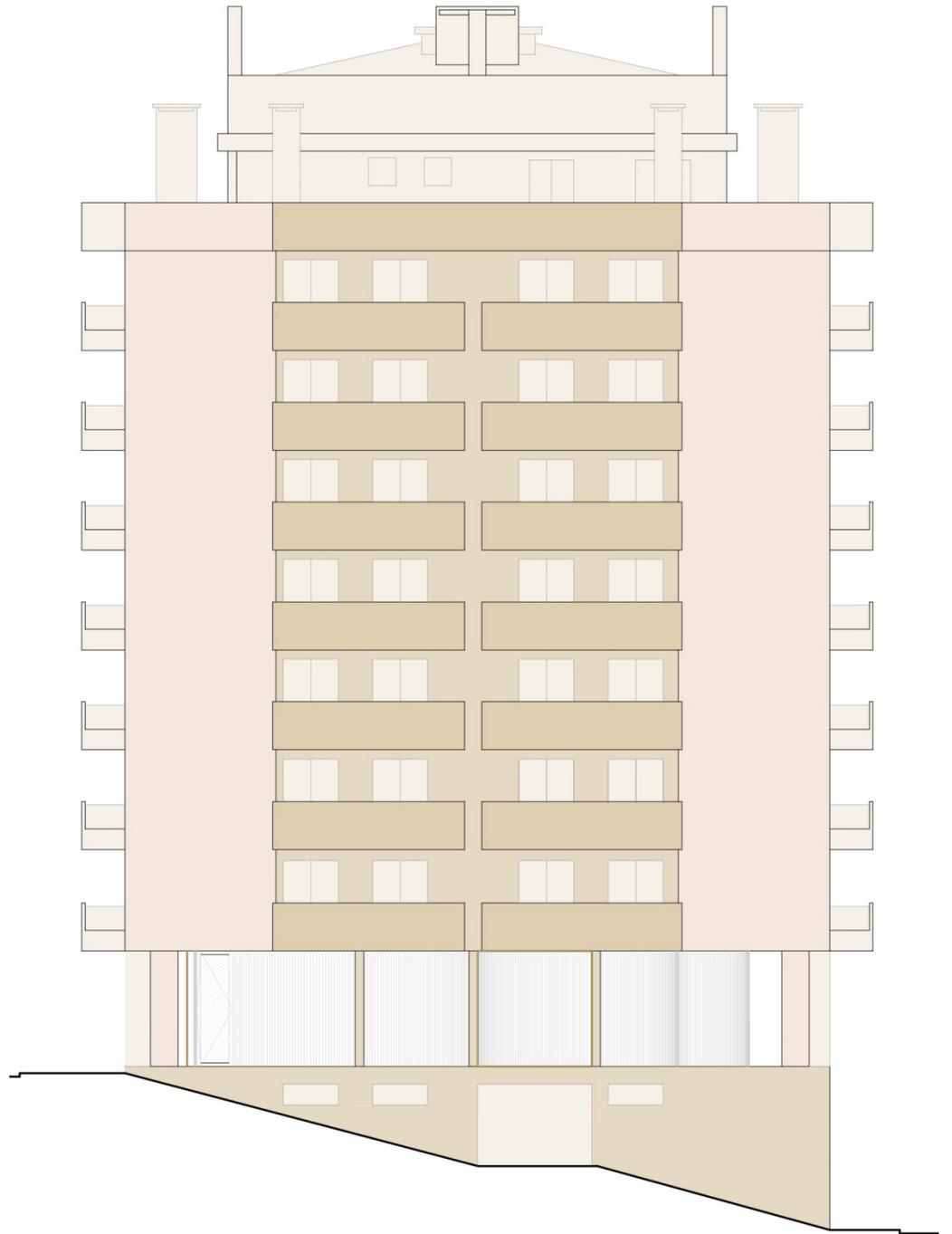
[fig. 1.22]
Planta - existente
esc.1/200



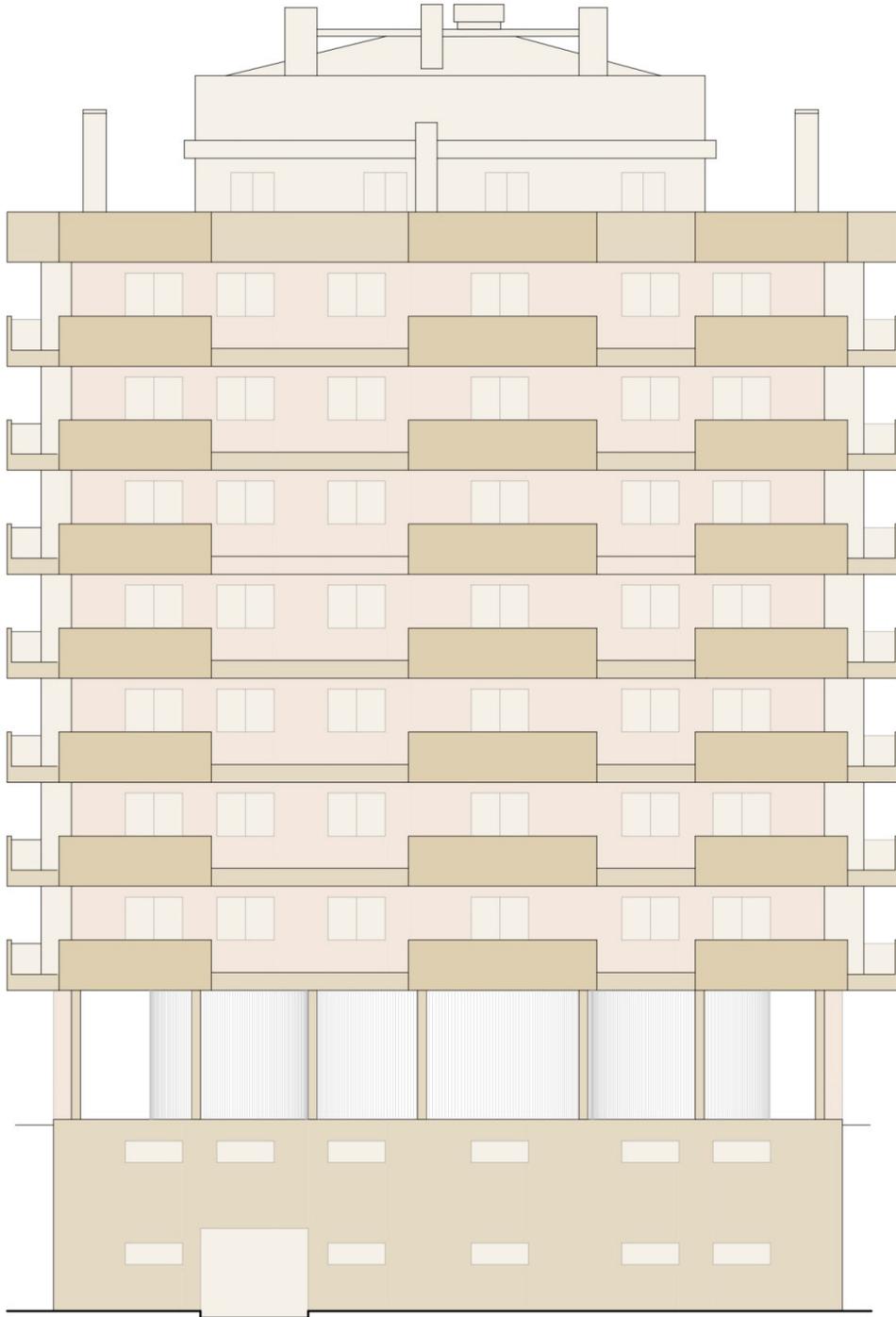
[fig. 1.23]
Planta - proposta
esc.1/200



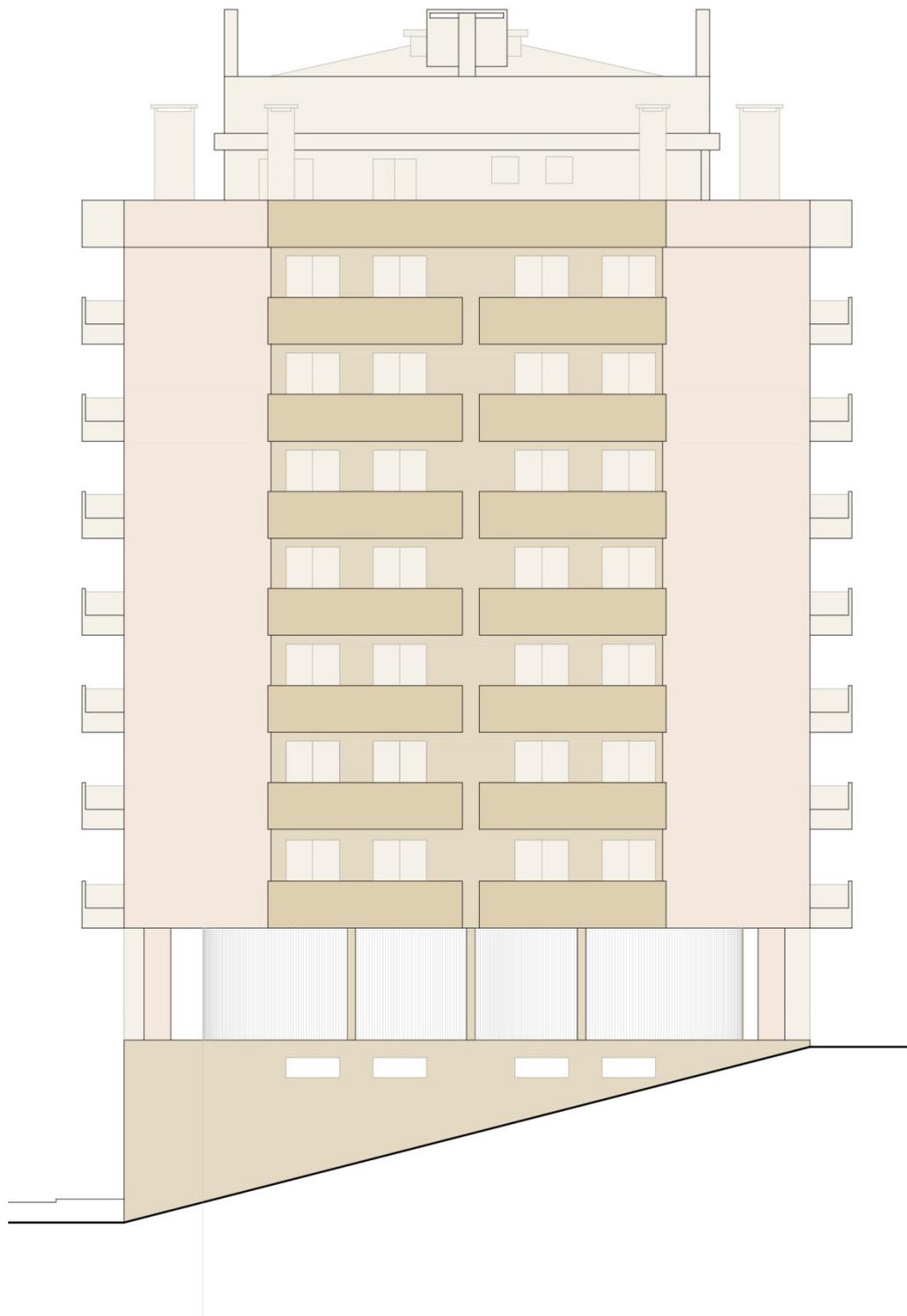
[fig. 1.24]
Alçado norte
esc.1/200



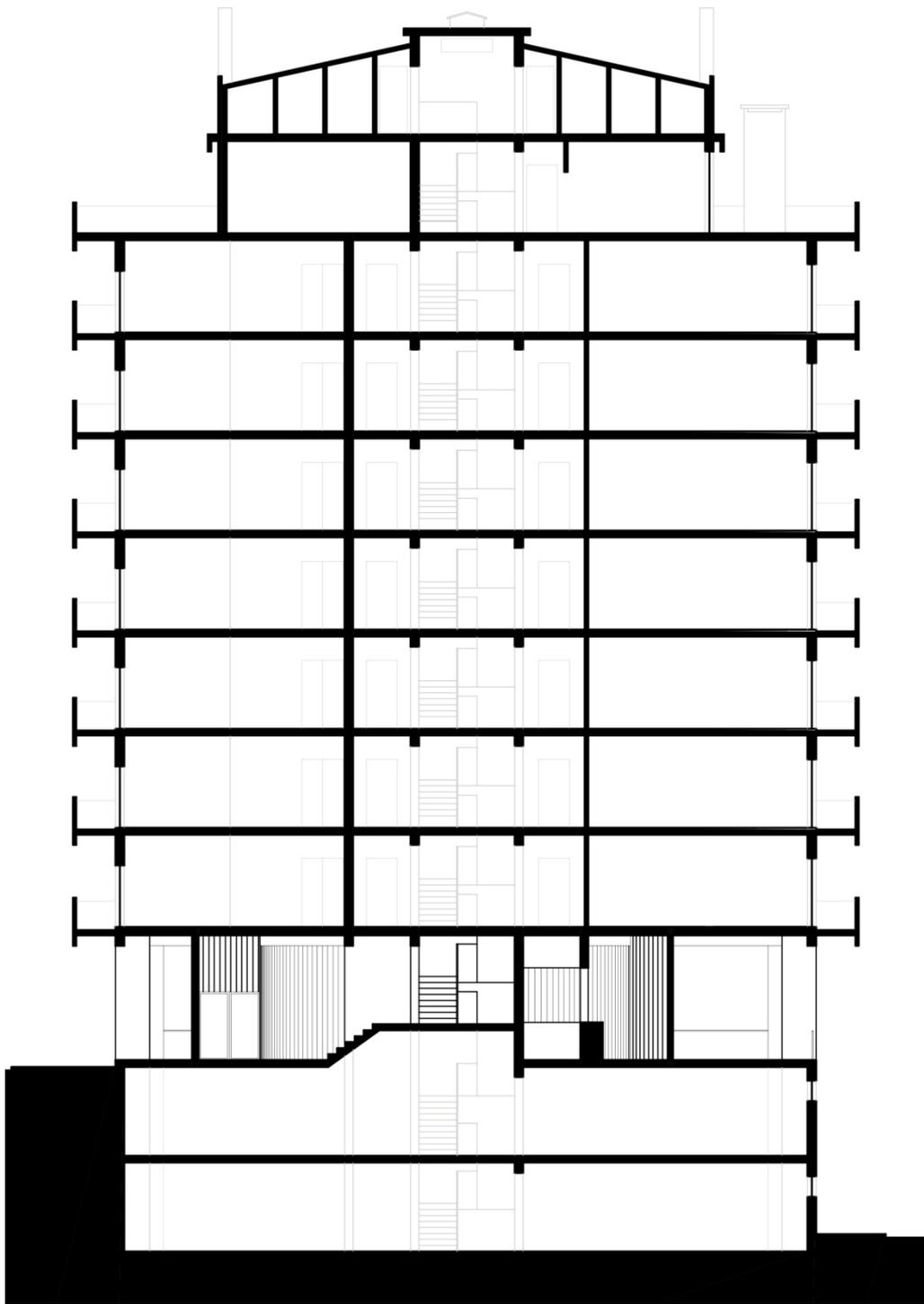
[fig. 1.25]
Alçado poente
esc.1/200



[fig. 1.26]
Alçado sul
esc.1/200

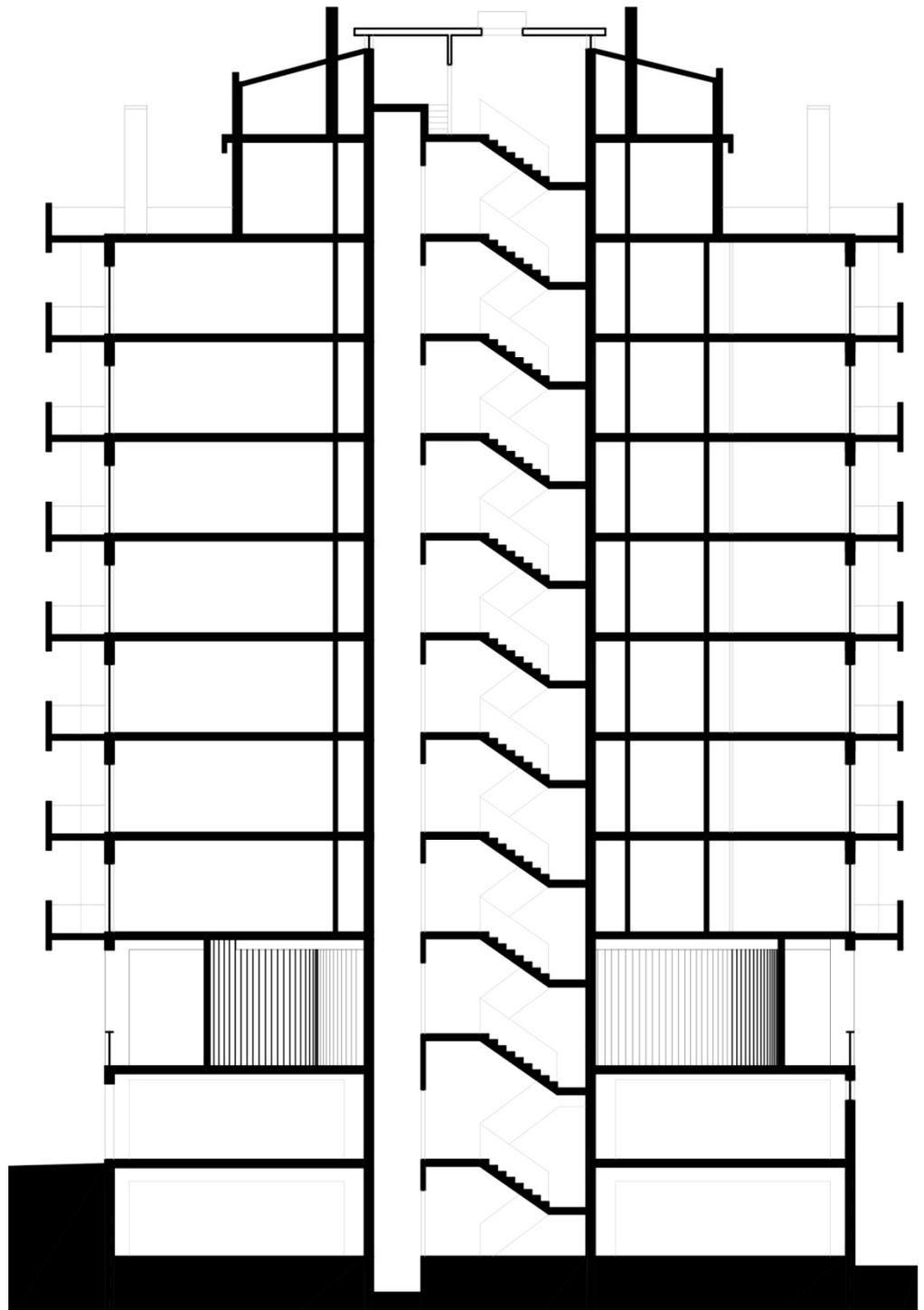


[fig. 1.27]
Alçado nascente
esc.1/200

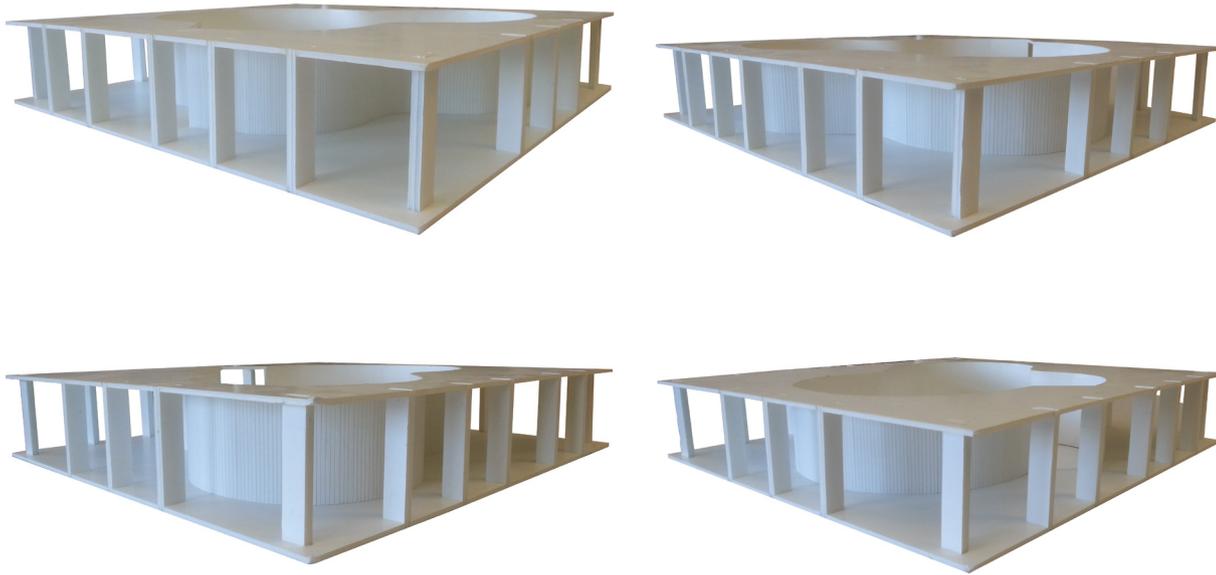


[fig. 1.28]

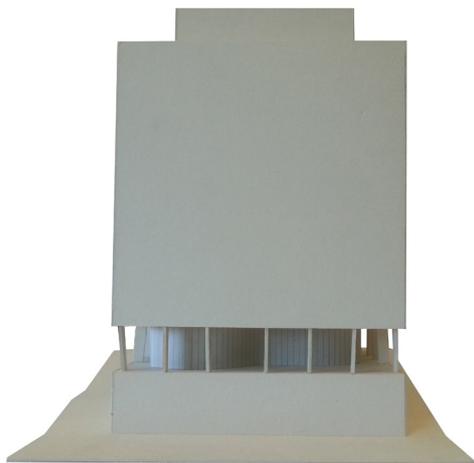
Corte - esc.1/200



[fig. 1.29]
Corte - esc.1/200



[fig. 1.30] Maqueta esc.: 1/50



[fig. 1.31] Maqueta esc.: 1/100

[1·2]

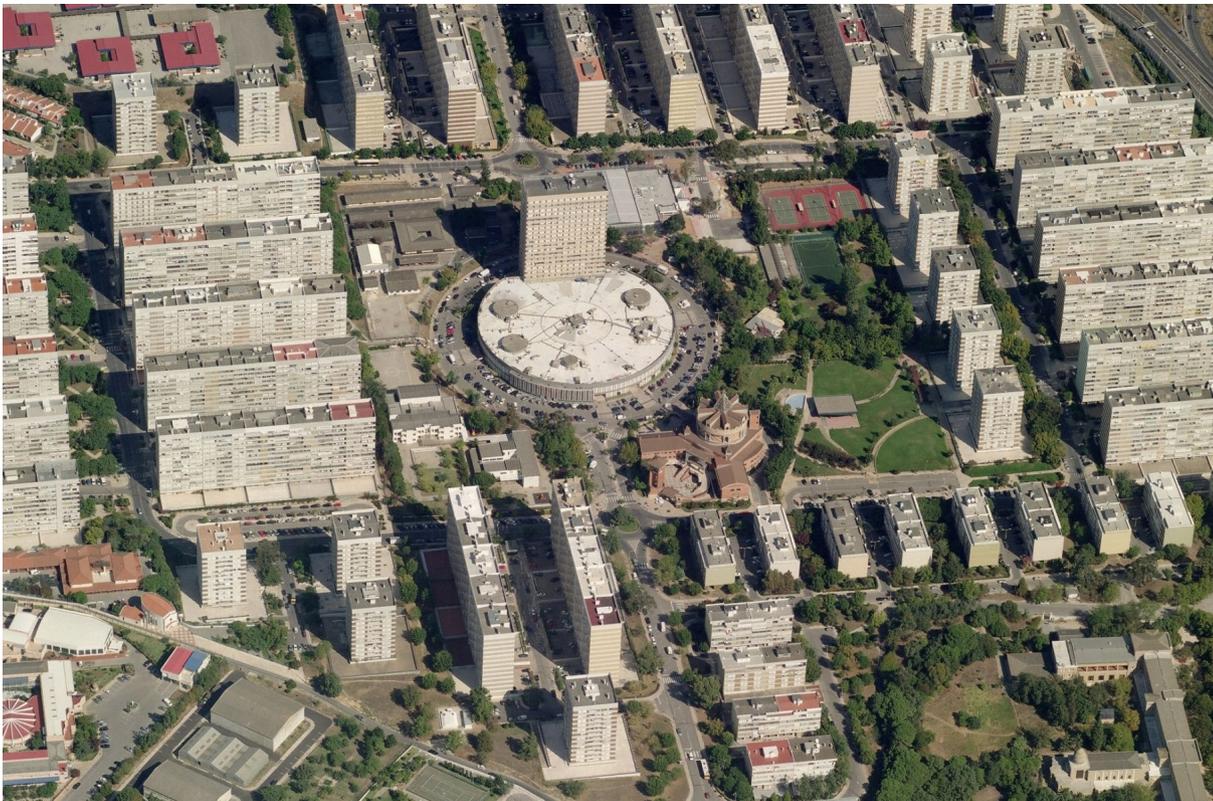
PORTELA DE SACAVÉM

A ARQUITECTURA E A CIDADE:

E se toda a zona central da Portela de Sacavém fosse destruída por uma catástrofe?

grupo de trabalho: Carina Silvestre, Micael Abreu, Sara Albuquerque, Sofia Gregório

“Hoje, passados quase 50 anos sobre o Ante-Plano de Urbanização da Portela, verifica-se uma grande transformação: os territórios envolventes foram entretanto preenchidos (...) uma alteração profunda no modo como este aglomerado, pensado para 18.500 habitantes, se relaciona consigo próprio e com as áreas urbanas que a circundam. O alastramento em “mancha de óleo” dos núcleos urbanos da área metropolitana de Lisboa, aglutinaram a Urbanização da Portela no manto urbano contínuo, alterando as suas dimensões originais de isolamento e descontinuidade. ”



[fig. 2.1] Contraste de escalas (Farinha, 1995).

[fig. 2.2] Portela, 1960. (Coelho, 2010, p.28).

[fig. 2.3] Fotografia aérea (Bing Maps, 2010).

1. O plano de urbanização da Portela

A Urbanização da Portela, da autoria do arquitecto Fernando Silva (1914-19839), vê o seu Ante-Projecto aprovado a 11 de Janeiro de 1965. Implicou a expropriação dos terrenos referentes às Quintas da Vitoria, Casquilho, Ferro, Carmo e Alegria, perfazendo um total de 50 hectares, onde seriam construídos 4,500 fogos e o respectivo equipamento urbano.

Verifica-se, na essência do plano, a aplicação das 4 funções definidas pela Carta de Atenas: habitar, trabalhar, repousar e circular. Coelho (2010) refere que:

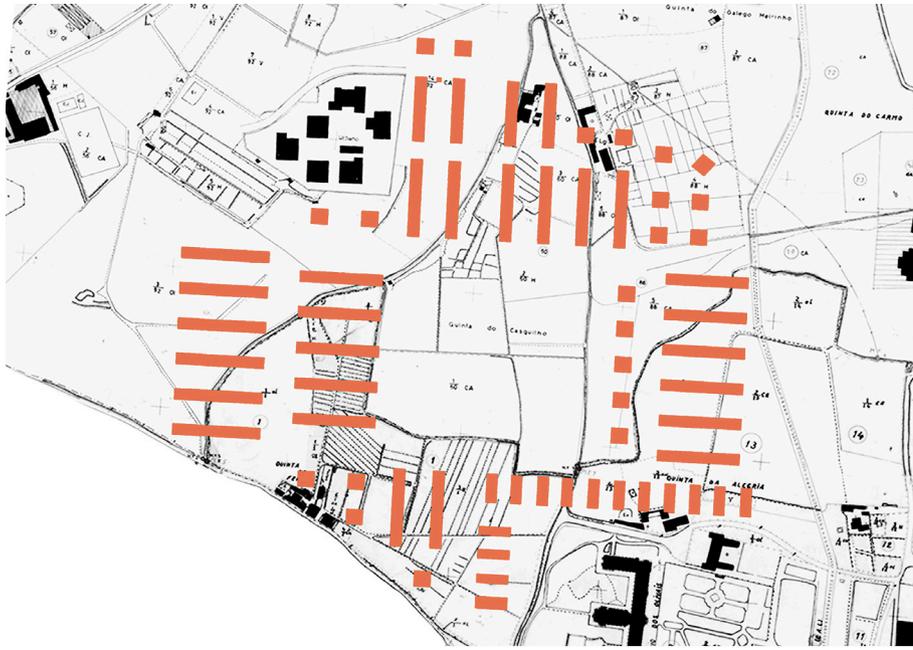
Procurou-se, no planeamento da Urbanização da Portela, uma solução que permitisse uma relação e uma coordenação racional das funções da unidade, conjugando a habitação com os equipamentos sociais, comerciais e a circulação, para proporcionar um ambiente de conforto e segurança para os seus habitantes. A escala e monumentalidade de todo o conjunto resultam da ampla zona central de 285m x 300m onde se concentrou o necessário equipamento urbano para uma população estimada de 18.500 habitantes, distribuída por 196 lotes e 4503 fogos.

(Coelho, 2010, p.27)

Do conflito e da impossibilidade de conciliar a velocidade natural de um pedestre, com a velocidade mecânica de um automóvel, tal como defende a Carta de Atenas, Fernando Silva concebe um esquema de circulação centralizado e propõe uma hierarquização das vias de circulação em função dos meios de deslocação das suas velocidades: vias principais; ruas de trânsito secundário; ruas residenciais de acesso às habitações; e caminhos de passeio para peões terão tratamentos diferenciados.

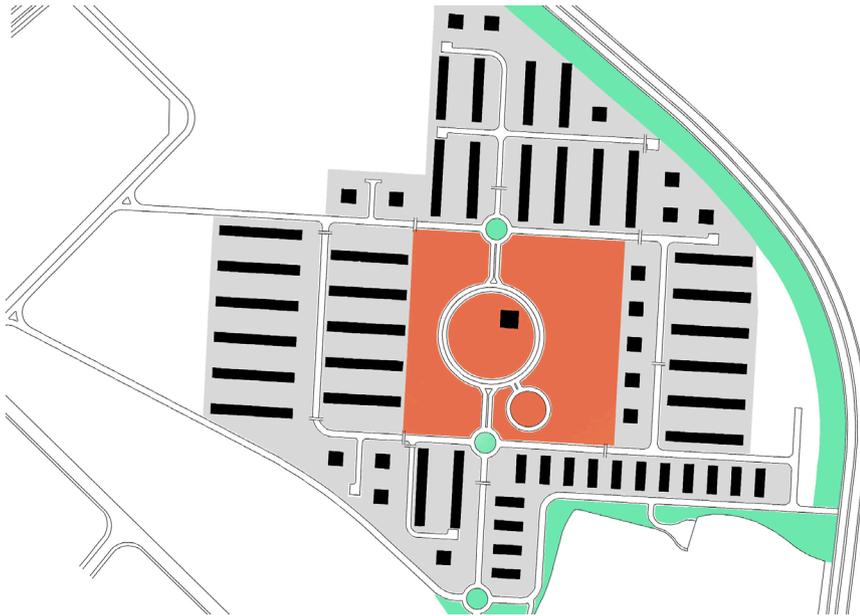
É criada uma zona central definida por um parque urbano e uma zona comercial e de serviços. Consiste numa zona de trabalho e comércio concentrada, configurada por um “disco” de 3 pisos onde se encontra o Centro Comercial, e uma Torre de escritórios, que se destaca volumetricamente no conjunto, assinalando o centro.

Se, à data da construção a Portela funcionava como um núcleo urbano satélite, hoje, após os territórios envolventes terem sido preenchidos, este aglomerado sofre uma profunda alteração na forma como de relaciona consigo próprio e com as áreas urbanas que o circundam.



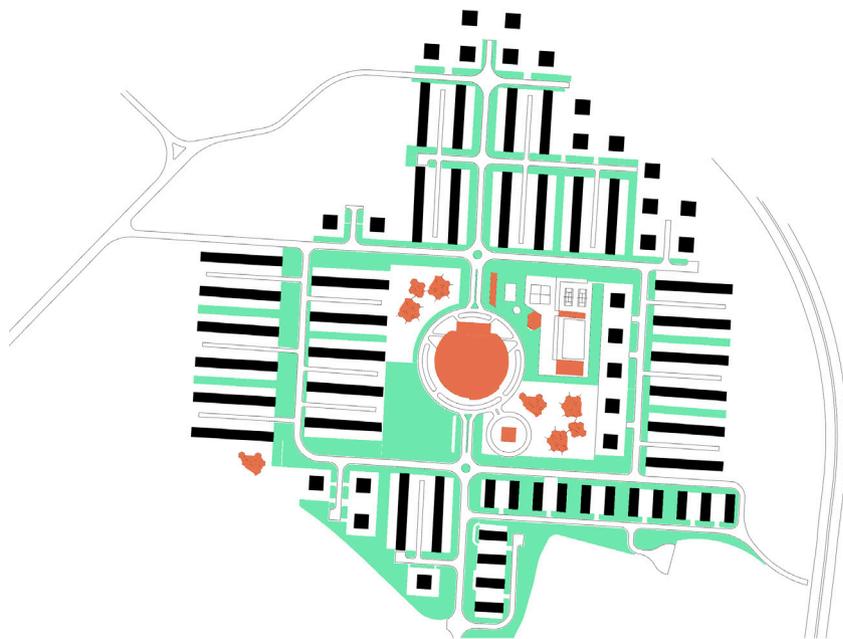
|fig. 2.4|

Sobreposição entre cartografia de 1960 e plano de urbanização da Portela.



|fig. 2.5|

Plano Urbanização da Portela, Janeiro 1969.



[fig. 2.6]
Plano Urbanização da Portela,
Maio 1979.



[fig. 2.7]
Plano Urbanização da Portela,
2009.



CRIL

Calçada de Carriche

Eixo Norte-Sul

2ª circular

A5

Ponte 25 de Abril

Avenida Marechal Gomes da Costa

Avenida Infante Dom Henrique

IC2
Avenida Infante Dom Henrique

Ponte Vasco da Gama



2. A Portela nas suas relações com a envolvente

A cidade de Lisboa tem vindo a sofrer enormes transformações no âmbito da arquitectura e urbanismo, que genuinamente contribuíram para uma ruptura no desenvolvimento urbano da cidade. O aumento do tráfego automóvel, início do metropolitano, a construção da ponte sobre o Tejo e o crescimento das zonas periféricas da cidade, durante os anos 60 e 70, originam uma nova realidade urbana que fez com que fosse necessário fazer alterações ao antigo plano, pois estas transformações urbanas não eram previstas e a cidade continuava a crescer de maneira desregulada. Nesta época a explosão nos aglomerados periféricos, consequência do êxodo rural – como sinal de progresso da expansão industrial, surgiu a necessidade de concretizar actual 2ª Circular, já contemplada no plano de Groer de 1948.

Todos estes factores contribuíram para uma necessidade de construir infra-estruturas viárias, complementando as existentes. Existe, então, uma supremacia rodoviária relativamente às intervenções urbanísticas e a cidade hoje apresenta uma forte fragmentação do tecido urbano, malhas dispersas e vazios desqualificados.

O plano para a urbanização da Portela surge neste contexto, em 1965. Situa-se no concelho de Loures, mais precisamente na freguesia de Moscavide e Portela. Esta freguesia assume uma relação de limite entre Loures e Lisboa, podendo ser considerada uma das portas de entrada para a Capital. Este facto faz com que a Portela se torne uma das zonas mais densas e urbanizadas no concelho de Loures, na sua relação entre área construída e área da freguesia disponível. Por outro lado, a Portela situa-se junto a Sacavém, que inclui uma das áreas elevadas à condição de cidade no concelho de Loures e ainda junto ao Parque das Nações, uma das zonas emblemáticas de Lisboa, devido à concretização da Exposição Mundial de 1998.



[fig. 2.9] "Portela Ilha" - barreiras e limites da Portela



Contudo, apesar destas relações de proximidade , a Portela é actualmente entendida como uma “ilha”, pois encontra-se envolvida por barreiras como a CRIL, a 2ª circular, a IC2 e a linha de comboio, factores que isolam a Portela em relação ao resto da malha urbana adjacente. O próprio desenho urbano de Fernando Silva e a programação de funções para a portela já pressupunha que esta urbanização se tratasse de um espaço independente, uma “cidade satélite”.

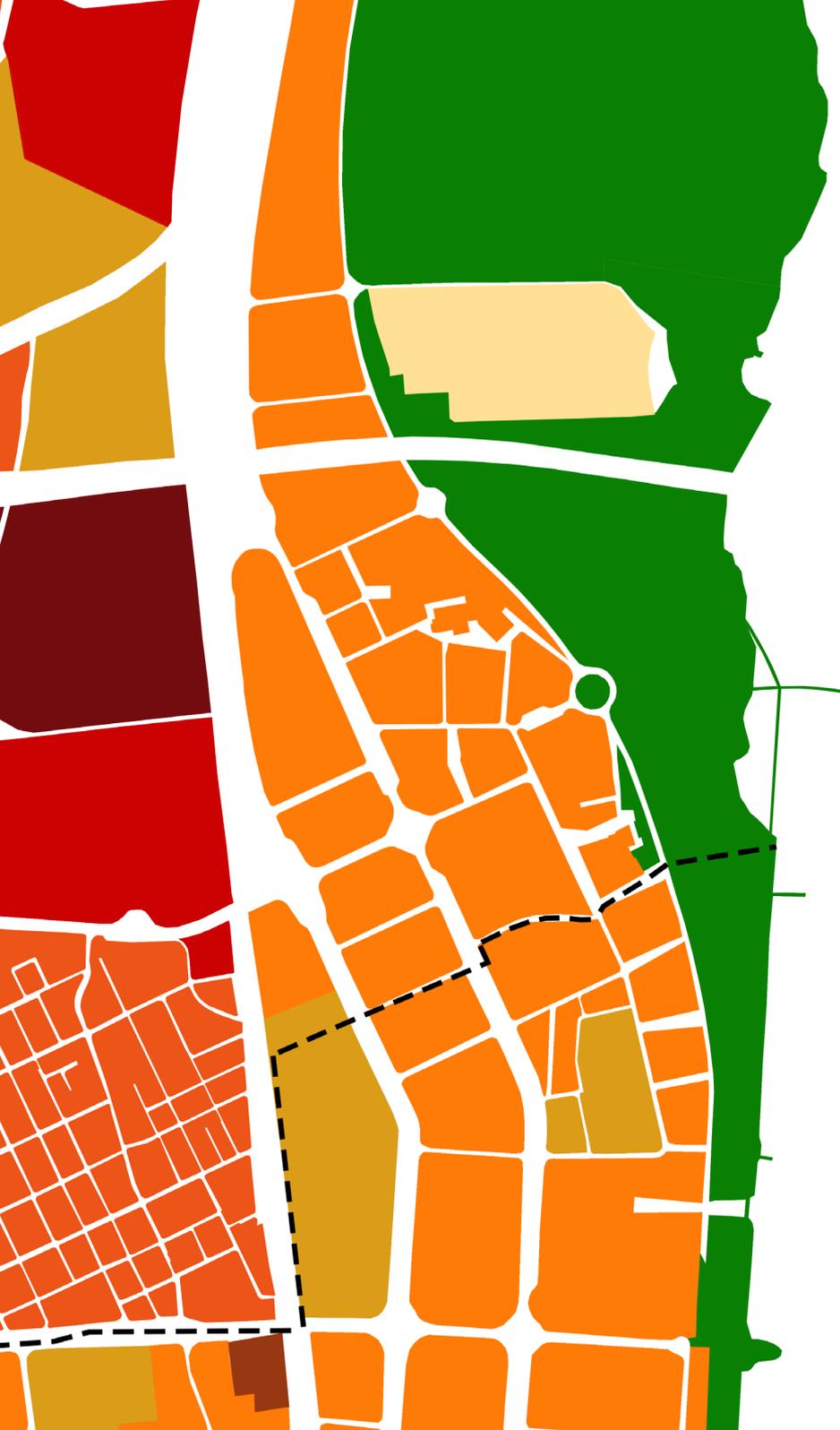
Deste modo, é necessário olhar para o que existia na década de 60 (desenvolvimento da Urbanização da Portela entre 1960 e 1979) e o que existe actualmente, pois quando a urbanização da Portela foi construída existia pouco mais do que a malha de Moscavide consolidada.

Deste modo, é necessário compreender as mudanças que foram efectuadas ao longo do tempo e as tendências da cidade, ou seja, é preciso perceber se a Portela deve ou não continuar a ser uma cidade isolada ou ter ligações a toda a área metropolitana, permitindo a renovação e revitalização de alguns espaços, assim como uma maior e melhor conectividade entre zonas.



Loures

Lisboa

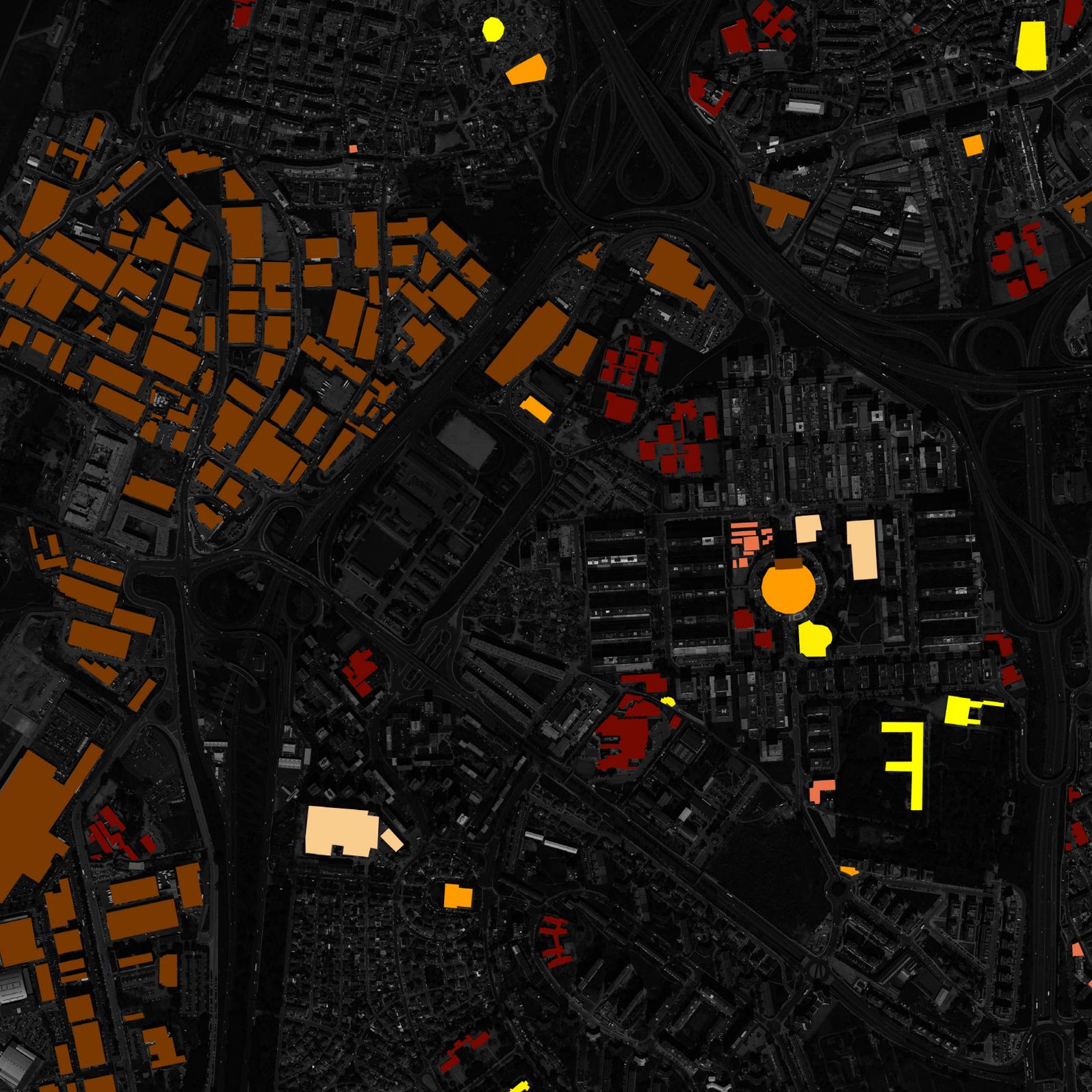


LOURES

habitacionais de baixa e média densidade
 a consolidar e a beneficiar
 equipamentos e outros usos de interesse público
 industriais a manter e a beneficiar
 industriais a reconverter
 mistos de industria e terciário
 Quartel
 estação de tratamento de águas residuais
 verde urbano de protecção e enquadramento
 verde urbano equipado

LISBOA

espaços centrais residenciais
 espaços centrais e residenciais: a consolidar
 actividades económicas
 espaços de uso especial de equipamentos
 espaços de usos especiais de infraestruturas
 espaços verdes de enquadramento a infraestruturas
 espaços verdes de protecção e conservação
 verdes ribeirinhos





- escolas
- igrejas
- comercio
- serviços
- desporto
- multiusos
- empresas

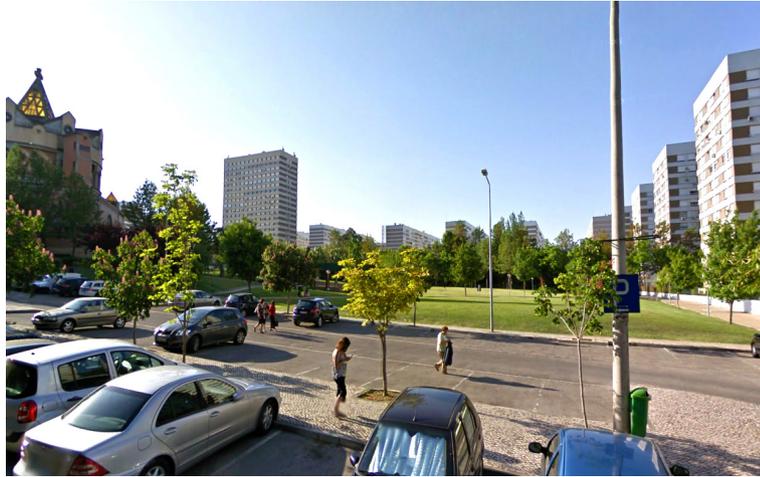
[fig. 2.11] Distribuição de Funções





baldios
espaços planejados

[fig. 2.12] Estrutura Verde



[fig. 2.13] Local de intervenção proposto: Rua Mouzinho de Albuquerque.

[fig. 2.14] Local de intervenção proposto: Jardim Almeida Garret.

[fig. 2.15] Local de intervenção proposto: Junta de Freguesia da Portela e habitação.

[fig. 2.16] Local de intervenção proposto: Junta de Freguesia da Portela e habitação.

3. Estratégia de intervenção

A proposta consiste na elaboração de uma estratégia geral que pretende responder os propósitos do PDM, no qual é sublinhado a necessidade de consolidação das áreas obsoletas e desqualificadas periféricas à Portela. Os objectivos principais da proposta dividem-se em três temáticas: coesão sócio-territorial, mobilidade e espaços verdes.

O conceito inerente ao projecto tem a ver com a estrutura do espaço público. Pretende-se que esta estrutura seja capaz de criar ligações entre zonas que actualmente se apresentam sem uso, dispersas ou isoladas, como um elemento capaz de criar novas movimentações e ligações entre Portela, Sacavém, Moscavide e o Parque do Tejo e do Trancão.

É proposta a requalificação do espaço público ao longo de um eixo onde se geram novos fluxos e novas vontades. O eixo em estudo tem uma extensão de percurso desde o Parque do Tejo e do Trancão até à Portela e pode continuar até à Encarnação ou Prior Velho pelos percursos já existentes. Pretende-se que esta nova linha de percurso seja o elo de ligação entre várias zonas equipadas propostas que surgem em locais actualmente desconexos ou inutilizados e que são agora requalificados.

Deste eixo parte uma ramificação de conexão ao centro da Portela. Segundo a estratégia geral, deslocam-se algumas actividades do centro da Portela e adicionam-se alguns equipamentos nos espaços vazios existentes nos limites da urbanização, com o objectivo de criar uma maior conectividade no tecido urbano da cidade- entre a Portela e os territórios adjacentes.

O centro "explode" porque algumas das funções que dotavam o centro do seu carácter de direccionalidade, encontram outras lógicas de localização e de aglomeração, o que faz com que o centro tradicional perca a sua hegemonia (Domingues, 2001, p.133)

Pretende-se que o modelo actual de uma Portela voltada para si mesma mude para um modelo em que este território interage com os territórios em volta, em que o seu centro assume igualmente importância, mas que não concentra nem aglomera todas as actividades e serviços úteis. Deste modo, os serviços como a junta de freguesia, escolas e piscinas encontram outras lógicas de localização, sendo que o centro passa a ser um local de encontro, de lazer e um ponto de referência da urbanização.

Trata-se assim, de um processo de mediação entre a Portela e a envolvente, através de uma



[fig. 2.17] Local de intervenção: Avenida do Ralis.

[fig. 2.18] Local de intervenção: Avenida do Ralis.

[fig. 2.19] Local de intervenção proposto: Escola Básica e Jardim de Infância da Portela.

[fig. 2.20] Local de intervenção proposto: Escola Básica e Jardim de Infância da Portela.

requalificação do território envolvente ao centro consolidado do bairro.

Desta forma, surgem ao longo deste eixo novos equipamentos e novas infra-estruturas que pretendem romper algumas barreiras erigidas pelas estradas e linha de comboio existentes. É nesse território que serão implantados os equipamentos outrora existentes no centro da Portela, como é o caso da Junta de Freguesia, da Escola Primária e das Piscinas. Pretende-se assim que estes equipamentos não sirvam só a população da Portela, mas sim que funcionem em rede com outros equipamentos existentes nas áreas periféricas, como é o caso do parque verde do Trancão.

3.1 Localização de novos equipamentos e infra-estruturas

Após o “incêndio” o novo desenho para a parte central da Portela surge de um espaço “em bruto” constituído por um limite exterior edificado e pela existência de crateras de edifícios pré-existentes que se assumem como vestígios dentro deste limite.

As maiores áreas dos vestígios gerados pelas pré-existências são reaproveitadas para novas construções. Implanta-se uma **estação de metro** agregada a uma **zona comercial** e uma grande praça no mesmo local de implantação que o anterior centro comercial, assim como uma **igreja** com jardim, localizada também no sítio onde estava a anterior igreja.

A construção destinada ao novo centro da Portela (fig. 2.13 e 2.14) trata-se ocupar grandes áreas, mas em pequena altura, contrastando com os prédios envolventes e constituindo aparentemente um grande vazio no território, com construções rasteiras ou enterradas, à excepção da torre sineira da igreja. O edificado é constituído por plataformas que pretendem vencer os desníveis do terreno e facilitar os acessos ao peão, integrando uma igreja à cota do terreno, um espaço comercial parcialmente enterrado e uma estação de metro totalmente subterrânea.

O centro da Portela fica reservado a um espaço que pretende ser local de encontro, cruzamento e atravessamento. Assim, o som da torre sineira da igreja será uma referência e a definição de uma praça no centro geométrico será um local de lazer, de convívio e de chegada, ou partida, através da infra-estrutura do metropolitano que se implanta num nível inferior à praça.

Na estratégia geral, para além dos equipamentos localizados nas periferias como forma de interagir com os territórios envolventes e quebrar barreiras, a oportunidade do metropolitano surge por permitir



[fig. 2.21] Local de intervenção proposto: Piscina Municipal da Portela

[fig. 2.22] Local de intervenção: proposta de ligação entre a Portela e a Biblioteca

[fig. 2.23] Local de intervenção proposto: Biblioteca.

[fig. 2.24] Parque do Tejo e do Trancão. PROAP, 1994-2004.

cumprir os mesmos objectivos a uma escala maior, atingindo um maior número de áreas, sem barreiras físicas e em tempo menor.

Implantado no terreno mais a oeste da estratégia (fig. 2.15 e 2.16), recentemente desocupado, surge o volume dedicado à **Junta de Freguesia** e à **habitação**, ambos os programas, anteriormente localizados no centro da Portela. Assim, pretende-se que tanto de dia, como de noite, o local seja movimentado, apresentando conseqüentemente uma maior segurança, não se assumindo o espaço como periférico à Portela, mas sim como elemento central na união desta com os bairros que a delimitam.

A volumetria estudada pretende integrar o desenho paralelepipedico da Portela de Sacavém, com os volumes enviesados a este, pertencente à comunidade cigana. O volume desenvolve-se em torno de um centro, vazio, como se de um anfiteatro se tratasse, o local onde múltiplas actividades possam acontecer.

O terreno situado a norte em relação ao desenho da estratégia, baldio sem edifícios pré-existentes, é o único ponto de ligação da Portela de Sacavém com Sacavém (fig. 2.19 e 2.20). Situado junto à escola secundária da Portela e à escola de 2º e 3º Ciclo, nasce um novo volume com intuito de acolher a nova **Escola Básica e Jardim de Infância da Portela**, antes situada no centro da Portela. O local é escolhido pela sua proximidade às escolas já existentes e por estar perto da ligação com Sacavém, constituindo-se um novo polo de escolas.

No local verificavam-se alguns elementos importantes: a forma desregular dos limites do terreno e a existência de um caminho pedestre não tratado. A forma do edifício advém de um limite de terreno pré-existente que pertencia à antiga Quinta da Vitória, hoje ocupado por uma fábrica de automóvel. Considerou-se importante manter o caminho pedestre existente, devido ao seus longos anos de existência. Este caminho é usado por ser mais rápido o aceso pedonal a Sacavém.

A **piscina** surge implantada junto a uma das vias principais de entrada na Portela, que permite a ligação direta com Sacavém, num terreno atualmente expectante. A volumetria estudada, integra-se na malha de 5mx5m definida para o desenho do espaço público (assunto este desenvolvido adiante neste capítulo), em que parte do volume é rebatido de forma a integrar-se num eixo paralelo aos eixos viários existentes (A36 e Eg). Deste modo, para a implantação da piscina foram desenhados limites de forma a isolar e proteger o local, através do próprio desenho do edifício e da definição de um jardim público do qual a piscina faz parte.

O encontro entre as diferentes escalas da Portela e da sua envolvente tornou-se um dos aspectos mais

debatidos na nossa proposta.

A **biblioteca** (fig.2.23) acrescenta uma ligação do centro da portela à zona nascente através de um percurso feito em parte por túnel e outra parte por ponte, dependendo da topografia e dos eixos viários. O percurso transforma e requalifica a área do aqueduto existente e possibilita uma passagem para a outra margem e conexão ao parque do Tejo, estabelecendo ainda a continuidade das ligações para a zona de Moscavide e de Sacavém.

Os **escritórios**, associados à habitação, e a diferentes equipamentos públicos que venham a servir aquele espaço, assumem uma localização estratégica na intervenção. Para a implantação destes volumes, é elaborado um plano urbano, em terrenos atualmente desvalorizados, localizados entre o eixo viário IC2, e o Parque do Tejo e do Trancão. Este plano, de traçado paralelo ao elaborado para a Expo, mantém as pré-existências, edifícios que marcam a história daquele espaço. É através desta área que se completa a ligação pretendida entre a Portela, e o já referido parque.

3.2 Desenho do espaço público

A proposta para o desenho do espaço público procurou estabelecer uma organização que permitisse a união entre os diferentes equipamentos estrategicamente implantados.

O desenho proposto parte de uma quadricula de 5mx5m, elaborada a partir do prolongamento do desenho paralelepípedo e ortogonal que caracteriza a Portela. A partir desta malha são desenhados os percursos e delimitados os espaços de estar, assim como o mobiliário urbano.

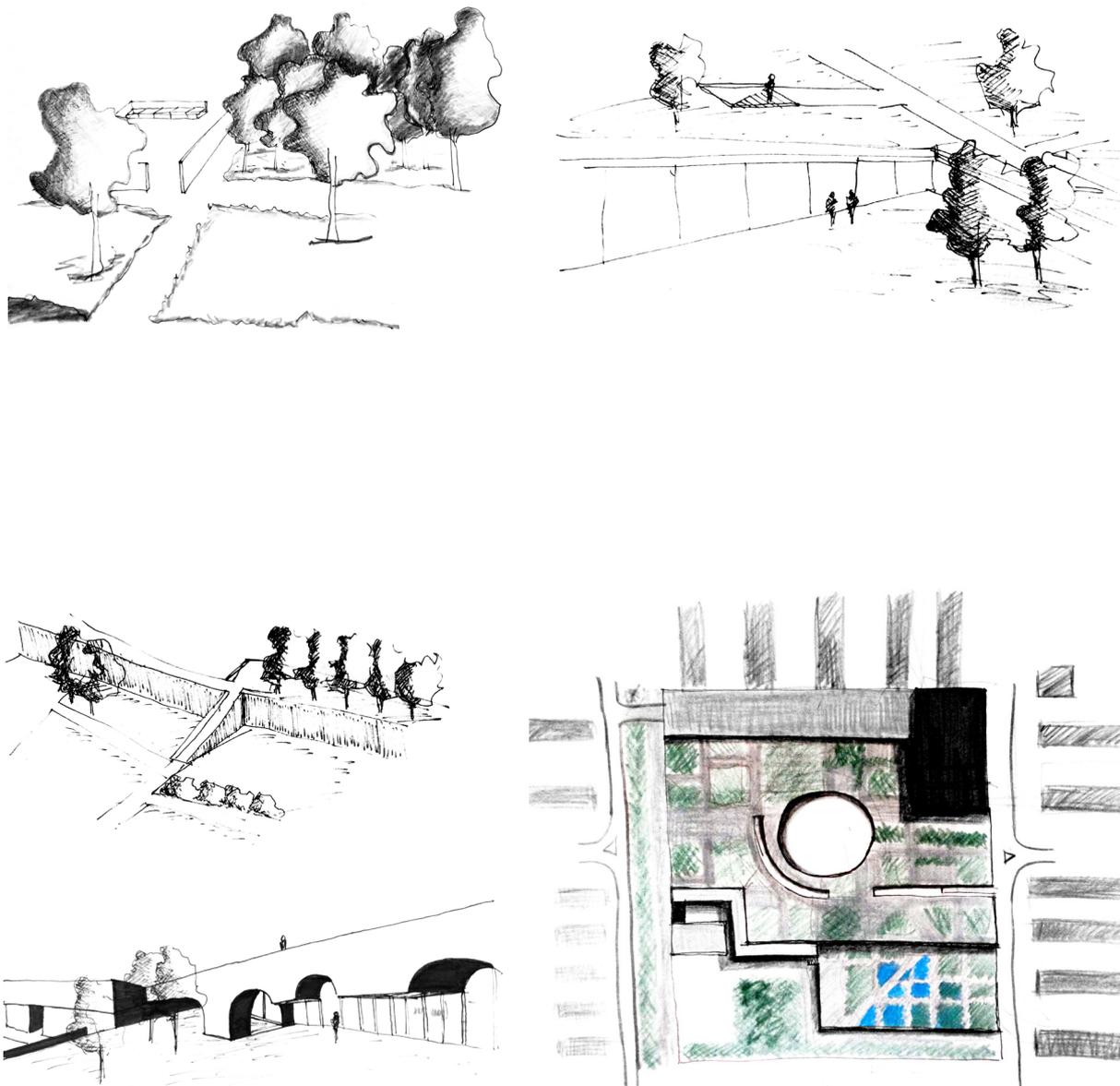
No eixo nascente-poente, desde a Avenida do Ralis, até ao Parque do Tejo e do Trancão, é desenhada uma ciclovia que acompanha toda a sucessão de espaços em que se intervém. Junto às vias com maior tráfego automóvel, são criados limites através da plantação de arvoredo ou através da manipulação do terreno elevando o seu nível em relação às vias rodoviárias, permitindo um maior conforto e uma maior segurança ao peão naquele espaço. A vegetação surge nos espaços de estar, implantada de forma menos regular e com diferentes intensidades de sombra. Junto aos percursos, esta surge regularizada, com distâncias de plantação iguais a 5m, marcando um ritmo. Esta não se encontra definida em termos de espécies, mas apenas em tamanhos de copa e alturas, respondendo a diferentes desejos de conforto para o espaço em questão. Sempre que o desenho o permite, mantêm-se as árvores existentes.

Na parte central da Portela mantêm-se os mesmos propósitos e segue-se a mesma malha quadriculada. As plataformas desenhadas para a implantação do edificado geram muros que limitam o espaço e conduzem um percurso. A malha quadriculada pretende dar forma ao espaço nas plataformas, encontrando uma regra que cumpra determinados objectivos funcionais: percursos diversificados; diferentes ambientes e atmosferas ao longo dos percursos; a definição de uma praça.

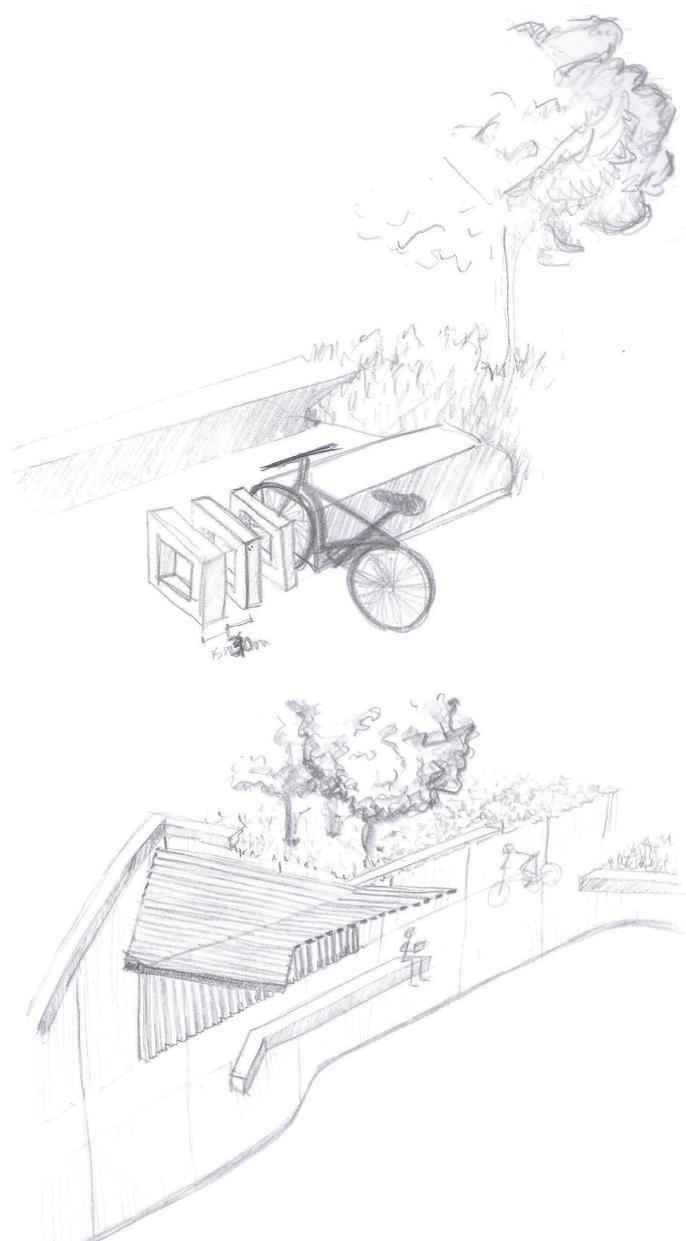
A circulação pedonal no tecido urbano adjacente à área em projecto deverá tirar proveito do espaço desenhado no centro da Portela como espaço de atravessamento, cruzamento e encontro. Pretende-se que os espaços entre percursos tenham ambientes diversificados e que existam zonas densas com elementos verdes onde os prédios da envolvente não sejam tão presentes e que no centro exista uma clareira, um vazio urbano definido por uma grande praça afundada 6 metros e envolvida por espaços comerciais, apenas perceptíveis nesta zona central.

A esta intenção aliou-se a de filtrar o espaço de trânsito de automóveis e o ruído resultante, criando um ambiente de estadia e acesso e salvaguardando ao centro uma área vazia que se quer ver como praça.

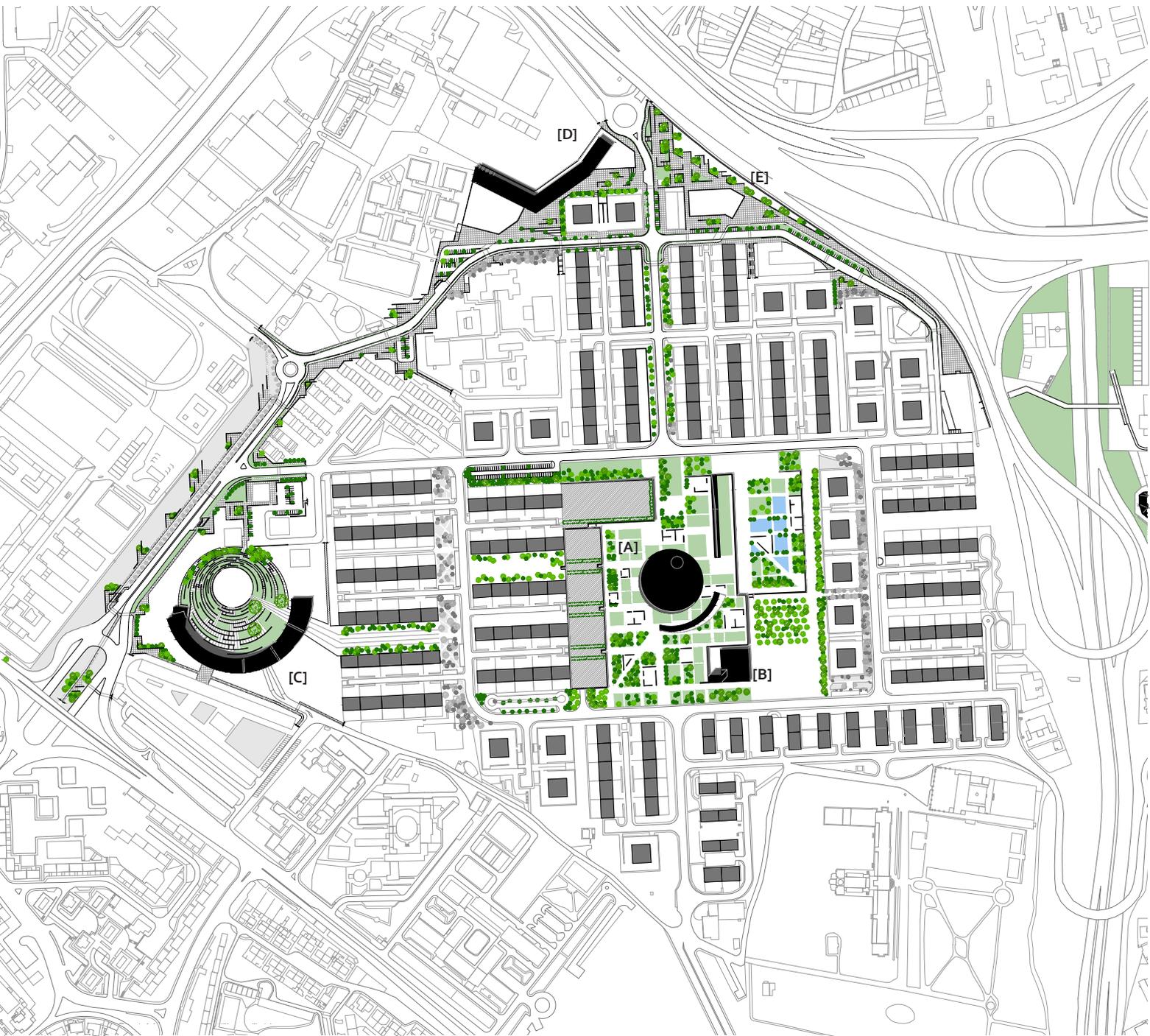
Com a existência de um grande equipamento -estação de metro, zona de estacionamento de automóveis, facilidade de acessos e percursos, espaços de sombra e de estadia, bem como iluminação nocturna, o centro da Portela assume um papel multifuncional.



[fig. 2.25] Proposta de espaço público - centro



[fig. 2.26] Desenho de equipamentos urbanos integrados na quadricula de 5mx5m.



[fig. 2.27] Estratégia de intervenção - Planta proposta

[A] Estação de Metro e Zona Comercial [B] Igreja
(projeto desenvolvido por Sara Albuquerque)



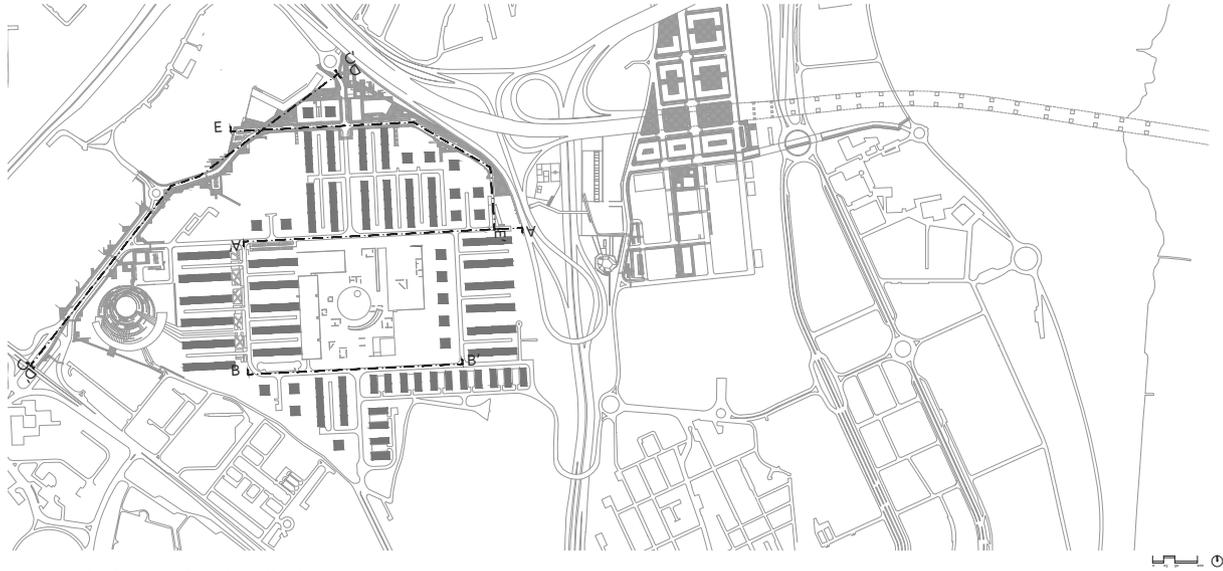
[C] Junta de Freguesia da Portela. Habitação
(projeto desenvolvido por Sofia Gregório)

[D] Escola Básica e Jardim de Infância da Portela
(projeto desenvolvido por Carina Silvestre)

[E] Piscinas Municipais da Portela

[F] Biblioteca (projeto desenvolvido por Micael Abreu)

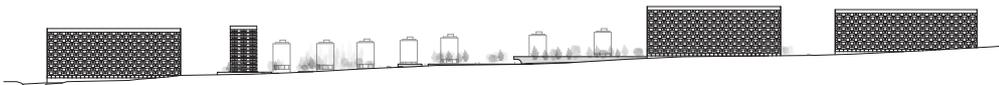
[G] Escritórios



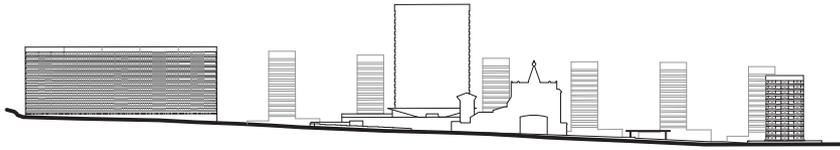
[fig. 2.28] Planta - Identificação dos Cortes



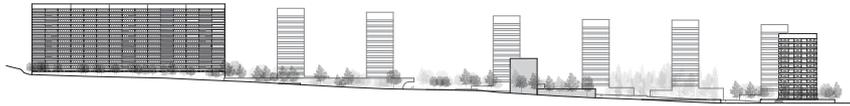
[fig. 2.29] Corte A-A' - Situação existente



[fig. 2.30] Corte A-A' - Situação proposta



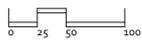
[fig. 2.31] Corte B-B' - Situação existente



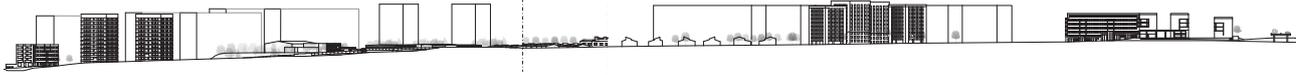
[fig. 2.32] Corte B-B' - Situação proposta



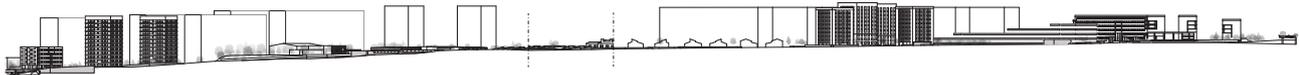
[fig. 2.33] Corte C-C' - Situação existente



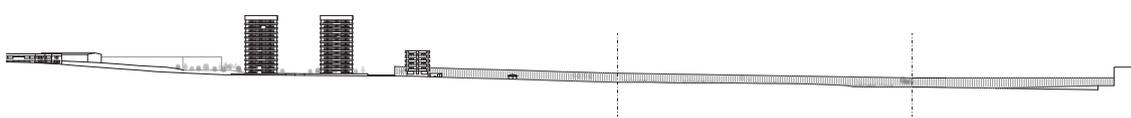
[fig. 2.34] Corte C-C' - Situação proposta



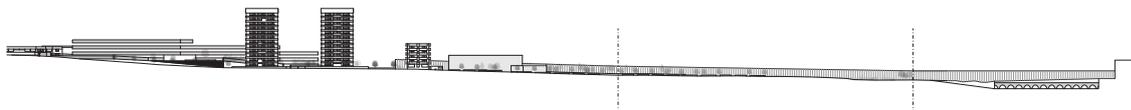
[fig. 2.35] Corte D-D' - Situação existente



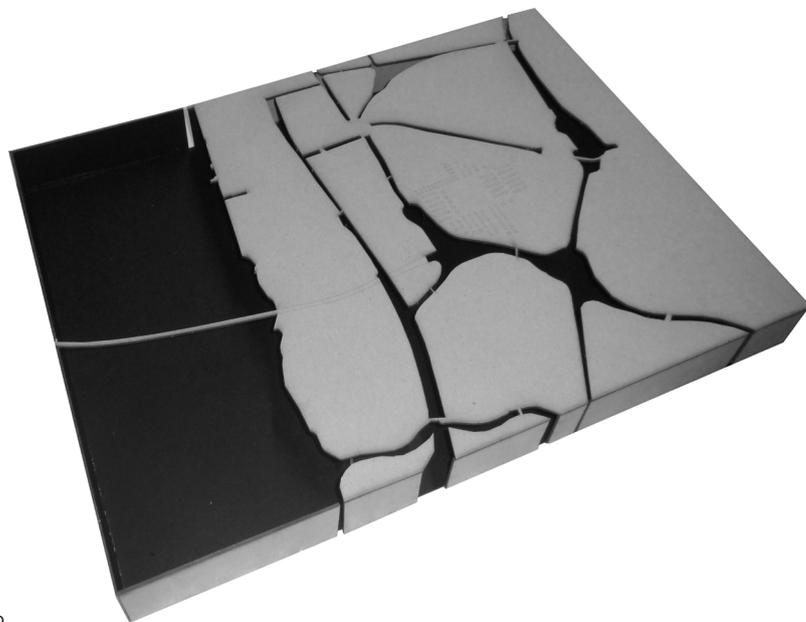
[fig. 2.36] Corte D-D' - Situação proposta



[fig. 2.37] Corte E-E' - Situação existente



[fig. 2.38] Corte E-E' - Situação proposta



|fig. 2.39| Maqueta conceptual | esc.: 1/10000

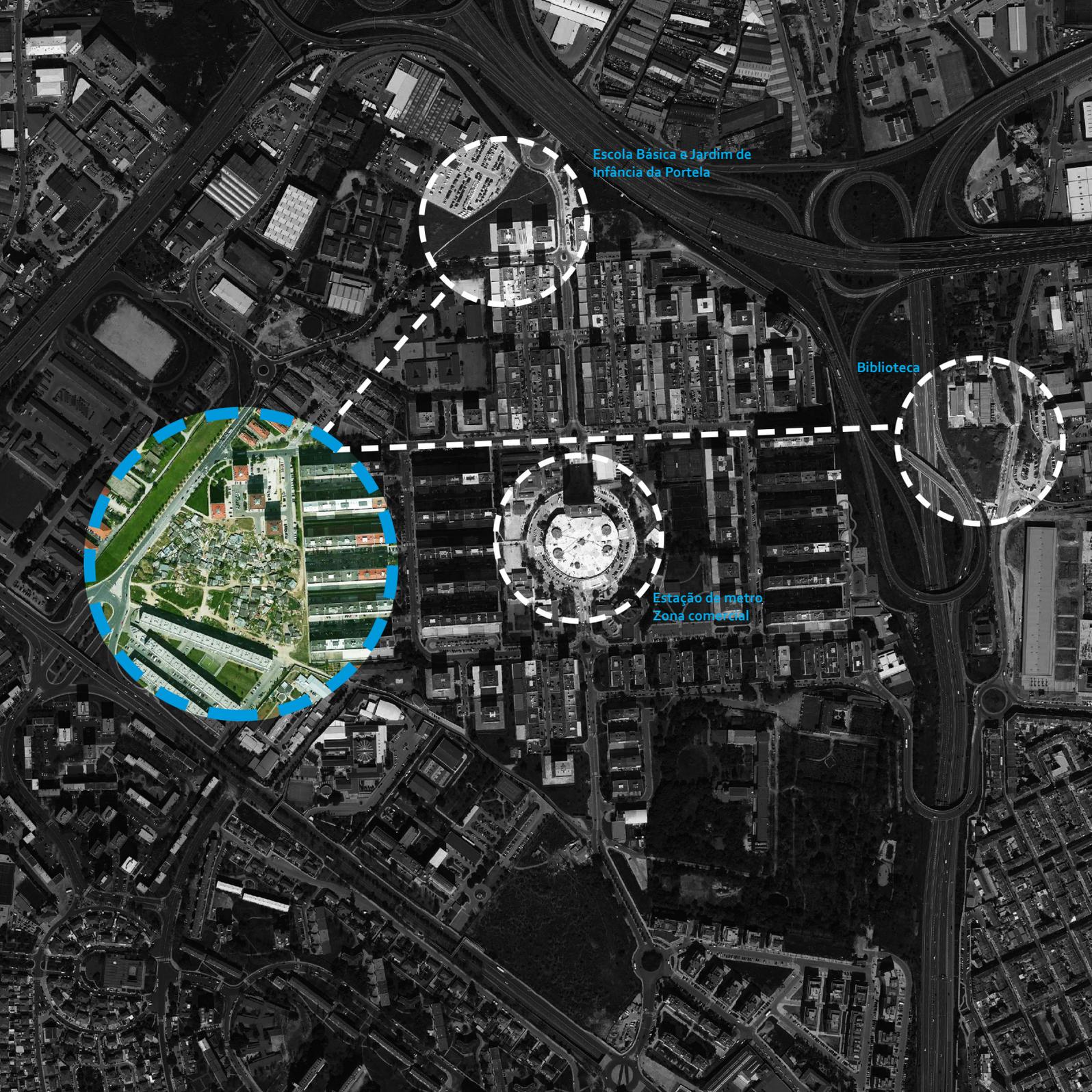


|fig. 2.40| Maqueta estratégia | esc.: 1/1000

[1·3]

PROJETO INDIVIDUAL

JUNTA DE FREGUESIA DA PORTELA
HABITAÇÃO COLECTIVA



Escola Básica e Jardim de Infância da Portela

Biblioteca

Estação de metro
Zona comercial

1. O local de intervenção

O local de intervenção, determinado em estratégia de grupo, para a nova localização da Junta de Freguesia da Portela, assim como de unidades habitacionais, localiza-se no terreno mais a oeste da estratégia, recentemente desocupado de antigas habitações precárias.

Apresenta-se com um forte carácter social de integração cultural. Junto a este existe a urbanização da Portela, habitada por uma classe social alta, 4 torres, inicialmente destinada a funcionários públicos, que apresenta uma classe social média, um bairro social ocupando habitações de pequena escala, e 3 prédios com um forte peso visual ocupados pela comunidade cigana, que pelas suas características culturais que normalmente resultam numa exclusão social, tem particular interesse. Todos estes blocos habitacionais, que carecem de um elemento cultural que dinamize o espaço, caracteriza-se volumetricamente como altas torres, ou blocos, que vivem em função de si mesmas.

A nível topográfico, o local caracteriza-se por se desenvolver, a sul, a oeste e a norte, em torno de uma cota inferior, a este, como se de um anfiteatro natural se tratasse. É a partir desta cota inferior que se faz a ligação à Portela, e a partir das superiores que se liga com a restante envolvente.

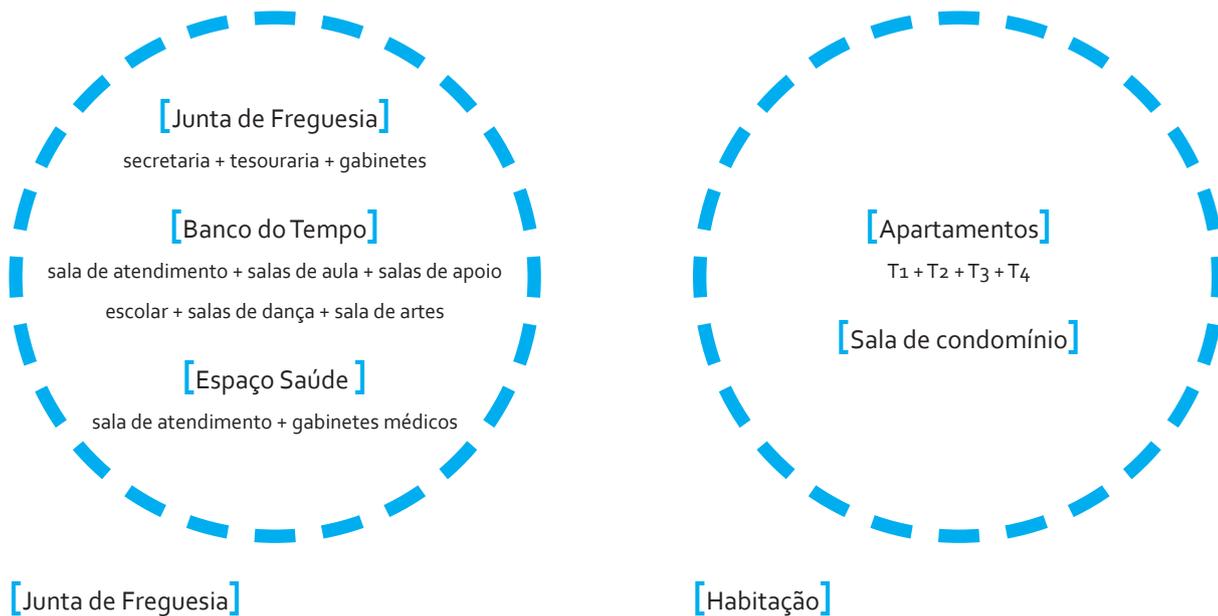
Pretende-se assim que este local se assuma como elemento central na união da Portela com os bairros que a delimitam, perdendo o atual carácter de elemento periférico.





[fig. 3.2] Planta implantação -situação atual | esc.: 1/2000

[fig. 3.2] - [fig. 3.10] Local de intervenção: relação com as intervenções definidas em estratégia de grupo.



[fig. 3.11] Organização programática

2. O programa

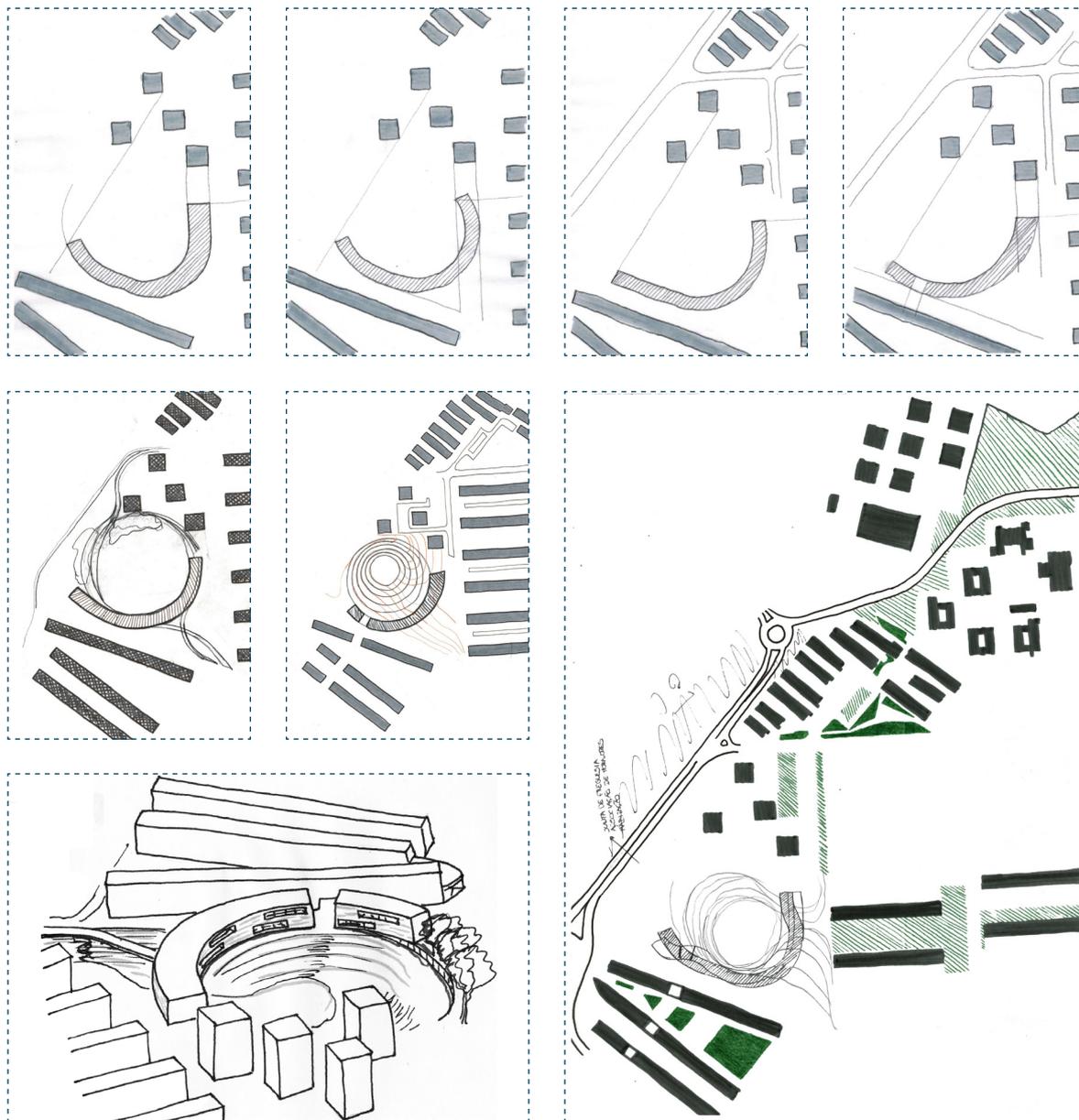
O programa, a Junta de Freguesia da Portela, outrora existente no centro da Portela, que se imagina para o exercício, um local recentemente devastado pelas chamas, em que as suas instalações ocupavam a antiga Escola Secundária da Portela, apresenta por si só, além de um caráter burocrático, mais relacionado com a própria população da Freguesia da Portela, uma vertente lúdica. Um lugar que pretende ocupar o tempo livre de toda a população, independentemente da idade e da classe social que possua.

A habitação, outrora existente também no centro da Portela, no grande edifício dos escritórios, anexo ao centro comercial, surge agora associada ao volume da Junta de Freguesia.

Pretende-se que estes dois programas, juntos, tragam dois tipos de vivência ao local. Por um lado, deslocar-se-ão a este, todos os interessados em programas que se desenvolvam na Junta de Freguesia, por outro lado, todos os habitantes. Assim sendo, prevê-se, que em horários distintos, o local se encontre movimentado, o que confere só por si, segurança.

O projeto desenvolvido foca o programa da Junta de Freguesia, embora se proponham ainda assim variadas tipologias habitacionais para o restante volume.

O programa da Junta de Freguesia desdobra-se em torno de 3 vertentes: a Junta de Freguesia propriamente dita, o Banco do Tempo e o espaço saúde. Realizou-se um levantamento do programa que atualmente define estas 3 vertentes.



[fig. 3.12] Implantação - estudos

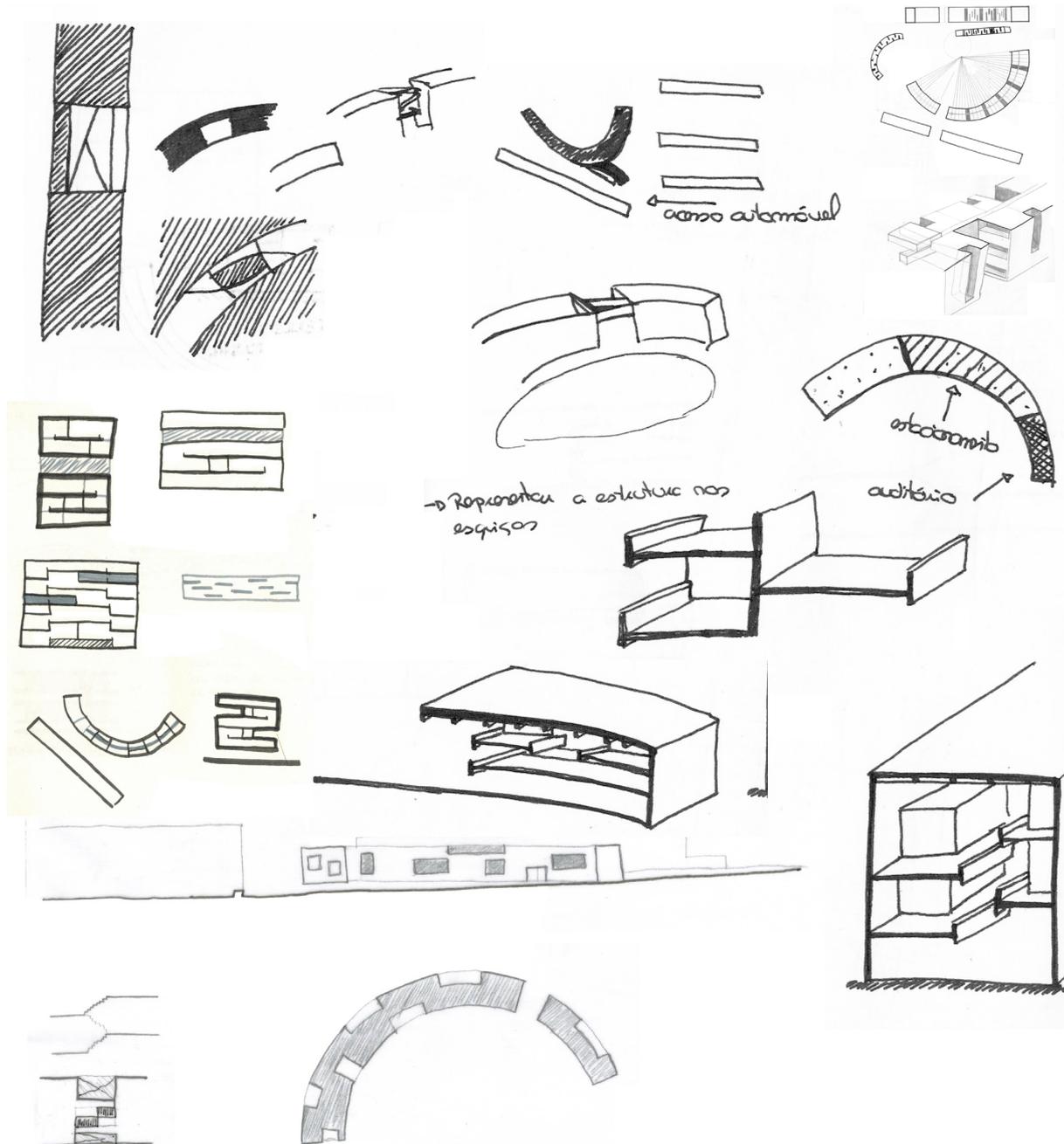
3. O processo de concepção

A volumetria estudada, tem como base a integração do desenho paralelepipedico da Portela e dos prédios da comunidade cigana, como que prolongando ainda o desenho definido pelas 4 torres habitacionais também estas periféricas ao local a intervir, criando um volume circular, envolvendo um centro vazio, onde tudo pode acontecer, aproveitando claramente a questão topográfica. Todo o projeto se desenvolveu em torno do estudo desta curva, além de toda a organização programática, e de como é que esta volumetricamente se poderia assumir.

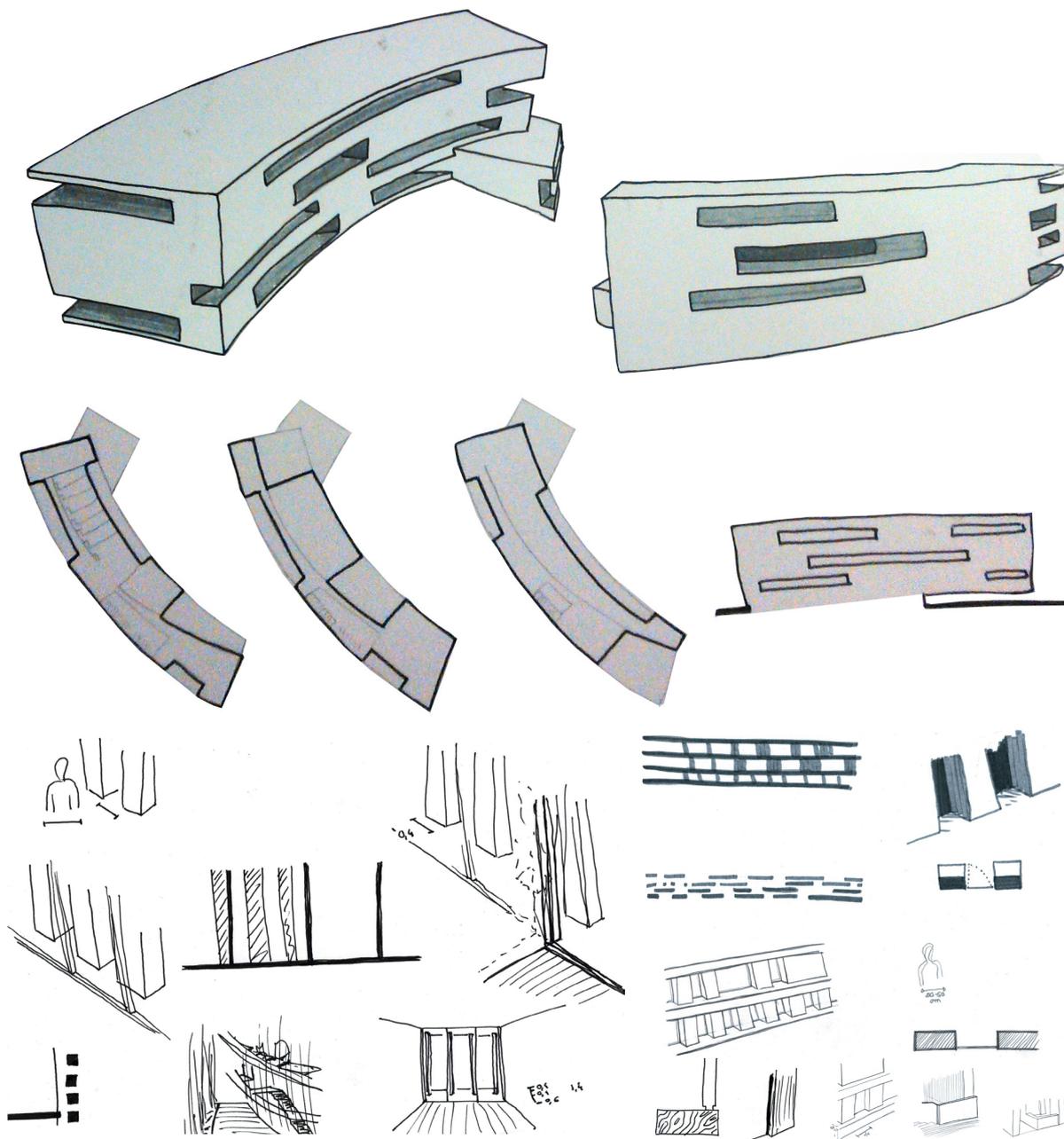
Estre outras referencias importantes ao desenvolvimento do projeto, destacam-se as seguintes:

A **Escola Superior de Artes e Design** (1992-1997), de Vitor Figueiredo, revela-se como um projeto de elevado interesse, no estudo de como é que um volume circular se desenvolve em torno do espaço central que cria, assim de como é que toda a circulação horizontal neste volume se organiza. Foi também importante no entendimento da valorização do programa do auditório face à restante escola, onde este assume claramente a sua existência, ao separar-se do restante volume.

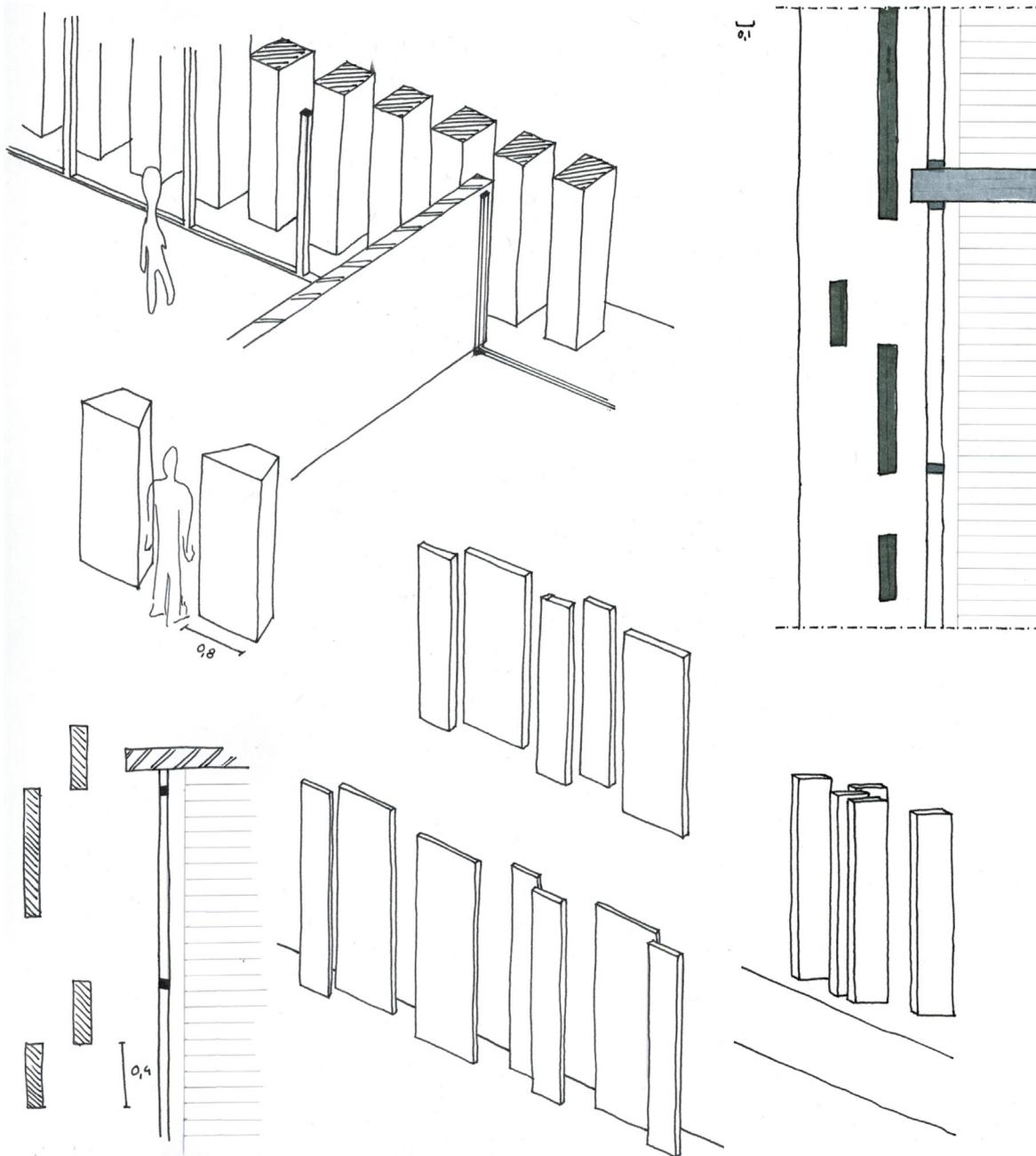
O complexo habitacional **Robin Hood Gardens** (Londres, 1972) desenhado por Alison Smithson e por Peter Smithson surge como referencia fulcral no desenho da habitação, onde através do entendimento do desenho elaborado pelo casal Smithson, se desenhou um conjunto de unidades habitacional, que se distribuem em 3 níveis, onde todo o acesso se faz através de uma galeria localizada no nível intermédio. Resume-se a um módulo de seis unidades habitacionais, que é repetido duas vezes, e que através do qual são realizadas adaptações para desenhar as habitações localizadas nos extremos dos 3 primeiros pisos, assim como as habitações do ultimo andar.



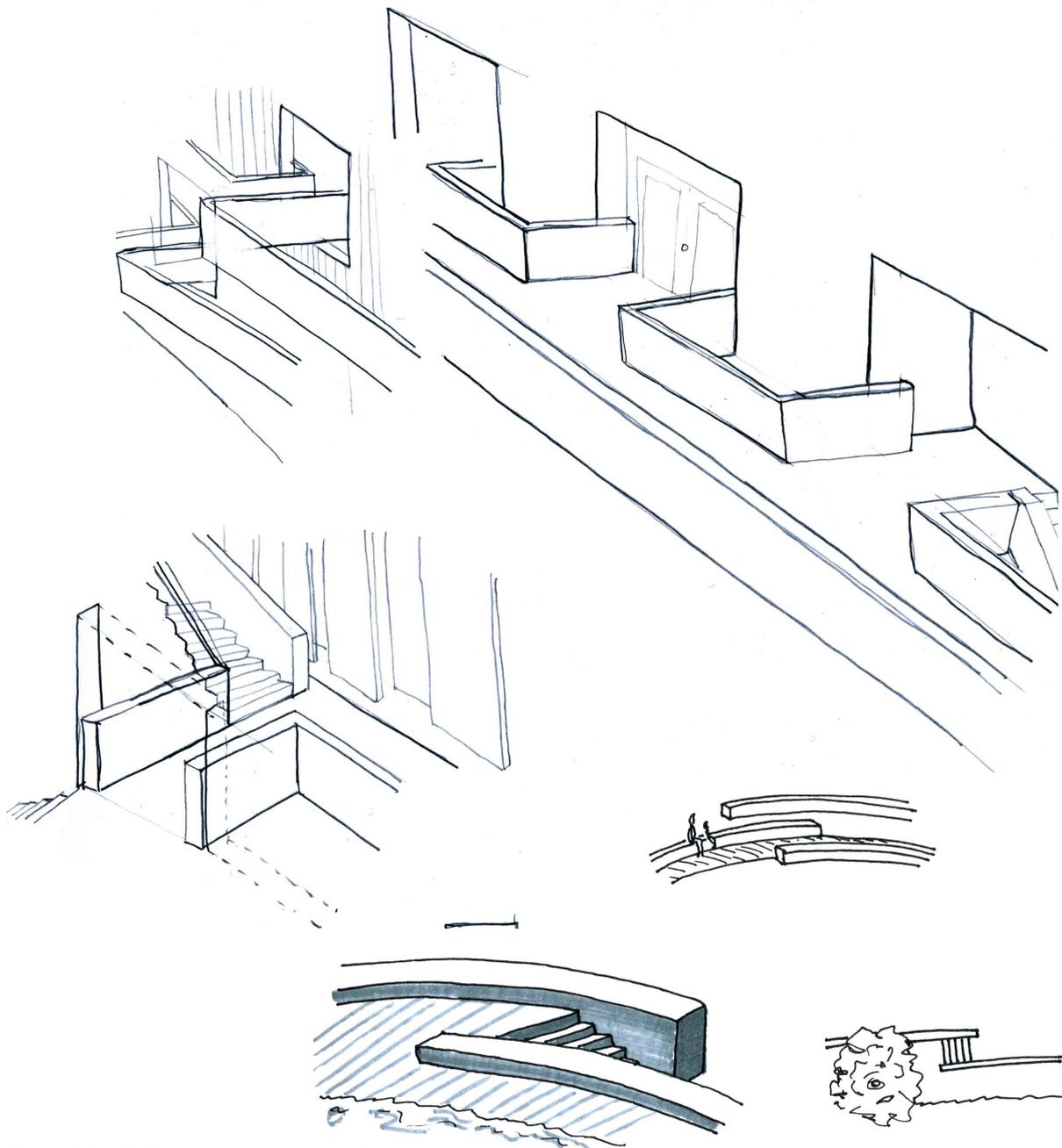
[fig. 3.13] Organização funcional - estudos



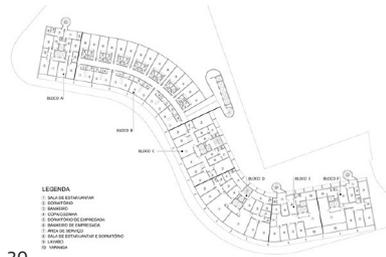
[fig. 3.13] Organização funcional - estudos



[fig. 3.14] Fachada - estudos



[fig. 3.15] Circulação interior e exterior - estudos



EDIFÍCIO COPAN

1952

Oscar Niemeyer e Carlos A.C.Lemos
São Paulo, Brasil

ELOGIO DO HORIZONTE

1990

Eduardo Chillida
Gijón, Espanha

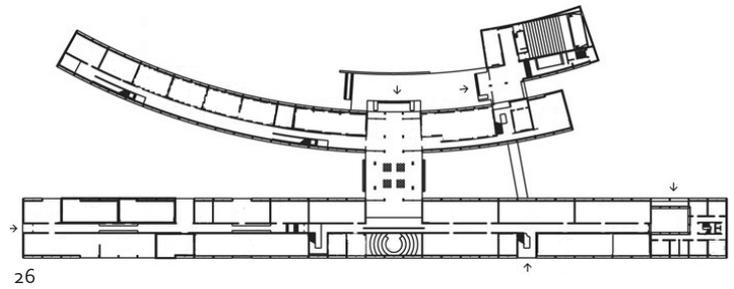


[fig. 3.16] - [fig. 3.20] Edifício Copan

[fig. 3.21] - [fig. 3.22] Elogio do horizonte

COLINA DE CAMÕES

2006
Cristina Castel-Branco
Coimbra, Portugal



ESCOLA SUPERIOR DE ARTE E DESIGN

1992-97
Vitor Figueiredo
Caldas da Rainha, Portugal

[fig. 3.23] - [fig. 3.24] Colina de Camões
[fig. 3.25] - [fig. 3.28] Escola superior de arte e design



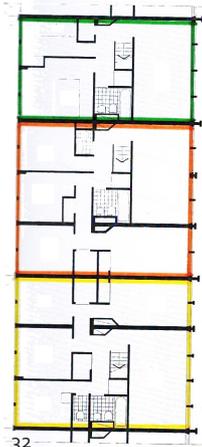
29



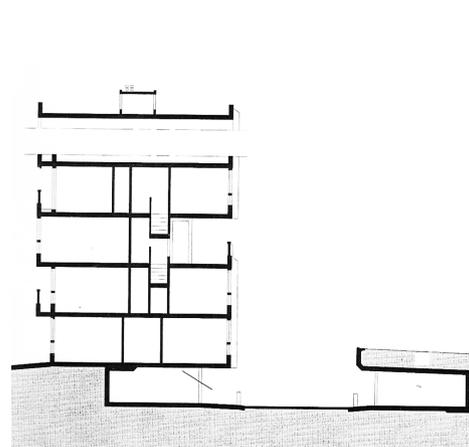
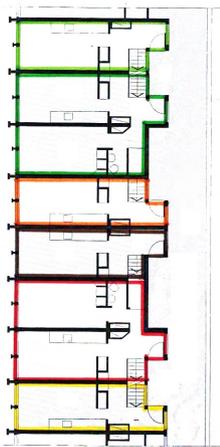
30



31



32



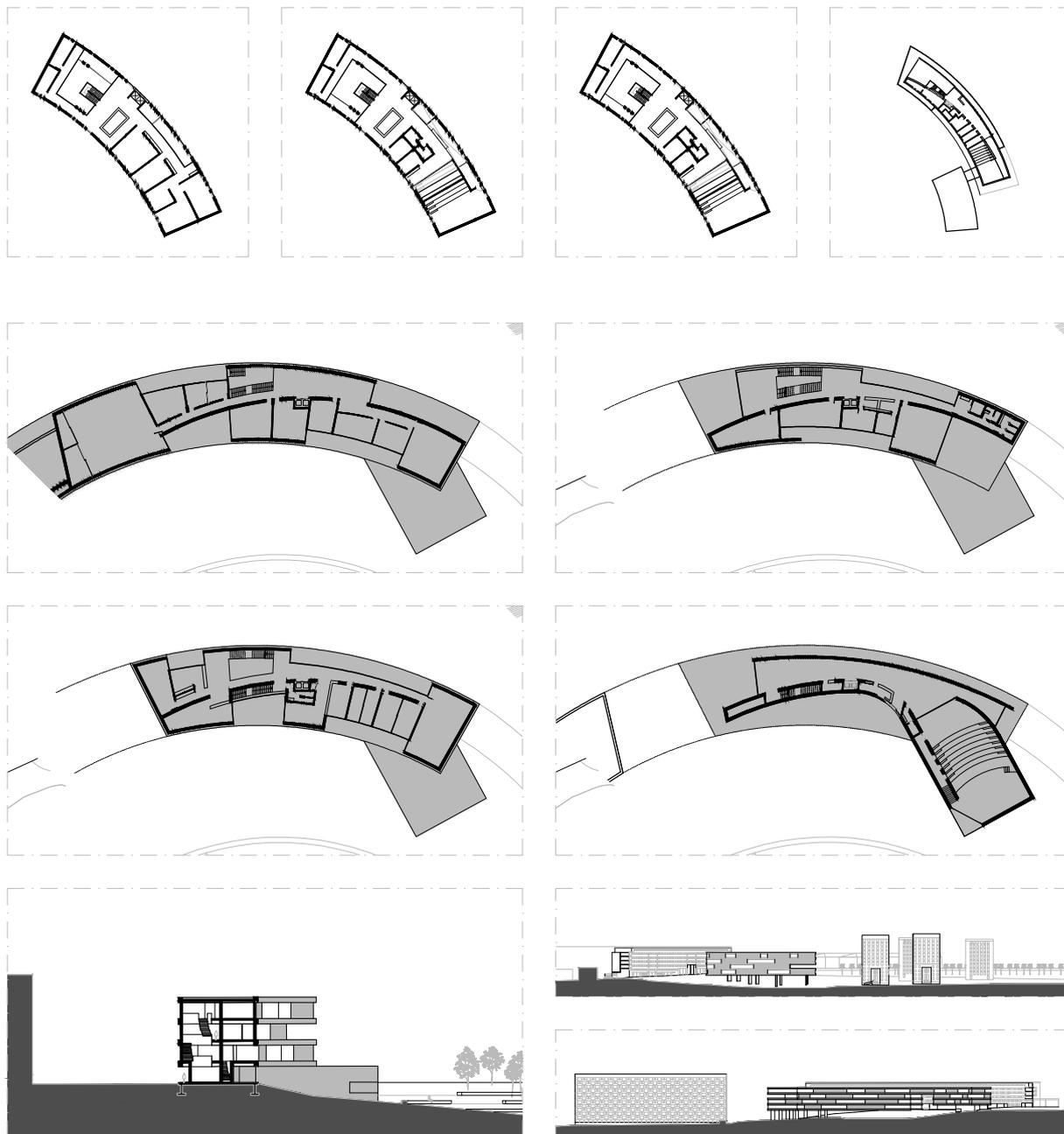
EDIFÍCIOS ROBIN HOOD GARDENS

1972

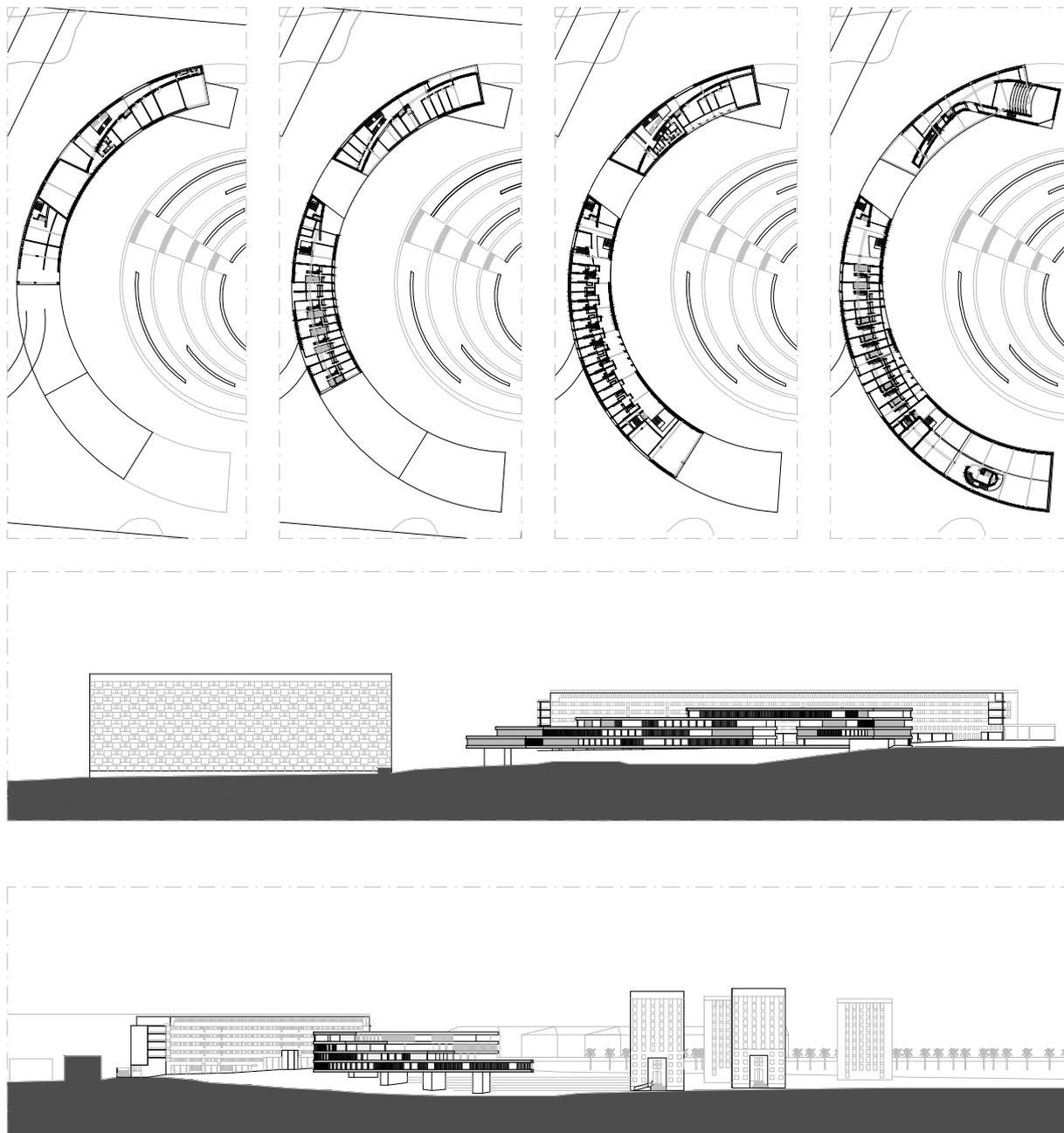
Alison & Peter Smithson

Londres, Reino Unido

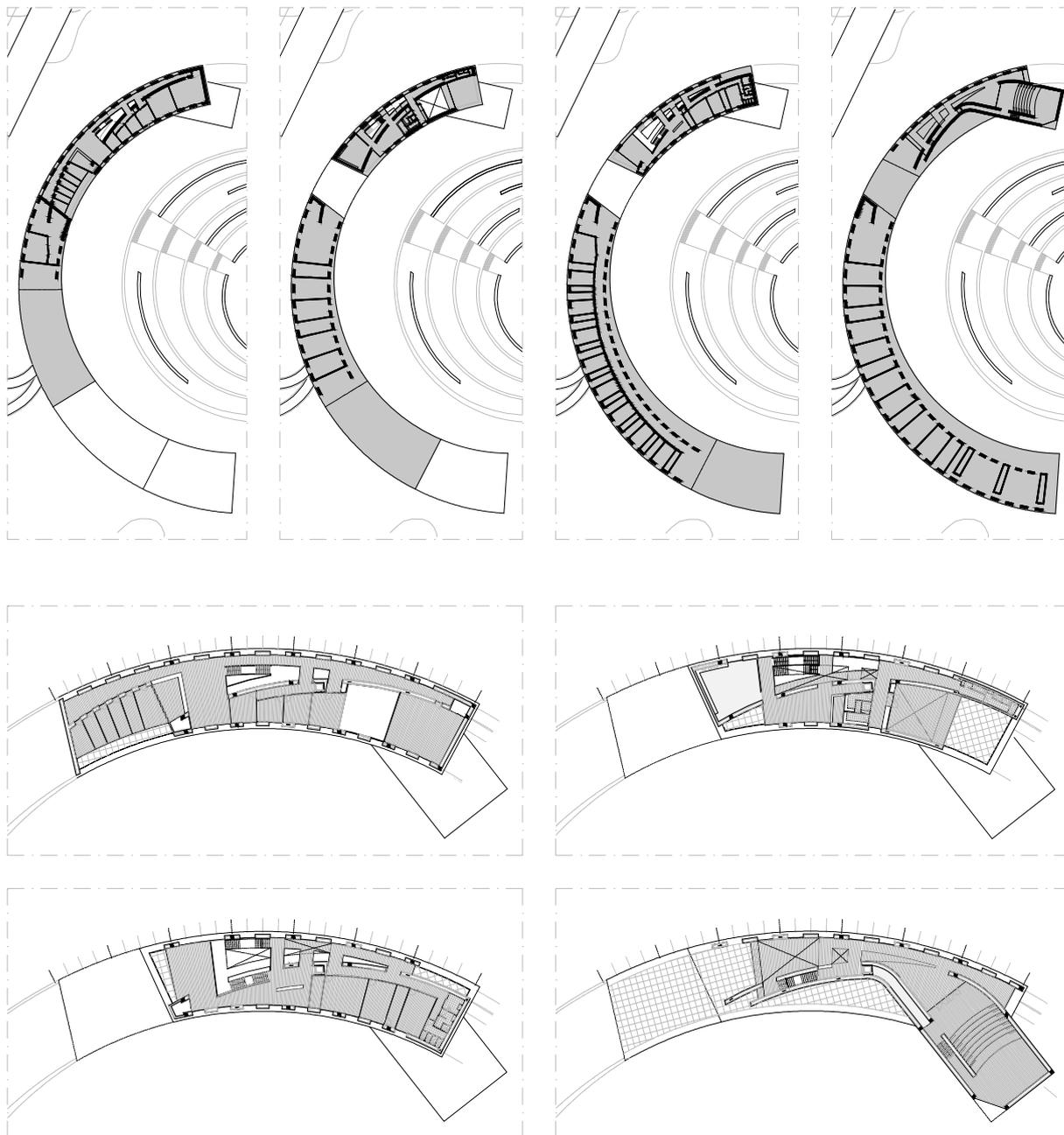
"A cozinha e a sala de jantar estão situadas no nível da entrada, após as escadas, que são perpendiculares ao eixo principal do apartamento. Em cima e embaixo, os dormitórios estão localizados na parte mais 'tranquila' de cada bloco, voltados para o espaço central, e as salas de estar no lado mais ruidoso, da rua". (fonte: French, H., (2009), *Os + importantes conjuntos habitacionais do século XX*. Brochado)



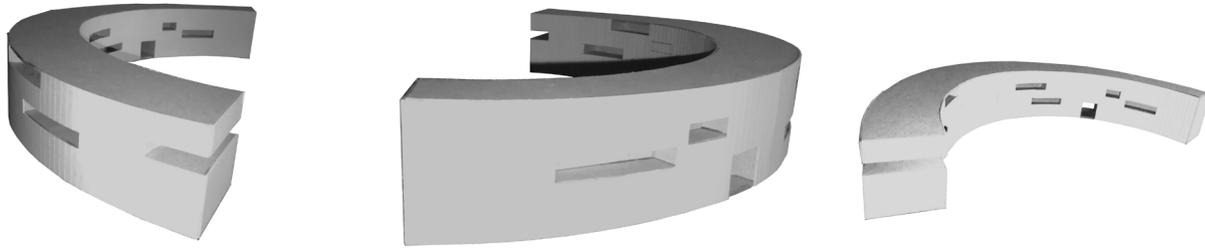
[fig. 3.33] Plantas, cortes e alçados - estudos



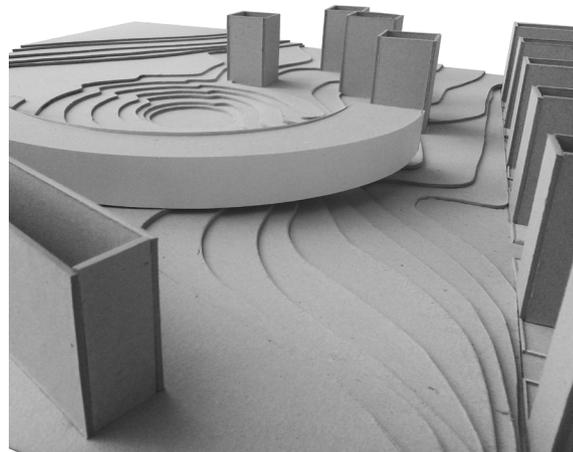
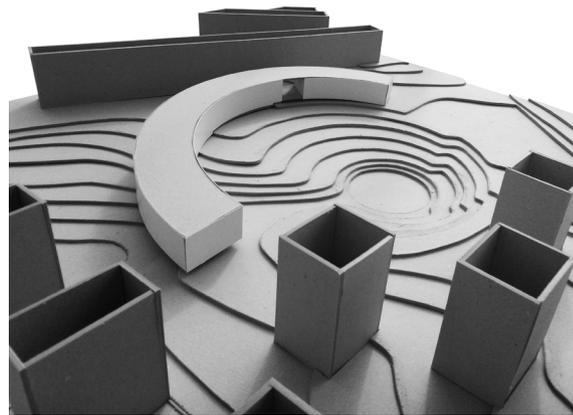
[fig. 3.34] Plantas, cortes e alçados - estudos



[fig. 3.35] Plantas, cortes e alçados - estudos



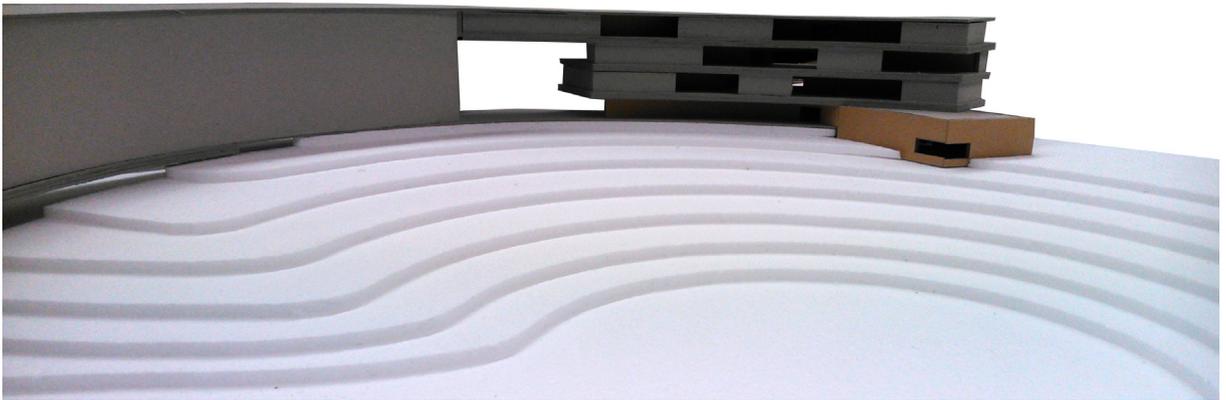
[fig. 3.36] Maqueta de estudo | esc.: 1/500



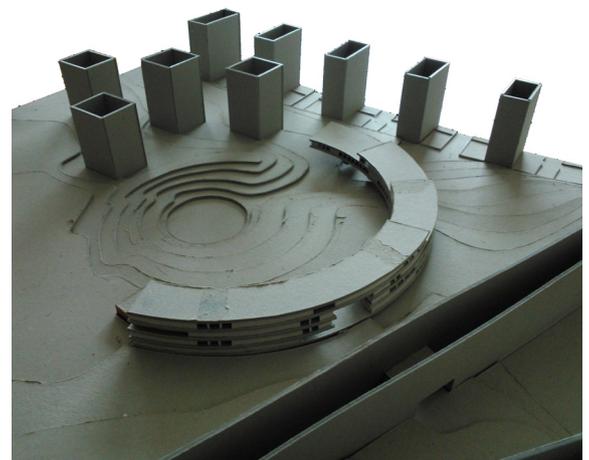
[fig. 3.37] Maqueta de estudo | esc.: 1/500



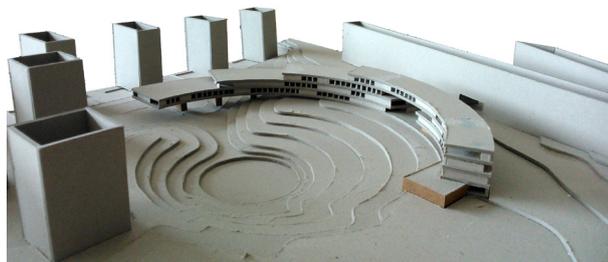
|fig. 3.38| Maqueta de estudo | esc.: 1/200



|fig. 3.39| Maqueta de estudo | esc.: 1/200



|fig. 3.40| Maqueta de estudo | esc.: 1/500

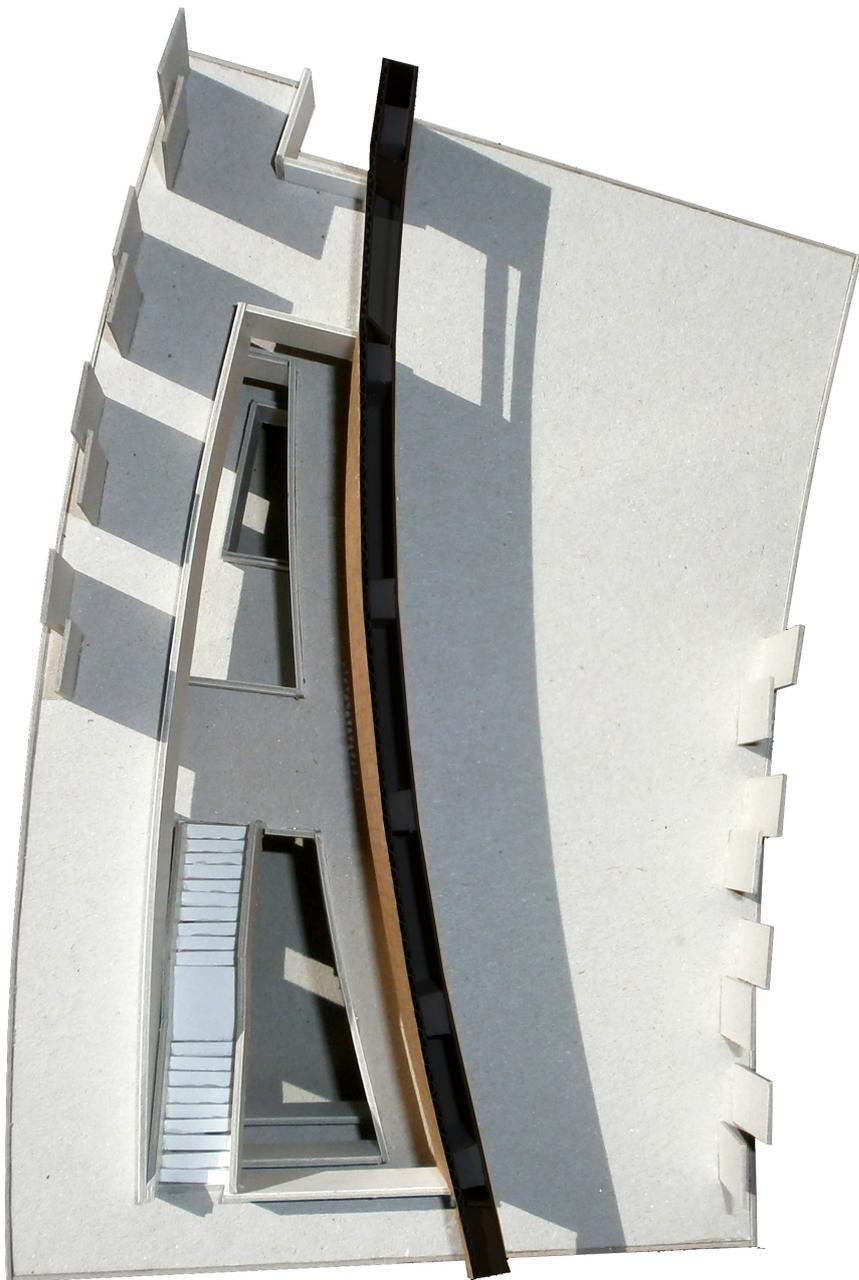


[fig. 3.41] Maqueta de estudo | esc.: 1/500

102



[fig. 3.42] Maqueta de estudo | esc.: 1/100



[fig. 3.43] Maqueta de estudo | esc.: 1/100

4. O projeto

A volumetria estudada, tem como base a integração do desenho paralelepipedico da Portela e dos prédios da comunidade cigana, como que prolongando ainda o desenho definido pelas 4 torres habitacionais também estas periféricas ao local a intervir. É assim criado um volume circular, envolvendo um centro vazio, onde tudo pode acontecer, aproveitando claramente a questão topográfica.

O facto de metade do volume estar praticamente suspenso, apoiando-se em pilares exageradamente espessos, assumindo um forte peso visual, permite um maior fluxo de percursos, permitindo melhores relações entre as envolventes, permitindo também, que todo o espaço central se abra para a Portela, não constituindo o volume uma barreira visual. Assume uma forte relação com os prédios da comunidade cigana, ao prolongar um caminho existente perpendicularmente aos três prédios, “guiando” este vazio de circulação para outro de maiores dimensões, que permite uma permanência e uma forte relação com a restante envolvente.

Caracteriza-se o projeto pelas suas 3 “personagens”: a fachada, as lajes, e a parede. O desenho da fachada, em módulos de 2 metros de betão, pretende intensificar, ou quebrar relações com o exterior, dependendo estas do programa interior. As lajes, ao sair 50cm do limite da fachada, e ao se expressarem no seu exterior como tendo 1m de espessura, pretendem acentuar a horizontalidade do projeto, como se de uma referência à horizontalidade das fachadas dos prédios da Portela se tratasse. Por último, “a parede”, diz respeito à grande parede em betão, central e estrutural à secção do edifício dedicada à Junta de Freguesia, que não sendo paralela aos limites, pretende guiar, separar a circulação dos espaços de estar, e ainda, unir não só fisicamente, mas também visualmente, todos os níveis.

Como que se separando deste volume, surge a Sala de Atos, em género de auditório para 110 pessoas, onde no piso térreo da Junta de Freguesia. Pretende-se que este espaço se assume volumetricamente, saindo dos limites do restante volume, e onde o seu revestimento a madeira, o destaca das laminas da fachada, assim como das lajes em betão. É o espaço da comunidade, onde esta pode interferir nos assuntos burocráticos da Junta de Freguesia, ou onde se pode ir assistir a uma peça de teatro, a um filme, ...

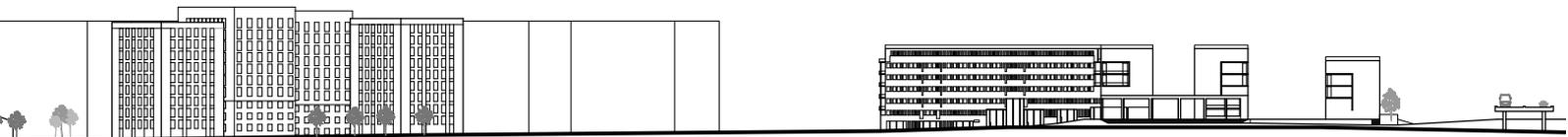
O projeto adquire um maior desenvolvimento no programa da Junta de Freguesia. Esta desenvolve-se em quatro níveis. No térreo apenas se situa a sala de atos, e todo o acesso a esta. No primeiro nível, surge todo o programa burocrático associado à Junta de Freguesia, como gabinetes de direção, secretaria

e tesouraria. No seguinte nível surge a recepção e sala de convívio do Banco do tempo, assim como a sala de artes e de dança. No último nível, que se prevê mais silencioso, e menos movimentado, desenvolve-se o restante programa associado ao Banco do Tempo, tal como o associado ao Espaço saúde, onde surge a sala de espera e os diferentes gabinetes médicos.

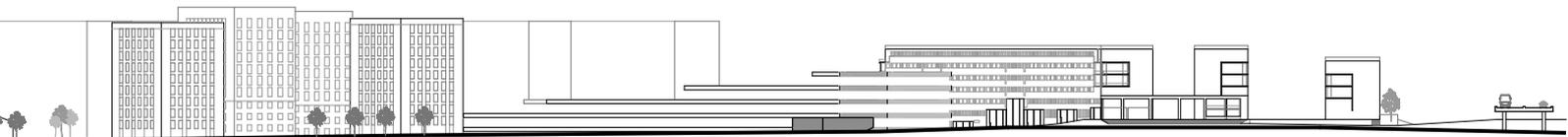
A nível material, o espaço caracteriza-se por dois tipos de vivência: estar e circular. Assim, a expressão material pretende acentuar esta relação, ao conferir características diferentes de conforto ao espaço. A parte do volume dedicada à circulação, tem o betão aparente como sua maior expressão material. É também aqui que o pé-direito é maior, como que acentuando a relação de verticalidade assumida pela “parede” anteriormente referida. A outra parte, dedicada aos diferentes programas, reveste as diferentes superfícies a madeira e reboco pintado de branco. A junção entre os diferentes materiais, que quando revestem uma superfície, revestem esta na sua íntegra, não se dá de forma direta, existindo sempre um pequeno vazio, como se as paredes não tocassem umas nas outras.

A secção do volume dedicada à habitação, revela uma forte referência do projeto estudado da autoria do casal Smithson, ao utilizar o mesmo sistema de módulos habitacionais, encaixados como que peças de tetrís se tratassem, e ainda no desenho das entradas das habitações, que se localiza no piso intermédio. Assim sendo, para as habitações localizadas nos 3 primeiros níveis, o acesso faz-se pelo piso intermédio, o 1º, em que se localizam as zonas comuns das habitações, como salas e cozinhas, é superior, ou inferior a este que se localizam os quartos. Pretende-se que este acesso se assuma como exterior, de tal modo, que não se fecha para este através de um envidraçado, muito pelo contrário, abre-se, por não existir nada que quebre a relação do ambiente exterior com o interior. No último nível, o 3º piso, localizam-se as entradas para as restantes habitações. É no piso térreo, o que mais se prolonga na curva, que se localiza, no seu extremo, a zona comum dos habitantes, como a sala de condomínio.

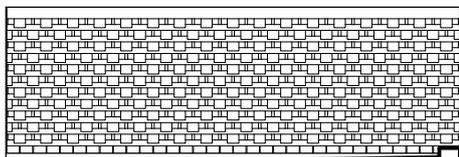
O estacionamento subterrâneo desenvolve-se apenas na secção do volume dedicado à habitação, sendo, por isso, apenas dedicado aos habitantes. Uma vez que a secção do edifício dedicada à Junta de Freguesia possui uma estrutura independente do restante volume, onde uma parede central não paralela aos limites da planta suporta grande parte do peso exercido, não sendo por isso viável o desenvolvimento de um piso subterrâneo.



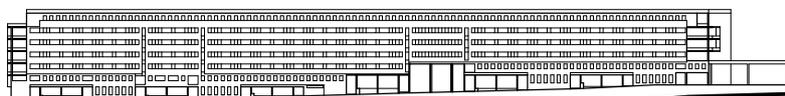
[fig. 3.44] Alçado Avenida do Ralis - situação existente | esc. 1/2000



[fig. 3.45] Alçado Avenida do Ralis - proposta | esc. 1/2000

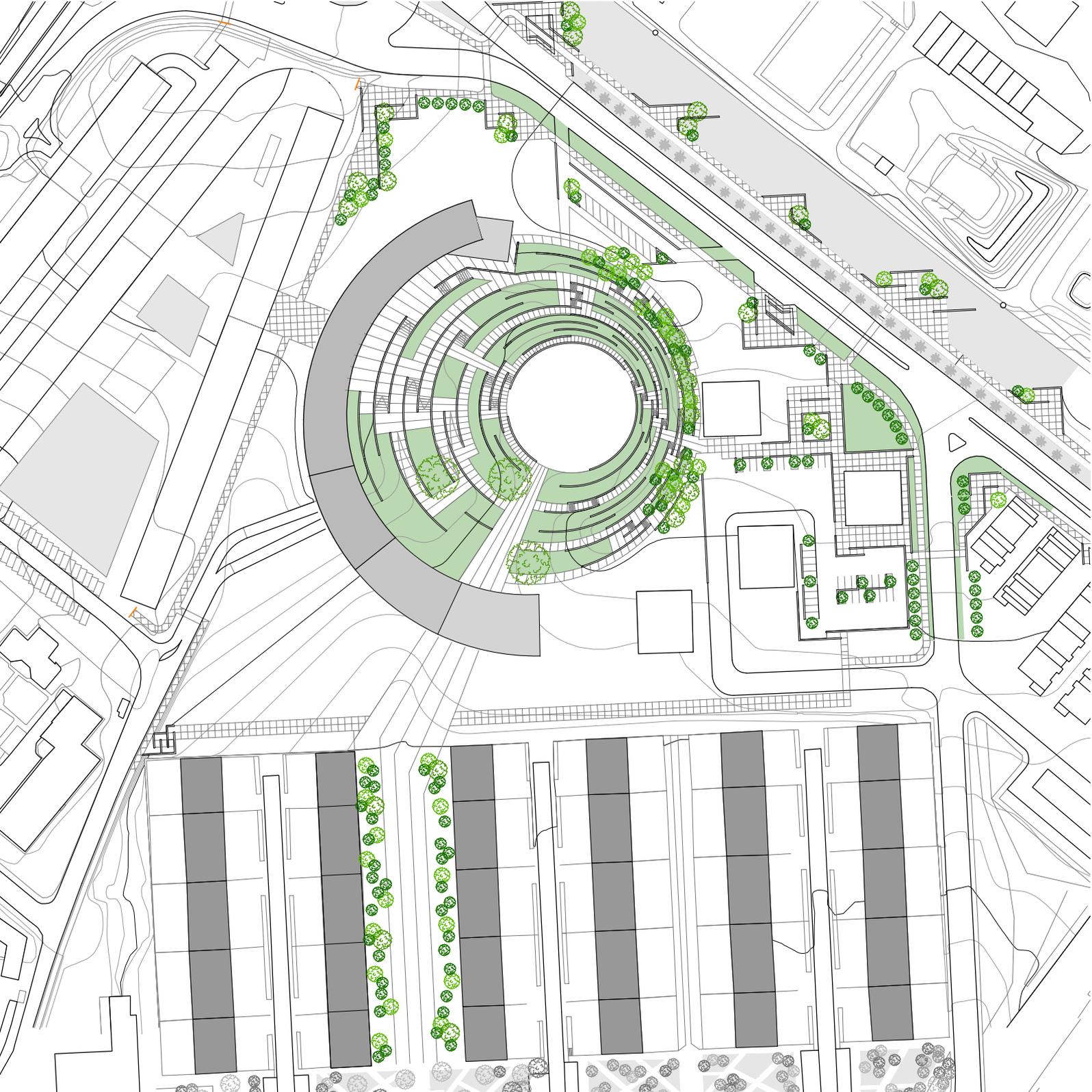


[fig. 3.46] Alçado norte - situação existente | esc. 1/2000



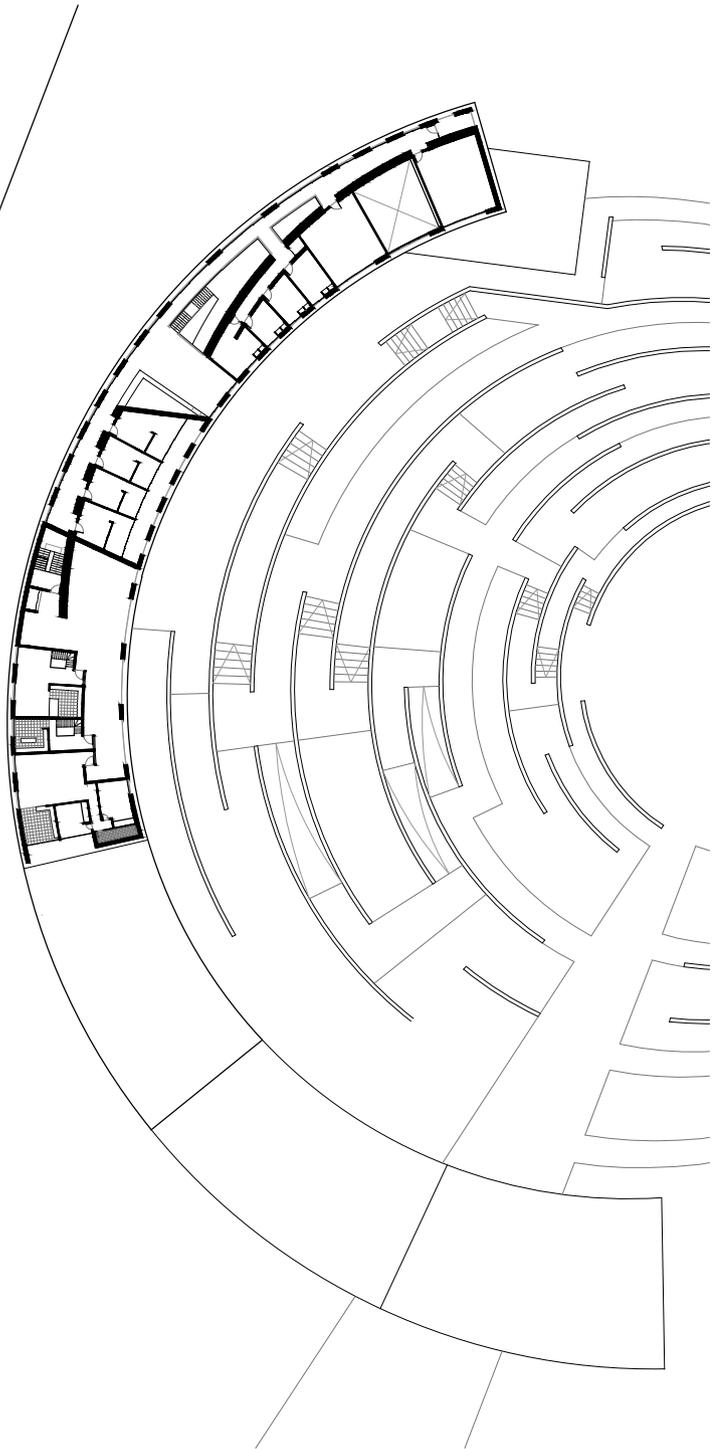
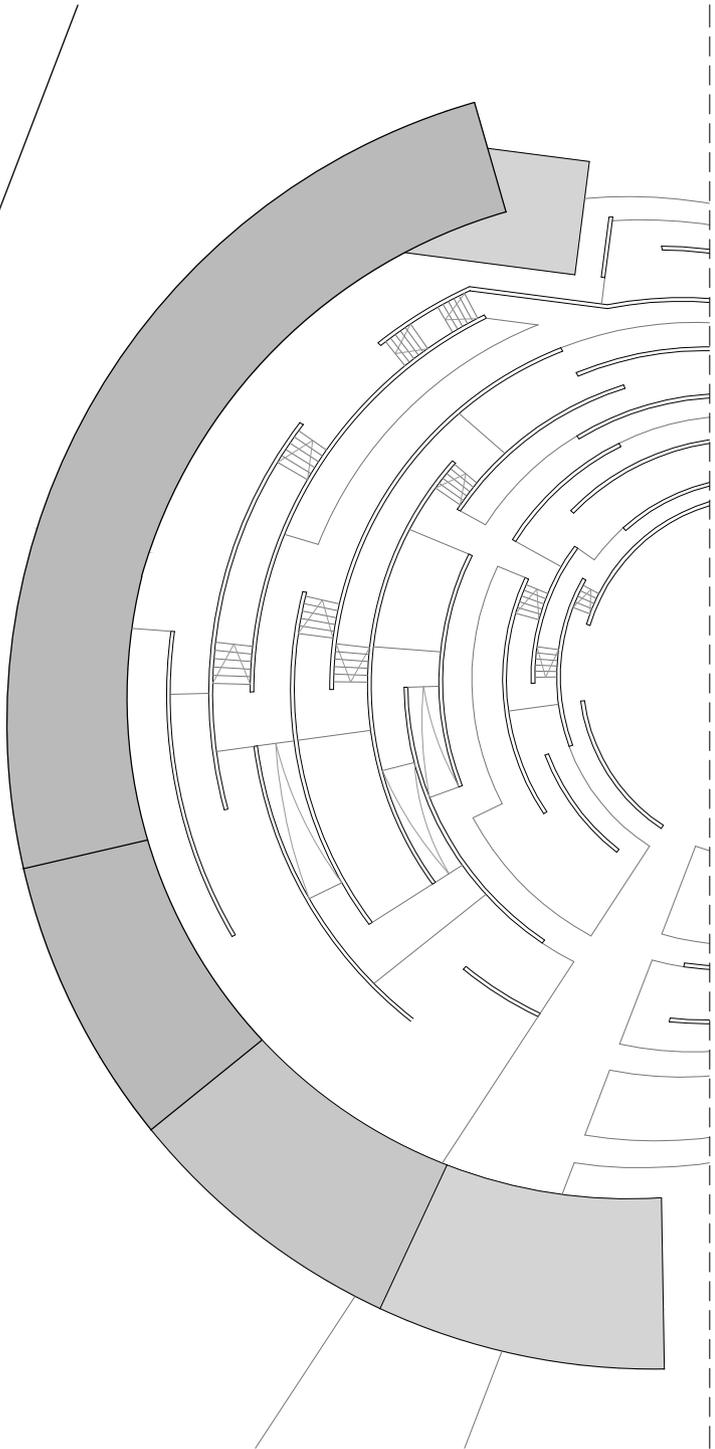
[fig. 3.47] Alçado norte - proposta | esc. 1/2000

[fig. 3.48] Planta de implantação | esc. 1/2000



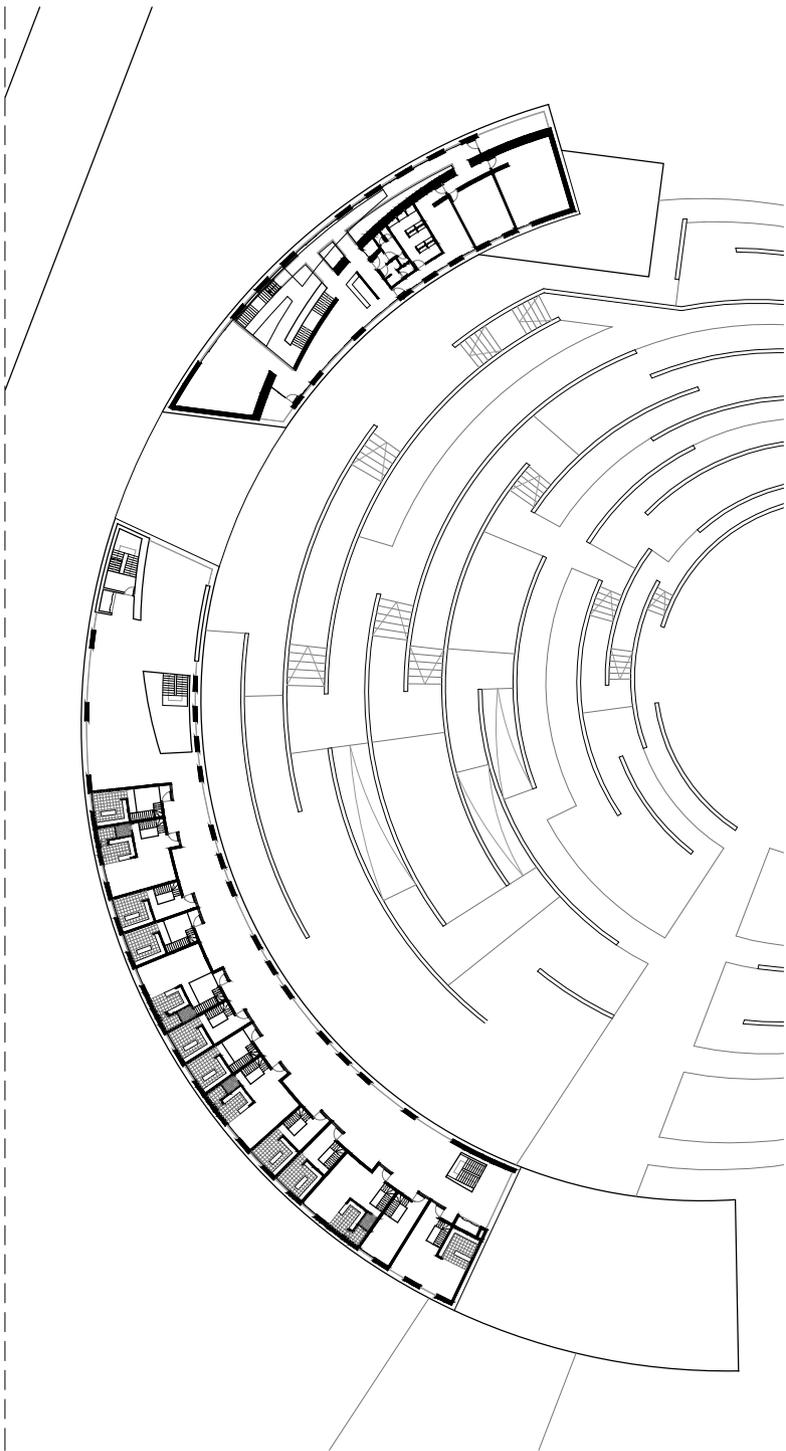
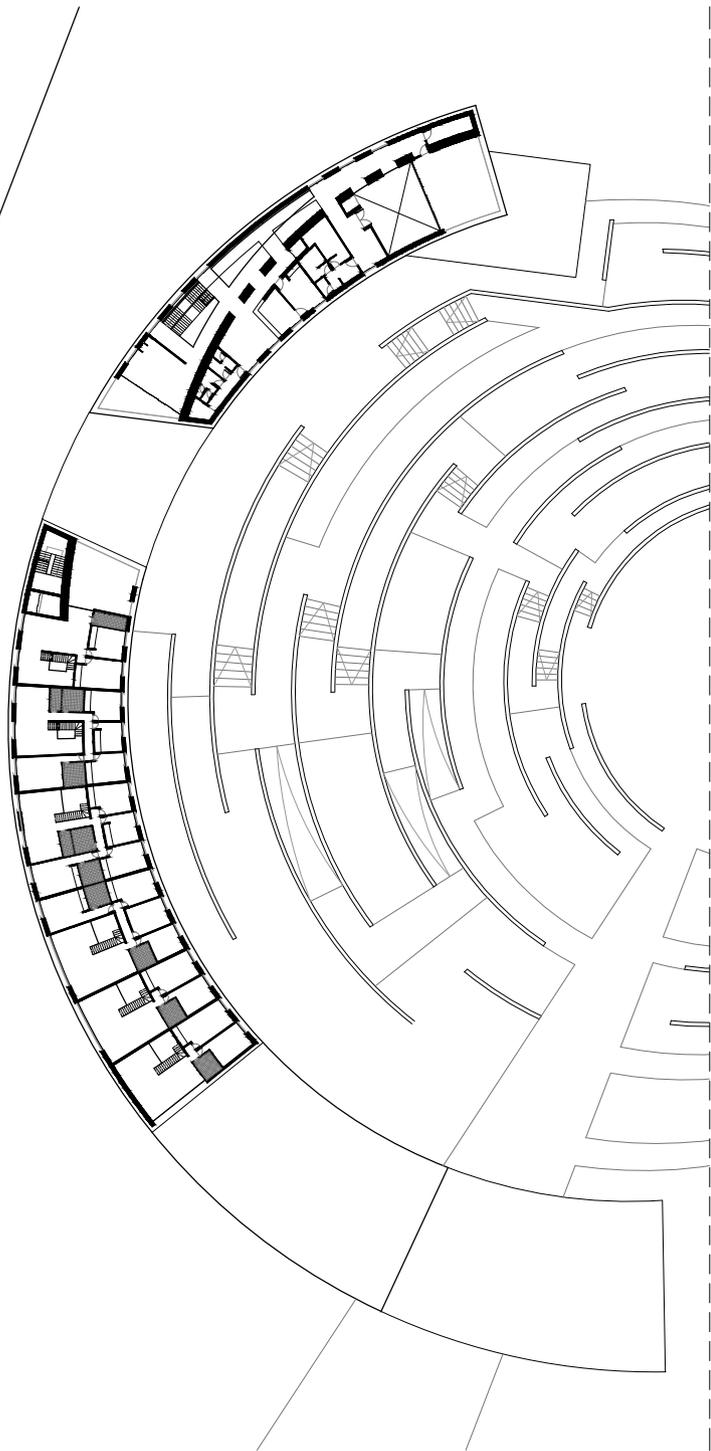
[fig. 3.49] Planta de cobertura | esc. 1/1000

[fig. 3.50] Planta do 3º nível | esc. 1/1000

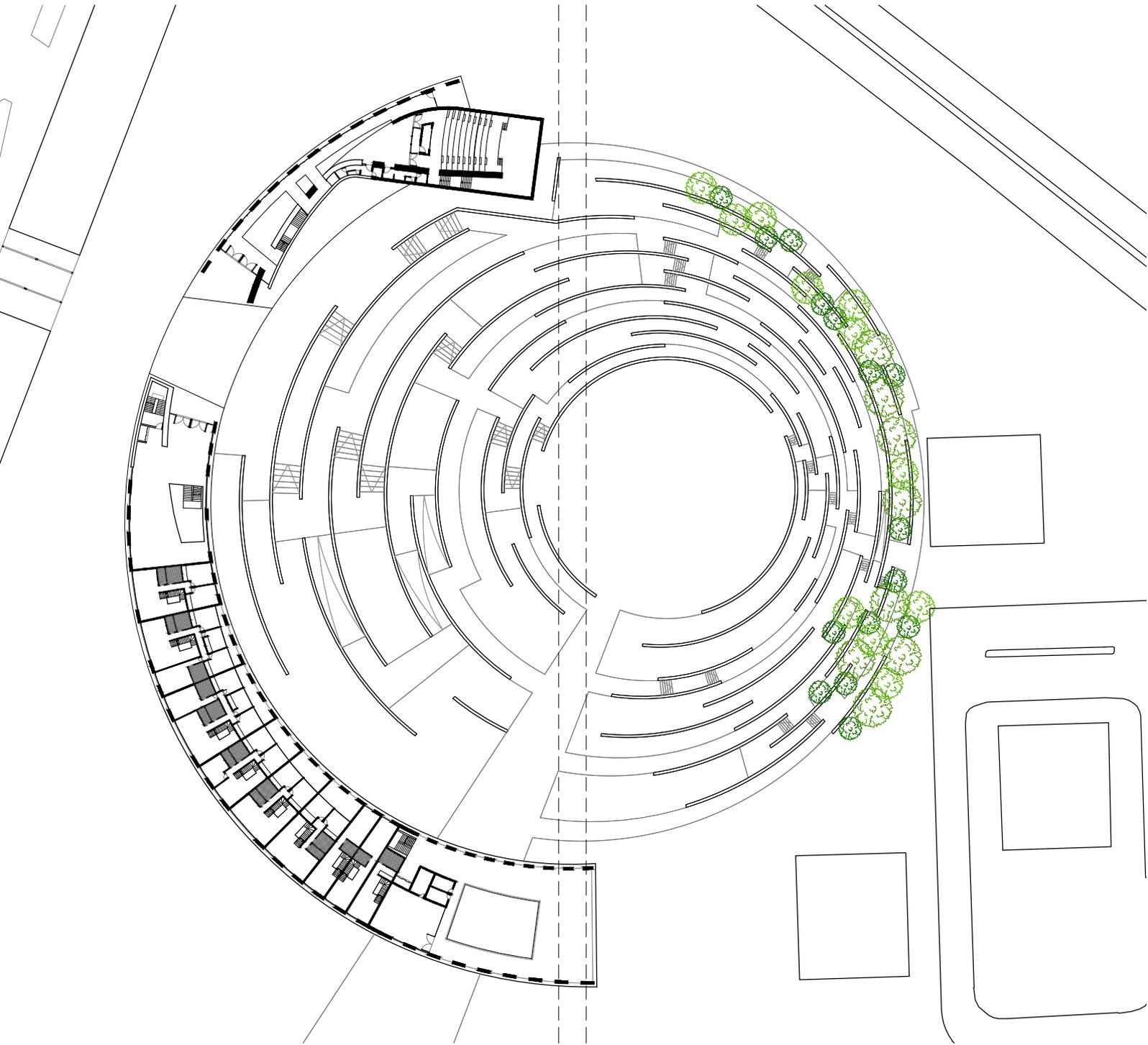


[fig. 3.51] Planta do 2º nível | esc. 1/1000

[fig. 3.52] Planta do 1º nível | esc. 1/1000

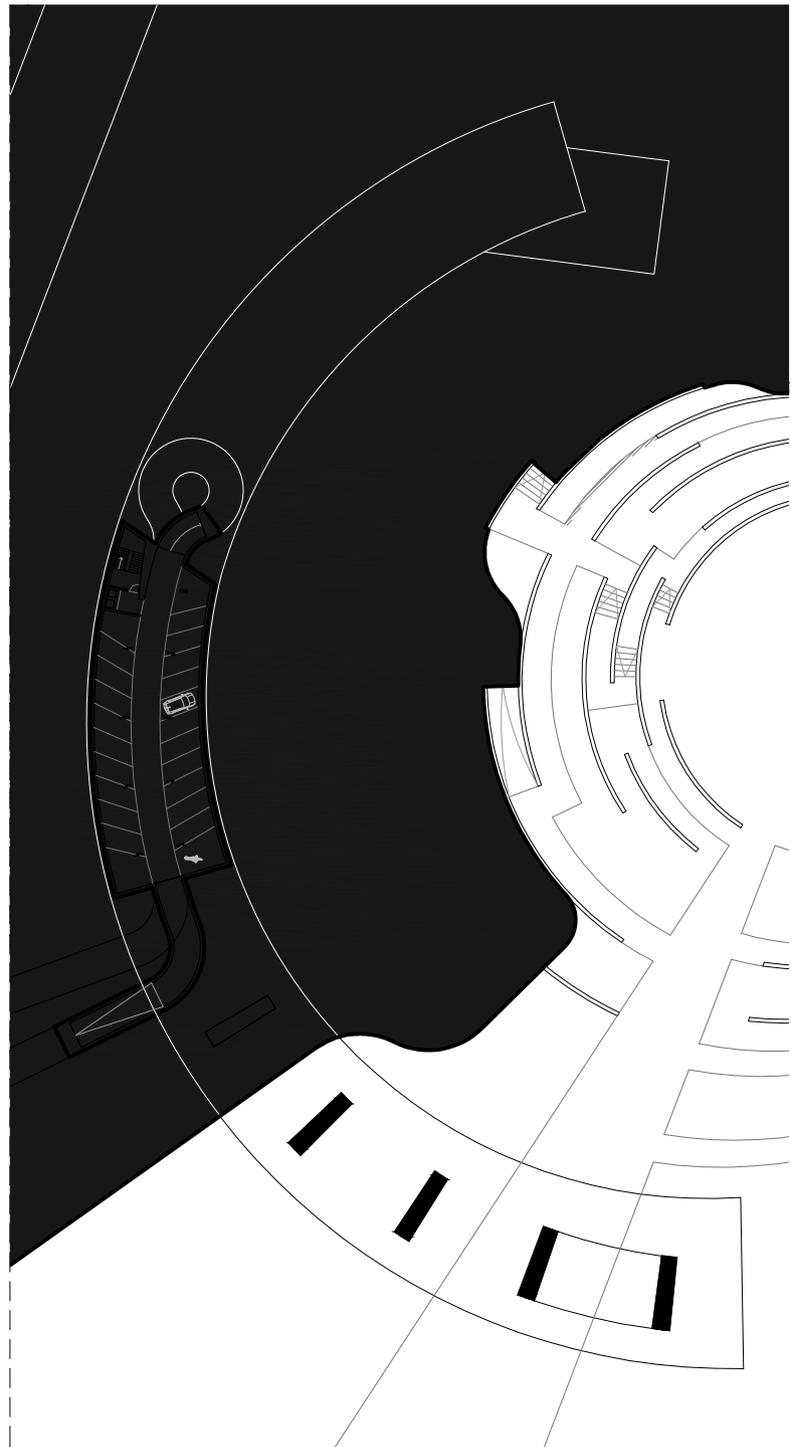
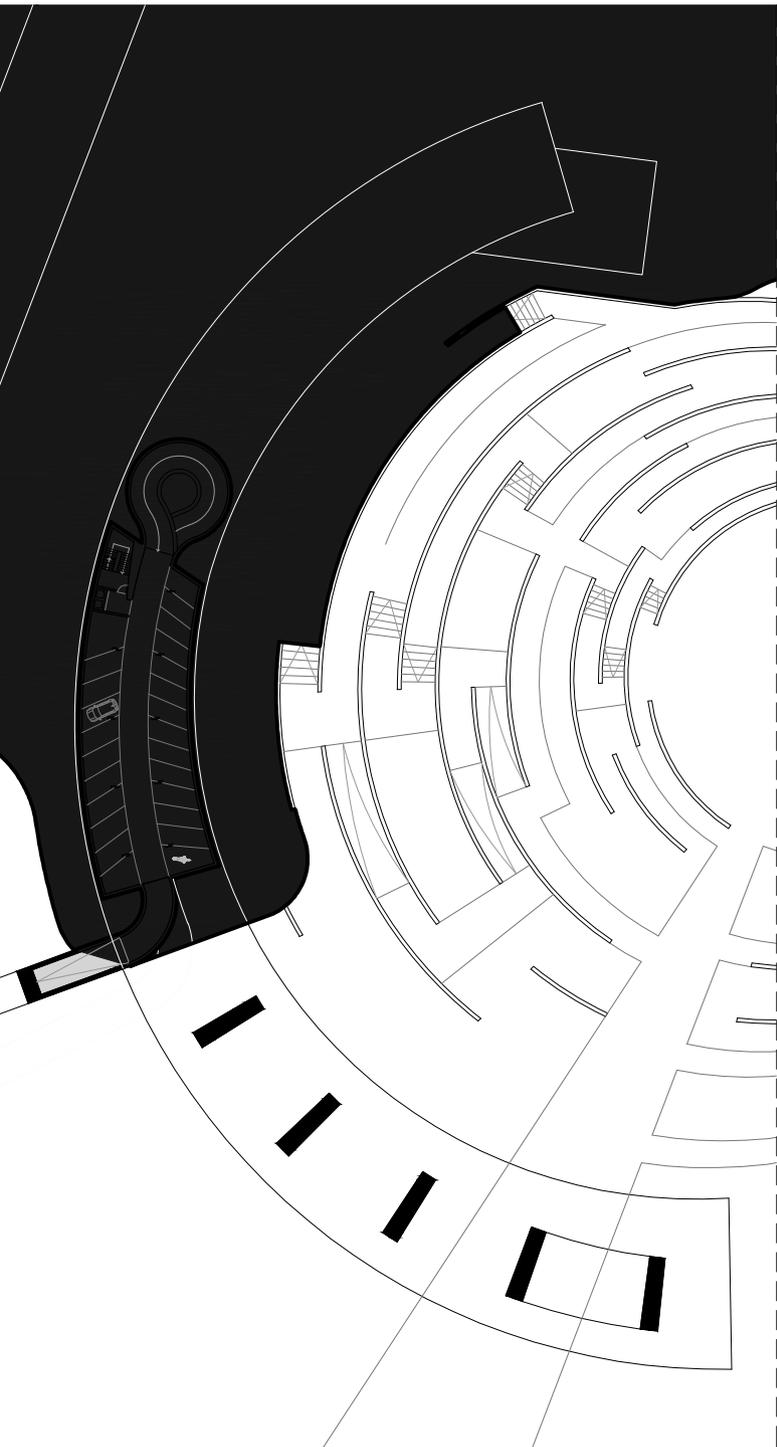


[fig. 3.53] Planta térreo | esc. 1/1000



[fig. 3-54] Planta nível -1 | esc. 1/1000

[fig. 3-55] Planta nível -2 | esc. 1/1000



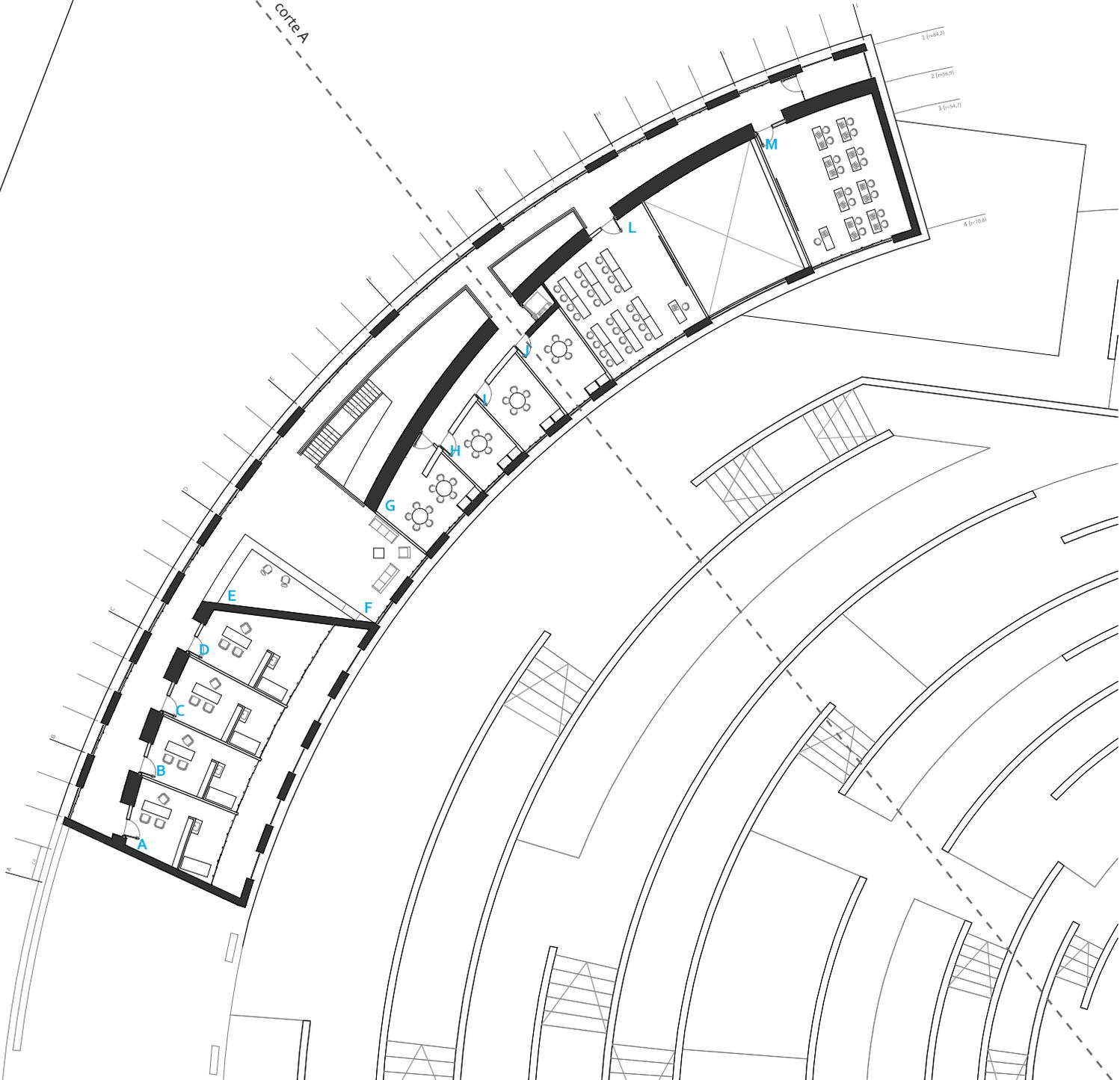
Espaço Saúde

- A. Gabinete Médico (32m²)
- B. Gabinete Médico (33m²)
- C. Gabinete Médico (33m²)
- D. Gabinete Médico (35m²)
- E. Recepção (49m²)
- F. Sala de espera (72m²)

Banco do Tempo

- G. Sala de explicações (32m²)
- H. Sala de explicações (18m²)
- I. Sala de explicações (21m²)
- J. Sala de explicações (24m²)
- L. Sala de aulas (75m²)
- M. Sala de informática (82m²)

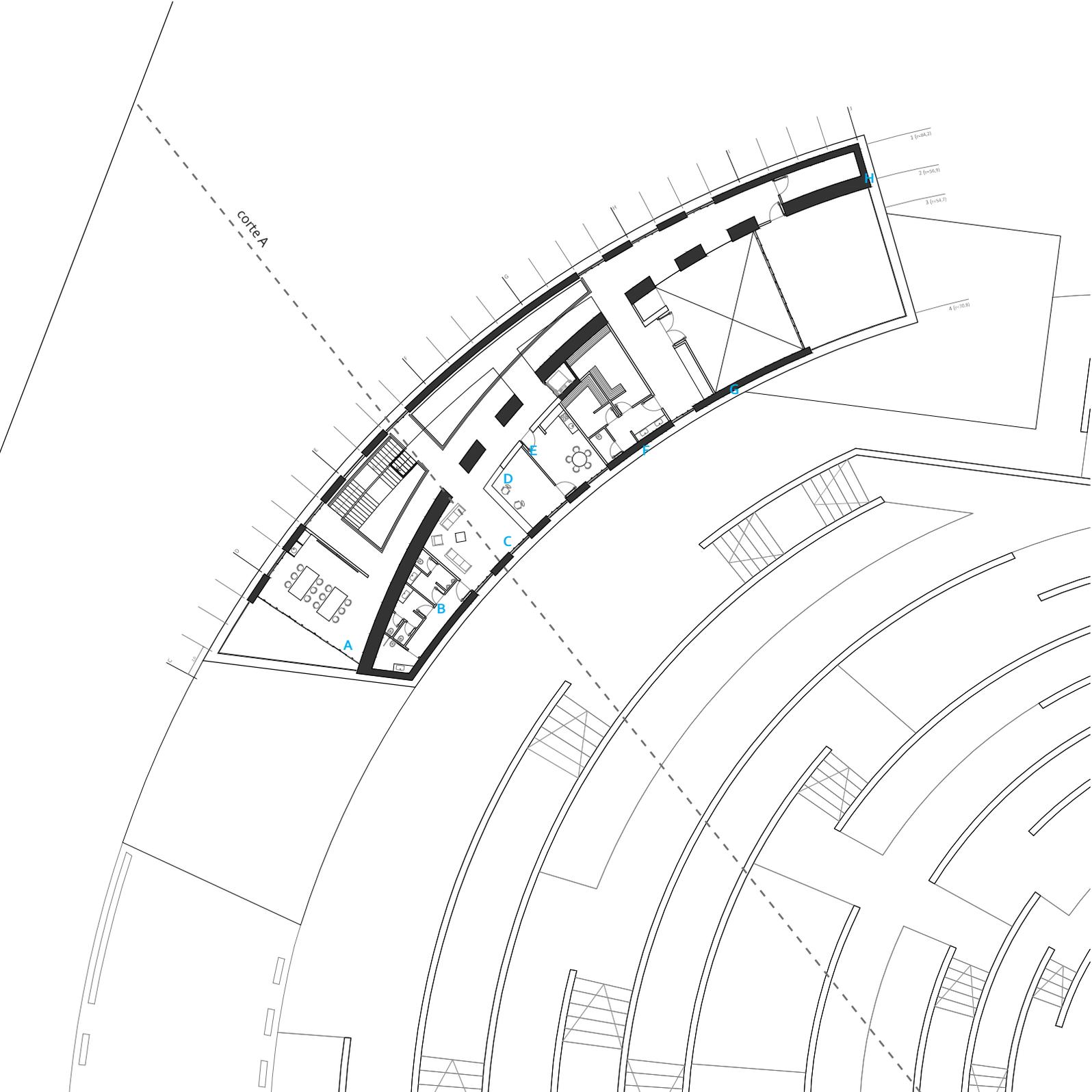
Corte A



Banco do Tempo

- A. Atelier Livre (52m²)
- B. Instalações sanitárias (28m²)
- C. Sala de convívio (37m²)
- D. Recepção (21m²)
- E. Sala de Funcionários (23m²)
- F. Vestiário (35m²)
- G. Sala de dança (78m²)
- H. Arrumos (8m²)

fig. 3.57 Junta de Freguesia - planta 2º nível | esc. 1/500



corte A

1 (r=84.2)

2 (r=96.8)

3 (r=104.7)

4 (r=118.8)

A

B

C

D

E

F

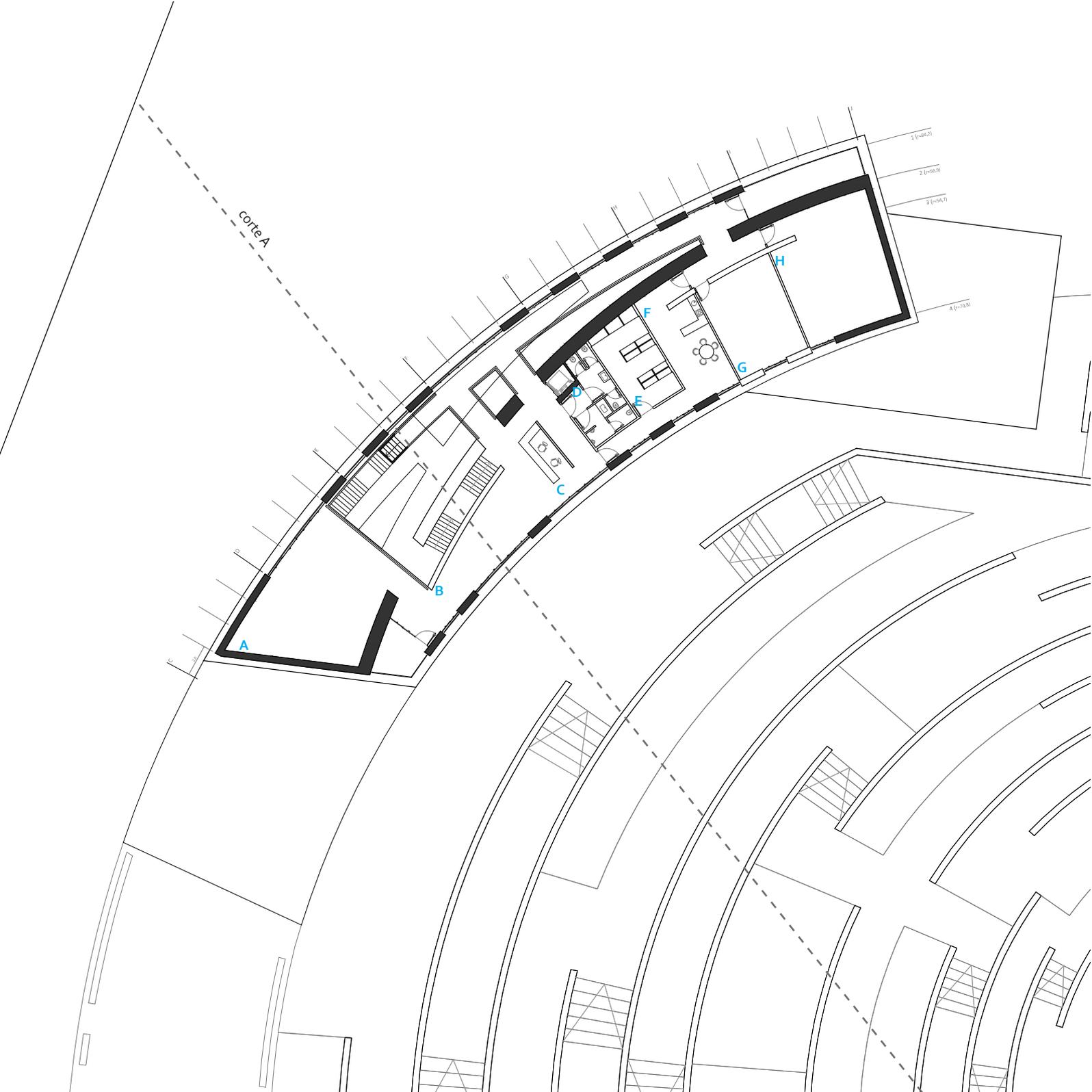
G

H

Junta de Freguesia

- A. Secretaria / tesouraria (97m²)
- B. Sala de espera (50m²)
- C. Recepção (9m²)
- D. Instalações sanitárias (24m²)
- E. Arquivo (30m²)
- F. Sala de Funcionários (38m²)
- G. Gabinete do presidente (47m²)
- H. Sala de reuniões executivo (80m²)

fig. 3.58 Junta de Freguesia - planta 1º nível | esc. 1/500



Junta de Freguesia**A.** Sala de Atos (260m²)**[fig. 3.59]** Junta de Freguesia - planta térreo | esc. 1/500

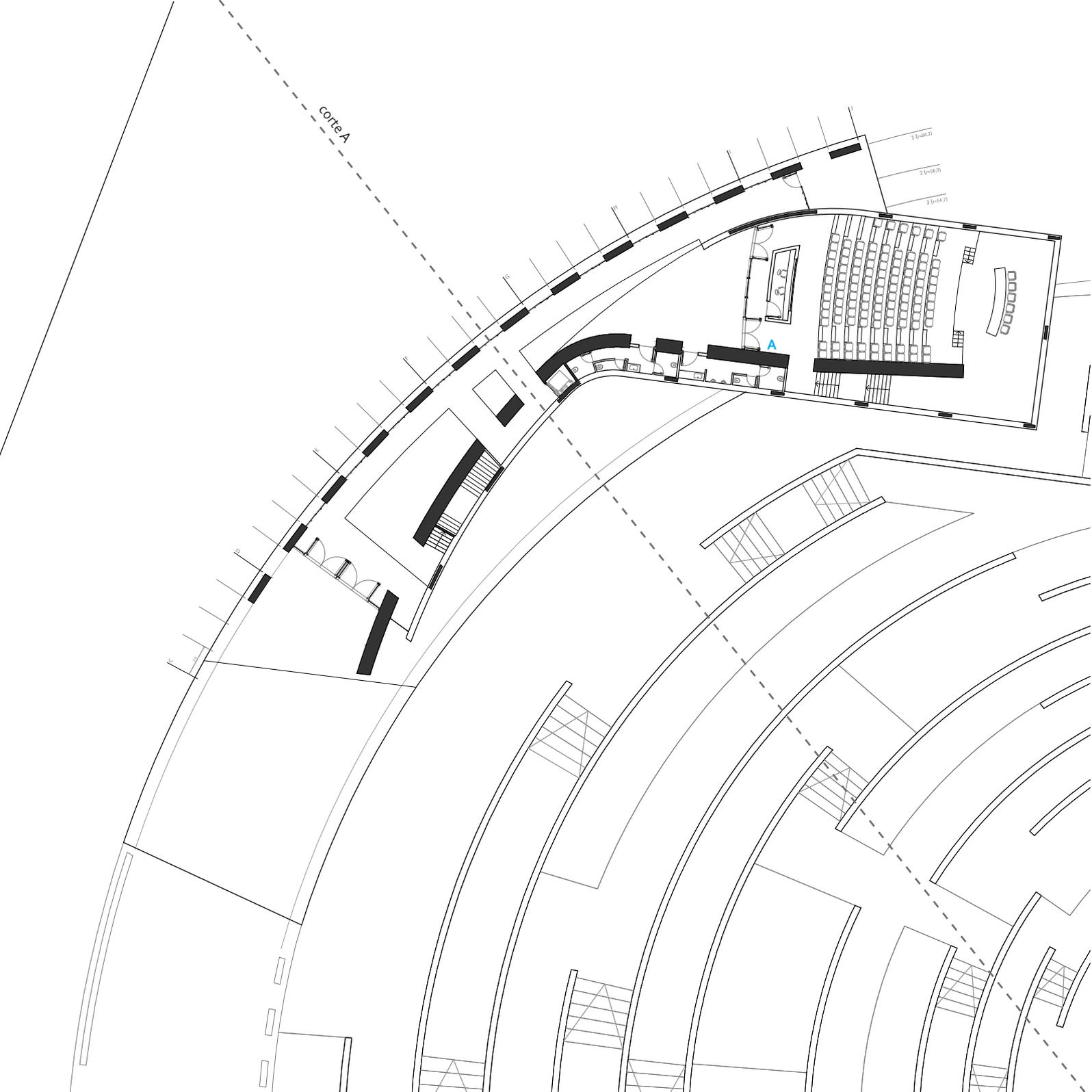
Corte A

1 (-04.3)

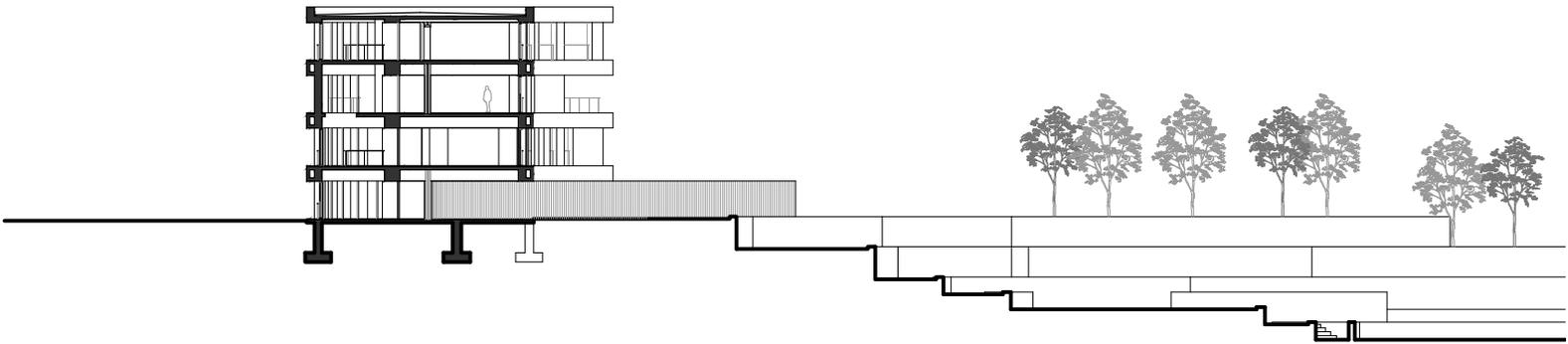
2 (-06.5)

3 (-04.7)

A



|fig. 3.6o| Corte transversal | esc. 1/500



[2] VERTENTE TEÓRICA

Orientador: Teresa Marat-Mendes - Professora Auxiliar do ISCTE-IUL

ESTUDOS DE URBANISMO EM PENICHE

A Obra do Arquiteto Paulino Montez



ÍNDICE

137 **RESUMO**

139 **ABSTRACT**

141 **INTRODUÇÃO**

1. Enquadramento e justificação do tema | 2. Objetivos e Questões | 3. Metodologia | 4. Estado da arte | 5. Estrutura do trabalho

151 **1 CARATERIZAÇÃO GERAL DA OBRA DO ARQUITETO PAULINO MONTEZ**

1. Percurso académico | 1.1 Formação | 1.2 Atividade de docência e direção
2. Percurso Profissional | 2.1 Obra publicada | 2.2 Obra construída

163 **2 ESTUDOS DE URBANISMO EM PORTUGAL**

1. Contexto nacional: os Planos Gerais de Urbanização
2. Estudos e projetos de urbanismo de Paulino Montez para Portugal | 2.1 Referências e conceitos na obra de P. Montez | 2.2 A sintonia entre a obra teórica e prática | 2.3 Análise comparativa | 2.4 Conclusão

191 **3 O CONCELHO DE PENICHE: PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO**

1. Peniche e a sua região | 1.1 Realidade urbana encontrada por Paulino Montez | 1.2 Evolução urbana posterior à realização dos Planos Gerais de Urbanização
2. Estudos e projetos de Paulino Montez para o Concelho de Peniche | 2.1 Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche (1941-1955) | 2.2 Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche (195?) | 2.3 Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche (1974) | 2.4 Plano Geral de Urbanização da Povoação do Baleal (1950) | 2.5 Plano Geral de Urbanização da Povoação da Consolação (1950 - 1955) | 2.6 Plano Geral de Urbanização da Povoação de S. Bernardino (1950 - 1955) | 2.7 Análise comparativa

219 **4 ANÁLISE DE RESULTADOS**

1. Permanências e transformações | 1.1 Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche (1941-1955) | 1.2 Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche (195?) | 1.3 Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche (1974) | 1.4 Plano Geral de Urbanização da Povoação do Baleal (1950) | 1.5 Plano Geral de Urbanização da Povoação da Consolação (1950 -1955) | 1.6 Plano Geral de Urbanização da Povoação de S. Bernardino (1950-1955) | 2. Análise comparativa | 2.1 Rede planeada | 2.2 Equipamentos a implantar | 2.3 Conclusão

241 **CONCLUSÃO**

245 **BIBLIOGRAFIA**

251 **ANEXOS**

A. Tabela relativa ao estado da arte | B. Tabela cronológica | C. Catalogação das cartas | D. Identificação das diferentes fontes originais por área geográfica | E. Comunicação publicada no âmbito do 3º Seminário Internacional de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa

ÍNDICE DE FONTES E IMAGENS

- 152 **Figura 1.1** - Paulino Montez nos seus últimos anos de vida
Fonte: Engenheiro, 2006, p.4.
- Figura 1.2** -Com sua esposa, Úrsula Montez
Fonte: Engenheiro, 2006, p.4.
- Figura 1.3** - Paulino Montez
Fonte: Museu Municipal de Peniche, sem cota.
- Figura 1.4** - Arquitecto Paulino Montez Visto por Teixeira Cabral,
Fonte: Diário Popular, de 22/01/1953, Exposição presente no Museu Municipal de Peniche.
- Figura 1.5** - Com seus pais e irmãos
Fonte: Engenheiro, 2006, p.4.
- 158 **Figura 1.6** - Conferência sobre O prémio Valmor e a evolução da arquitetura, no palácio Galveias. 1952
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, cota: FMCo00117.
- 160 **Figura 1.7** -Casa de habitação
Fonte: Arquitectura, 1931, capa de rosto.
- Figura 1.8** - “Moradia, de expressão arquitectónica tradicional, em Lisboa (Marvila), mandada embelezar e ampliar por J. Nunes dos Santos”
Fonte: Arquitectura, 1931, p.113.
- Figura 1.9** - “Estabelecimento em Lisboa, mandado modificar e ampliar pela Firma Restaurante Végia”
Fonte: Arquitectura, 1931, p.113.
- Figura 1.10** - Alvito: habitação do tipo I e II para duas e seis famílias
Fonte: Montez, 1938, p.18.
- Figura 1.11** - Alvito: Escola primária
Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, cota: FEC000124.
- 164 **Figura 2.1** - Plano Director de Urbanização de Lisboa, 1948, Etienne de Gröer
Fonte: Lôbo, 1995. p.94
- Figura 2.2** - Prolongamento da Avenida da Liberdade através do Parque Eduardo VII, 1931, Cristino da Silva
Fonte: Lôbo, 1995. p.107.

- 168 **Figura 2.3 - Estudos de Urbanismo em Portugal: Preâmbulo**
Fonte: Montez, 1933, capa de rosto.
- Figura 2.4 - A Estética de Lisboa**
Fonte: Montez, 1935, capa de rosto.
- Figura 2.5 - Guerra e Urbanismo**
Fonte: Montez, 1970, capa de rosto.
- 174 **Figura 2.6 - Um aspeto da Vila de Mafra**
Fonte: Montez, 1933, p.11.
- Figura 2.7 - Vila de Mafra: Largo principal do Monumento**
Fonte: Montez, 1933, p.23.
- Figura 2.8 - Vila de Mafra: Largo lateral esquerdo do Monumento**
Fonte: Montez, 1933, p.23.
- Figura 2.9 - Vila de Mafra: Largo lateral direito do Monumento**
Fonte: Montez, 1933, p.29.
- 176 **Figura 2.10 - Traçado de extensão de Alcântara sobre os terrenos do Alvito**
Fonte: Montez, 1938, p.13.
- Figura 2.11 - Perspetiva do bairro**
Fonte: Montez, 1939, p. 19.
- 178 **Figura 2.12 -Caldas da Rainha: Plano Geral de extensão, regularização e embelezamento da Cidade**
Fonte: Montez, 1941, p.21.
- Figura 2.13 - Zona de extensão existentes**
Fonte: Montez, 1941, p.21.
- 180 **Figura 2.14 - Bairro da Encarnação: plano geral do bairro**
Fonte: Montez, 1958, p.19.
- Figura 2.15 - Um aglomerado de habitações: traçado da composição do conjunto**
Fonte: Montez, 1958, p. 33.
- Figura 2.16 - Um parque de desportos: traçado da composição do conjunto**
Fonte: Montez, 1958, p. 27.
- 182 **Figura 2.17 - Vale de Alcântara: Plano geral de um aglomerado de habitações**
Fonte: Montez, 1977, p.25.

- 184 **Figura 2.18** - Traçado do Plano Geral de Oeiras, 1943
Fonte: Montez, 1978, p.21.
- Figura 2.19** - Traçado do Plano Geral de Carcavelos, 1943.
Fonte: Montez, 1978, p.21.
- Figura 2.20** - Traçado do Plano Geral da Parede, 1943.
Fonte: Montez, 1978, p.21.
- 186 **Figura 2.21** - Traçado do Plano Geral de São João do Estoril 1943.
Fonte: Montez, 1978, p.24.
- Figura 2.22** - Traçado do Plano Geral do Estoril - Monte Estoril, 1943.
Fonte: Montez, 1978, p.25.
- Figura 2.23** - Traçado do Plano Geral de Cascais: Extensão para sudoeste, 1943.
Fonte: Montez, 1978, p.21.
-
- 192 **Figura 3.1** - Localização dos diferentes casos de estudo.
- 194 **Figura 3.2** - Peniche e a sua região.
Fonte: Montez, 1953, p. 245.
- 196 **Figura 3.3** -Baleal: Praia de banhos e vista parcial,1955.
Fonte: Peixoto, 2003. p.166.
- Figura 3.4** - Praia do Baleal - Norte, 1990.
Fonte: Peixoto, 1993, p. 325.
- Figura 3.5** - Praia da Consolação, 1991.
Peixoto, 1993, p.324.
- Figura 3.6** - Praia de S. Bernardino, 1992.
Fonte: Peixoto, 1993, p.326.
- 198 **Figura 3.7** - Peniche, 1940.
Fonte: Peixoto, 2003. p.77.
- Figura 3.8** - Vista Geral - Peniche de Cima, princípios do século XX.
Fonte: Peixoto, 2003. p.77.
- Figura 3.9** - Vista Geral - Peniche de Baixo, princípios do século XX.
Fonte: Peixoto, 2003. p.77.

- 205 Figura 3.10 - Situação existente em 1940.
Figura 3.11 - Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche: Rede planeada.
Figura 3.12 - Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche: Equipamentos a implantar.
Figura 3.13 - Situação existente em 2014.
- 207 Figura 3.14 - Situação existente em 1950.
Figura 3.15 - Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche: Rede planeada.
Figura 3.16 - Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche: Equipamentos a implantar.
Figura 3.17 - Situação existente em 2014.
- 209 Figura 3.18 - Situação existente em 1960.
Figura 3.19 - Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche: Rede planeada.
Figura 3.20 - Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche: Equipamentos a implantar.
Figura 3.21 - Situação existente em 2014.
- 211 Figura 3.22 - Situação existente em [1950].
Figura 3.23 - Plano Geral de Urbanização da Povoação do Baleal: Rede planeada.
Figura 3.24 - Plano Geral de Urbanização da Povoação do Baleal: Equipamentos a implantar.
Figura 3.25 - Situação existente em 2014.
- 213 Figura 3.26 - Situação existente em 1940.
Figura 3.27 - Plano Geral de Urbanização da Povoação da Consolação: Rede planeada.
Figura 3.28 - Plano Geral de Urbanização da Povoação da Consolação: Equipamentos a implantar.
Figura 3.29 - Situação existente em 2014.
- 215 Figura 3.30 - Situação existente em [1950].
Figura 3.31 - Plano Geral de Urbanização da Povoação de S. Bernardino: Rede planeada.
Figura 3.32 - Plano Geral de Urbanização da Povoação de S. Bernardino: Equipamentos a implantar.
Figura 3.33 - Situação existente em 2014.

- 223 Figura 4.1 - Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche - Síntese conclusiva
- 225 Figura 4.2 - Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche - Síntese conclusiva
- 227 Figura 4.3 - Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche - Síntese conclusiva
- 229 Figura 4.4 - Plano Geral de Urbanização da Povoação do Baleal - Síntese conclusiva
- 231 Figura 4.5 - Plano Geral de Urbanização da Povoação da Consolação Síntese conclusiva
- 233 Figura 4.6 - Plano Geral de Urbanização da Povoação de S. Bernardino - Síntese conclusiva
- 234 Figura 4.7 - Perspectiva da Avenida Paulo VI, eixo de simetria do Bairro Administrativo e Comercial projetado pelo Arquiteto Paulino Montez, 1970
Fonte: Museu Municipal de Peniche, 2014
- Figura 4.8 - Fotografia da Avenida Paulo VI, 2014.
Fotografia de José Carlos Romão, 2014
- 236 Figura 4.9 - Escola Oficial Primária, em 25-03-1962, atual Escola Básica nº1 do 1º ciclo. A Praceta Francisco Maria Freire, desenhada pelo Arquiteto P. Montez, já se encontra construída.
Fonte: Peixoto, 1993,p.86
- Figura 4.10 - Escola Primária. Atual Escola Básica nº 3 do 1ºCiclo, localizada junto à Avenida das Escolas, desenhada pelo Arquiteto P. Montez.
Fonte: Peixoto, 1993,p.88
- Figura 4.11 - Hospital, inaugurado em 4/5/1986, no lote definido pelo Arquiteto P. Montez para o referido efeito.
Fonte. Peixoto, 1993, p.91

Nota: consideram-se de autoria própria todas as fontes não identificadas

RESUMO

Este estudo promove uma análise sobre o trabalho desenvolvido pelo notável Arquiteto Paulino Montez no âmbito do urbanismo, destacando-se o trabalho proposto para alguns aglomerados do concelho de Peniche, assim como para a própria vila, entre as décadas de 1930 e de 1970. Verifica-se a ausência de um estudo sistematizado sobre a obra do Arquiteto, até à data, cujo espólio se encontra disperso e não disponibilizado ao público.

Pretende-se averiguar de que forma é que essas propostas influenciaram o planeamento urbano da Cidade de Peniche e das praias do Concelho. Para tal, além de se analisar toda a obra teórica, referente à temática do urbanismo, da autoria do Arquiteto Paulino Montez, analisa-se, ainda, a cartografia disponível, no Museu Municipal de Peniche, referente aos planos, assim como à situação urbana referente ao período imediatamente anterior à realização dos mesmos, e ao período atual.

Verifica-se que nenhum dos planos urbanos da autoria do Arquiteto Paulino Montez, para o Concelho de Peniche, chegou a ser realizado na sua íntegra, contudo, a sua matriz urbana, com principal destaque para o seu traçado urbano, serviram de linhas orientadoras para o município, hoje presentes, por exemplo, no desenho urbano que caracteriza a península de Peniche e a Praia da Consolação. O trabalho realizado permite uma reflexão acerca de como é que os aglomerados em questão, podem vir a evoluir urbanisticamente, face ao planeado anteriormente pelo Arquiteto em análise. Permite ainda refletir acerca da realidade urbanística do local, e de como é que certos problemas atuais eram resolvidos no desenho do Arquiteto Paulino Montez.

Palavras-chave: Peniche, Desenho Urbano, Paulino Montez, Transformação, Permanência

ABSTRACT

This study promotes an analysis of the work done by the remarkable architect Paulino Montez in the context of urbanism, especially the proposed work for some clusters of the council of Peniche, as well to the village itself, between the 1930s and 1970s. It is impossible to find a systematic study on the work of the architect so far, whose portfolio is dispersed and not available to the public.

It is intended to find out how the proposed plans affected the urban planning of the city of Peniche and the beaches of the municipality. Thus, in addition to analyse all the theoretical work, relating to the theme of urbanism, by the architect Paulino Montez, further mapping available at the Municipal Museum of Peniche is analysed, relating to the plans as well as the urban situation referring to the period immediately preceding their achievement and the current situation.

It is found that none of urban plans designed by the architect Paulino Montez for the Municipality of Peniche came to be applied in its entirety, however its urban planning, with main emphasis on its urban layout, served as guidelines for the municipality, now present, for example in the urban design that characterizes the peninsula of Peniche and the Consolation beach. This work allows a reflection on how the analysed clusters are likely to urbanistically evolve, according to the previous plans of the architect. It further allows a reflection on the urban situation of the site, and how some existing problems were handled in the plans of Architect Paulino Montez.

keywords: Peniche, Urban Design, Paulino Montez, Transformation, Permanence

INTRODUÇÃO

1. Enquadramento e justificação do tema

O trabalho de dissertação aqui apresentado tem como tema “O Arquitecto Paulino Montez e o Concelho de Peniche.

Paulino António Pereira Montez (1897-1988), importante personalidade penichense e nacional, frequentou o Curso Especial de Arquitectura Civil na Escola de Belas-Artes em Lisboa, concluindo-o em 1923. O seu percurso está essencialmente ligado ao ensino e ao urbanismo. Foi funcionário da Câmara Municipal de Lisboa, pertenceu à Assembleia da Republica e ao Ministério das Obras Públicas. Entre 1946 e 1967 voltou à Escola de Belas-Artes, inicialmente como professor, sendo que em 1949 ocupou o lugar de seu diretor.

Da obra teórica que deixou, destaca-se a colecção “Estudos de Urbanismo em Portugal”, publicada entre 1933 e 1978, onde desenvolve planos de extensão, regularização e embelezamento de alguns aglomerados urbanos portugueses, defendendo um urbanismo pensado e organizado, considerando uma perspectiva estética e artística.

Perante a ausência de uma análise à obra do Arquitecto Paulino Montez*, havendo apenas referências a este em algumas dissertações de doutoramento (Lôbo, 1995) (Lobo, 2010), surge assim o interesse no estudo. Em 1986, o Arquitecto legou ao Município de Peniche a sua valiosa colecção de mobiliário, obras de arte, livros e escritos. Este espólio encontra-se parcialmente exposto no Museu desta Cidade, sendo que o restante encontra-se, apenas parcialmente acessível, no arquivo do mesmo museu.

O presente estudo foca a sua análise no Arquitecto P. Montez, e na sua influência no concelho de Peniche. Analisa as memórias descritivas assim como os desenhos publicados, estabelecendo contacto com junto da Câmara Municipal de Peniche e do Museu desta. Pretende-se com este trabalho, além de se fazer toda uma contextualização necessária à correta interpretação das diferentes temáticas, comparar a influência do traçado urbano delineado pelo Arquitecto P. Montez para a cidade de Peniche, e para algumas praias do concelho desta, com o traçado actual das mesmas.

Por se tratar de uma personagem importante para o Concelho de Peniche, ao qual o arquitecto P. Montez doou o seu espólio, e do qual é natural, e uma vez que a sua obra, apesar de ser influente também noutras cidades do país, incluindo a capital de Lisboa, se encontrar pouco estudada, surge assim um forte interesse na realização do trabalho.

* Doravante designado de P. Montez.

2. Objetivos e Questões

Tomando como baliza temporal a data do primeiro desenho delineado pelo Arquiteto P. Montez para o concelho de Peniche, 1931, e o ano atual, 2014, pretende-se entender a influência do desenho urbano delineado pelo Arquiteto P. Montez no traçado atual da cidade e nas praias do concelho de Peniche, através do entendimento dos ideais defendidos pelo arquiteto aquando da realização das diferentes propostas de planos, da análise gráfica dos planos e da análise da produção teórica da autoria deste acerca dos diferentes casos de estudo.

No sentido de alcançar os objetivos propostos, este trabalho promove uma resposta às seguintes questões:

- Qual a formação do Arquiteto P. Montez enquanto arquiteto urbanista?
- Qual o contexto nacional em que o Arquiteto P. Montez se insere?
- Quais os ideais urbanísticos defendidos pelo Arquiteto P. Montez? Quais as influências deste?
- Quais as obras, teóricas e práticas, da autoria do Arquiteto P. Montez? Qual o pensamento urbanístico que este defende?
- O que distingue as diferentes propostas elaboradas para o Concelho de Peniche pelo Arquiteto Montez?
- Como é que o pensamento urbanístico do Arquiteto P. Montez, presente em planos da autoria deste para outros aglomerados nacionais, influencia as propostas para Peniche?

3. Metodologia

A metodologia adoptada pelo presente estudo, consiste na (i) recolha, consulta e análise de bibliografia e cartografia em arquivo, nomeadamente, do Museu Municipal de Peniche e das bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian e da Ordem dos Arquitetos; (ii) Análise crítica sob cartografia original, demonstrativa da evolução urbana dos diferentes aglomerados em estudo; (III) Interpretação dos resultados.

Devido à dificuldade em datar os planos com o mesmo rigor, as datas apresentadas, quando não se tem a certeza a que momento da elaboração do plano se referem, surgem entre parenteses rectos. Quando se sabe a que momento da realização do plano a data se refere, este é descrito, em nota de rodapé, acompanhado da

respectiva referência bibliográfica.

A análise gráfica é realizada através do redesenho de toda a cartografia disponível, e que se considere necessária ao estudo, e da respectiva comparação, sobrepondo-se os diferentes resultados, e realizando-se uma planta síntese, onde se reflete as situações de semelhança entre o planeado pelo Arquitecto P. Montez e a realidade urbana do local. A cartografia original utilizada, corresponde sempre, à que melhor detalhe apresente, face a todas as disponíveis para um mesmo plano. Na grande maioria das vezes, correspondem estas às cedidas pelo Museu Municipal de Peniche, sendo que apenas na ausência destas, face a um determinado plano, se recorre a cartografia publicada.

4. Estado da Arte

As fontes e referências utilizadas como base teórica desta investigação apoiam-se na pouca bibliografia disponível acerca do objetivo principal do trabalho. Grande parte da bibliografia consultada apenas aborda alguns aspetos da vida do Arquitecto P. Montez, ou aspetos relacionados com o Concelho de Peniche. Como se verificará de seguida, poucas são as fontes que relacionam estes dois aspetos.

O trabalho elaborado por Gonçalo Moniz (2011) - **O ensino Moderno da Arquitectura: a Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)**, “propõe compreender o processo de transformação do ensino Beaux-Arts em ensino moderno nos cursos de Arquitectura das Escolas de Belas-Artes portuguesas” (Moniz, 2011, p.20). É neste sentido que o papel de P. Montez como professor, e posteriormente, diretor da Escola de Belas-Artes de Lisboa, tem um forte impacto. É neste sentido, referente à vertente académica de Paulino Montez, que este trabalho realizado por Moniz se apresenta como uma fonte de informação essencial.

A tese de mestrado da autoria de Rui Coelho - **O ensino da Arquitectura na Academia de Belas Artes de Lisboa** (2007), teve como “objectivo principal o entendimento daquilo que foi o ensino da Arquitectura Civil em Lisboa no século XIX”(Coelho, 2007, p.2). Este trabalho apresenta-se com uma utilidade maior para a presente investigação, no seu volume de anexos, do que no seu volume principal. Dele faz parte a “Tábua cronológica da relação do ensino da Arquitectura Civil em Lisboa, com a Arquitectura em Portugal, factos políticos, sociais e culturais. Entre 1800 e 2000”, sobre a qual é elaborada a tabela cronológica para esta investigação (consultar anexo B). Este autor elabora ainda quadros cronológicos, referentes às diferentes

cadeiras, às diferentes direções e aos diferentes cursos que fizeram parte da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. São estes quadros cronológicos que servem de base de investigação para se compreender melhor qual foi o papel de Paulino Montez na referida instituição de ensino.

Margarida Souza Lôbo, na sua obra literária - **“Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco”** foca-se acerca do urbanismo português do período 1934-1954, onde permitiu uma leitura ampla dos tipos de planos que surgiram em plena ditadura, e entender como o urbanismo deu os primeiros passos em Portugal. Apresenta sinteticamente os planos urbanísticos realizados por este, para os vários aglomerados urbanos do país. Foca-se especialmente no caso de Peniche, talvez por ser esta a terra natal do Arquiteto e sobre a qual ainda existe alguma informação publicada. Mas como se trata esta de uma obra generalista, abordando os planos realizados para o país inteiro, serve apenas como ponto de partida, pouco adiantando acerca do objetivo principal deste estudo.

A tese de doutoramento intitulada **“Reabilitação do Bairro do Visconde em Peniche e sua integração na malha urbana”** (2010), da autoria de Maria Alice Ramos Pires Lobo, apresenta-se como o único trabalho de teor académico, que explora a vertente urbanística na cidade de Peniche, embora como base teórica da presente investigação, pouco contributo tenha, uma vez que a autora se foca essencialmente no seu caso de estudo - o Bairro do Visconde, não oferecendo uma análise mais generalista acerca do meio urbano onde este bairro está inserido, a cidade de Peniche.

As pesquisas em monografias de carácter local, transpostas para o papel pelos autores interessados da histografia de Peniche, constituem outra fonte de informação importante. Através destas é possível ter um conhecimento acerca das origens, antecedentes e atores da história do local. A obra de Mariano Calado (1984, 2000), é um exemplo disso mesmo. Apesar de extensas, estas obras apenas permitem completar algum conhecimento acerca do Concelho de Peniche, mas, nada adiantam acerca da influência que o Arquiteto Paulino Montez teve neste.

Alguns artigos publicados no jornal local, **“A Voz do Mar”** vão mais longe, no que a Paulino Montez diz referência. Em Junho de 2006, Fernando Engenheiro escreve um artigo para este jornal intitulado de **“Quem foi Paulino António Pereira Montez?”**. Neste artigo são apresentados importantes conhecimentos acerca deste homem, escritos por quem trabalhou muitos anos no Arquivo Municipal de Peniche, e que teve várias vezes contato com o Arquiteto. Contudo, este apresenta apenas fatores de carácter subjetivo, no que ao

objetivo principal desta investigação diz respeito. Em Setembro de 2011, o mesmo jornal publica “exposição sobre vida e obra do Arquitecto Paulino Montez”. Este, escrito por Luísa Inês, aquando da inauguração da referida exposição, apresenta um maior interesse, uma vez que expõe comentários interessantes realizados por importantes individualidades (como presidentes da câmara ou arquitectos que trabalharam em parceria com P. Montez). O artigo com maior interesse publicado, remonta ao ano de 1957, onde era apresentado o “Traçado do Plano de Urbanização do Istmo de Peniche”, da autoria de Paulino Montez, desenho este que não vem publicado em nenhum livro do autor. Contudo, carece de memória descritiva.

João Conceição Ferreira (1998) exprime a sua opinião acerca da personalidade de Paulino Montez e de como era trabalhar com este. Enuncia as diferentes actividades exercidas por Montez, dentro e fora da Escola de Belas-Artes de Lisboa, local onde o autor conhece P. Montez. Trata-se assim de uma referência importante na enumeração dos diferentes trabalhos realizados por P. Montez, mas em relação à compreensão deste enquanto Arquitecto responsável por diferentes projectos para diferentes aglomerados urbanos do Concelho de Peniche, nada adianta.

Publicado a 27 de Junho de 2006, o artigo da autoria de Fernando Engenheiro, intitulado: “Quem foi Paulino António Pereira Montez?” permite um conhecimento, expresso pela opinião do autor, do percurso pessoal de Paulino Montez enquanto cidadão natural da antiga Vila de Peniche. Faz referência a toda a família do arquitecto e de como esta se estabeleceu naquele território. Evidencia ainda vários aspectos relacionados com o Espólio de Paulino Montez legado por este à CMP. Contudo, nada adianta acerca da compreensão de Paulino Montez enquanto Arquitecto responsável por diferentes projectos para diferentes aglomerados urbanos do Concelho de Peniche

O artigo, da autoria de Luísa Inês, acerca da inauguração a 24 de Setembro de 2011 da exposição: “O legado do Arquitecto Paulino Montez em Peniche”, exposição dedicada à vida e obra do Arquitecto, que reúne grande parte do espólio desde arquitecto doado ao Município de Peniche. Neste dia, “autarcas, técnicos e ex-autarcas reuniram-se para evocar a vida de Paulino Montez e realçar a importância estratégica do seu trabalho enquanto urbanista”. Segundo a autora, o atual presidente do Concelho de Peniche refere que esta exposição pretende recordar Paulino Montez “na perspectiva do urbanista e lançar a discussão de como Peniche aproveitou a visão deste arquitecto de referência no nosso país” (Inês, 2011).

Outra fonte crucial no entendimento da evolução urbana ocorrida no concelho de Peniche surge num

documento elaborado pela Câmara Municipal de Peniche, a Magna Carta para o Desenvolvimento de Peniche, no horizonte de 2025, onde se apresenta um capítulo intitulado de “Evolução da Estrutura Urbana”, para o qual o autor explica:

A evolução do território concelho de Peniche é marcada por factores geográficos e históricos cuja identificação foi, em termos gerais, efectuada, constando de diversos estudos publicados. Aqui se ensaia uma síntese compreensiva.

(CMP, 2009, p. 38)

Sem dúvidas que a referência de maior importância para a investigação é o próprio Arquitecto P. Montez. Como é sabido, este publicou por autoria própria alguns trabalhos seus, permitindo ao público em geral ter conhecimento da sua obra física. O livro publicado em 1935, a “**Estética de Lisboa**”, embora se foque essencialmente na cidade de Lisboa, através desta é possível tomar conhecimento dos conceitos referidos pelo autor nas suas outras obras literárias. A partir de 1933 o autor lança a série de livros intitulada de “**Estudos de Urbanismo em Portugal**”. Nesse ano é lançado o “Preambulo da Coleção de planos de extensão, de regularização e embelezamento de vilas e cidades”. Em 1943 é publicado o 4º volume, intitulado de “Peniche, um plano de regularização e embelezamento da vila”. Em 1976, “8-10 - Praias do Concelho de Peniche: Baleal, Consolação e S. Bernardino: Planos Gerais de Extensão e Regularização”. Por fim, em , 1978, “19-21 - Peniche: Plano Geral da Península, Plano de Pormenor da Zona Cêntrica”. São estes trabalhos que constituem uma importante base literária e gráfica na compreensão do desenho urbano traçado pelo Arquitecto para o Concelho de Peniche. O espólio cedido por este Arquitecto, no final de vida, ao Município de Peniche, surge como a fonte de maior interesse para o trabalho, uma vez que possui inúmeros elementos originais, nunca reproduzidos e publicados. Apesar do acesso condicionado, foi possível ter acesso a elementos gráficos com uma qualidade e detalhe bastante superior ao publicado pelo Arquitecto, e ainda acesso a uma Memória descritiva, referente a um dos planos de urbanização.

A **Memória Descritiva da Urbanização da Vila de Peniche** (Montez, 1953), elaborada nos anos 50 (uma vez que o ano de 1950 surge sempre como última referência no que toca a dados de inquérito urbano) corresponde ao detalhamento do Plano Geral de Urbanização, publicado pelo Arquitecto P. Montez em 1943. Esta, encontra-se estruturada em 5 partes: (i) Inquérito Urbano; (ii) Análise crítica; (iii) A região e a Vila; (iv) Programa de Urbanização; (v) programa do plano.

5. Estrutura do trabalho

O presente trabalho encontra-se estruturado de acordo com 4 capítulos:

O capítulo 1 - Caracterização geral da obra do Arquiteto Paulino Montez - incide acerca do percurso pessoal e profissional deste arquiteto. Começa por fazer uma pequena abordagem às origens e à vida pessoal do referido homem. Numa segunda parte, é abordado o percurso deste enquanto profissional, exercendo a profissão de professor de Liceu e da Escola de Belas-Artes de Lisboa, e de diretor desta. Por fim, faz-se referência ao seu percurso enquanto arquiteto, ligado especialmente à disciplina do urbanismo, sendo este responsável pela elaboração de planos de regularização e embelezamento de alguns aglomerados urbanos de Portugal, e à sua obra literária publicada por iniciativa própria.

O segundo capítulo do trabalho - Estudos de Urbanismo em Portugal - proporciona, numa 1ª parte, um enquadramento do contexto urbanístico vivido em Portugal à época em análise. Numa 2ª parte, promove-se um confronto entre aquilo que foi a produção teórica e a produção prática da autoria do Arquiteto P. Montez.

O capítulo 3 - O Concelho de Peniche: Planos Gerais de Urbanização - expõe a aplicação da proposta metodológica seguida pela presente investigação e que incide sobre uma análise morfológica aos planos propostos pelo Arquiteto P. Montez para os diferentes casos de estudo do Concelho de Peniche.

O último capítulo - 4 - Análise de resultados - apresenta-se como o ponto essencial de todo o trabalho, onde o objetivo principal do estudo é explorado, fazendo-se assim a comparação entre factos isolados abordados em capítulos anteriores. É este capítulo que pretende introduzir a conclusão à principal questão lançada aquando da realização do trabalho.

Finaliza-se este trabalho, expondo as conclusões, a bibliografia e os Anexos, constituídos por elementos desenhados e escritos que servem de suporte a toda análise comparativa realizada, e por outros elementos que se considera importantes ao correto entendimento desta mesma análise.

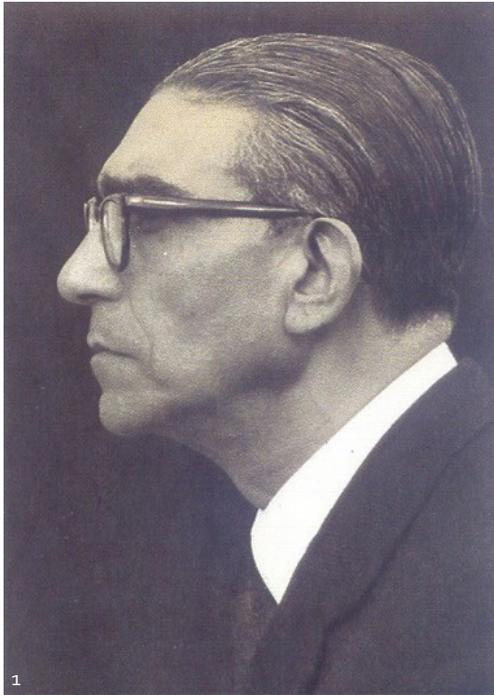
As referências, assim como a bibliografia que constam do presente trabalho, são realizadas segundo o estabelecido pela norma de Harvard.

[2·1]

CARATERIZAÇÃO GERAL DA OBRA DO ARQUITETO PAULINO MONTEZ

“Falar de Paulino Montez é falar de um dos architectos da nova geração que mais tem estudado a sua profissão e os problemas que à vida artística dizem respeito”.

Arquitectura, 1931



1



3



4



2



5

[fig. 1.1] Paulino Montez nos seus ultimos anos de vida (Engenheiro, 2006, p.4).

[fig. 1.2] Com sua esposa, Úrsula Montez (Engenheiro, 2006 p.4).

[fig. 1.3] Paulino Montez (Museu Municipal de Peniche, sem cota).

[fig. 1.4] Arquitecto Paulino Montez Visto por Teixeira Cabral (Museu Municipal de Peniche, sem cota).

[fig. 1.5] Com seus pais e irmãos (Engenheiro, 2006 p.4).

Este capítulo pretende expor o percurso académico e profissional do Arquitecto P. Montez. Encontra-se estruturado em duas secções. A primeira, refere-se ao percurso académico, ligado essencialmente à Escola de Belas-Artes de Lisboa. A segunda, refere-se ao percurso profissional, onde se apresenta toda a obra publicada e construída da autoria do Arquitecto.

Paulino António Pereira Montez nasceu a 3 de Novembro de 1897, em Peniche, filho de Eduardo Plácido Montez, natural do concelho de Rio Maior, e de Maria de Jesus, natural do concelho de Torres Vedras. Foi registado na Paroquial Igreja de Nossa Senhora de Ajuda (Engenheiro, 2006, p.4).

Casou em Lisboa, a 10 de Agosto de 1938, com a escultora D. Úrsula Peres y Leiro Pereira Montez, natural de Angola. Viveram juntos por 37 anos, tendo falecido D. Úrsula a 15 de Junho de 1975, sem deixar descendentes.

Por testamento de 12 de Novembro de 1986, lega o seu espólio ao Município de Peniche. Para tal, era seu desejo que se construísse uma moradia em Peniche, preparada como Casa-Museu, para o abrigo das diversas obras de arte legadas. A 21 de Maio de 1985, a CMP aprovou a localização da Casa-Museu. Após 3 anos, voltou, em reunião camarária, a ser reafirmada a intenção de cumprir os compromissos assumidos (Engenheiro, 2006, p.4)

Veio a falecer a 16 de Junho de 1988, em Lisboa.

No desempenho dos cargos públicos que lhe foram confiados, foi feito oficial da Ordem de Santiago de Espada, a 12 de Abril de 1937, e da Ordem Militar de Cristo a 4 de Dezembro de 1943.

Na conferência promovida pelo Município aquando da inauguração da exposição: "Paisagens urbanas: O legado do Arquitecto Paulino Montez em Peniche", a 24 de Setembro de 2011, João Augusto Barradas, presidente da CMP na altura da morte do arquitecto, em 1988, altura em que o seu espólio foi cedido pela família ao Município, falou acerca da construção da Casa-Museu. Este explicou que apesar de a sua construção ser "o sonho deste filho de Peniche", a solução encontrada pela autarquia viria a ser, anos mais tarde, em 1997, aquando do centenário do seu nascimento, "a inauguração de um espaço, numa ala do Museu Municipal, com uma exposição evocativa sobre a vida e obra de Paulino Montez". Adiantou ainda que na altura "o município não tinha meios para avançar com a construção de um museu e optou pela solução de expor o espólio cedido à autarquia e assim honrar um compromisso assumido" (Inês, 2011, p.5).

1. Percurso académico

1.1 Formação

Paulino Montez, conclui o exame de instrução primária do 2º grau no dia 28 de Agosto de 1907, na sua terra natal. Com pouco mais de 11 anos ingressa no Liceu Pedro Nunes, em Lisboa, onde fez o Curso Complementar de Ciências.

Fez o exame de admissão à Escola de Belas Artes de Lisboa no ano lectivo de 1914-1915.

Foi isento de prestar serviços militares, estando o país à época a auxiliar os aliados na Primeira Guerra Mundial, uma vez que possuía falta de altura, o que permitiu que os seus estudos continuassem sem interrupções (Engenheiro, 2006).

Ainda enquanto estudante da EBAL, aos 18 anos, apresentou a sua primeira exposição de aquarelas, pela qual recebeu a sua primeira medalha da Sociedade Nacional de Belas Artes.

Termina o seu Curso Especial de Arquitetura, em 1929 com cinco diplomas de medalha de prata, um de medalha de bronze e uma menção honrosa (Engenheiro, 2006). Faz parte da primeira geração modernista, formado na EBAL, sob orientação de José Luís Monteiro (Moniz, 2011).

1.2 Atividade de docência e direção

Paulino Montez iniciou-se como professor do ensino técnico-profissional, nos cursos de Mestre-de-obras e Auxiliar de Obras Públicas, no Liceu de Gil Vicente, em Lisboa; foi Diretor da Escola Industrial Machado de Castro e Professor metodólogo do ensino técnico. Em dezembro de 1931, a revista mensal *Arquitetura*, referia que o Arquiteto Paulino Montez era considerado “um dos melhores elementos” do ensino industrial.

O Arquiteto Paulino Montez volta à Escola de Belas-Artes de Lisboa aquando do lançamento a 1 de Novembro de 1932, no Diário de Governo n.º 271, do concurso para professor da 4ª cadeira, Arquitetura. Além deste, apresentaram-se a concurso outros 3 arquitetos da mesma geração, Cassiano Branco, Carlos Ramos e Cristino da Silva, sendo este último o escolhido para lecionar a cadeira.

Entretanto, mantém o seu relacionamento com a EBAL, participando em júris de nomeação definitiva, como vogal da Academia Nacional de Belas-Artes, nomeadamente no processo relativo a Luís Alexandre Cunha, em 1936.

Em 1946, torna-se professor na EBAL, da 16.ª Cadeira, Projetos e Obras de Urbanização, cargo esse que abandona a 1 de Julho de 1948 em virtude de haver sido nomeado, por convite, professor da 15.ª Cadeira, Urbanologia (D.G. II Série, n.º 151, de 1 de Julho de 1948). É proposto para este cargo por Luís Alexandre Cunha, elogiando este quatro aspetos: académico, político, associativo e profissional. Em 16 de Novembro de 1957 é nomeado Professor vitalício do 2.º Grupo (D.G. II Série, n.º 292 de 16 de Dezembro de 1957) (Coelho, 2007).

Em Dezembro de 1948 é nomeado subdiretor, perante o pedido de substituição expresso por Luís Alexandre Cunha, no cargo de diretor entre 1936 e 1949. Exerce o cargo de Subdirector até 1949, onde a 19 de Fevereiro desse mesmo ano é nomeado Director, por portaria de 10 de Fevereiro de 1949, (D.G. II Série, n.º 41, de 19 de Fevereiro de 1935) (Coelho, 2007).

Em 1948 é promovido por Francisco Keil do Amaral, no Congresso Nacional dos Arquitetos, um debate sobre a renovação do ensino, que conduziu à constituição de uma comissão de estudo da reforma do ensino, onde Paulino Montez fez parte, juntamente com Cristino da Silva, Victor Manuel Pinto, Porfírio Pardal Monteiro e Carlos Ramos. Em 9 de Dezembro de 1949 estes professores apresentaram um relatório sobre a “Reforma do Ensino das Belas-Artes”. Estes cinco professores elaboram posteriormente a Reforma de 1950, com o respectivo regulamento publicado apenas em Novembro de 1957, que formaria um arquiteto-técnico. Para Moniz, esta reforma constitui “o eixo estruturante, por representar (...) o momento chave do ensino moderno e de charneira entre dos tempos”. Segundo o mesmo autor, “o esforço de Carlos Ramos não conseguiu superar as transformações que decorriam na cultura arquitetónica e em certo sentido na sociedade portuguesa. Quando o regulamento propunha um ensino moderno já a Arquitetura não era moderna”. Assim sendo, a crítica ao Regulamento de 57 foi imediata, sendo considerada por Moniz, o dia 14 de Novembro de 1957, data em que foi aprovado, “o princípio do fim do ensino moderno” (Moniz, 2011).

A Escola de Lisboa situada no convento de São Francisco, paredes meias com as instalações da PIDE e muito próxima do ministério da Educação Nacional, assumiu o compromisso com a legislação em vigor. Os seus directores Luís Alexandre Cunha e Paulino Montez não deram sinais de inconformismo perante as funções de delegados do governo na gestão da Escola de Belas-Artes.

Se a direcção de Luís Cunha (1936-46) teve como missão implementar a Reforma de 1931-32 sendo clara a relação entre os objectivos de ensino artístico e os objectivos de gestão, já para a direcção de Paulino Montez

(1946-57) esta relação não terá sido tão óbvia, porque toda a sua direcção foi orientada por um regulamento Beaux-Arts ensombrado por uma futura legislação moderna. Esta sombra criada pela Reforma de 1950, um ano após a sua nomeação como director, parece não ter levantado qualquer dúvida a Paulino Montez, apesar de alguns dos professores, como terá sido o caso de Cristino da Silva, considerarem que alguma coisa havia mudado.

(Moniz, 2011)

A direcção de Paulino Montez pretendeu impor a ordem com o recurso aos instrumentos do Estado Novo, a perseguição e eliminação dos desordeiros. Esta, faz a transição entre a Reforma de 1931-32 e a Reforma de 57, sendo-lhe dada a possibilidade de implementar o novo sistema de ensino que vinha preparando desde 1949, com a sua participação na Comissão para a Reforma do Ensino Artístico. Contudo, este só iniciou a transição para a nova reforma com o regulamento de 1957, não tendo em conta a lei de 1950. Moniz (2011) refere que, “apesar da abertura pedagógica e cultural, a Escola e o seu director mantém um regime de vigilância relativamente às atividades tendencialmente políticas dos alunos”, reagindo, a direcção, de acordo com a orientação repressiva do governo. O mesmo autor acrescenta:

A Regulamentação da Reforma de 1950 em 1957 deveria possibilitar finalmente a implementação plena de um ensino moderno orientado, como vimos, para uma formação técnica de um arquiteto. Esta imagem de arquiteto com o domínio das artes, das ciências, da arquitetura, da construção e do urbanismo para responder a um projeto de sociedade industrializada.

(Moniz, 2011)

Em Dezembro de 1967 Paulino Montez é substituído pelo escultor Joaquim Correia na direcção da Escola, uma vez que atingiu o limite de idade fixado por lei, 80 anos (Coelho, 2007).

Segundo Moniz, o “espírito repressivo dentro do convento de São Francisco não se altera com a saída de Paulino Montez” (Moniz, 2011).

2. Percurso profissional

Paulino Montez começa por trabalhar na elaboração de projetos na Repartição das Construções Escolares do Ministério da Instrução Publica, onde permanece entre 1920 e 1921. (Engenheiro, 2006).

Exerceu funções de vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, entre 1935 e 1937. Na mesma altura, foi deputado na Assembleia Nacional, onde em 1936, proferiu dois discursos sobre a reforma do ensino. Renunciou desse lugar para se dedicar ao exercício de Vereador da mesma Câmara, no pelouro relacionado com o serviço de limpeza urbana e Serviços Sanitários. Abandonou esse cargo, para aceitar o de Vogal do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol (Ferreira, 1998).

É referido, na “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”, que à data (1948), Paulino Montez era vogal da Junta Nacional de Educação (e que o era, desde a sua criação, na secção de Antiguidades e Belas-Artes, emitindo pareceres sobre processos relativos à proteção, conservação e classificação do património arquitetónico e artístico nacional). Era também membro da Academia Nacional de Belas-Artes, desde 1934, publicando na respectiva revista pela última vez em 1985.

Participou como membro dos júris do Prémio Valmor, do Prémio Municipal de Arquitetura e de vários concursos para provimento de professores.

A revista *Arquitectura*, em 1931 refere que “O arquitecto Montez que sem dúvida enfileira na galeria dos artistas”, mencionando também que “Paulino Montez além de arquitecto e professor dedicado é também um excelente aquarelista”. A mesma publicação mencionava que “Aparte o professorado, é no urbanismo que Paulino Montez tem posto uma boa parte do seu talento de artista” (*Arquitectura*, 1931). Ferreira (1998, p.8) acrescenta que Paulino Montez:

Também foi um excelente pintor aquarelista, com preferência pelos temas urbanos em que num desenho rigoroso servido por mandas de cor numa técnica apurada, traduziu efeitos lumínicos com delicada expressividade, revelando grande sensibilidade estética. Expôs colectivamente, em Coimbra, no ano de 1925, e na Sociedade Nacional de Belas-Artes entre 1916 e 1927, e em 1943 (...). No ano de 1943 também expôs nas Caldas da Rainha. (Ferreira, 1998, p.8)

Aposenta-se em 1967, abandonando os cargos de Professor e Diretor da ESBAL, mas mantendo-se ativo e a produzir.

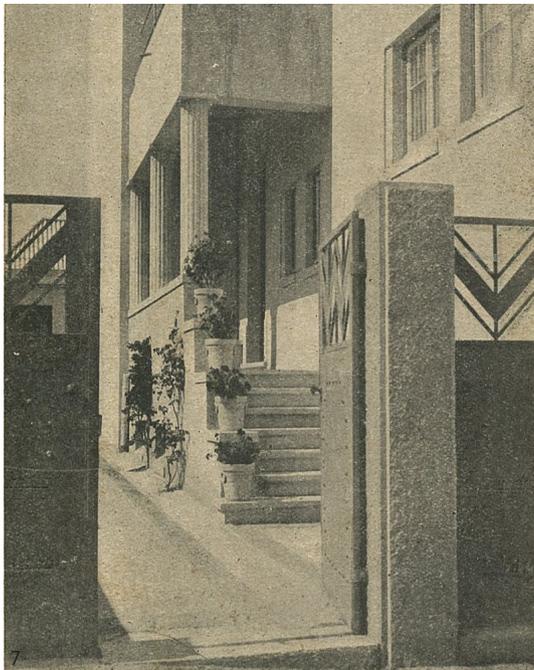


[fig. 1.6] Conferência sobre O prémio Valmor e a evolução da arquitetura, no palácio Galveias. 1952. Arquivo Municipal de Lisboa, cota: FMC000117.

2.1 Obra Publicada

É extensa a obra bibliográfica da autoria de Paulino Montez. Publicou, entre outros trabalhos:

- As Belas-Artes nas Festas Públicas em Portugal, 1931;
- Trabalhos Escolares da Checo-Eslováquia, 1934;
- A Estética de Lisboa (da Urbanização da Cidade), 1935;
- Serviço de Limpeza Urbana (do Município de Lisboa), 1936;
- Serviços Sanitários (do Município de Lisboa), 1936;
- A Arquitectura em Portugal nas Grandes Épocas Históricas, 1940.
- Da Educação Estética na Formação da Juventude, 1941;
- História da Arquitectura Primitiva em Portugal: Monumentos Dolménicos, 1943;
- A Cor de Lisboa: Depoimentos dos amigos de Lisboa, 1949;
- Guerra e Urbanismo, 1970;
- Do Ensino Técnico Profissional, 1974 (compilação dos discursos proferidos enquanto deputado da Assembleia Nacional, em 1936, sobre a reforma do ensino);
- Das Belas-Artes nos Serviços do Estado, 1974 (compilação dos discursos proferidos enquanto deputado da Assembleia Nacional, em 1936, sobre a reforma do ensino);
- Esculturas de Úrsula Montez. 1977;
- O Prémio Valmor e a Evolução da Arquitectura, 1984;
- Estudos de Urbanismo em Portugal:
 - Preâmbulo da Colecção de Planos de Extensão, de Regularização e Embelezamento de Vilas e Cidades, 1933;
 - 1. Mafra, Um Plano de Regularização e de Embelezamento da Vila, 1933;
 - 2. Lisboa, Alcântara / Alvito, Extensão Noroeste da Cidade, 1938;
 - 3. Caldas da Rainha, Plano de Extensão, de Regularização e de Embelezamento da Cidade, 1941;
 - 4. Peniche, Um Plano de Extensão, de Regularização e de Embelezamento da Vila, 1943;
 - 5-7. Lisboa, Extensão Nordeste da Cidade, 1958;
 - 8-10. Praias do Concelho de Peniche. Baleal, Consolação e S. Bernardino. Planos Gerais de Extensão e de Regularização, 1976;



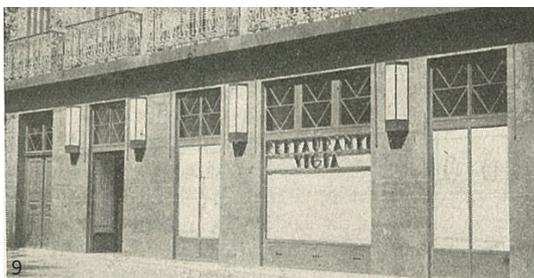
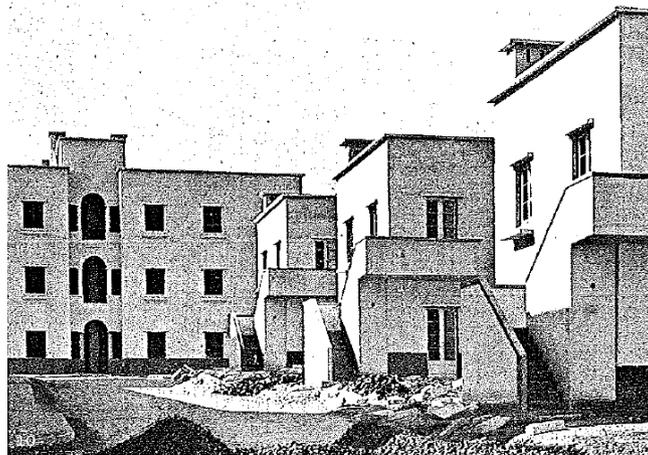
[fig. 1.7] Casa de habitação (Arquitectura, 1931, capa de rosto)

[fig. 1.8] “Moradia, de expressão arquitectónica tradicional, em Lisboa (Marvila), mandada embelezar e ampliar por J. Nunes dos Santos” (Arquitectura, 1931, p.113)

[fig. 1.9] “Estabelecimento em Lisboa, mandado modificar e ampliar pela Firma Restaurante Vígia, Lda” (Arquitectura, 1931, p.113)

[fig. 1.10] Alvito: habitação do tipo I e II para duas e seis famílias (Montez, 1938, p.18)

[fig. 1.11] Alvito: Escola primária (Arquivo Municipal de Lisboa, cota: FEC000124)



11. Lisboa, Vale de Alcântara, Zona do Lanço Noroeste do Aqueduto das Águas Livres, 1977;
- 12-18. Praias da Costa do Sol. Oeiras, Carcavelos, Parede, S. Pedro, S. João, Estoril-Monte, Cascais: Traçados de Planos Gerais, 1978;
- 19-21. Peniche. Plano Geral da Península, Plano de Pormenor da Zona Cêntrica, Plano Geral do Sítio dos Remédios, 1978;

Enquanto Diretor da ESBAL, foi responsável pela publicação dos Boletins da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, de 1959 (1º número) a 1966.

2.2 Obra Construída

É referido, na “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira” (1948, p. 73-74), que à data, Paulino Montez se tratava “arquiteto de muito valor”, e que este era responsável por “muitos projetos de moradias e edifícios públicos por todo o País”.

Segundo Fernandes (2003, p. 90), o Arquitecto Paulino Montez “foi um autor regional, com obras centradas à volta das Caldas da Rainha e de Peniche, caso do Museu de José Malhoa, de 1940, muito singelo e depuradamente classizante”. Ferreira (1998), acrescenta que este arquiteto foi responsável por vários projetos de escolas.

Paulino Montez foi um autor mais regional, com obras centradas à volta das Baldas da Rainha e de Peniche, caso do Museu de José Malhoa, de 1940, muito singelo e depuradamente classicizante. Em Lisboa assinou porém alguns dos “bairros económicos” mais caraterísticos da cidade e da política de casinha de sugestão ruralizante, muito ligada à ideologia do Estado Novo: foram os bairros do Alvito (designado “Salazar”), da Ajuda (1937) e da Encarnação (1948), este último mais vasto já realizado, dentro do modelo de casas isoladas ou geminadas. (Ferreira, 2003, p. 90)

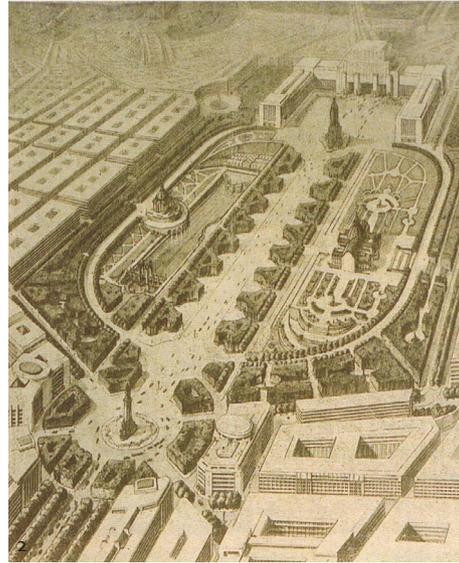
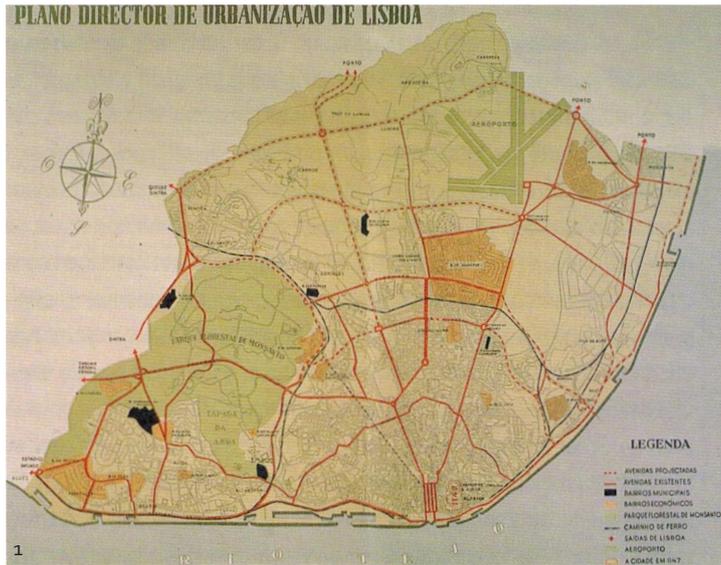
Foi ainda responsável por variados planos de urbanização, tais como: zona envolvente do monumento de Mafra; regularização e extensão da cidade das Caldas da Rainha, da vila de Peniche, da Praia da Foz (Óbidos), da Praia da Consolação (Peniche), do bairro municipal do Alvito, Alcântara, do bairro da encosta de Monsanto (Santana a Campolide), do bairro da Encarnação, e das diferentes localidades que constituem a Costa do Sol (em colaboração com os restantes vogais do respetivo Gabinete de Urbanização).

Ferreira (1998) refere ainda que este obteve vários prémios em arquitetura e urbanismo.

[2·2]

ESTUDOS DE URBANISMO EM PORTUGAL

“Planos de extensão, regularização e embelezamento de algumas vilas e cidades, que pelos seus monumentos históricos ou artísticos, suas belezas naturais ou condições especiais de desenvolvimento, mereçam interesse estético do ponto de vista da sua urbanização”.



[fig. 2.1] Plano Director de Urbanização de Lisboa, 1948, Etienne de Gröer (Lôbo, 1995, p.94).

[fig. 2.2] Prolongamento da Avenida da Liberdade através do Parque Eduardo VII, 1931, Cristino da Silva (Lôbo, 1995, p. 107).

O presente capítulo, intitulado de “Estudos de Urbanismo em Portugal”, em homenagem à coleção publicada pelo Arquiteto P. Montez entre 1933 e 1978, promove um confronto entre aquilo que foi a produção teórica e a produção prática da autoria do Arquiteto, contextualizando esta face ao panorama urbanístico à época em análise.

Este capítulo encontra-se estruturado em duas secções. Uma primeira - “Contexto nacional: Planos Gerais de Urbanização”, onde se oferece fazer um enquadramento do contexto urbanístico vivido em Portugal à época em análise. A segunda secção - “Estudos e projetos de Paulino Montez para Portugal”, oferece uma análise crítica, construída sob fontes originais, acerca da reflexão teórica que orientou o pensamento urbano do Arquiteto P. Montez.

1. Contexto nacional: Planos Gerais de Urbanização

Para a compreensão do contexto nacional no qual a obra do Arquiteto P. Montez se insere, identificou-se um conjunto de investigações realizada sobre o urbanismo em Portugal à época do Estado Novo (Lôbo, 1995; Pereira, 1994; Costa, 2011). Destaca-se a obra de Margarida Souza Lôbo (1995), “Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco” que foca o urbanismo português no período 1934-1954, permitindo uma ampla leitura ampla dos tipos de planos que surgiram em plena ditadura.

O Decreto-Lei n.º10 de 13 de Janeiro de 1864, onde se encontram as primeiras disposições genéricas portuguesas sobre os Planos Gerais de Melhoramentos, viria a ser substituído em 1934, com a criação da figura dos Planos Gerais de Urbanização (Decreto-Lei nº 24:802 de 21 de Dezembro de 1934), cujo promotor original foi Duarte Pacheco*. Esta figura viria a obrigar a que os planos de urbanização a organizar fossem elaborados por iniciativa das câmaras municipais, para dar unidade e eficiência ao trabalho dos municípios. No preâmbulo desta nova legislação, é justificada a aplicação das verbas do Fundo de Desemprego em obras públicas, como forma de criação de emprego.

* **Duarte Pacheco** (1900-1943) conclui em 1923, o curso de Engenharia Electrotécnica e Máquinas do Instituto Superior Técnico, em Lisboa. Em 1927, é nomeado diretor efetivo desta instituição universitária. Em 1932 é nomeado Ministro do Comércio e Comunicações, sendo que em 1932, o mesmo Ministério passaria a denominar-se Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Em 1936 regressa à direção do Instituto Superior Técnico. Toma posse como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em 1938, cargo que viria a abdicar ainda no mesmo ano, para assumir funções como Ministro das Obras Públicas e Comunicações (Costa, 2011, p.26).

A legislação publicada em 1934 surge desencadeada pela necessidade de suportar um vasto programa de melhoramentos urbanos, garantindo que as transformações propostas se integrassem num plano de conjunto. Esta tornava indispensável que todas as Câmaras Municipais possuísem plantas topográficas, para que de futuro nenhuma obra de urbanização fosse realizada sem que fizesse parte de um plano convenientemente delineado. O diploma fixa a obrigatoriedade de todas as Câmaras elaborarem planos gerais de urbanização, não só para a sede do seu concelho, como também para todas as localidades com população superior a 2.500 habitantes, abrangendo ainda centros urbanos de interesse turístico, entre outros, a designar pelo Governo. Contudo, a inexperiência dos municípios neste domínio, levou a que fosse a Administração Central a dinamizar todo o processo.

Ainda que o diploma de 1934 previsse a realização de concursos para a seleção do urbanista a contratar, pela falta de técnicos qualificados à data, o urbanista passou a ser convidado para a realização dos planos, e não selecionado em concurso. De facto, urbanistas portugueses com formação específica no início dos anos 40 existiam apenas dois, David Moreira da Silva (1909-2002) e João Faria da Costa (1906-1971), juntando-se a estes, de Étienne de Gröer (1882-1952). A estes três, juntam-se, num primeiro período, Luís Cristino da Silva (1896-1976), Paulo Cunha (1909-), Jorge Segurado (1898-1990), Carlos Ramos (1897-1969) e Paulino Montez, por mérito próprio ou a convite de Duarte Pacheco. Este conjunto de urbanistas são, segundo Souza Lôbo, os precursores do vasto movimento que se vai ocupar do ordenamento dos centros urbanos do País (Lôbo, 1995, p. 41).

Embora em 1934 o Governo tivesse promovido a elaboração de plantas topográficas, a sua realização demorou quase uma década, impedindo assim a realização das propostas urbanísticas. É nesse momento, em 1943, que se começa a manifestar um enorme desencontro entre as intenções iniciais expressas no diploma subscrito por Duarte Pacheco - onde era evidente a grande intenção de planejar os aglomerados urbanos, dando-lhes uma nova configuração, localizando equipamentos, orientando as instalações das redes viárias e de serviços - e a gestão que a Administração Central faz de todo o processo de aprovação, classificando sistematicamente as propostas de plano apresentadas com meros antepanos, figura sem força legal, mesmo no caso de simples licenciamentos de obras. Esta substituição da figura do Plano Geral de Urbanização, pela do Antepano, impede as Câmaras de possuírem os instrumentos necessários, dificultando a implantação dos seus planos (Lôbo, 1995).

O urbanismo institucional, que emerge em Portugal na década de trinta, vai ganhando consistência ao longo de várias etapas, a que correspondem influências externas. O primeiro mandato de Duarte Pacheco é marcado pela figura de Donat-Alfred Agache (1875-1960), “o famoso urbanista francês que elabora o plano de urbanização para o Rio de Janeiro e que veio a Lisboa projetar o plano de urbanização para a Costa do Sol, ao longo da linha costeira que se estende de Lisboa a Cascais” (Di Salvatore, 2012, p.108). Os dois anos de ausência de Duarte Pacheco à frente do Ministério das Obras Públicas (1936-1938) afastam Agache de Portugal. Quando Duarte Pacheco regressa ao cargo, é necessário encontrar um urbanista qualificado, onde essa escolha recai sobre Etienne de Gröer (antigo colaborador de Agache).

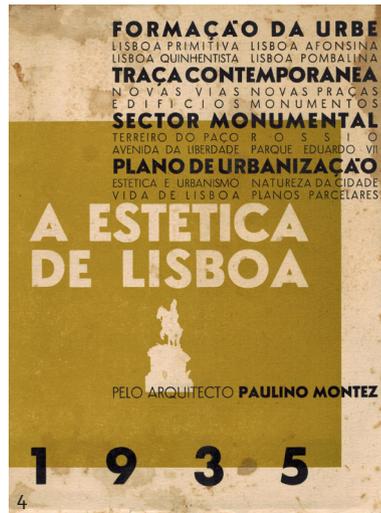
Para Souza Lôbo, “o apogeu do planeamento urbano em Portugal situa-se entre 1944 e 1954, período em que são finalizados cerca de três centenas de estudos de antepelos de urbanização, dos quais cerca de metade são aprovados até 1954”. A autora refere ainda que “estes Planos Gerais de Urbanização têm sido, desde então, os instrumentos orientadores da transformação dos mais importantes aglomerados do País” (Lôbo, 1995, p. 225).

Dado o grande número de planos então aprovados, a atividade urbanística desencadeada por Duarte Pacheco marcou o carácter e o desenvolvimento dos mais importantes aglomerados do País, pelo que a sua história urbana e social não pode ignorar a dimensão e o sentido das intervenções urbanísticas, cujo grau de realização e impacto haverá ainda que avaliar.

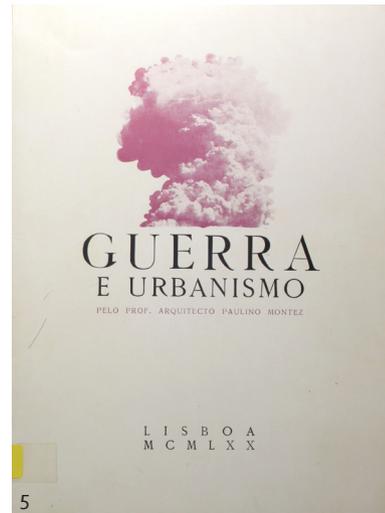
(Lôbo, 1995, p.225)



[fig. 2.3] Estudos de Urbanismo em Portugal: Preambulo (Montez, 1933).



[fig. 2.4] A Estética de Lisboa (Montez, 1935).



[fig. 2.5] Guerra e Urbanismo (Montez, 1970).

2. Estudos e projetos de urbanismo de Paulino Montez para Portugal

A presente secção pretende reconstruir o contexto teórico que norteou o pensamento do Arquiteto P. Montez, no que se refere ao urbanismo.

Tal como apontada no capítulo anterior, é extensa a obra bibliográfica da autoria do Arquiteto. Este publicou um vasto conjunto de elementos incidindo sobre várias temáticas. Designadamente, o Urbanismo, as Belas-Artes (Montez, 1974), a Arquitetura (Montez, 1984), a Educação (Montez, 1941), e ainda no que se refere a aspectos dos serviços do municipais de Lisboa (Montez, 1936). A presente investigação focou a sua análise na produção teórica da autoria do Arquiteto Paulino Montez exclusivamente no que concerne às publicações referentes à temática do urbanismo.

Descrevem-se em seguida, organizadas por ordem cronológica de publicação, as 12 obras literárias do Arquiteto P. Montez que importam ao presente estudo.

A primeira publicação referente à temática do urbanismo corresponde ao “Preâmbulo” (1933) da coleção de publicações, denominada “**Estudos de Urbanismo em Portugal**” (1933-1978), com um total de 10 volumes. Esta apresenta-se como a fonte original de maior interesse na compreensão do pensamento do Arquiteto Paulino Montez, uma vez que são estas as obras que permitem fazer o confronto entre aquilo que é o pensamento teórico adotado pelo arquiteto, e a influencia que este tem na sua obra prática. Cada volume, além de se apresentar uma curta memória descritiva, o autor publica também estratos de planos correspondentes à reflexão teórica. No primeiro volume (Montez, 1933) o autor começa por identificar qual a situação do País face ao planeamento urbano, mencionando que “Portugal, lamentavelmente, quase se tem alheado do que se passa no estrangeiro”, e que “o desenvolvimento do urbanismo é, em todos os países cultos, cada vez mais importante”, evidenciando assim a importância da elaboração de leis que promovam a elaboração de “planos ordenados” (Montez, 1933, p. 11-12). Os trabalhos publicados correspondem a planos de alguns bairros sociais de Lisboa, de alguns aglomerados do Oeste estremenho e de localidades da Costa do Sol.

Em 1935 o Arquiteto Paulino Montez publica “**A Estética de Lisboa**”. Esta obra literária encontra-se estruturada em 4 partes: “Formação da urbe”; “Traça contemporânea”; “Sector monumental”; “Plano de Urbanização” (Montez, 1935, p. 11). A primeira parte oferece uma análise histórica referente à formação da

Capital de Portugal. A segunda parte, o arquiteto lamenta a situação, em que à data, Lisboa se encontrava face ao planeamento urbano. Refere que “a Lisboa contemporânea (...) mostra-nos apenas criações reveladoras da mais lamentável desorientação arquitetural.” Acrescenta ainda que “o lançamento das novas vias é pouco lógico e apresenta-se como riscado caprichoso sem qualquer valor plástico” (Montez, 1935, p.31). Na terceira parte, analisa criticamente os arranjos principais do setor monumental idealizado pelo ministro de D. José I: a Praça do Comércio, o Rossio, a Avenida da Liberdade e o Parque Eduardo II. Na quarta, e última parte, defende que “para cuidar da estética de Lisboa, assegurar-lhe as suas condições fundamentais de beleza” (Montez, 1935. p.57) é necessária a criação de um plano de urbanização, que compreenda “o plano regional”, “o plano de extensão”, “o plano de regularização” e “o plano de embelezamento”. Defende que qualquer grande cidade necessita que o seu Plano de Urbanização se desdobre nos quadro planos parcelares já identificados, “que constituam, todavia, um todo uno” (Montez, 1935, p.64).

A obra publicada em 1970 - “**Guerra e Urbanismo**” corresponde a três artigos, da autoria do Arquiteto P. Montez, publicados entre 1946 e 1947, no jornal “O Século”. Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, autor faz uma reflexão acerca de como o urbanismo poderia contribuir para a segurança dos aglomerados em clima de guerra, embora o autor questione se, face a um lançamento de bomba nuclear, ou de algo com efeitos piores, valerá a pena insistir na ideia de uma urbanização antiaérea, ideia essa que à época, se encontrava em estudo. Esta obra literária, embora aborde a temática do urbanismo, pouco contribuiu para o entendimento do pensamento de P. Montez enquanto arquiteto urbanista.

2.1 Referências e conceitos na obra de P. Montez

Identificam-se em seguida as referências teóricas e os conceitos empregues pelo Arquiteto P. Montez, conforme identificados nas 3 obras analisadas atrás identificadas.

Referente à temática da disciplina do Urbanismo, o Arquiteto P. Montez defende que este,

... poderá tomar-se como ciência ou como aplicação de ciências várias; mas será sempre uma verdadeira arte. Isto porque os seus problemas têm de resolver-se como o objetivo último: de síntese e de harmonia. Consequentemente, os estudos de urbanismo têm na sua essência, caráter artístico”.

(Montez, 1933, p.30)

O Arquiteto P. Montez questiona, e investiga teóricamente a utilização da linha reta nos traçados

urbanos. Para este, “A linha recta rompe cega e desmedida, com desprezo absoluto pelo relevo dos terrenos. Não condenamos a aplicação da linha recta, ainda mesmo nas cidades de situação acidentada” (Montez, 1935, p.31). Contudo, admite que “a circulação exige a linha recta” (Montez, 1935, p.32). Refere o que **Camillo Sitte** escrevia em 1889, em “L’Art de batir les villes”: “As vias rectas são hoje necessárias, são muitas vezes dum efeito grandioso. O que condenamos é o seu emprego maquinal ... sem se atender à configuração do terreno, nem a outras circunstâncias locais.” (Montez, 1935, p.32). Como complemento desta ideia, o Arquitecto P. Montez, acrescenta uma nota em anexo, “Das artérias em linha recta”, onde transcreve um pouco mais da obra de Sitte:

Se a linha ondulada é mais pitoresca, a linha reta é mais monumental... Seria para desejar que os construtores de cidades não abusassem mais de uma que de outra, mas delas se servissem com propriedade, para dar aos bairros um aspeto adequado ao seu destino. A preocupação de mostrar um edifício importante ou espectáculo de natureza, é a razão de muitos traçados curvos de ruas antigas.

(Montez, 1935, p.71)

Raul Lino apresenta-se como outro Arquitecto ao qual P. Montez faz referência. Em 1923 ao referir-se às artérias de Lisboa no “Diário de Notícias” de 23 de Maio, Raul Lino refere que:

São estas grandes ruas ou avenidas, em muitos casos, da maior sensaboria porque nem sempre temos, para cada uma, um monumento de importância ou aspecto interessante que anime o seu ponto terminal ou foco perspectivo. As avenidas novas de Lisboa o atestam.

Pelo contrário, é preciso frisar quantas vezes uma pequena quebra no eixo de uma rua, pode valorizar o seu aspeto; e por outro lado - quanto ganha um monumento ou edifício interessante, quando bem colocado junto a uma destas quebras.

(Montez, 1935, p.71)

O Arquitecto Paulino Montez refere também a obra de **Le Corbusier** publicada em 1925, “Urbanisme” referindo que este arquitecto urbanista que “contradiz as ideias de Camillo Sitte, e combate radicalmente os alinhamentos curvos, considerando-os mais próprios de animais que de gente - concorda todavia que “sobre terreno acidentado, a curva tem direitos à priori” e que os arquitectos podem tirar dela “feitos agradáveis” (Montez, 1935, p.32).

Assim sendo, e sendo a obra a obra “A estética de Lisboa”, referente à capital de Portugal, o Arquitecto

P. Montez considera que “nos traçados mais expressivos e caraterísticos de Lisboa, devia ter-se utilizado a linha curva”, apesar de considerar que “Uma grande capital não pode abster-se dos alinhamentos rectos” (Montez, 1935, p.32).

O Arquiteto P. Montez, na sua obra de 1933, inicia a sua ideia, reforçada mais tarde nos vários volumes constituintes da colecção de “Estudos de Urbanismo em Portugal”, da importância de se estabelecer uma forma relação dos aglomerados populacionais com as suas regiões envolventes. Assim, acrescenta que vão os planos de qualquer cidades, vilas ou aldeias integrar-se no estudo das suas regiões” (Montez, 1933, p.10).

Para o Arquiteto P. Montez,

A beleza duma cidade não resulta da reunião casual de edifícios, monumentos e jardins ou da ligação fria e caprichosa de bairros múltiplos, mas do espírito global, do acordo ou harmonia do traçado e da expressão com as características da urbe, com as necessidades e aspirações mais comuns dos habitantes.

(Montez, 1935, p.57)

Como referido anteriormente, à época, a nomenclatura utilizada referente a planos, restringia-se, no caso português, à figura dos “Planos Gerais de Urbanização”, criada em 1934 em substituição dos “Planos Gerais de Melhoramentos” de 1865. Este novo termo está fortemente conetado com a atividade de transformação do território, pela instalação das necessárias infraestruturas e equipamentos. Contudo, o Arquiteto P. Montez, na sua obra “A Estética de Lisboa” (1935), e no preambulo da colecção “Estudos de Urbanismo em Portugal” (1933), apresenta outros conceitos, referentes a diferentes tipos de intervenção nos aglomerados urbanos:

O “**plano regional**”, estuda o aglomerado nas suas relações com a região envolvente, em termos de redes rodo e ferroviária, espaços livres e proteção paisagística.

O “**plano de extensão**”,

... estudará o alargamento da cidade sobre os terrenos livres da sua periferia, preparará a satisfação das necessidades presentes e futuras. Ele deve promover o desenvolvimento e descongestionamento geral da urbe (...); fixar as redes dos esgotos, das águas e da iluminação pública; agrupar, quando possível, os edificios segundo o seu destino (...). Ele deve regulamentar as construções que nesses grupos se hão-de erguer (...). Deve estabelecer os bosques, os parques, os jardins e todos os espaços livres (...).

(Montez, 1933, p.6)

O “plano de regularização”,

... estruturará a cidade existente no sentido de a melhorar e valorizar sob todos os aspetos. Ele deve prever a reforma dos traçados imposta pela circulação, alargar vias de grande movimento, rasgar espaços livres no núcleo central, criar praças ou centros de estacionamento de viaturas e reguladoras de trânsito; promover o acréscimo dos alojamentos para o negócio, com possíveis alturas de excepção; aperfeiçoar as condições de salubridade dos velhos bairros condenados pela higiene. É este plano que há-de resolver os problemas de descongestionamento de todas as passagens estranguladas e particularmente do coração da urbe, prevendo pontos a atacar num futuro próximo ou afastado (...) É ainda este plano que há-de elaborar regulamentos, impor condições de segurança e de estética a todos os edifícios mais antigos, e fixar-lhes, quando tenham de renovar-se, as alturas de cada andar e as dimensões dos seus espaços livres interiores.

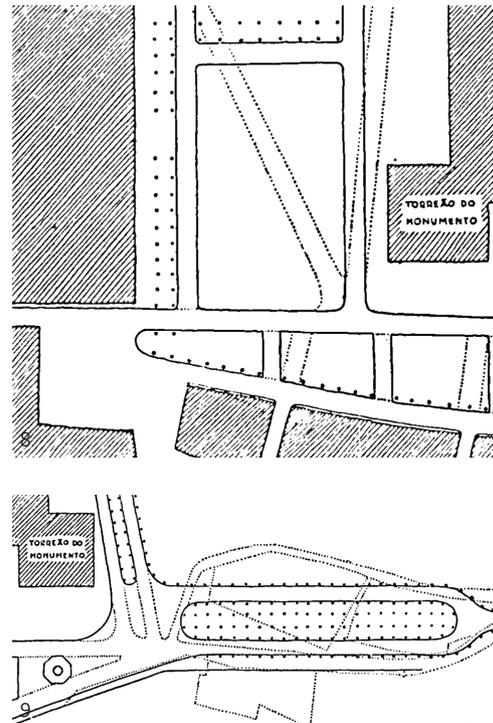
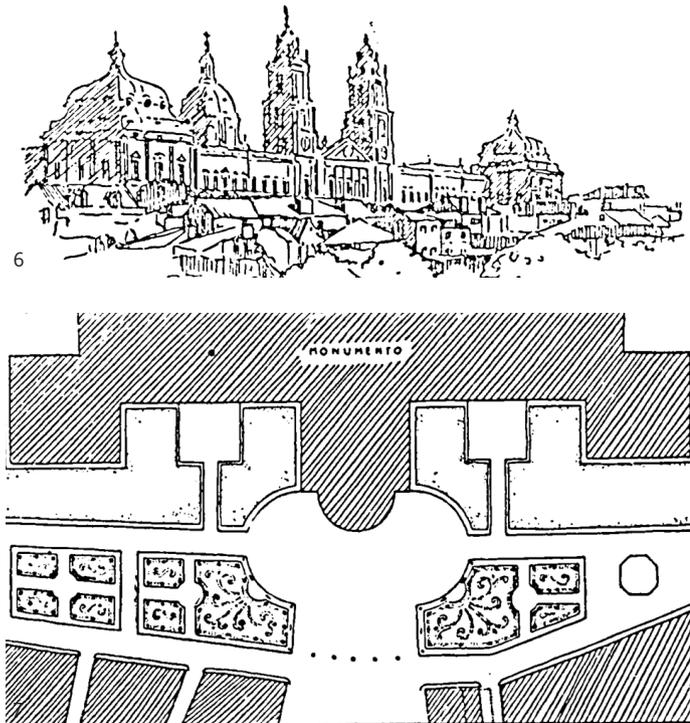
(Montez, 1935, p.66)

O “**plano de embelezamento**”, que corresponde ao arranjo do espaço público, “estudará toda a cidade, sob o ponto de vista da expressão e dos seus arranjos últimos. Ele deve tratar do emolduramento de todos os edifícios históricos e artísticos (...), valorizar os conjuntos arquitetónicos e pitorescos (...)” como o caso “das entradas da cidade e das pontes nela estabelecidas, ruas, avenidas, viadutos, miradouros, parques e jardins” (Montez, 1935, p.67).

Conclui-se assim que orientaram o Arquiteto P. Montez os urbanistas estrangeiros Camillo Sitte e Le Corbusier. A nível nacional destaca-se Raul Lino.

Relativamente a soluções de desenho urbano apontados pelo Arquiteto P. Montez, destaca-se a importância da utilização de um eixo no traçado, em linha recta, mas refere-se também a necessidade de esta se poder adaptar ao terreno acentuado e transformar-se em linha curva, revelando um carácter artístico defendido pelo Arquiteto.

Na obra teórica da autoria de P. Montez este apresenta distintos conceitos de planos. Distingue estes entre: “plano regional”, “plano de extensão”, “plano de regularização” e “plano de embelezamento”.



[fig. 2.6] Um aspeto da Vila de Mafra (Montez, 1933, p.11).

[fig. 2.7] Vila de Mafra: Largo principal do Monumento (Montez, 1933, p.33).

[fig. 2.8] Vila de Mafra: Largo lateral esquerdo do Monumento (Montez, 1933, p.23).

[fig. 2.9] Vila de Mafra: Largo lateral direito do Monumento (Montez, 1933, p.29).

2.2 A sintonia entre a obra teórica e a prática

De seguida, apontam-se os diferentes casos de estudo publicados pelo Arquiteto P. Montez na coleção “Estudos de Urbanismo em Portugal”*. Para uma maior e correta compreensão do pensamento teórico adotado pelo Arquiteto P. Montez, a seguinte análise encontra-se estruturada exatamente segundo os diferentes pontos de análise focados pelo Arquiteto nas duas obras.

Mafra (1927**)

Um plano de Regularização e de Embelezamento da Vila

Da urbanização da Vila:

O Arquiteto P. Montez, começa por valorizar o facto de Mafra possuir “um dos mais belos e gigantescos monumentos de todo o mundo” (Montez, 1933, p.12). No sentido de “melhor valorizar a perspectiva global do monumento, o Arquiteto defende que “Mafra deve aspirar a um plano mais positivo (...) plano que procura principalmente a harmonia do monumento com as construções que o envolvem, valorizando as duas praças, sem deixar de atender às exigências duma circulação que cada vez mais se ativa com o desenvolvimento do turismo” (Montez, 1933, p.16).

Do largo principal do monumento (Montez, 1933, p.19.21):

- Superfície completamente livre de arvoredo, “desafogando” o monumento, emoldurando “com mas riqueza o corpo principal do monumento, e estabelecer uma transição mais suave com a casaria que o enfrenta”.

Do largo lateral esquerdo do monumento (Montez, 1933, p.23):

- Estabelecimento de um traçado, harmónico com o do largo principal;

Do largo lateral direito do monumento (Montez, 1933, p.29):

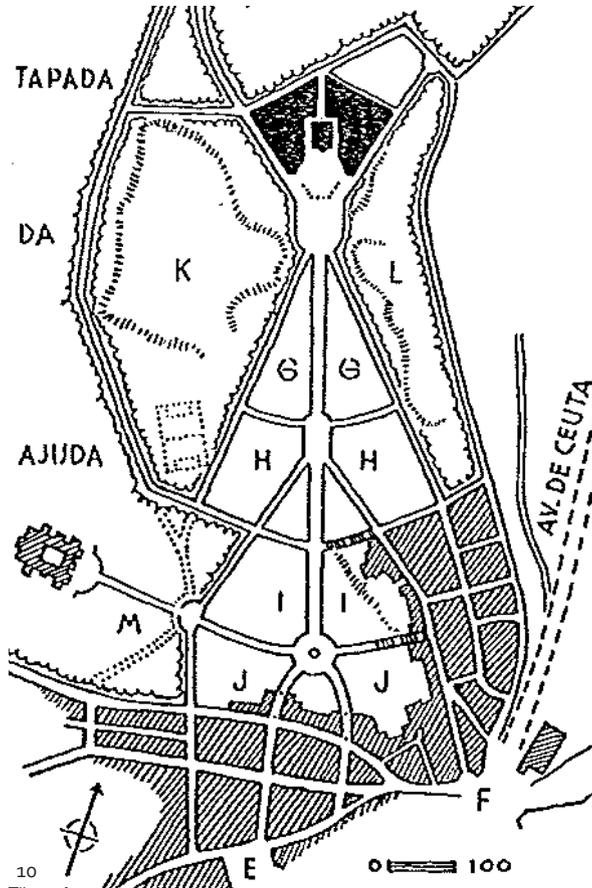
- Estabelecimento de um traçado “que proporcione um certo desafôgo do torreão sul do edifício, e conseqüentemente, melhores pontos de vista do mesmo torreão”.

Da praça principal da vila (Montez, 1933, p.31):

- Alargamento da praça; - Construção de bancos e pilares decorativos “proporcionados e harmonicos com os motivos já previstos para o largo principal.

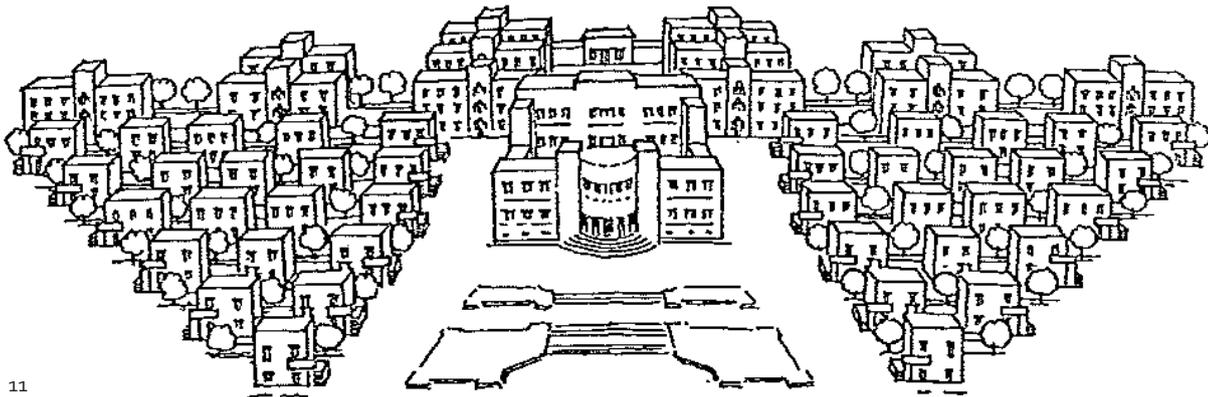
* Exclui-se neste análise a obra teórica, assim como a prática, referente aos planos realizados pelo Arquiteto para o Concelho de Peniche, uma vez que estes serão o objeto de estudo do seguinte capítulo.

** Data em que a Comissão Administrativa do Município de Mafra manda proceder à elaboração dum plano (Montez, 1933, p.14).



[fig. 2.10] Traçado de extensão de Alcântara sobre os terrenos do Alvito (Montez, 1938, p.13)

[fig. 2.11] Perspetiva do bairro (Montez, 1939, p. 19)



Lisboa: Alcântara / Alvito (1938*)

Extensão noroeste da cidade: Plano do Bairro Económico Doutor Oliveira Salazar

Da urbanização local:

Os terrenos do Alvito, na região de Alcântara (Lisboa), apesar da sua boa exposição e do panorama “maravilhoso que deles se desfruta”, não tinham sido à data “conquistados pela extensão-noroeste da cidade (Montez, 1938, p.11-12). a Câmara Municipal de Lisboa, promove a construção de um bairro económico, que pelas suas “circunstancias locais- topográficas, de exposição solar e de interesse panorâmico” indicavam que a sua construção de devia estabelecer em anfiteatro e voltada para o sul. O eixo rectilíneo da estrada do Alvito devia coincidir com o eixo principal do bairro, lançado consequentemente em direcção ao rio (Montez, 1938, p.12-14).

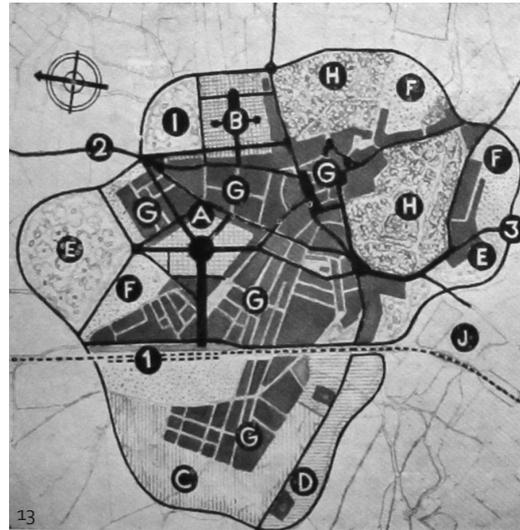
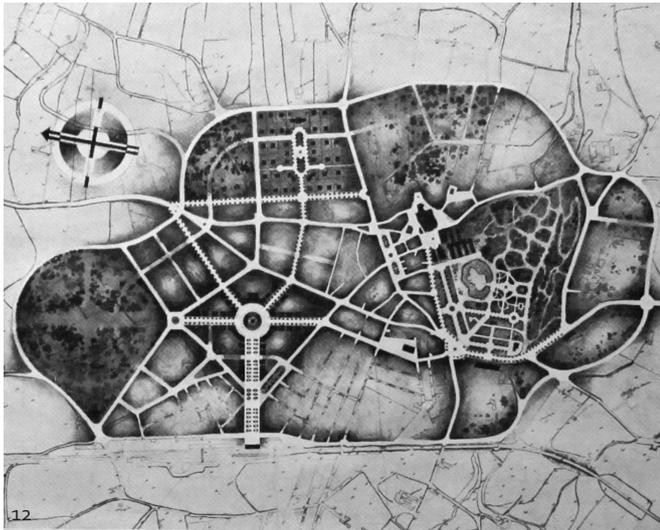
Do plano geral do bairro (Montez, 1938, p.17-20):

- Construído para 152 habitações e um grupo cultural;
- Fronteiro ao grupo cultural, que ocupa o centro do conjunto, “um amplo recinto ajardinado” abrindo o bairro ao panorama do Tejo;
- Vias principais, para viaturas, que circundam o recinto e o grupo cultural.
- Arruamentos transversais, ajardinados e arborizados, dando acesso às habitações.

Dos edifícios (Montez, 1938, p.25-29):

- Definição de casas com duas tipologias: uma destinada a casas de duas famílias, e outra a casas de seis famílias;
- Definição do grupo cultural.

* Em Junho de 1938, o Arquitecto Paulino Montez afirma que a construção do bairro se encontrava quase concluída (Montez, 1938, p.31).



[fig. 2.12] Plano Geral de extensão, regularização e embelezamento da Cidade (Montez, 1941, p.21).

[fig. 2.13] Zona de extensão existentes (Montez, 1941, p.21).

Caldas da Rainha (1929*)

Plano de Extensão, de Regularização e de Embelezamento da Cidade

Da urbanização da Cidade:

O Arquiteto Paulino Montez inicia esta obra literária referindo que “Caldas da Rainha, centro duma região de turismo em que abundam belezas naturais, monumentos históricos e artísticos; estação de verão recomendável pelo recolhimento dos seus parques e frescura do seu clima, é sobretudo uma estância termal das mais famosas”. Contudo, pela sua rápida evolução urbana, o seu traçado estabeleceu-se “ao acaso”, não possuindo “largas artérias que lhe desafoguem a circulação, sem arranjos notáveis que embelezem como estância de cura e de repouso, sem edifícios apropriados que acomodem satisfatoriamente os serviços públicos” (Montez, 1941, p.11-12). Acrescenta que, qualquer que seja a importância comercial proveniente da estação de caminho de ferro, a cidade deverá viver da riqueza das suas termas, valorizadas pela frescura do clima” como tal, seriam estas que deveriam orientar o Plano de Urbanização da Cidade (Montez, 1941, p.12).

Da rede de circulação (Montez, 1941, p.13):

- Rasgamento de vias fundamentais que descongestionem a circulação - especialmente a das estradas que atravessam a cidade e a das zonas da Estação do caminho de ferro, da Praça da República e do Estabelecimento Termal. Abertura de vias complementares;

Da extensão (Montez, 1941, p.13):

- Agrupamento das futuras construções por zonas ou sectores: bairro principal para edifícios comerciais e de interesse público, bairro-jardim para moradias de recolhimento, bairros económicos, bairro industrial;

Da regularização: (Montez, 1941, p.13)

- Correção geral dos alinhamentos e construções existentes, de harmonia com as necessidades relativas a trânsito, higiene e estética urbana;

Do embelezamento (Montez, 1941, p.14):

- Valorização da Torre da Igreja Matriz, arranjos no Parque de D.Leonor, emolduramento de alguns edifícios públicos e da Estátua da Rainha.

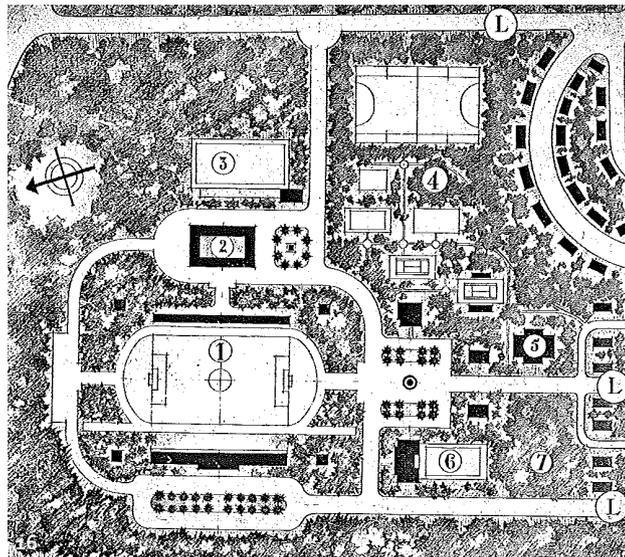
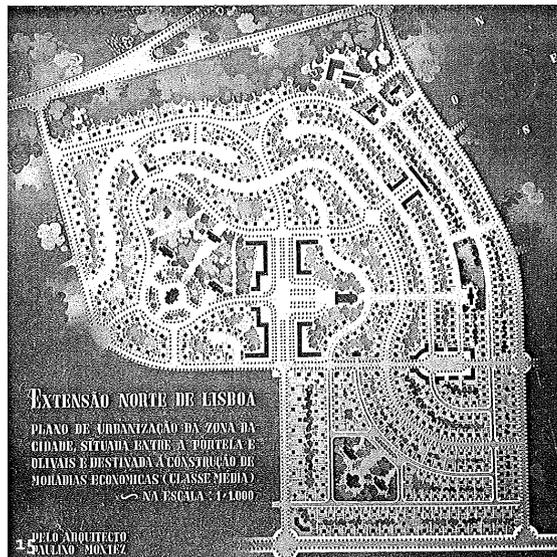
* Data em que foi provado o Estudo de Urbanização, pela Câmara Municipal (Montez, 1941, p.12).



[fig. 2.14] Bairro da Encarnação: plano geral do bairro (Montez, 1958, p.19)

[fig. 2.15] Um aglomerado de habitações: traçado da composição do conjunto (Montez, 1958, p. 33)

[fig. 2.16] Um parque de desportos: traçado da composição do conjunto (Montez, 1958, p. 27)



Lisboa: Extensão Nordeste da Cidade (1938*)

Plano do Bairro da Encarnação. Plano de um parque de desportos. Plano de um aglomerado de habitações

Da localização do bairro:

O Arquiteto Paulino Montez começa por referir que o Bairro da Encarnação, “construído nos terrenos sitos no extremo-nordeste da Cidade, e a Nascente do Aeroporto da Portela, (...) ocupa grande parte do espaço correspondente ao ângulo formado a Oeste pela estrada de Lisboa-Sacavém, e a Sul pela Avenida de Berlim e pela Estrada de Moscavide” (Montez, 1958, p.12).

Da rede de circulação (Montez, 1958, p.13-14):

- Uma alameda - artéria principal do Bairro - termina numa ampla praça;
- Duas outras alamedas, de menor extensão e com menor largura e duas praças extremas (a do Norte e a do Leste);
- Artérias rasgadas transversalmente ao eixo da alameda principal e da grande praça, ligando as duas praças extremas e criando-lhes outros acessos;
- Duas artérias, limitando o Bairro a Oeste e a Sul;
- Nas grandes malhas resultantes do traçado fundamental assim construído lançaram-se (como se ele harmonizando) múltiplos arruamentos secundários.

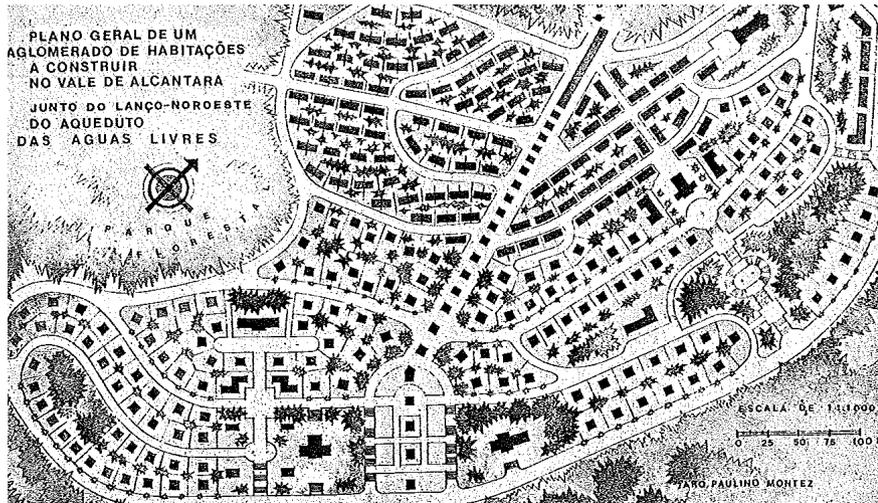
Das zonas e do equipamento (Montez, 1958, p.15-17):

- Habitação, em que o projeto do traçado foi fornecido pelo Ministério das Obras Públicas, mas que se elaborou um estudo de alçados;
- Equipamentos (Edifícios de interesse coletivo), em que ficaram previstos: escolas, mercados, estabelecimentos comerciais, uma igreja e o quartel dos bombeiros);
- Espaços Livres, constituída não só pelos pequenos jardins interiores e pelas placas arrelvadas das praças e alamedas, mas pelos grandes recintos arborizados das orlas marginais do Sul e de Oeste.

Plano de um parque de desportos (Montez, 1958, p.25):

- Terrenos destinados ao parque situam-se a Norte do Bairro da Encarnação;
- O programa indicado corresponde a: campos de futebol, de basquetebol e de ténis, pista de patinagem e pista descoberta;

* Data de construção do bairro (Montez, 1958, p.12)



[fig. 2.17] Vale de Alcântara: Plano geral de um aglomerado de habitações (Montez, 1977, p.25)

- O plano elaborado, além do proposto: um ginásio, uma pista descoberta, um parque infantil e um parque de estacionamento de viaturas.

Plano de um aglomerado de habitações (Montez, 1958, p.31-32):

- Terrenos destinados ao aglomerado situam-se a Sul do Bairro da Encarnação;
- Com larguras estabelecidas consoante a circulação nelas prevista, as diferentes artérias adaptam-se ao relevo do solo;
- Estabelecimento de diferentes zonas: habitação, espaços livres e zonas comerciais.

Lisboa: Vale de Alcântara, Zona do Lanço Noroeste do Aqueduto das Águas Livres (1944*)

Plano geral de um aglomerado de habitações

Da urbanização Local:

O Aqueduto das Águas-Livres de Lisboa, classificado como “monumento nacional”, encontrava-se à data afetado por construções precárias de carácter ilegal. O Arquitecto Paulino Montez defendia que era necessário promover a substituição de tais construções por outras projetadas, conferindo-lhe um adequado valor (Montez, 1977, p.11-16). Pretendia assim que este, ficasse condignamente emoldurado; que a rede viária do novo aglomerado se harmonizasse com a rede do bairro económico ali existente; e que os terrenos destinados às novas construções não incluíssem as da zona correspondente ao arco que se segue, no sentido de Noroeste, ao da passagem da linha férrea (Montez, 1977, p.16-19).

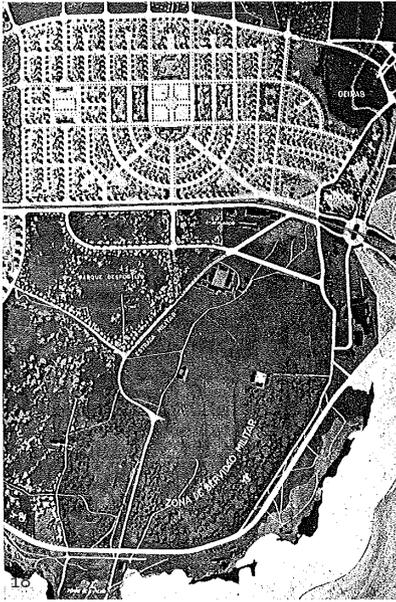
Da rede de circulação (Montez, 1977, p.21-22):

- uma artéria envolvente do espaço abraçado pelo Plano;
- vias intermédias, principais e secundárias;
- vias transversais, com ou sem lanços de escadaria.

Das zonas e do equipamento (Montez, 1977, p.23-24):

- Habitação (previstas casas unifamiliares);
- Comércio (previstos três grupos de estabelecimentos);
- Edifícios de interesse coletivo (escola, centro de assistência social, igreja e balneário);
- Espaços livres.

* Data em que o plano é entregue à Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras (Montez, 1977, p.18).



[fig. 2.18] Traçado do Plano Geral de Oeiras, 1943 (Montez, 1978, p.21).

[fig. 2.19] Traçado do Plano Geral de Carcavelos, 1943 (Montez, 1978, p.21).

[fig. 2.20] Traçado do Plano Geral da Parede, 1943 (Montez, 1978, p.21).

Praias da Costa do Sol: Oeiras, Carcavelos, Parede, S. Pedro, S. João, Estoril-Monte, Cascais (1936*)

Traçado de Planos Gerais

Da urbanização da Costa do Sol:

O Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, do qual Paulino Montez fez parte, é organizado após a publicação, a 22 de Maio de 1935, da Lei 1090 encomendada, pelo Governo à Assembleia Nacional onde pela primeira vez, se promovia a elaboração de um plano de características regionais, que foi denominado “da Costa do Sol” (Montez, 1978, p.11-12).

- Para a Costa do Sol, já o Governo, em 1933, havia encomendado ao Arquiteto francês Alfredo Agache, um estudo de urbanismo;
- As primeiras composições de traçados urbanísticos foram elaboradas pelo Arquiteto Paulino Montez com colaboração dos outros membros da comissão executiva;
- Todos os traçados foram mais tarde revistos;
- Para a revisão posterior, de todo o Plano, foi contratado, pela Comissão Executiva, o Arquiteto Étienne De Gröer.

Traçados de Planos Gerais:

- Traçado do Plano Geral de Oeiras;
- Traçado do Plano Geral de Carcavelos;
- Traçado do Plano Geral da Parede;
- Traçado do Plano Geral de S. João do Estoril;
- Traçado do Plano Geral do Estoril - Monte-Estoril;
- Traçado do Plano Geral de Cascais.

* Data em que fora constituído o Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol (Montez, 1978, p.13).



[fig. 2.21] Traçado do Plano Geral de São João do Estoril 1943 (Montez, 1978, p.24).

[fig. 2.22] Traçado do Plano Geral do Estoril - Monte Estoril, 1943 (Montez, 1978, p.25).

[fig. 2.23] Traçado do Plano Geral de Cascais: Extensão para sudoeste, 1943 (Montez, 1978, p.21).



2.3 Análise comparativa

Esta secção oferece a comparação entre a obra teórica e a obra prática da autoria do Arquiteto P. Montez. Para uma melhor compreensão, foi realizado um quadro comparativo entre os diferentes planos atrás analisados apresentados, as diferentes abordagens teóricas referidas na secção 2.2, e a análise visual aos desenhos do plano realizada pela autora do trabalho.

Destacam-se, em seguida, os aspetos essenciais considerados pelo Arquiteto P. Montez na sua obra teórica:

Todos os volumes da coleção “Estudos de Urbanismo em Portugal”, iniciam-se com um capítulo referente à realidade urbana na qual o plano será elaborado. É neste capítulo introdutório, que o Arquiteto P. Montez faz referência, caso exista, (i) ao **património arquitetónico** presente no local; (ii) à **evolução urbana** que este sofreu; (iii) as **linhas orientadoras do plano**; (iv) as questões relacionadas com o **turismo**; (v) as questões **topográficas** do local. Como demonstrado no quadro seguinte, são as questões topográficas, também referidas inúmeras vezes na obra “A Estética de Lisboa”(Montez, 1935) como sendo importantes na realização do plano, o aspecto que o Arquiteto menos refere ao descrever cada plano elaborado, embora em alguns planos, como é o caso do Plano Geral do Estoril (Montez, 1943), seja visível graficamente a importância dada à topografia, uma vez que o desenho se caracteriza por uma forte irregularidade no traçado, podendo assim se deduzir que esta se deve a uma forte irregularidade topográfica.

Na sua obra teórica, o Arquiteto P. Montez, evidencia a importância da existência de uma relação entre o aglomerado populacional em estudo, e a sua envolvente, defendendo que para tal, é necessário elaborar um “**plano regional**”. Contudo, nas diferentes obras literárias que publicou referentes aos planos que elaborou, esta importância de se estabelecer um “plano regional” não se evidencia. Apenas no caso do Alvito (Montez, 1938), o Arquiteto apresenta um plano no qual mostra a relação do traçado deste, com o da envolvente. Nas restantes obras, embora não sejam publicados estes planos, teóricamente surgem algumas referências às relações que o aglomerado deve estabelecer com a vizinhança, como no caso do “Vale de Alcântara”(Montez, 1977).

A terminologia apresentada pelo Arquiteto Paulino Montez, em duas das suas obras literárias, “A Estética de Lisboa”(1935) e “Preâmbulo” da coleção de “Estudos de Urbanismo em Portugal (1933), referente a “**Plano de Extensão**”, “**Plano de regularização**” e “**Plano de embelezamento**”, onde o arquiteto refere a importância destes na elaboração de um plano de urbanização, apenas na obra publicada em 1941 referente às Caldas da Rainha, surgem elementos gráficos e teóricos referentes a estes planos. Nas seguintes obras, esta terminologia

	Mafra	Lisboa: Alcântara / Alvito	Caldas da Rainha	Lisboa: extensão nordeste	- Encarnação	- "um aglomerado de habitações"	- "Um parque de desportos	Lisboa: Vale de Alcântara	Praias da Costa do Sol	- Oeiras	- Carcavelos	- Parede	S. João do Estoril	- Estoril - Monte Estoril	- Cascais
Análise teórica:															
Da urbanização da Vila / Local / da Cidade / do Bairro:	X	X	X	X	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-
Referência ao património arquitetónico existente	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
Evolução urbana do aglomerado	X	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
Apontamento acerca das linhas orientadoras do plano	X	X	X	X	-	X	X	X	-	-	-	-	-	-	-
Importância do turismo	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Características locais: topográficas, exposição solar	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de regularização	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de extensão	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de embelezamento	X	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano da rede de circulação	-	-	X	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Uma alameda principal	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Duas alamedas secundárias	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Artérias rasgadas transversalmente ao eixo da alameda	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Artéria(s) envolvente(s) do espaço abrangido pelo plano	-	-	X	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Múltiplos arruamentos secundários	-	-	X	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano nas zonas e do equipamento	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano geral	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Análise de desenho urbano:															
Eixo de simetria marcado com uma alameda retilínea	-	X	X	X	X	-	X	-	X	X	X	-	-	-	-
Artérias curvilíneas transversais ao eixo da alameda	-	-	-	X	X	-	X	-	X	X	X	-	-	-	-
Artéria(s) envolvente(s) do espaço abrangido pelo plano	-	X	X	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X
Impasses	-	-	X	-	X	-	-	-	X	X	-	X	X	-	-
Praças	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X
Quarteirões ortogonais	-	-	X	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-
Regularização dos lotes	-	X	X	X	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-

[tab. 2.1] Relação entre análise teórica e de desenho urbano, com os diferentes planos analisados anteriormente

[X] - Situação verificada | [-] - Situação não verificada

foi alterada para “**Plano da rede de circulação**”, “**Plano das zonas e do equipamento**”, ou simplificado para a figura do “**Plano Geral**”, como é o caso dos planos apresentados para a Costa do Sol.

O “Plano de Regularização e de Embelezamento da Vila” de Mafra (Montez, 1933) assume-se como uma clara exceção em relação aos outros planos. Neste, o Arquitecto Paulino Montez, apenas projeta o arranjo do local envolvente ao Convento de Mafra, permitindo uma perspectiva mais global deste. Tratando-se de um plano de embelezamento, o Arquitecto chega ao pormenor de desenhar o mobiliário a instalar. Assim, este plano não assume a escala urbana que os “Planos Gerais de Urbanização” apresentados assumem.

A nível gráfico, pode-se verificar, tal como apresentado na tabela anterior, que o pensamento teórico do Arquitecto P. Montez, onde este, inúmeras vezes, defende a utilização da **linha curva**, admitindo porém que “a circulação exige a linha reta” (Montez, 1935, p.32), pode-se observar na grande parte dos traçados que elabora. É ainda possível observar que Arquitecto nos seus desenhos utiliza, na grande maioria das vezes, uma **Alameda** central, recta, marcando esta um **eixo de simetria**. Transversalmente a esta, surgem eixos menos expressivos, geralmente curvilíneos. Observa-se que em todos os planos, o Arquitecto delimita a área de intervenção com a criação de uma, ou mais, **artérias curvilíneas**. **Impasses e praças** surgem como outros elementos que o Arquitecto utiliza em praticamente todos os seus planos, contrariamente à utilização de quarteirões ortogonais, que, possivelmente devido a características topográficas, apenas se verificam em alguns dos seus planos, como no Plano Geral de Oeiras (Montez, 1978). Apesar da linha curva utilizada em grande parte dos traçados elaborados pelo Arquitecto poder sugerir uma irregularidade no desenho dos lotes, é visível que ainda assim, este consegue regularizá-los, como é o caso do Bairro da Encarnação (Montez, 1938)

2.4 Conclusão

Conclui-se assim, que nem todos os aspectos referenciados pelo Arquitecto P. Montez como essenciais na sua obra teórica encontram reprodução nas suas propostas urbanas. Destacam-se as questões topográficas, referidas apenas no plano para o Alvito, embora os traçados irregulares de outros planos, sugira uma adaptação do plano ao terreno, contudo, tal facto não é referido pelo autor.

Também a importância conferida pelo Arquitecto P. Montez aos “Planos Regionais”, “Planos de Regularização”, “Planos de extensão”, “Planos de Embelezamento” não encontrou eco na sua produção projetual. Apenas o plano para as Caldas da Rainha faz reflexo desses aspetos.

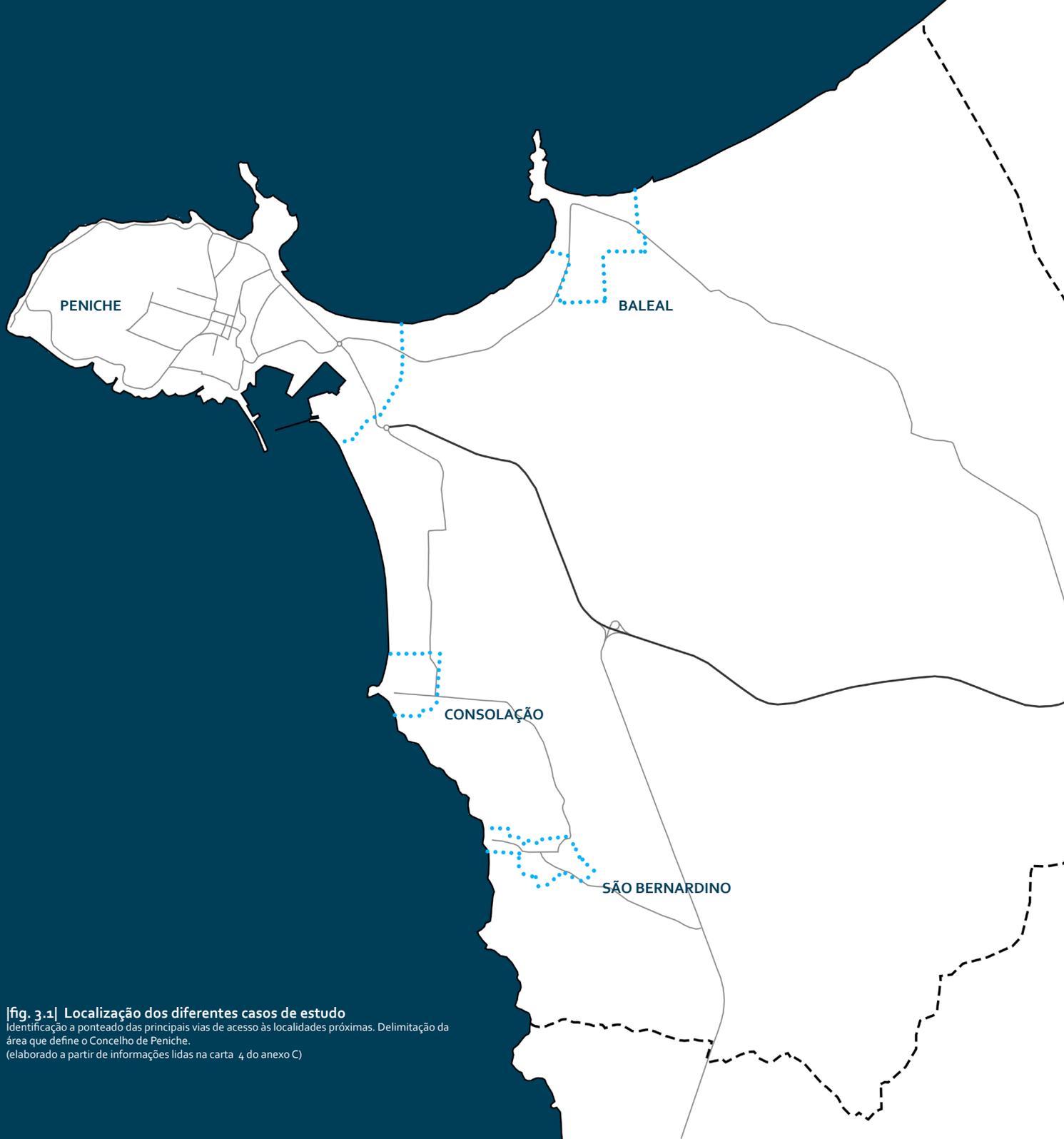
Relativamente ao desenho urbano, verifica-se a utilização recorrente de Alamedas, impasses e praças.

[2·3]

O CONCELHO DE PENICHE: PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO

“A Câmara de Peniche, posta pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização perante o dilema de organizar um concurso ou recorrer a um urbanista a sugerir pela Direcção Geral, propõe a designação do Arquitecto Paulino Montez, com quem já trabalhara no passado, o que é imediatamente aceite por aquele serviço”.

Lôbo, 1995, p.140

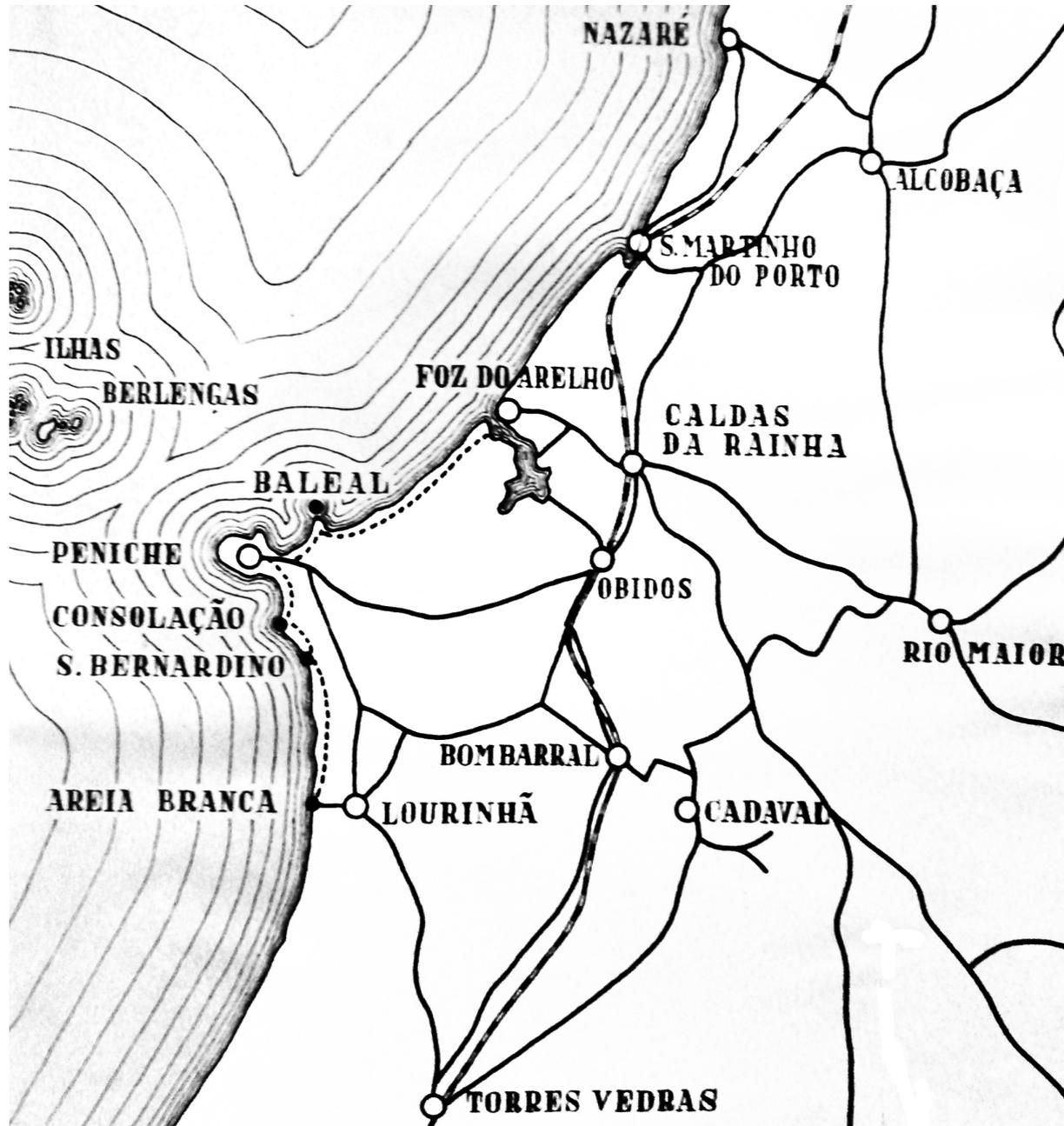


[fig. 3.1] Localização dos diferentes casos de estudo
Identificação a ponteados das principais vias de acesso às localidades próximas. Delimitação da área que define o Concelho de Peniche.
(elaborado a partir de informações lidas na carta 4 do anexo C)

O presente capítulo incide sobre a produção teórica e projetual, da autoria do Arquiteto P. Montez, para Peniche. Pretende, numa primeira secção, entender qual a situação urbana presente à data da realização dos diversos planos, pelo Arquiteto P. Montez, e qual a evolução sofrida nos diferentes casos de estudo, até à atualidade. Numa segunda secção, pretende-se expor a metodologia de análise utilizada pelo presente trabalho nos quatro casos de estudo analisados. Nomeadamente: a antiga Vila de Peniche, Baleal, a Consolação e São Bernardino.

Como base teórica para a realização do presente capítulo, recorre-se, na primeira secção, a duas fontes essenciais à compreensão da evolução urbana ocorrida no Concelho de Peniche. A primeira, é da autoria da Câmara Municipal de Peniche, “magna carta: Peniche 2025” (CMP, 2009)*. Dedicar um dos seus capítulos à compreensão da evolução urbana ocorrida, desde a sua origem, no Concelho de Peniche, focando-se, essencialmente, na sede de concelho. A segunda obra identificada, é da obra da autoria do próprio Arquiteto P. Montez e refere-se ao “Plano de Urbanização da Vila de Peniche” (Montez, 1953), disponível, com acesso condicionado, no Museu Municipal de Peniche, que dedica o seu segundo capítulo às “Origens do Aglomerado”, assim como à “Evolução Urbana”, focando-se, também, no caso da (antiga) Vila de Peniche. Para a segunda secção, recorre-se, teoricamente, às diversas obras da autoria do Arquiteto P. Montez acerca dos diversos planos realizados. Este arquiteto, na sua obra “Estudos de Urbanismo Portugal”, dedica 3 dos seus volumes ao concelho de Peniche. O primeiro é referente à Vila de Peniche, contendo, como refere o autor, “um plano de extensão, de regularização e de embelezamento da vila” (Montez, 1943,p.9). O segundo diz respeito às praias deste concelho: Baleal, Consolação e S. Bernardinho, onde para estes aglomerados são apresentados “planos gerais de extensão e de regularização” (Montez, 1976, p.9). O último, volta a ser referente a Peniche, fazendo parte deste o “plano geral da península”, o “plano de pormenor da zona cêntrica” e o “plano geral do sítio dos Remédios” (Montez, 1978, p.9). Faz-se ainda referência ao “Plano de Urbanização da Vila de Peniche (Montez, 1953), identificado anteriormente, assim como a um artigo da autora do Jornal local, “A voz do Mar”, de 1957, onde se encontra reproduzido um plano da autoria do Arquiteto, o único analisado que não se encontra publicado pelo próprio Arquiteto.

* A elaboração da **Magna Carta** para o Desenvolvimento de Peniche, no horizonte de 2025, constitui um desafio de fundo assumido pela Câmara Municipal tendo em vista refletir sobre o posicionamento estratégico do Concelho, num contexto de acentuada transformação estrutural das economias e das sociedades contemporâneas, e perspectivar as margens de intervenção de Peniche e do seu sistema de atores nessa transformação. Consiste num exercício de reflexão estratégica centrada nas perspetivas de desenvolvimento futuro do Concelho, de forma a responder à pergunta: “que Peniche queremos (e consideramos viável) ter nas próximas duas décadas?” (CMP, 2009, p.6)



[fig. 3.2] Peniche e a sua região (Montez, 1953, p. 245)

1. Peniche e a sua Região

O Concelho de Peniche, insere-se, administrativamente no Distrito de Leiria, sendo parte integrante da sob-região Oeste. Em termos geográficos/territoriais, este insere-se “no corredor litoral que une as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, beneficiando de um posicionamento central no País, mas também da proximidade à Grande Lisboa o que pode potenciar o desenvolvimento habitacional e de actividades logísticas, bem como a sua vocação turística” (CMP, 2009, p. 129). Este compreende uma área 77,55km², onde residem, permanentemente, 27.753 habitantes (censo de 2011). Além da própria Freguesia correspondente a Peniche, o concelho sub-divide-se em outras 3, de carácter rural: Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra d’El Rei.

Peniche, cidade desde 1988, possuía, em 2011 (censos) 14.749 habitantes. “Morfologicamente, a península de Peniche é uma antiga ilha, unida ao continente por um istmo de areia baixo e estreito” (Calado, 1984, p. 44).

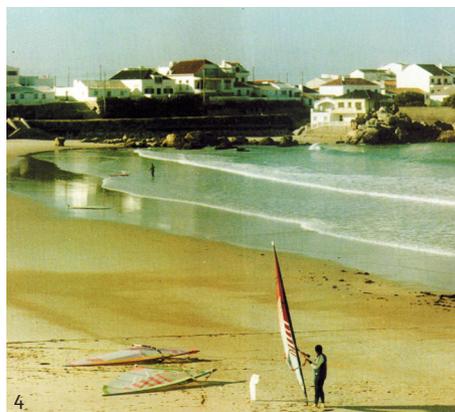
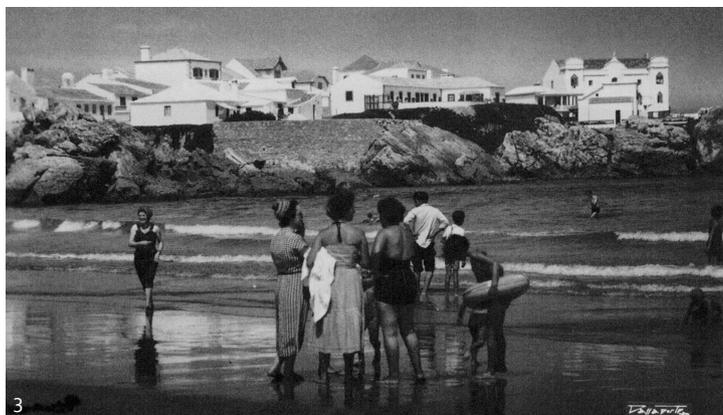
Além das Praias correspondentes aos limites da Cidade, existem outras, na zona rural, que, graças ao turismo, constituem um factor económico importante para o Concelho. Destas, destacam-se o Baleal, Supertubos, Consolação e São Bernardino.

1.1 Realidade urbana encontrada por P. Montez

A povoação da antiga ilha de **Peniche**, começa por se fixar no extremo norte da orla da ilha voltada ao continente” (Montez, 1953, p.82), desdobrando-se posteriormente, no extremo sul. “Ao primeiro destes dois aglomerados, se deu por isso a designação de *Peniche-Velha*, ao segundo, a de *Ribeira*, designações essas mais tarde substituídas, respetivamente, por *Peniche-de-Cima*, e *Peniche-de-Baixo*” (Montez, 1953, p.82).

Nas imediações dos dois núcleos urbanos anteriormente identificados, foram levantadas, no reinado de Filipe III, as primeiras “estruturas defensivas da península” (CMP, 2009, p.39), nas imediações dos respectivos portos, sendo estas ligadas por uma muralha, erguida na segunda metade do século XVII. Segundo a Câmara Municipal de Peniche, “esse imponente pano de muralha de alguma forma delimitou o território de Peniche, integrando inclusivamente na área urbanizável algumas reentrâncias de mar e pequenas lagoas a este” (CMP, 2009, p.40). Nos séculos seguintes,

... as estruturas militares foram ampliadas, de forma a garantir o controlo não apenas dos portos e dos núcleos



[fig. 3.3] Beal: Praia de banhos e vista parcial, 1955 (Peixoto, 2003, p.166);

[fig. 3.4] Praia do Baleal - Norte, 1990 (Peixoto, 1993, p. 325);

[fig. 3.5] Praia da Consolação, 1991 (Peixoto, 1993, p.324);

[fig. 3.6] Praia de S. Bernardino, 1992 (Peixoto, 1993, p.326).

habitacionais, mas do acesso a qualquer ponto da antiga ilha, reforçando-se a importância estratégica de Peniche. No século XIX, a vila é objeto de intervenções urbanísticas significantes, de que há a salientar, além das medidas de regularização e salubridade do espaço público, a criação de estruturas viárias, destinadas a promover a articulação entre Peniche de Baixo e Peniche de Cima, e de um Jardim Público, o Passeio.

(CMP, 2009, p.40)

No início do século XX tem início a instalação de unidades industriais de conserva de peixe, que após o fim da guerra de 1914-18, se acentua, e que, segundo o Arquiteto P. Montez, leva a que se precipite “a construção de inúmeras fábricas, que se espalham por todos os sectores da Vila, sem respeito pela estética local e pela saúde dos habitantes” (Montez, 1953, p.99). A Câmara municipal acrescenta que “o impacte desta larga operação apresentou sinais contraditórios: dinamizou a economia do mar, tanto da pesca, como das atividades portuárias, a montante, da conservação e distribuição do pescado, a jusante”, mas, transcrito no mesmo documento da autora da Câmara, surge uma referência ao Arquiteto P. Montez, onde este refere, que “a par das fábricas, surgem os armazéns provisórios, e, em maior escala, os armazéns imundos, as miseráveis barracas de madeira onde a população flutuante, chamada à faina do porto e à preparação das conservas, se abriga de qualquer modo”. E logo - acrescenta - os cheiros pestilentos, derivados dos colectores industriais e dos depósitos de guano, reduzem, mais do que a falta de alojamento, a frequência dos veraneantes que a Peniche se acolham” (CMP, 2009, p.40-41).

O problema das acessibilidades à Vila é também referido pelo Arquiteto P. Montez. Este refere que, à data da realização do Plano Geral de Urbanização, “as portas atuais da Vila são, ainda, as mesmas de outrora: a de Peniche-de-Cima, única que dá passagem a viaturas automóveis que transitem pelo istmo; a da Porte (inicialmente considerada a principal); e a das Cabanas, fronteira às águas do fosso, no seu extremo sul” (Montez, 1935, p.134). Acrescenta, que deste modo, a Vila, como toda a península onde esta se insere, se encontra “tão fechada pelas muralhas como nos tempos antigos; e as viaturas que não possam rodar sobre areias, dispõem unicamente de uma entrada” (Montez, 1935, p.134).

A nível das relações viárias com os aglomerados vizinhos, o território correspondente à Vila de Peniche, possuía, à data, uma “situação extrema e de isolamento das grandes linhas nacionais de circulação”, nunca tirando partido dos benefícios que resultam do contacto direto com essas grandes linhas. À data, “o ramal que liga Peniche às duas estradas convergentes no sítio de Porto de Lobos (proximidades de Atouguia da



2 - Vista Geral - Peniche de Cima



1 - Vista Geral - Peniche de Baixo

[fig. 3.7] Peniche, 1940 (Peixoto, 2003. p.77).

[fig. 3.8] Vista Geral - Peniche de Cima, princípios do século XX (Peixoto, 2003. p.77).

[fig. 3.9] Vista Geral - Peniche de Baixo, princípios do século XX (Peixoto, 2003. p.77).

Baleia)” constituía “a única via de acesso à vila e à península” (Montez, 1953, p.118). Tentando combater os problemas de isolamento existentes pela falta de acessos, em “1905 fora previsto o primeiro estudo de via férrea, para ligação da vila com a Linha do Oeste” (Montez, 1953, p. 199).

Não só a nível da Vila de Peniche, mas a nível de todo o Concelho, a falta de comunicações rodoviárias impediu que as praias deste, descritas pelo Arquitecto P. Montez, como “das mais amplas e das mais belas do país”, transformassem a região litoral do concelho num “grande centro balnear” (Montez, 1953, p.116).

Segundo informações fornecidas pela Câmara Municipal de Peniche, ao Arquitecto P. Montez, aquando da realização do Plano de Urbanização para a Vila de Peniche, refere-se quais seriam os edifícios de interesse colectivo, cuja construção se devia prever: (i) paço municipal, (ii) escola técnica, (iii) quartel dos bombeiros, (iv) hospital, (v) novo edifício dos C.T.T., (vi) matadouro municipal, e ainda, (vii) campo de jogos. Estas informações fazem parte do “Inquérito Urbano”, presente da memória descritiva, do “Plano de Urbanização da Vila de Peniche”. (Montez, 1953, p. 36). O Arquitecto, em capítulos posteriores, refere que “são muito poucos os edifícios públicos ou de interesse colectivo, existentes na Vila, em condições de a dignificar e de bem satisfazerem as necessidades dos respectivos serviços” (Montez, 1953, p.131). À lista já apontada, de edifícios que se deviam prever, o Arquitecto acrescenta: (viii) estação de camionagem; (ix) instalações hoteleiras; (x) instalações para agremiações culturais, desportivas e de recreio; (xi) instalações para assistência social e turística (Montez, 1953, p.132).

No mesmo capítulo referente ao “Inquérito Urbano”, identificado anteriormente, se acrescenta quais as obras em curso, à data, referentes estas a sistemas de infraestruturas, à construção de escolas e a melhoramentos do Porto de Peniche; e quais as obras planeadas pelo governo, nomeadamente a execução de uma das fases das obras do porto de pesca, assim como a construção do Caminho de Ferro, que previa ligar Peniche à linha do Oeste (Montez, 1953, p.46-17).

O “Lugar do **Baleal**”, pertencente, à época, à freguesia de Atouguia da Beleia (atualmente à de Ferrel), situava-se, na altura, a 10 quilómetros da sede do concelho. O Arquitecto P. Montez refere que a existência, outrora, de um forte, e a pequena capela existente, devem ter atraído as primeiras habitações na ilha foram. Contudo, acrescenta que “o maior desenvolvimento do casario só se verificou mercê da praia local e do clima - que fazem do sítio esplêndida estação balnear” (Montez, 1976, p.12).

A nível viário, esta povoação apenas possuía uma estrada municipal que ligava a sede de Freguesia ao

istmo, mas que não permitia o acesso automóvel à ilha. Não possuía estrada de ligação direta com a sede de concelho, nem com a Lagoa de Óbidos.

O “Lugar da **Consolação**”, também este pertencente à Freguesia de Atouguia da Baleia, localizava-se, à época, a 6 quilómetros da sede de Freguesia, sendo de 9 quilómetros, a distância à sede de Concelho. O Arquiteto P. Montez identifica que “as fortificações e a igreja existente nas proximidades teriam atraído as primeiras habitações do aglomerado” (Montez, 1976, p. 26). Acrescenta que “é a praia, que principalmente mantém a existência movimentada do Lugar”, identificando que este poderia constituir um fator importante de desenvolvimento do local.

Em termos de relações viárias com os aglomerados vizinhos, o Arquiteto P. Montez refere que “o lugar não tem estrada de ligação, marginal ao mar, com a sede do concelho, nem com a praia vizinha, de S. Bernardino” (Montez, 1976, p.27).

A “povoação de **S. Bernardino**”, pertencente igualmente à Freguesia de Atouguia da Baleia, distando da sede desta, à época, 5 quilómetros, e da de Concelho, 10 quilómetros. O Arquiteto P. Montez menciona a existência, neste povoado, de um Mosteiro (adaptado posteriormente a Colónia Correccional), o que, acrescentando o facto de se localizar junto do Oceano, faz com que S. Bernardino se distinga das povoações vizinhas. Refere que “o Mosteiro poderia, talvez, ter atraído os primeiros moradores”, contudo, acrescenta que “é a praia, valorizada pelas características campestres da povoação, que mais tem contribuído para o seu desenvolvimento progressivo” (Montez, 1976, p. 38).

Em relação a ligações viárias com os aglomerados próximos, S. Bernardino apenas possuía “uma única estrada de uns 3 quilómetros, liga a localidade à via nacional de Torres Vedras a Peniche” (Montez, 1976, p.39).

1.2 Evolução urbana posterior à realização dos Planos Gerais de Urbanização

A partir de 1940, “novas de salubridade pública são criadas. Paralelamente, são planeadas as primeiras intervenções no campo da habitação social. Algumas fábricas procedem à construção de bairros para os seus operários permanentes” (CMP, 2009, p.41).

A linha ferro-viária que ligaria Peniche, à Linha do Oeste, e que pretendia resolver os problemas de acesso a este aglomerado urbano, tal como às suas povoações vizinhas, não viu o seu projeto concretizado. No entanto, a Câmara Municipal refere que “Peniche está hoje servida de acessibilidades rodoviárias de

excelente qualidade” (CMP, 2009, p.42).

Ao longo da segunda metade do século XX, o território correspondente ao Concelho de Peniche dotou-se de uma rede viária “contemplando a ligação entre as praias (Marginal Norte - Peniche Baleal; Marginal Sul - Peniche, Consolação, S. Bernardino) e o contorno da península”. Um novo acesso à Vila só foi possível de ser projetado após a revolução democrática de 74. Evitando-se o rompimento da muralha, foi escolhido o local correspondente ao antigo Porto do Meio. Assim, “foi construída uma nova ponte e uma circular marginando o porto, a sul, e a muralha, a poente (esta última criando uma ligação extra-muralha entre o norte e o sul da cidade)” (CMP, 2009, p.43). Em 2006 foi concluído o último lance de um novo troço viário, a IP6, que liga a A8 a Peniche, e conseqüentemente, permite um rápido e fácil acesso à capital de distrito e do país, o que introduz “uma melhoria da mobilidade e da integração territorial não apenas em termos de proximidade geográfica à AML, mas também na perspectiva da atracção de fluxos de visitantes e de investimentos” (CMP, 2009, p.13).

Na Península de Peniche, “Nos finais do século XX a construção de habitação prolongou tendências anteriores. Estendeu Peniche de Cima em direcção à Papoa. Prolongou Peniche de Baixo em direcção aos Remédios, circundando a via que liga o Porto da Areia ao Cabo Carvoeiro” (CMP, 2009, p.45).

No final do século XX, o turismo, que cresceu consideravelmente, “criando fluxos de Verão para as praias a norte e a sul de Peniche. Nas décadas finais do século XX, o turismo passou a ter impacte no mercado de habitação” (CMP, 2009, p. 419).

O modelo definido pelo Arquitecto P. Montez, esteve, segundo a própria Câmara Municipal, em vigor até aos anos 70. Este foi revisto e atualizado pelo Plano Director Municipal de 1995 (CMP, 2009, p.45).

2. Estudos e Projetos de Paulino Montez para o Concelho de Peniche

A presente secção pretende expor a metodologia de análise morfológica que consistiu o elemento primordial deste trabalho. Nesse sentido foi necessário que a metodologia incluísse as seguintes tarefas: Uma primeira que passou pela recolha de cartografia original sobre os vários planos. A Cartografia referida foi consultada no arquivo do Museu Municipal de Peniche e no arquivo do jornal local: “A Voz do Mar”. Uma segunda que exigiu a compilação da obra teórica publicada da autoria do Arquiteto P. Montez acerca dos planos para a (antiga) Vila de Peniche e para as praias do Concelho de Peniche. A obra teórica encontra-se disponível em várias bibliotecas, tendo a presente pesquisa feita com recurso da biblioteca da Ordem dos Arquitetos, assim como da biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian. Posteriormente, numa terceira fase, foi elaborada uma análise gráfica e comparativa da cartografia identificada como sendo os planos para Peniche de Paulino Montez com cartografia referente a uma fase anterior à realização dos planos, e com cartografia atual. Estas últimas foram cedidas pela Câmara Municipal de Peniche. Para a referida análise, foram realizados novos elementos gráficos, síntese das informações recolhidas, que permitem a comparação gráfica entre as diferentes situações descritas pelo Arquiteto P. Montez. A análise comparativa foi igualmente realizada para os quatro casos de estudos, e para os diferentes planos elaborados pelo Arquiteto para cada caso de estudo.

Embora se reconheça a sua existência e o seu interesse, pela reduzida escala de intervenção urbana que possuem, e uma vez que se integram em outros de maior dimensão, excluem-se os seguintes planos da autoria do Arquiteto P. Montez:

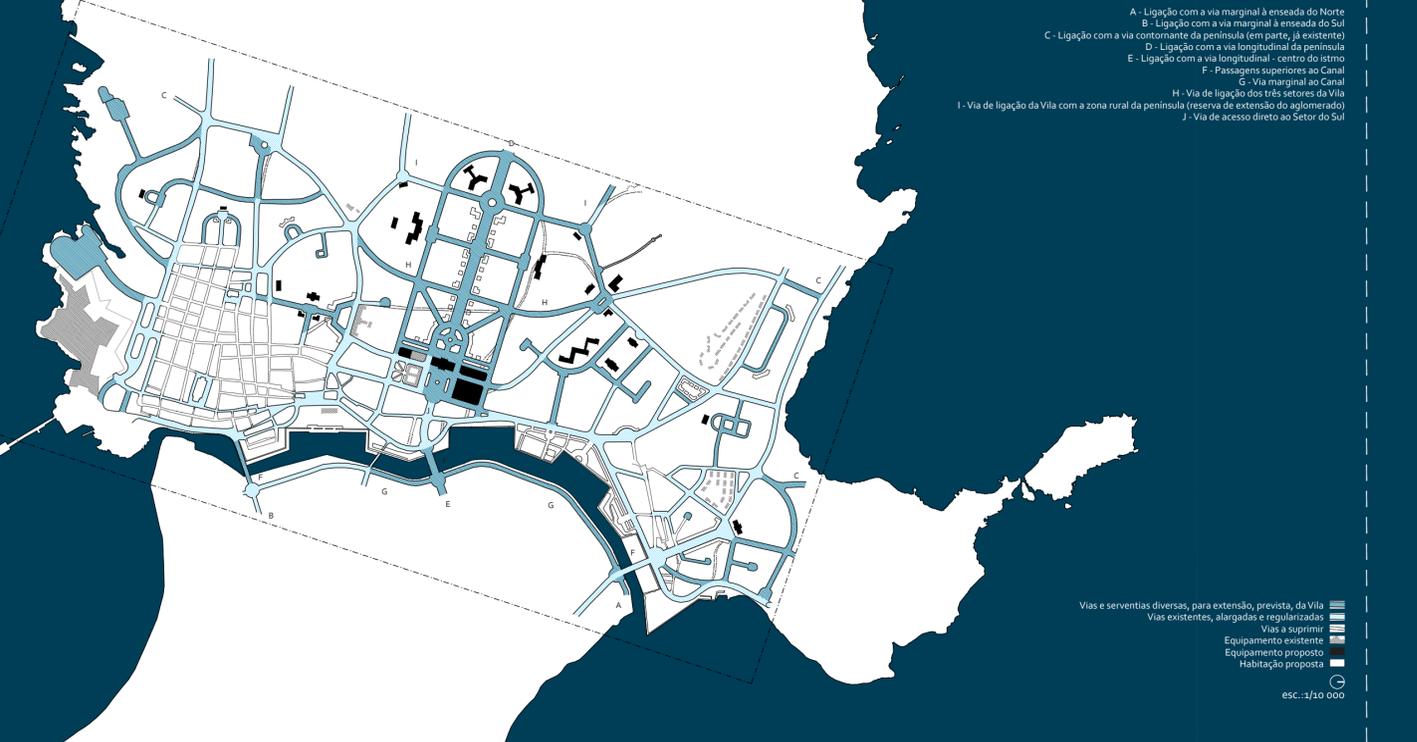
1. O primeiro plano do Arquiteto P. Montez para Peniche, surge publicado na revista *Arquitectura* em 1931 (carta 6, do anexo C deste trabalho). Este plano, referenciado à data como estando em execução, ocupa-se apenas da área envolvente ao novo mercado.
2. O “Plano de Pormenor da Zona Cêntrica”, elaborado por iniciativa da Câmara Municipal, sob presidência de Francisco de Jesus Salvador, “para efeito de determinação das condições que devem ser respeitadas, não só pelos edifícios a erguer na zona de que se trata, mas por alguns trabalhos de via pública, ali a realizar” (Montez, 1978, p.39-41).
3. O “Plano Geral do Sítio dos Remédios”, foi elaborado para que o Santuário, ao qual concorrem

diversos círios, “pudesse emoldurar-se com a dignidade que merece”. Elaborado por iniciativa da Câmara Municipal, sob presidência de António da Conceição Bento, para “substituição do pobre e inestético Largo existente”. Assim, o Arquiteto P. Montez, planeia “uma grande Praça cujo eixo da artéria de ligação à Zona Cêntrica da vila” (Montez, 1978, p.39-41).

[fig. 3.10] Situação existente em 1940
(elaborado a partir de informações lidas nas cartas 2 e 8A do anexo C deste trabalho)



[fig. 3.11] Rede planeada
(elaborado a partir de informações lidas na carta 8A do anexo C deste trabalho)



[fig. 3.12] Equipamentos a implantar
(elaborado a partir de informações lidas na carta 8B do anexo C deste trabalho)



[fig. 3.13] Situação existente em 2014
(elaborado a partir de informações lidas na carta 4 do anexo C deste trabalho)



2.1 Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche (1941-1955)

Da urbanização da Vila (Montez, 1943, p. 11-17):

À data a Vila era constituída por dois aglomerados distintos. A evolução passada de Peniche indicava que as zonas excêntricas dos dois aglomerados em breve se iriam interceptar. É nesse sector central que se previa a criação do novo coração de Peniche, "constituído por um bairro administrativo e comercial lançado à volta dum grande espaço livre donde irradiarão largas artérias para os sectores restantes" (Montez, 1943, p. 23).

Da rede de circulação (Montez, 1943, p.19):

- Previsão da rede de circulação regional: (i) caminho de ferro Peniche-Linha-do-Oeste; (ii) Estrada de contorno da península, permitindo o acesso fácil aos pontos mais interessantes da costa; (iii) Alameda de ligação direta do novo coração da vila ao Sítio dos Remédios; (iv) Estrada marginal do Norte; (v) Estrada marginal do sul; (vi) Troços de comunicação entre as praias satélite.

- Rede de circulação da vila: principais artérias: (i) Avenida de avesso à vila, lançada da Estação do caminho de ferro ao novo coração da urbe rasgando a muralha; (ii) Avenida de ligação das praias de Peniche-de-Cima e Peniche-de-Baixo, marginando o fosso; (iii) Avenida-eixo do novo coração da urbe; (iv) Avenida-eixo de Peniche-de-Cima; (v) Vias evolutivas dos terrenos de extensão-oeste; (vi) Via de ligação direta do Porto da Areia do Sul, com o Forte das Cabanas; (vii) Via de ligação direta do Largo da Lagoinha com a Calçada da Ajuda (passando pelo edifício do mercado); (viii) Via de ligação da Rua do Cais com a praia de banhos.

Da extensão (Montez, 1943, p.17):

- Agrupamento das futuras construções por zonas ou sectores: bairro principal para edifícios comerciais, administrativos e de interesse colectivo; bairro-jardim para moradias próprias e "blocos" de rendimento; bairros económicos para pescadores, operários fabris e trabalhadores do porto; bairro industrial;

Da regularização (Montez, 1943, p.17):

- Correção geral dos alinhamentos existentes, de harmonia com as necessidades de circulação, de higiene e de estética. Transformações diversas na Doca, na Muralha Militar e em diversas vias de comunicação

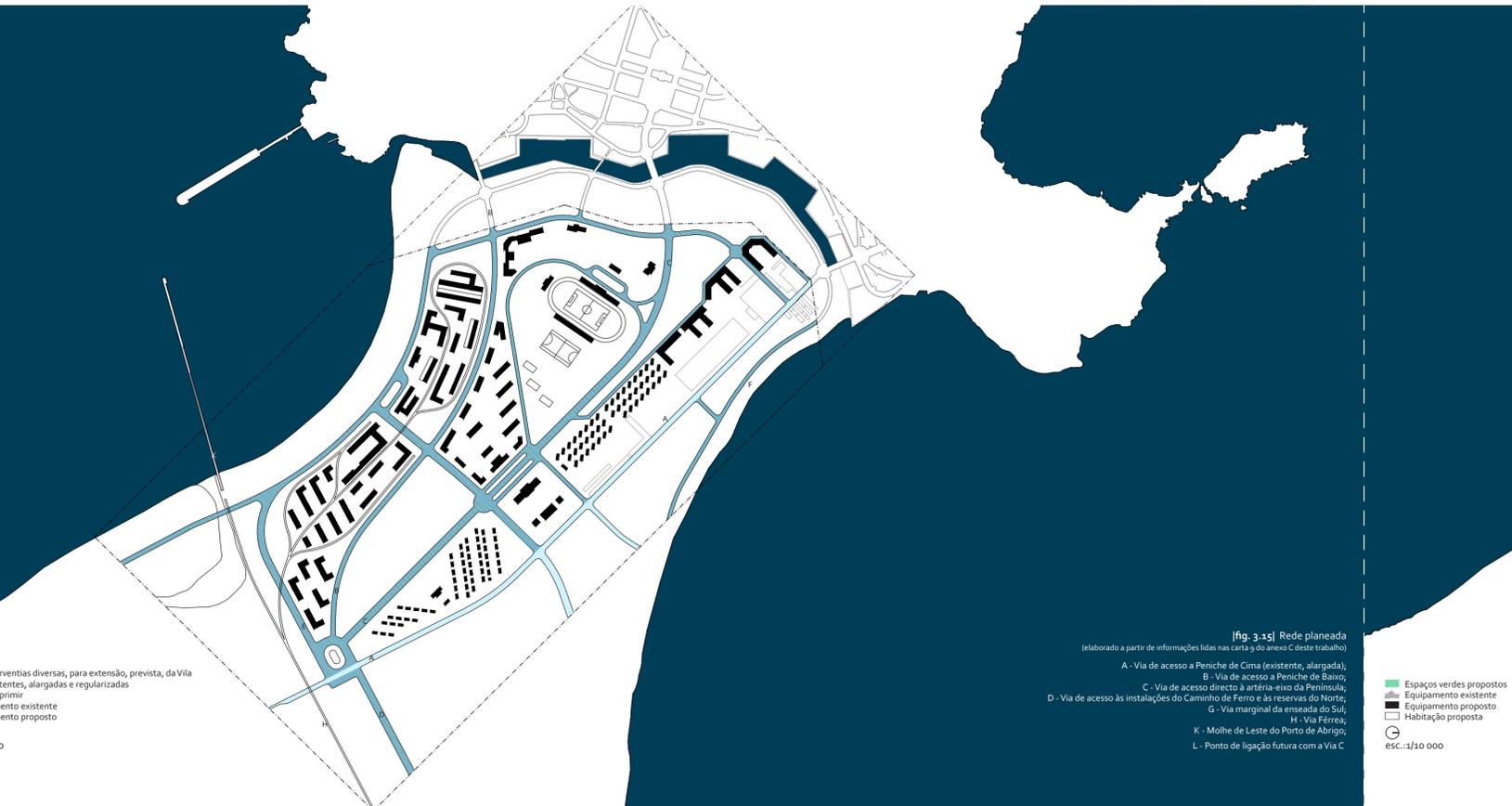
Do embelezamento (Montez, 1943, p.17):

(i) Arranjos arquitetónicos nos rasgamentos previstos da Muralha Militar; (ii) Localização e emolduramento de alguns edifícios públicos de interesse colectivo; (iii) Arranjos diversos nos parques a criar; (iv) Ajardinamentos; (v) Localização de monumentos comemorativos ou decorativos.

Em 1947, a Câmara Municipal de Peniche pede ao Arquitecto Paulino Montez que desenvolva os estudos de conjunto esboçados 10 anos antes (Montez, 1943, p.15). Plano aprovado, com condicionamentos, pelo Ministério das Obras Públicas, a 29 de Maio de 1955 (Lôbo, 1995,p.176).

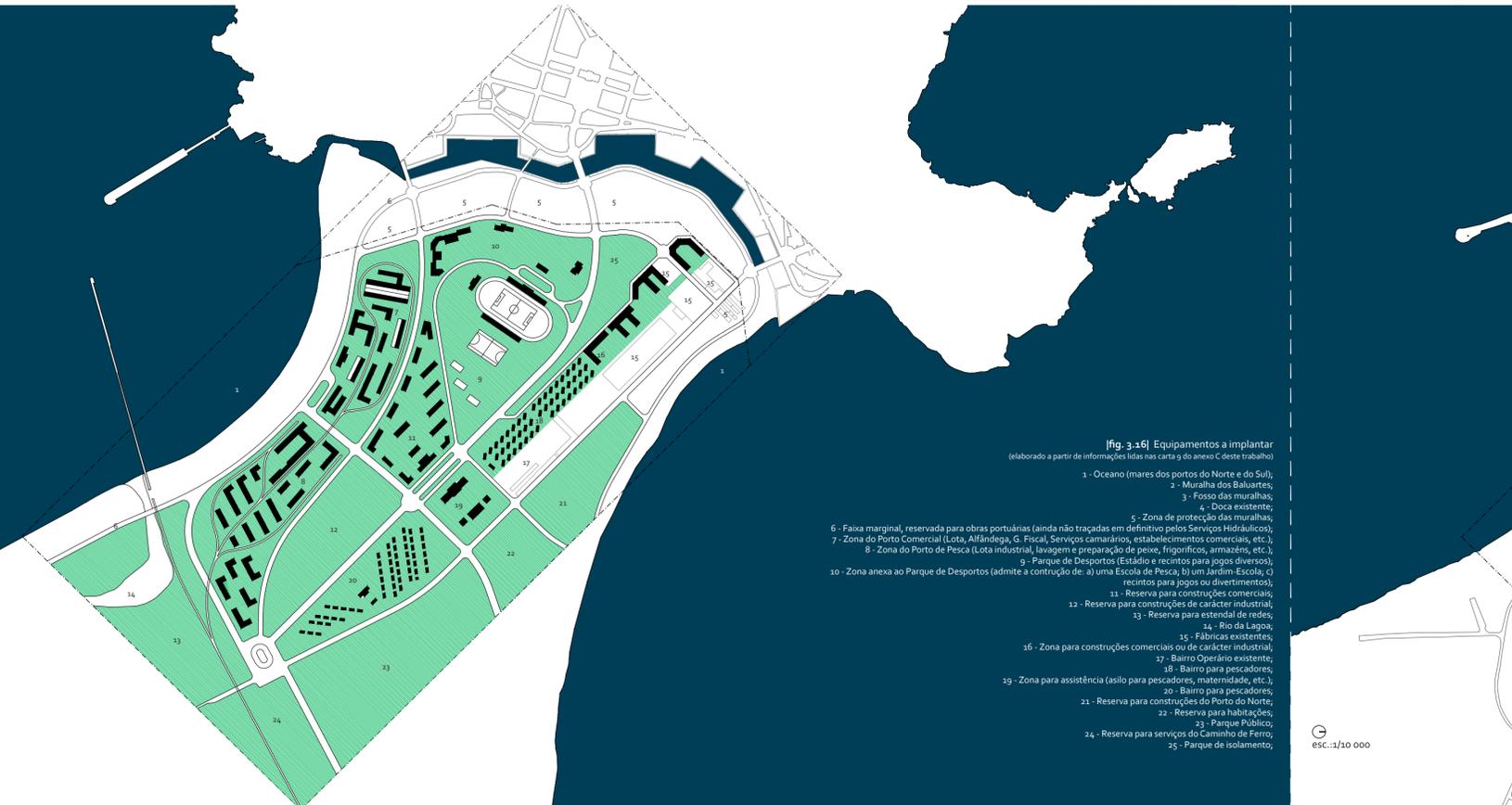


[fig. 3.14] Situação existente em 1950
(elaborado a partir de informações lidas nas cartas 2 e 8A do anexo C deste trabalho)



[fig. 3.15] Rede planeada
(elaborado a partir de informações lidas nas cartas 9 do anexo C deste trabalho)

- Vias e serventias diversas, para extensão, prevista, da Vila
- Vias existentes, alargadas e regularizadas
- Vias a suprimir
- Equipamento existente
- Equipamento proposto



[fig. 3.17] Situação existente em 2014
(elaborado a partir de informações lidas na carta 4 do anexo C deste trabalho)

[fig. 3.16] Equipamentos a implantar
(elaborado a partir de informações lidas nas cartas 9 do anexo C deste trabalho)

- 1 - Oceano (mares dos portos do Norte e do Sul);
- 2 - Muralha dos Baluartes;
- 3 - Fosso das muralhas;
- 4 - Doca existente;
- 5 - Zona de protecção das muralhas;
- 6 - Faixa marginal, reservada para obras portuárias (ainda não traçadas em definitivo pelos Serviços Hidráulicos);
- 7 - Zona do Porto Comercial (Lota, Alfândega, G. Fiscal, Serviços camarários, estabelecimentos comerciais, etc.);
- 8 - Zona do Porto de Pesca (Lota industrial, lavagem e preparação de peixe, frigoríficos, armazéns, etc.);
- 9 - Parque Desportos (Estádio e recintos para jogos diversos);
- 10 - Zona anexa ao Parque de Desportos (admite a construção de: a) uma Escola de Pesca; b) um Jardim-Escola; c) recintos para jogos ou divertimento);
- 11 - Reserva para construções comerciais;
- 12 - Reserva para construções de carácter industrial;
- 13 - Reserva para estendal de redes;
- 14 - Rio da Lagoa;
- 15 - Fábricas existentes;
- 16 - Zona para construções comerciais ou de carácter industrial;
- 17 - Bairro Operário existente;
- 18 - Bairro para pescadores;
- 19 - Zona para assistência (asilos para pescadores, maternidade, etc.);
- 20 - Bairro para pescadores;
- 21 - Reserva para construções do Porto do Norte;
- 22 - Reserva para habitações;
- 23 - Parque Público;
- 24 - Reserva para serviços do Caminho de Ferro;
- 25 - Parque de isolamento;

- Espaços verdes propostos
- Equipamento existente
- Equipamento proposto
- Habitação proposta

*A Câmara Municipal de Peniche encarregou o Arquitecto Paulino Montez de estender o Plano de Urbanização da então Vila de Peniche, complementando-o com um Plano de Urbanização do seu istmo (A voz do Mar, 1957)



Fig. 3.18 Situação existente em 1940
(elaborado a partir de informações lidas nas cartas 2 e 8A do anexo C deste trabalho)



Fig. 3.19 Rede planeada
(elaborado a partir de informações lidas na carta 10A do anexo C deste trabalho)

Vias e serventias diversas, para extensão, prevista, da Vila
Vias existentes, alargadas e regularizadas
Vias a suprir
Equipamento existente
Equipamento proposto

esc. 1:150 000



Fig. 3.20 Equipamentos a implantar
(elaborado a partir de informações lidas na carta 10C do anexo C deste trabalho)

- 1 - Paços do concelho, a construir;
- 2 - Escolas primárias, existentes;
- 3 - Escolas primárias, a construir;
- 4 - Escola técnica, existente;
- 5 - Biblioteca, a construir;
- 6 - Igreja, existentes;
- 7 - Mercado, existente;
- 8 - Hotel e apartamentos, a construir;
- 9 - Restaurante e miradouro, existentes;
- 10 - Hospital, a construir;
- 11 - Parque de Desportos, a construir;
- 12 - Parques e jardins, a construir;
- 13 - Jardins, existentes;
- 14 - Espaços verdes e de estacionamento;
- 15 - Estádio, a construir;
- 16 - Piscinas, a construir;
- 17 - Contrólo de interesse turístico;
- 18 - Cemitério, ampliação e protecção.

Equipamentos verdes propostos
Equipamento existente
Equipamento proposto
Habitação proposta

esc. 1:150 000



Fig. 3.21 Situação existente em 2024
(elaborado a partir de informações lidas na carta 4, do anexo C deste trabalho)

2.3 Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche (1974*)

- Rede Viária (Montez, 1978, p.13):**
- Como vias principais, estabeleceu-se: uma via longitudinal; uma via marginal; três vias transversais; uma via envolvente da Papôa;
 - Diversas vias secundárias.
- Traçado do zonamento:**
- Moradias ou blocos para habitação e comércio com diversos pisos;
 - Construções para indústria;
 - Construções os diversos equipamentos públicos
 - Espaços livres, jardins e recintos para desportos;
 - Zonas de reserva de extensão;
 - Indicação de zonas de protecção de "valores históricos" e de "valores naturais".
- Traçado do equipamento:**
- Novos Paços do Concelho;
 - Novas escolas primárias;
 - Biblioteca e Museus;
 - Instalações Hoteleiras e Apartamentos;
 - Instalações Hospitalares;
 - Parques de desportos, parques-jardim e espaços verdes e de estacionamento;
 - Pequeno estádio e piscinas.

* Enviada, as peças do plano, à Câmara Municipal de Peniche (Montez, 1978, p.13)



2.4 Plano Geral de Urbanização da povoação do Baleal (1950*)

Da Urbanização do Lugar (Montez, 1976, p.11-12):

O Lugar do Baleal desenvolveu-se numa antiga ilha, atualmente ligada ao continente por um istmo. O desenvolvimento verificou-se à mercê da praia local e do clima. O conjunto de factores naturais presentes constituem, um fator importante de atração de turistas, que apesar da deficiência das vias de acesso e da falta de equipamentos, se ali se deslocavam (Montez, 1976, p.11-12).

Da rede de circulação (Montez, 1976, p.13-15):

- A nível regional, prevê-se a construção de uma estrada de ligação direta com a sede do Concelho e com a Lagoa de Óbidos;
- Ligação da ilha com o continente através de uma larga artéria;
- Para a ilha, criação das artérias complementares do circuito marginal e das suas transversais;
- Para o aglomerado do continente, rede viária preparada para servir a circulação interior, libertando esta de trânsito mais rápido, previsto para a artéria de ligação das duas vias planeadas, marginais ao oceano.

Das zonas e do equipamento (Montez, 1976, p.16-18):

- Habitação;
- Edifícios de interesse coletivo;
- Espaços livres.

* O plano foi mandado elaborar pela Câmara Municipal de Peniche, sendo o contrato datado de 14 de Junho de 1950 (Montez, 1976, p.12). Não consta do anexo III, do trabalho da autoria de Lôbo (1995), a data de aprovação do plano pelo Ministério das Obras Públicas.

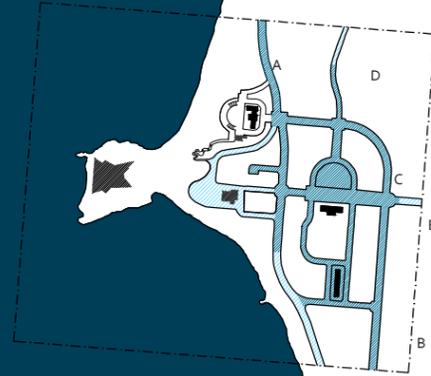
[fig. 3.26] Situação existente em 1944
(elaborado a partir de informações lidas nas cartas 5 e 15 do anexo C deste trabalho)



esc.:1/10 000

[fig. 3.27] Rede planeada
(elaborado a partir de informações lidas na carta 15A do anexo C deste trabalho)

- A - Via nova (começo da estrada marginal, de ligação a Peniche);
- B - Via nova (começo da estrada marginal, de ligação à Praia de S. Bernardino);
- C - Via nova (alargamento da estrada existente, de ligação a Geraldès);
- D - Via nova, substituindo o caminho actual, de acesso à Fonte;
- Nota: a letra E indica a estrada actual, já referida em C.



- Vias e serventias diversas, para extensão, prevista, da Vila
- Vias existentes, alargadas e regularizadas
- Vias a suprimir
- Equipamento proposto

esc.:1/10 000

[fig. 3.28] Equipamentos a implantar
(elaborado a partir de informações lidas nas cartas 14 e 15B do anexo C deste trabalho)

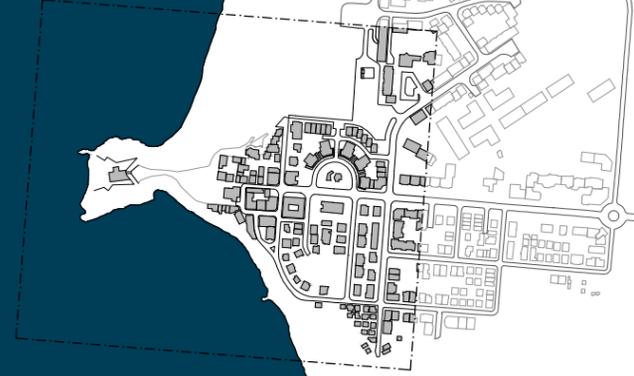
- 1 - Parque Público
- 2 - Parque Público e recintos para jogos;
- 3 - Logradouro arborizado (centro cívico);
- 4 - Hotel - restaurante;
- 5 - Salão recreativo e cultural. Posto de Turismo e C.T.T.;
- 6 - Mercado;
- Balneário (a localizar na praia);
- Posto Escolar e Posto Médico (a localizar no Parque A);
- Nota: os números 7, 8 e 9 indicam, respectivamente, o Logradouro, o Forte e a Igreja existentes.



- Espaços verdes propostos
- Equipamento existente
- Equipamento proposto
- Habituação proposta

esc.:1/10 000

[fig. 3.29] Situação existente em 2014
(elaborado a partir de informações lidas na carta 4 do anexo C deste trabalho)



esc.:1/10 000

2.5 Plano Geral de Urbanização da povoação da Consolação (1950-1955*)

Da urbanização do lugar:

O Lugar da Consolação constituiu um ponto estratégico de defesa da costa, possuindo assim fortificações, que aliadas à igreja, terão atraído as primeiras habitações do aglomerado. Contudo, Montez refere que seria a praia, que seria um "factor fundamental do futuro desenvolvimento da Consolação" (Montez, 1976, p.25-26).

Da rede de circulação (Montez, 1976, p.27-28):

- Via marginal à enseada-sul da Península de Peniche;
- Via, marginal ao mar, de ligação com S.Bernardino;
- Vias diversas, integradas no traçado de extensão do aglomerado;
- Vias existentes, melhoradas.

Das zonas e do equipamento (Montez, 1976, p.29-30):

- Habituação;
- Edifícios de interesse coletivo;
- Espaços livres.

* Plano aprovado pelo Ministério das Obras Públicas a 14 de Abril de 1955 (Lôbo, 1955, p. 276).

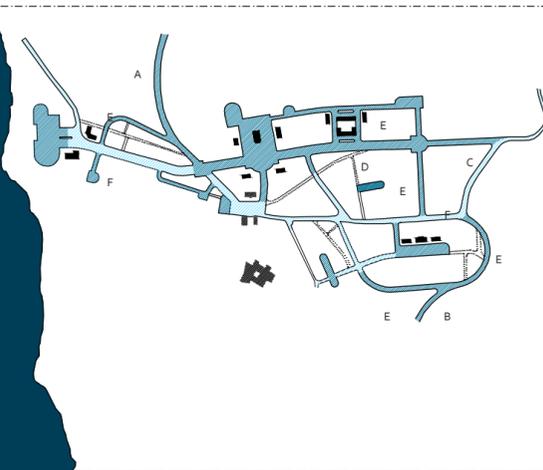
[fig. 3.30] Situação existente em [1950]
(elaborado a partir de informações lidas nas cartas 17 do anexo C)



esc.:1/10 000

[fig. 3.31] Rede planeada
(elaborado a partir de informações lidas na carta 17A do anexo C deste trabalho)

- A - Via nova, começo da estrada de ligação com a Praia da Consolação (marginal ao Oceano);
- B - Via nova, começo da estrada de ligação com a Praia da Areia Branca (marginal ao Oceano);
- C - Via nova, lançada a partir do ponto em que a actual estrada de acesso ao aglomerado, inflete para Sul;
- D - Via nova, arborizada, lançada como esplanada e novo acesso à praia, na continuação da via C;
- E - Vias novas, diversas;
- F - Alargamento do troço da estrada actual de acesso ao aglomerado.



- Vias e serventias diversas, para extensão, prevista, da Vila
- Vias existentes, alargadas e regularizadas
- Vias a suprimir
- Equipamento proposto

esc.:1/10 000

[fig. 3.32] Equipamentos a implantar
(elaborado a partir de informações lidas nas cartas 16 e 17B do anexo C deste trabalho)

- 1 - Logradouro - esplanada; 2 - Logradouro arborizado;
 - 3 - Parque com recinto para jogos; 4 - Dois parques escolares;
 - 5 - Hotel; 6 - Restaurante; 7 - Associação de Cultura e Recreio;
 - 8 - Mercado; 9 - Serviços de Turismo e C.T.T.;
 - 10 - Casa do Povo, Posto Médico; 11 - Nova Igreja; 12 - Cantina e Escola Infantil;
 - Balneário, na praia, junto ao mar, em local não determinado;
- Nota: os números 13 e 14 indicados no mesmo traçado, correspondem, respectivamente, aos edifícios do antigo Mosteiro e da Escola Primária existente.



- Espaços verdes propostos
- Equipamento existente
- Equipamento proposto
- Habituação proposta

esc.:1/10 000

[fig. 3.33] Situação existente em 2014
(elaborado a partir de informações lidas na carta 4 do anexo C deste trabalho)



esc.:1/10 000

2.6 Plano Geral de Urbanização da povoação de São Bernardino (1950-1955*)

Contexto:

A povoação de S. Bernardinodistingue-se das povoações vizinhas por ter um Mosteiro, que poderá ter atraído os primeiros moradores. Contudo, Montez refere que “é a praia, valorizada pelas características campestres da povoação, que mais tem contribuído para o desenvolvimento progressivo” (Montez, 1976, p.37-38). Não se encontrava a povoação equipada com os órgãos indispensáveis ao seu desenvolvimento futuro (Montez, 1976, p. 38)

Da rede de circulação (Montez, 1976, p.39-40):

- Primeiros lanços das novas artérias marginais à costa, de ligação com as praias da Consolação e da Areia Branca;
- A artéria longitudinal da povoação;
- Novas ruas diversas;
- Regularização de vias existentes.

Das zonas e do equipamento (Montez, 1976, p.41-42):

- Habitação;
- Edifícios de interesse coletivo;
- Espaços livres.

* O plano foi mandado elaborar pela Câmara Municipal de Peniche, sendo o contrato datado de 14 de Junho de 1950 (Montez, 1976, p.38). Plano aprovado pelo ministério das obras públicas a 14 de Abril de 1955 (Lôbo, 1955, p.277).

	Vila de Peniche	Istmo de Peniche	Península de Peniche	Baleal	Consolação	São Bernardino
Análise teórica:						
Da urbanização da Vila / Local / da Cidade / do Bairro:	X	-	-	X	X	X
Referência ao património arquitetónico existente	-	-	X	X	X	X
Evolução urbana do aglomerado	X	-	-	X	X	X
Apontamento acerca das linhas orientadoras do plano	X	-	-	X	X	X
Importância do turismo	X	-	-	X	X	X
Características locais: topográficas, exposição solar	-	-	X	X	X	X
Plano regional	-	-	-	-	-	-
Plano de regularização	X	-	-	-	-	-
Plano de extensão	X	-	-	-	-	-
Plano de embelezamento	X	-	-	-	-	-
Plano da rede de circulação	X	-	-	X	X	X
Uma alameda principal	X	-	-	X	X	X
Duas alamedas secundárias	X	-	X	-	-	-
Artérias rasgadas transversalmente ao eixo da alameda	X	-	X	X	X	X
Artéria(s) envolvente(s) do espaço abrangido pelo plano	X	-	X	X	X	X
Múltiplos arruamentos secundários	-	-	X	X	X	X
Plano nas zonas e do equipamento	-	-	-	X	X	X
Traçado da Rede viária	-	-	X	-	-	-
Traçado do Zonamento	-	-	X	-	-	-
Traçado do Equipamento	-	-	X	-	-	-
Análise de desenho urbano:						
Eixo de simetria marcado com uma alameda retilínea	X	-	X	-	-	-
Artérias curvilíneas transversais ao eixo da alameda	X	X	X	X	X	-
Artéria(s) envolvente(s) do espaço abrangido pelo plano	X	X	X	X	X	-
Impasses	X	X	X	X	X	X
Praças	X	-	X	X	-	X
Quarteirões ortogonais	X	X	X	X	X	X
Regularização dos lotes	X	-	X	-	-	-
Edifícios definidos na sua implantação	X	X	-	X	X	X

[tab. 3.1] Relação entre análise teórica e de desenho urbano, com os diferentes planos analisados anteriormente

[X] - Situação verificada | [-] - Situação não verificada

2.7 Análise comparativa

Esta secção oferece a comparação entre a obra teórica e a obra prática da autoria do Arquiteto P. Montez, no que ao Concelho de Peniche diz respeito. Para uma melhor compreensão, foi realizado um quadro comparativo entre os diferentes planos atrás analisados apresentados, as diferentes abordagens teóricas referidas na secção 2.2 do capítulo 2 deste trabalho, e a análise gráfica aos desenhos do plano realizada pela autora do trabalho.

Uma vez que o plano referente ao Istmo de Peniche, não possui fontes originais, este apenas pode ser analisado no seu desenho urbano, excluindo-se a análise teórica.

Para os 4 casos de estudo analisados, o Arquiteto P. Montez contextualiza estes, na sua obra teórica, referindo-se à “urbanização do lugar”, onde todos os itens analisados, apresentam uma elevada importância para a compreensão do local.

No primeiro plano analisado, referente à Vila de Peniche, é perceptível que o Arquiteto P. Montez, recorre à terminologia apresentada na sua obra teórica “A Estética de Lisboa”(Montez, 1935), referente a “Plano de Extensão”, “Plano de Regularização” e “Plano de embelezamento” (tema este abordado na secção 2.3 do anterior capítulo deste trabalho), facto este que não se repete em nenhum dos outros planos para o Concelho de Peniche, e que só se verifica, num plano contemporâneo a este, para as Caldas da Rainha (também abordado na secção 2.3 do anterior capítulo deste trabalho).

Surge, no plano realizado para a Península de Peniche, em 1974, publicado pelo Arquiteto P. Montez em 1976, um novo vocabulário referente à temática do urbanismo. Assim, surge o “Traçado da rede viária”, o “traçado do zonamento” e, ainda, o “traçado do equipamento”. É este, o último livro publicado da colecção de “Estudos de Urbanismo em Portugal”.

A análise gráfica realizada revela o recurso de princípios urbanísticos que nem sempre são os identificados pelo Arquiteto P. Montez na sua produção teórica. Destaca-se, a presença de forte eixos de simetria, centrais ao traçado, marcado por uma ampla alameda, paralelamente a esta, surgem, variadas vezes, outras, de menos dimensão e expressão gráfica. Verifica-se também o recurso a artérias curvilíneas, a impasses no traçado, a praças, assim como à regularização dos quarteirões. Apenas para o Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche, o Arquiteto não define a implantação dos diversos equipamentos, nos restantes planos, esta implantação surge completamente definida no seu desenho.

[2·4] ANÁLISE DE RESULTADOS

“Os trabalhos propostos por Montez (...) deixaram-nos um importante legado. Ao longo dos anos, a sua matriz urbana, designadamente grande parte do traçado viário, serviram de linhas orientadoras para o município”.

Museu Municipal de Peniche, 2014

O presente capítulo tem como objectivo compreender a influência do Plano Geral de Urbanização, da autoria do Arquitecto P. Montez para cada caso de estudo analisado, face à situação actual. Encontra-se estruturado em duas secções, sendo que a primeira pretende expor as permanências e transformações do plano delineado ocorridas em cada caso de estudo, e a segunda, dedica-se à comparação entre as diferentes situações identificadas na primeira parte.

1. Permanências e transformações

A presente secção pretende identificar e caracterizar as diferentes situações de semelhança entre o Plano Geral de Urbanização elaborada pelo Arquitecto P. Montez para cada caso de estudo, e o traçado actual do mesmo. Para tal, adoptou-se a seguinte metodologia de análise, desdobrada em duas fases:

A primeira fase refere-se à realização de novos elementos gráficos síntese de toda a análise, iniciada no capítulo anterior deste trabalho, que procuram evidenciar as permanências e as transformações ocorridas nos espaços urbanos planeados pelo Arquitecto P. Montez. Para tal, foi necessária a realização de uma sobreposição entre cartografia actual e a cartografia referente ao Plano Geral de Urbanização para o caso de estudo em análise. Da cartografia actual, para uma melhor compreensão gráfica, assinalou-se apenas os equipamentos públicos que possam revelar influência do pensamento do Arquitecto P. Montez, excluindo-se assim todo o restante edificado, sendo que a nível de traçado viário, este surge na sua íntegra. Do plano proposto pelo Arquitecto, assinalado em desenho a azul, destacam-se, com maior expressão, as situações de semelhança com a situação actual, e com uma expressão gráfica inferior, todo o restante plano da autoria do Arquitecto.

A segunda fase, consistiu na realização de uma tabela, para cada plano da autoria do Arquitecto P. Montez anteriormente analisado, onde são identificados apenas os elementos referidos pelo Arquitecto, nas legendas dos respectivos desenhos, como “a construir”, e onde, para cada elemento referido, se identifica o seu grau de permanência na situação actual. São assim excluídos todos os elementos identificados pelo Arquitecto como “existentes”. Utiliza-se a mesma legenda do capítulo anterior referente a cada elemento urbano do plano em análise, permitindo assim uma fácil comparação entre os planos propostos, e a sua influência no traçado actual.

Descrevem-se em seguida os diferentes graus de permanência, referidos anteriormente:

1. Elemento identificado na sua integra - quando se identifica, no traçado atual, a plena realização do elemento em análise.
2. Elemento parcialmente identificado - quando, no traçado atual, apenas se identifica parte do elemento em análise, referindo-se assim a uma elemento iniciado, mas não concluído.
3. Elemento identificado somente nos seus princípios teóricos - quando são identificados, no traçado atual, princípios urbanísticos definidos, teóricamente pelo Arquiteto P. Montez, para o caso de estudo em análise. Neste caso, o plano elaborado pelo Arquiteto apresenta-se apenas como linha orientadora do traçado, não correspondendo, na sua expressão gráfica, ao desenho delineado pelo Arquiteto P. Montez.
4. Elemento não identificado - quando não se identifica reprodução no traçado atual, do elemento defendido, e desenhado, pelo Arquiteto P. Montez.

Expõem-se, em seguida, para cada Plano Geral de Urbanização, a tabela relativa aos elementos que compreendem a “rede viária” e o “equipamento a implantar” e ao seu grau de permanência no traçado atual, seguida da respetiva planta síntese realizada.

1.1 Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche (1941-1955)

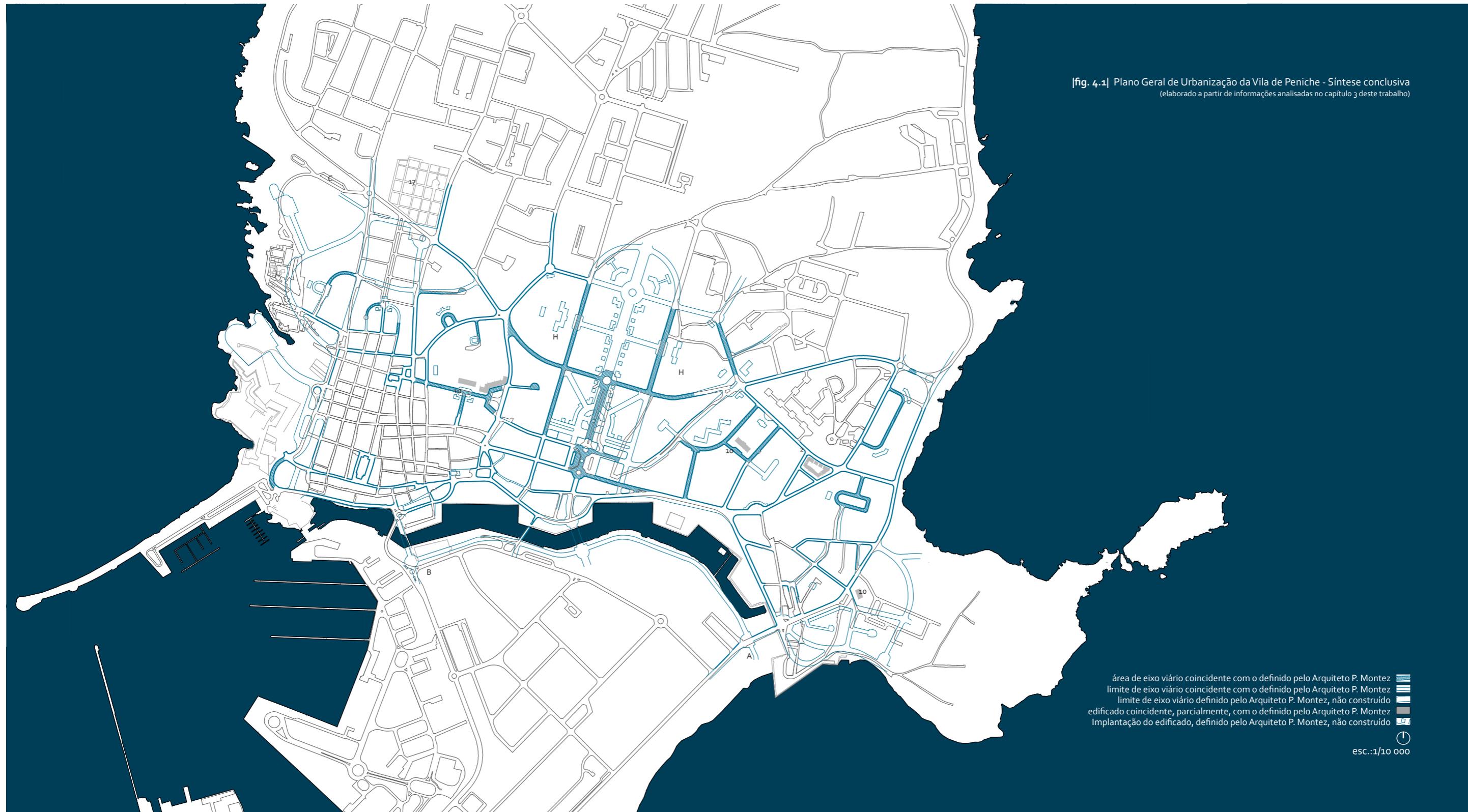
Rede Planeada:

	Elemento identificado na sua íntegra	Elemento parcialmente identificado	Elemento identificado somente nos seus princípios teóricos	Elemento não identificado
A - Ligação com a via marginal à enseada do Norte	●			
B - Ligação com a via marginal à enseada do Sul	●			
C - Ligação com a via contornante da península	●			
D - Ligação com a via longitudinal da península		●		
E - Ligação com a via longitudinal - centro do istmo				●
F - Passagens superiores ao Canal			●	
G - Via marginal ao Canal			●	
H - Via de ligação dos três setores da Vila	●			
I - Via de ligação da Vila com a zona rural da península		●		
J - Via de acesso direto ao Setor do Sul				●

Equipamentos a implantar:

1 - Conjunto de edifícios formando praças (novo Centro Administrativo e Comercial)			●	
2 - Núcleos Comerciais, excêntricos		●		
3 - Estabelecimentos de caráter industrial				●
4 - Pequenos edifícios de interesse social				●
5 - Novos Paços do Concelho				●
6 - Edifícios de interesse coletivo (Estação de Camionagem; C.T.T.; Serviço de Incêndios; Restaurante)				●
7 - Novo Hospital e Serviços de Higiene Social				●
8 - Biblioteca e Museu de Belas Artes				●
9 - Escolas Infantis				●
10 - Escolas Primárias		●		
11 - Escola Técnica				●
12 - Escola - Liceu				●
13 - Assistência Infantil				●
14 - Aquário - Museu				●
15 - Hotel e Apartamentos				●
16 - Serviços Municipais				●
17 - Ampliação do Cemitério	●			

[fig. 4-1] Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche - Síntese conclusiva
(elaborado a partir de informações analisadas no capítulo 3 deste trabalho)



área de eixo viário coincidente com o definido pelo Arquiteto P. Montez
limite de eixo viário coincidente com o definido pelo Arquiteto P. Montez
limite de eixo viário definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído
edifício coincidente, parcialmente, com o definido pelo Arquiteto P. Montez
Implantação do edifício, definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído

esc.:1/10 000

1.2 Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche (195?)

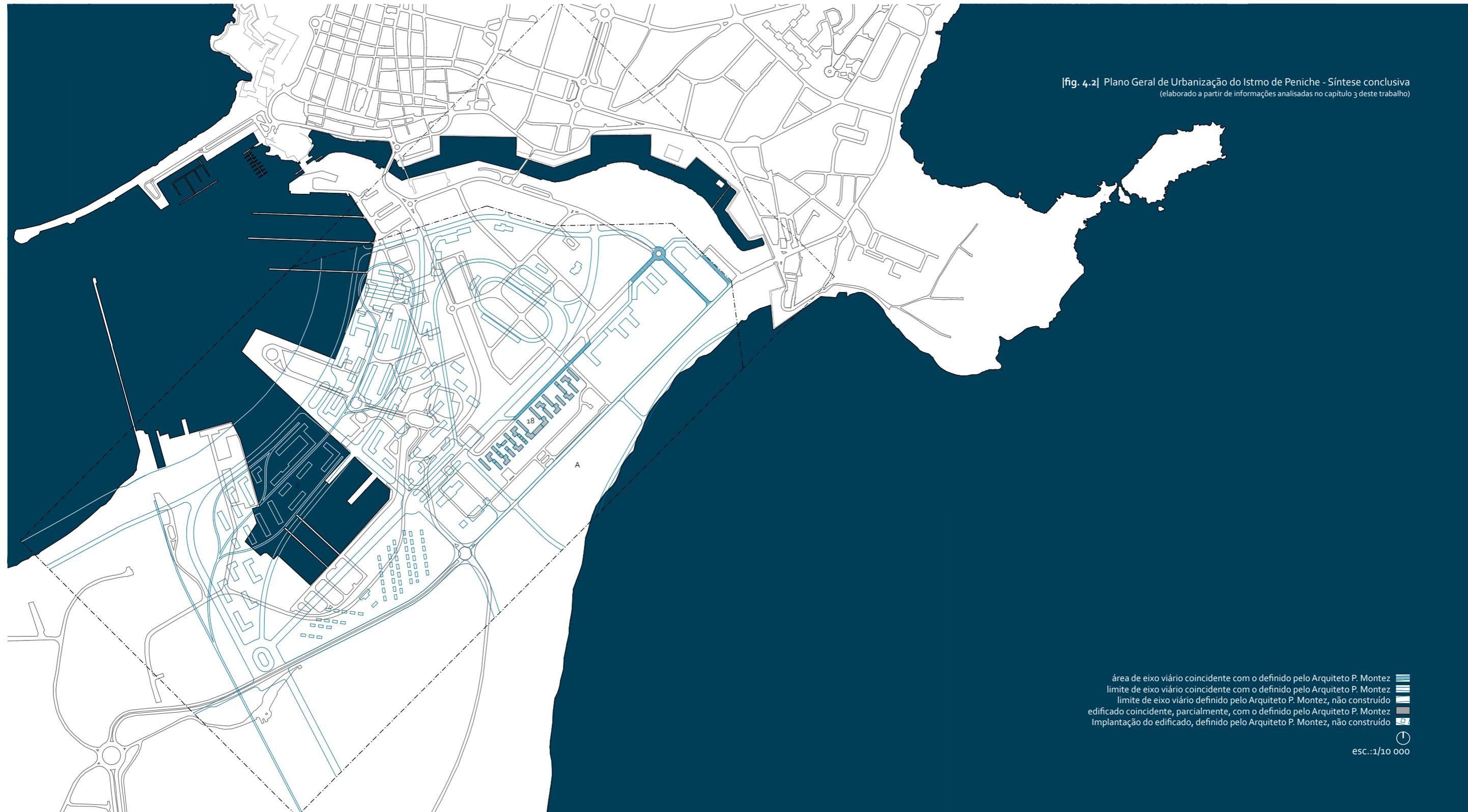
Rede Planeada:

	Elemento identificado na sua íntegra	Elemento parcialmente identificado	Elemento identificado somente nos seus princípios teóricos	Elemento não identificado
A - Via de acesso a Peniche de Cima (existente, alargada)	●			
B - Via de acesso a Peniche de Baixo			●	
C - Via de acesso directo à artéria-eixo da Península				●
D - Via de acesso às instalações do Caminho de Ferro e às reservas do Norte				●
E - Via de acesso ao porto do sul				●
F - Via marginal da enseada do norte				●
G - Via marginal da enseada do Sul				●
H - Via Férrea				●
L - Ponto de ligação futura com a Via C				●

Equipamentos a implantar:

7 - Zona do Porto Comercial (Lota, Alfândega, G. Fiscal, Serviços camarários, estabelecimentos comerciais, etc.)			●	
8 - Zona do Porto de Pesca (Lota industrial, lavagem e preparação de peixe, frigoríficos, armazéns, etc.)			●	
9 - Parque de Desportos (Estádio e recintos para jogos diversos)				●
10 - Zona anexa ao Parque de Desportos				●
11 - Reserva para construções comerciais				●
12 - Reserva para construções de carácter industrial				●
13 - Reserva para estendal de redes				●
15 - Fábricas existentes				●
16 - Zona para construções comerciais ou de carácter industrial				●
18 - Bairro para pescadores			●	
19 - Zona para assistência (asilo para pescadores, maternidade, etc.)				●
20 - Bairro para pescadores				●
21 - Reserva para construções do Porto do Norte				●
22 - Reserva para habitações				●
23 - Parque Público				●
24 - Reserva para serviços do Caminho de Ferro				●
25 - Parque de isolamento				●

[fig. 4.2] Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche - Síntese conclusiva
(elaborado a partir de informações analisadas no capítulo 3 deste trabalho)



- área de eixo viário coincidente com o definido pelo Arquiteto P. Montez
- limite de eixo viário coincidente com o definido pelo Arquiteto P. Montez
- limite de eixo viário definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído
- edifício coincidente, parcialmente, com o definido pelo Arquiteto P. Montez
- Implantação do edifício, definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído

1.3 Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche (1974)

	Elemento identificado na sua íntegra	Elemento parcialmente identificado	Elemento identificado somente nos seus princípios teóricos	Elemento não identificado
Rede Planeada:				
A - Via Longitudinal		●		
B - Vias Transversais		●		
C - Via Transversal do Extremo Oeste				●
D - Via Marginal		●		
E - Envoltivo da Papoa				●
Equipamentos a implantar:				
1 - Paços do concelho				●
3 - Escolas primárias				●
5 - Biblioteca				●
8 - Hotel e apartamentos				●
10 - Hospital			●	
11 - Parque de Desportos				●
12 - Parques e jardins				●
14 - Espaços verdes e de estacionamento				●
15 - Estádio				●
16 - Piscinas				●
17 - Construções de interesse turístico				●
18 - Cemitério, ampliação e protecção			●	



[fig. 4.3] Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche - Síntese conclusiva
 (elaborado a partir de informações analisadas no capítulo 3 deste trabalho)

- área de eixo viário coincidente com o definido pelo Arquiteto P. Montez
- limite de eixo viário coincidente com o definido pelo Arquiteto P. Montez
- limite de eixo viário definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído
- edifício coincidente, parcialmente, com o definido pelo Arquiteto P. Montez
- Implantação do edifício, definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído

1.4 Plano Geral de Urbanização da Povoação do Baleal (1950)

	Elemento identificado na sua íntegra	Elemento parcialmente identificado	Elemento identificado somente nos seus princípios teóricos	Elemento não identificado
Rede Planeada:				
A - Via nova, continuando a via existente e formando circuito contornante da ilha			●	
B - Via nova, a construir sobre o istmo			●	
E - Via nova (terminus da via, designada em B)				●
F - Via nova, prolongamento da atual estrada, que liga à povoação de Ferrel				●
G - Via nova (começo da estrada marginal, de ligação à Vila de Peniche)				●
H - Via nova (começo da estrada marginal, de ligação à foz da Lagoa de Óbidos)				●
I - Via nova (ligação direta das duas estradas marginais)				●
Equipamentos a implantar:				
1 - Logradouro Público (centro cívico)				●
2 - Pequeno mercado				●
3 - Hotel				●
5 - Logradouro Público (centro cívico do aglomerado do continente)				●
6 - Parque público (jogos e desportos)				●
7 - Logradouro Público (crianças)				●
8 - Grande Hotel				●
9 - Pequeno Hotel				●
10 - Restaurante				●
11 - Casino e Posto de Turismo, com C.T.T.				●
12 - Teatro - Cinema				●
13 - Igreja				●
14 - Edifício escolar				●
15 - Mercado				●
16 - Núcleos comerciais				●
17 - Garagem e Estação de Serviço				●
18 - Centro Recreativo e Cultural				●
19 - Centro de Assistência Social				●
20 - Higiene Social (Posto Médico)				●
21 - Posto de Serviços Municipais				●
22 - Estacionamento de Viaturas				●
23 - Esplanada				●

[fig. 4.4] Plano Geral de Urbanização da Povoação do Baleal - Síntese conclusiva
(elaborado a partir de informações analisadas no capítulo 3 deste trabalho)



Limite de eixo viário coincidente com o definido pelo Arquiteto P. Montez
Limite de eixo viário definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído
Implantação do edifício, definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído

esc.: 1/10 000

1.5 Plano Geral de Urbanização da Povoação da Consolação (1950-1955)

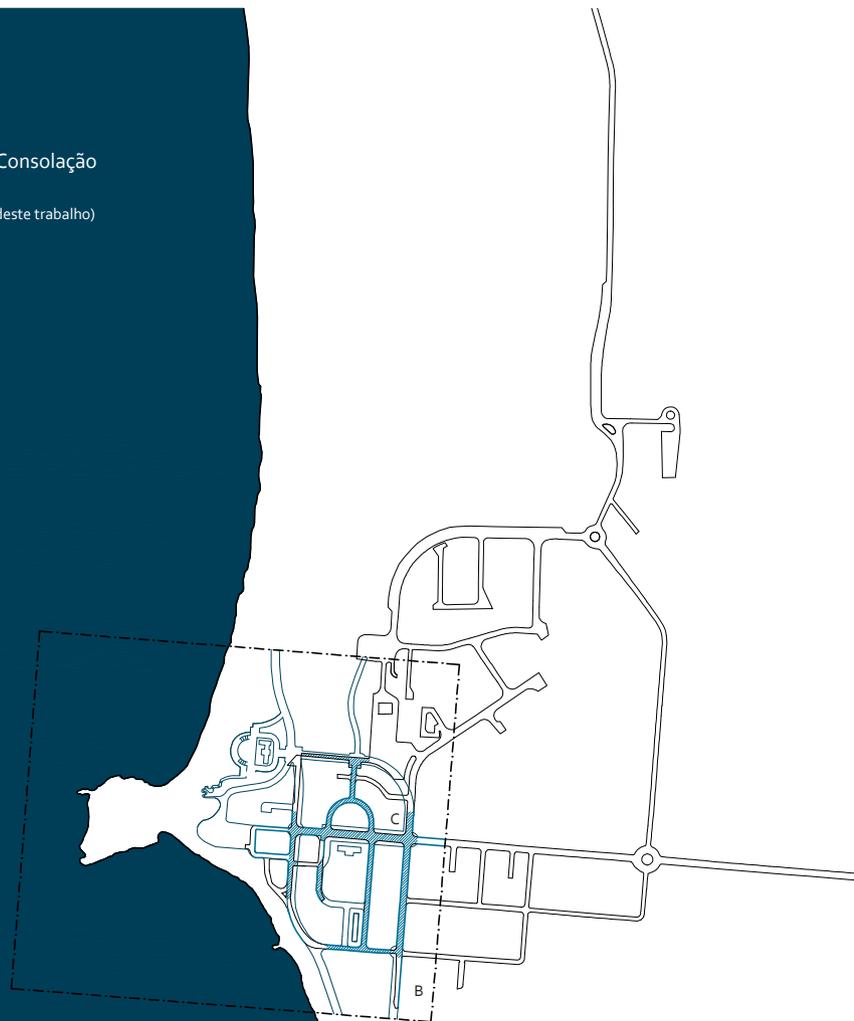
Rede Planeada:

	Elemento identificado na sua íntegra	Elemento parcialmente identificado	Elemento identificado somente nos seus princípios teóricos	Elemento não identificado
A - Via nova (começo da estrada marginal, de ligação a Peniche)			●	
B - Via nova (começo da estrada marginal, de ligação à Praia de S. Bernardino)	●			
C - Via nova (alargamento da estrada existente, de ligação a Geraldês)	●			
D - Via nova, substituindo o caminho actual, de acesso à Fonte		●		

Equipamentos a implantar:

1 - Parque Público				●
2 - Parque Público e recintos para jogos				●
3 - Logradouro arborizado (centro cívico)				●
4 - Hotel - restaurante				●
5 - Salão recreativo e cultural. Posto de Turismo e C.T.T.				●
6 - Mercado				●

[fig. 4.5] Plano Geral de Urbanização da Povoação da Consolação
Síntese conclusiva
(elaborado a partir de informações analisadas no capítulo 3 deste trabalho)



- área de eixo viário coincidente com o definido pelo Arquiteto P. Montez
- limite de eixo viário coincidente com o definido pelo Arquiteto P. Montez
- limite de eixo viário definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído
- edificado coincidente, parcialmente, com o definido pelo Arquiteto P. Montez
- Implantação do edificado, definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído



esc.:1/10 000

1.5 Plano Geral de Urbanização da Povoação de São Bernardino (1950-1955)

Rede Planeada:

	Elemento identificado na sua íntegra	Elemento parcialmente identificado	Elemento identificado somente nos seus princípios teóricos	Elemento não identificado
A - Via nova, começo da estrada de ligação com a Praia da Consolação (marginal ao Oceano)				●
B - Via nova, começo da estrada de ligação com a Praia da Areia Branca (marginal ao Oceano)				●
C - Via nova, lançada a partir do ponto em que a atual estrada de acesso ao aglomerado, inflete para Sul				●
D - Via nova, arborizada, lançada como esplanada e novo acesso à praia, na continuação da via C				●
E - Vias novas, diversas				●
F - Alargamento do troço da estrada actual de acesso ao aglomerado.			●	

Equipamentos a implantar:

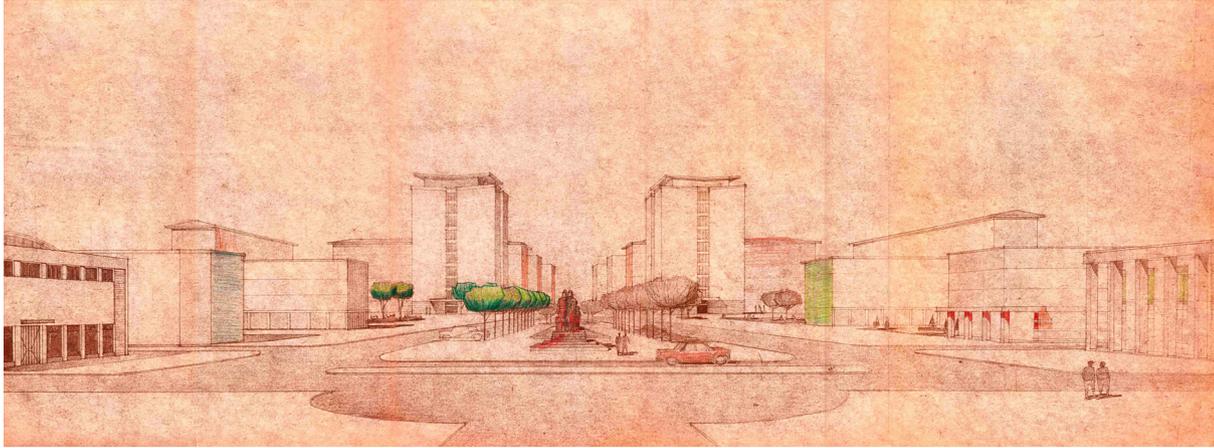
1 - Logradouro - esplanada				●
2 - Logradouro arborizado				●
3 - Parque com recinto para jogos				●
4 - Dois parques escolares				●
5 - Hotel				●
6 - Restaurante				●
7 - Associação de Cultura e Recreio				●
8 - Mercado				●
9 - Serviços de Turismo e C.T.T.				●
10 - Casa do Povo, Posto Médico				●
11 - Nova Igreja				●
12 - Cantina e Escola Infantil				●

[fig. 4.6] Plano Geral de Urbanização da Povoação de S. Bernardino - Síntese conclusiva
(elaborado a partir de informações analisadas no capítulo 3 deste trabalho)



limite de eixo viário coincidente com o definido pelo Arquiteto P. Montez ———
limite de eixo viário definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído - - -
Implantação do edificado, definido pelo Arquiteto P. Montez, não construído □

esc.:1/10 000



[fig. 4.7] Perspectiva da Avenida Paulo VI, eixo de simetria do Bairro Administrativo e Comercial projetado pelo Arquiteto Paulino Montez, 1970 (MMP, 2013)

[fig. 4.8] Fotografia da Avenida Paulo VI, 2014.

2. Análise comparativa

A presente secção diz respeito à comparação entre os diferentes graus de permanência identificados anteriormente para cada Plano Geral de Urbanização. Analisa-se assim a influência do Arquiteto P. Montez a nível da “rede planeada” e dos “equipamentos a implantar” para cada caso de estudo, comparando estes entre si.

2.1 Rede planeada

Referente ao Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche, destacam-se vários elementos identificados na sua íntegra, a nível da “rede planeada”, revelando assim uma forte influência do desenho delineado pelo Arquiteto P. Montez no traçado atual. Destes, há a destacar a realização das ligações com as suas marginais da península, assim como da “ligação dos três setores da vila”. O traçado correspondente ao setor central da Vila, o novo Bairro Administrativo e Comercial (fig. 4.7 e 4.8), que compreende a “ligação com a via longitudinal da península”, ficou apenas parcialmente realizado, no entanto, é perceptível através da análise da situação atual que faz parte das intenções autárquicas concluir este traçado. Destaca-se ainda, a realização da “via marginal ao canal”, assim como de “passagens superiores ao canal”, contudo, estas não respeitam o desenho delineado pelo Arquiteto, apenas a sua intensão. Embora não sejam descritas pelo Arquiteto, existem várias vias secundárias, que também se identificam no traçado atual, destacam-se, entre outras, a “Avenida das Escolas”, perpendicular à Escola nº1, assim como a praça que emoldura esta (fig.4.9 e 4.10), tal como as vias contornantes da atual Escola Secundária.

Em relação ao Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche, tal como delineado pelo Arquiteto, apenas se verifica a “Via de acesso a Peniche de Cima”, no entanto esta apenas é alargada, uma vez que já existia, com uma largura inferior. Verificam-se ainda pequenos troços, de vias secundárias, cujo desenho corresponde ao do Arquiteto P. Montez. No entanto, é o próprio Arquiteto que refere em 1978 (Montez, 1978, p.12) que o projeto “foi posto de lado” sem que até aquela data “tivesse sido entregue ao urbanista qualquer outro”.

Analisando o Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche, identificam-se apenas situações em que os diferentes elementos constituintes da “rede planeada” se encontram parcialmente identificados



[fig. 4.9] Escola Oficial Primária, em 25-03-1962, atual Escola Básica nº1 do 1º ciclo. A Praceta Francisco Maria Freire, desenhada pelo Arquiteto P. Montez, já se encontra construída. (Peixoto, 1993,p.86)



[fig. 4.10] Escola Primária. Atual Escola Básica nº 3 do 1ºCiclo, implantada segundo desenho do Arquiteto P. Montez, e localizada junto à Avenida das Escolas, também esta da autoria do Arquiteto. (Peixoto, 1993,p.88)



[fig. 4.11] Hospital, inaugurado em 4/5/1986, no lote definido pelo Arquiteto P. Montez para o referido efeito. (Peixoto, 1993, p.91)

no traçado atual. Corresponhem estes a troços da “Via longitudinal”, de “Vias transversais”, assim como da “Via Marginal”.

Em relação ao Plano Geral de Urbanização da Povoação do Baleal, apenas se verificam construídas, segundo intenções estabelecidas pelo Arquiteto P. Montez, mas não respeitando o seu desenho, a “Via nova, continuando a via existente e formando circuito contornante da ilha”, assim como a “Via nova, a construir sobre o istmo. Há ainda que referir, que não se encontrou, ao contrario do sucedido para os outros planos elaborados para as Praias do Concelho, a data referente ao momento em que o plano foi aprovado pelo Ministério das Obras Públicas, no entanto, é este o único plano, do qual se tem conhecimento de uma planta referente a uma revisão do ante-plano, à escala 1/1000.

Referente ao Plano Geral de Urbanização da Povoação da Consolação, este apresenta novamente fortes semelhanças, a nível do seu traçado viário, com o planeado pelo Arquiteto P. Montez. Deste, todos os elementos referidos pelo Arquiteto na “rede planeada” são identificados no traçado atual. Apenas a “via nova (começo da estrada marginal de ligação a Peniche)” não se encontra de acordo com o desenho do Arquiteto, no entanto, a intenção de ligar marginalmente a Consolação a Peniche, foi concretizada. O traçado correspondente à “Via nova (começo da estrada marginal de ligação a S. Bernardino)” foi realizado, nos limites definidos pelo arquiteto para o Plano, no entanto, a ligação a S. Bernardino não se concretizou. A “via nova (alargamento da estrada existente, de ligação a Geraldês)” corresponde na sua integra ao delineado pelo Arquiteto, enquanto que a “Via nova de acesso à Fonte”, apenas foi em parte concretizada.

Por último, analisando o Plano Geral de Urbanização para a Povoação de São Bernardino, verifica-se que só o “Alargamento do troço da estrada atual de acesso ao aglomerado” foi realizado segundo intenções expressas pelo Arquiteto, no entanto, todos os outros elementos constituintes da “rede planeada” não se encontram reproduzidos no traçado atual do aglomerado.

2.2 Equipamentos a implantar

No plano para a Vila de Peniche, de 1953, encontram-se, semelhantes ao planeado, o cemitério, as escolas primárias (embora adotem uma tipologia diferente da definida pelo Arquiteto P. Montez, correspondendo esta a utilizada durante o período do Estado Novo) assim como diversos “núcleos comerciais excêntricos” (que embora possuam a mesma implantação, verifica-se que programaticamente não são todas

elas dedicadas ao comércio).

No Plano Geral de Urbanização referente ao Istmo de Peniche, de [1957], não se verificam situações de equipamentos implantados segundo o desenho definido pelo Arquiteto Paulino Montez, no entanto verifica-se a construção de um bairro para pescadores (definido pelo Arquiteto como habitações isoladas, construído na tipologia de prédio de apartamentos) e de um “Porto Comercial”, assim como de um “Porto de Pescas”, na área sul do Istmo.

Em relação ao Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche, de 1974, o Arquiteto não define implantações para os equipamentos, assim sendo, apenas se identificam o Hospital (fig. 4.11) e o cemitério, como equipamentos implantados em quarteirões definidos pelo Arquiteto P. Montez.

Em nenhum dos 3 Planos Gerais de Urbanização elaborados a partir de 1950, para as praias do Concelho, se encontram situações de edificado que possam ter influência em relação ao que foi delineado pelo Arquiteto P. Montez.

2.3 Conclusão

É referente ao Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche que se encontram mais elementos, quer a nível da “rede planeada”, quer a nível dos “equipamentos a implantar” semelhantes em relação à situação atual do aglomerado. Assim se destaca o traçado correspondente ao setor central da Vila, assim como a ligação às marginais e o traçado envolvente de várias escolas, como elementos construídos segundo o desenho do Arquiteto P. Montez. A nível do edificado, destaca-se a implantação de variadas escolas primárias.

No Plano Geral de Urbanização do Istmo de Peniche, é pouco perceptível, ou praticamente nula, a influência do desenho original do Arquiteto P. Montez para aquela área.

Em relação ao Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche, não se verifica no traçado atual elementos identificados na sua integra, estando estes parcialmente construídos, incompletos. A nível do edificado, só a implantação do Hospital seguiu o definido pelo Arquiteto P. Montez.

Dos Planos Gerais de Urbanização elaborados pelo Arquiteto P. Montez para as Praias do Concelho de Peniche, é referente à praia da Consolação, que a nível da “rede planeada” se encontram mais situações semelhantes ao plano original. Para este caso de estudo, apesar de praticamente se manter toda a rede viária, perdem-se todos os equipamentos propostos. Nos planos referentes ao Baleal, assim como a São Bernardino,

também não se verifica a existência de equipamentos segundo o desenho do Arquiteto, e em relação à “rede planeada”, apenas se verificam situações de semelhança em relação a traçados que existiam que apenas foram alargados, ou a traçados defendidos pelo Arquiteto, mas cujos desenhos atuais não correspondem ao desenho original.

Assim sendo, se conclui que foi o Plano Geral de Urbanização da Vila de Peniche, assim como o Plano Geral de Urbanização da Povoação da Consolação, que apesar de a nível de equipamento público tenham ficado bastante incompletos, a nível de estrutura viária, revelam, na situação atual de ambos os aglomerados, fortes semelhanças com os desenhos originais da autoria do Arquiteto P. Montez.

CONCLUSÃO

O presente trabalho revela a oportunidade de uma análise detalhada do desenho urbano proposto nos planos da autoria do Arquitecto P. Montez para Peniche. Justificou este trabalho a pertinência de colmatar a ausência de um estudo detalhado dos planos do Arquitecto, até à data, quer pela oportunidade da aplicação de uma análise morfológica para a sua melhor compreensão.

A investigação fez uso de fontes teóricas e projectuais, cuja complementariedade confirma a sua oportunidade para um necessário cruzamento de dados que permita melhor compreender o pensamento mas também as opções de desenho urbano experimentadas pelo Arquitecto Montez, conforme se verificou neste trabalho, no capítulo 2 e 3.

O presente trabalho pretende também responder às perguntas lançadas na Introdução, respondidas em seguida:

O Arquitecto P. Montez forma-se em 1929, pela Escola de Belas-Artes de Lisboa. É em 1948 que se torna professor de Urbanologia da referida escola, sendo posteriormente, seu director entre 1949 e 1967. Entre outros cargos relacionados com o estado, destaca-se o de Vogal, do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, onde trabalha com Donat-Alfred Agache, um urbanista francês.

O percurso profissional do Arquitecto P. Montez, na sua vertente urbanística, é marcado, essencialmente, pela legislação que em 1934 criara os “Planos Gerais de Urbanização”. Esta, obrigava a que fosse da responsabilidade das Câmaras Municipais a elaboração de planos de urbanização. É neste sentido, que o Arquitecto é contactado pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha, assim como a de Peniche, para elaborar os planos para as suas sedes de concelho, assim como para algumas praias pertencentes a estas.

Da análise da obra teórica referente à temática do urbanismo, da autoria do Arquitecto P. Montez, verifica-se que orientaram o pensamento deste, os urbanistas estrangeiros Camillo Sitte e Le Corbusier, e a nível nacional, Raul Lino. O Arquitecto, defende a utilização da linha recta no traçado urbano, no entanto, aponta a necessidade de esta se poder adaptar ao terreno acentuado, transformando-se em linha curva, revelando um carácter artístico defendido pelo Arquitecto.

Na sua obra teórica, o Arquitecto P. Montez apresenta ainda distintos conceitos de planos. Distingue estes entre: “plano regional”, “plano de extensão”, “plano de regularização” e “plano de embelezamento”. No entanto, verifica-se que, nas obras teóricas referentes a planos realizados por este, o Arquitecto adapta este vocabulário, surgindo assim o “plano da rede de circulação”, o “plano das zonas e do equipamento”, e ainda, o “plano geral”.

A análise de desenho urbano realizada, para os aglomerados urbanos que não pertençam a Peniche, revela o recurso de princípios urbanísticos que nem sempre são identificados por Paulino Montez na sua obra escrita. Nomeadamente a presença de fortes eixos de simetria marcados por grandes alamedas, assim como a presença de grandes praças emoldurando importantes edifícios de carácter público, ou ainda, a presença de impasses, de quarteirões ortogonais, e ainda, de artérias envolventes do espaço abrangido pelo plano.

Expressa pela primeira vez, na sua obra bibliográfica dedicada a Mafra (Montez, 1933), o Arquitecto P. Montez revela uma preocupação das exigências de circulação, e edificado, que se intensificam com o desenvolvimento do turismo. Esta preocupação com o **turismo**, revela-se em outras obras para Portugal, merecendo grande destaque em todos os planos elaborados para o Concelho de Peniche. De facto, tal como previsto pelo Arquitecto, este tornou-se um Concelho bastante dependente do turismo, associado nos últimos anos a atividades desportivas relacionadas com o mar, como o surf, do qual advém grande parte da economia local.

É relativo ao Plano Geral de Urbanização da Península de Peniche, de 1974, que surge, pela primeira vez, um novo vocabulário referente à temática do urbanismo. Assim sendo, surge o plano “da rede viária”, “do zonamento” e “do equipamento”. É relativo a este que, também pela primeira vez, surge referências aos “valores históricos” e aos “valores naturais” do aglomerado. A obra literária referente a este, publicada em 1978, corresponde ao último volume da coleção de “Estudos de Urbanismo em Portugal”.

Da síntese realizada, destaca-se que o Plano Geral de Urbanização, aprovado em 1955, para a Vila de Peniche, e o Plano Geral de Urbanização para a Povoação da Consolação, aprovado também ele em 1955, são os que mais influências deixaram no traçado atual dos respetivos aglomerados. O outro plano elaborado o território correspondente à atual Cidade de Peniche, em 1974, embora se verifique um número elevado de situações iniciadas, que não foram concluídas, também este influenciou o desenho urbano atual da Cidade.

Em relação ao Plano Geral de Urbanização referente ao Istmo de Peniche, assim como aos outros planos referentes ao Baleal e a São Bernardino, não se verificam influências assinaláveis no traçado atual dos aglomerados em questão, contudo, as ligações que o Arquitecto P. Montez defendia com os aglomerados vizinhos, foram, em parte, realizadas.

Acreditamos que o conjunto de obras do Arquitecto P. Montez analisadas neste trabalho, apresentadas de forma gráfica e sistematizada, contribuirão certamente para alargar o conhecimento sobre a sua obra, mas também abrir novas áreas de investigação para futuros trabalhos relacionados com a obra do Arquitecto P. Montez.

BIBLIOGRAFIA

- Arquitectura, (1931) "Paulino Montez" em *Arquitectura*. Ano 6, número 22. Dezembro 1931, pp. 110-112.
- Arquitectura, (1931) "Urbanização de Peniche" em *Arquitectura*: Ano 6, número 22. Dezembro 1931, pp. 110-112.
- Calado, M., (1984) *Peniche na história e na lenda*. Cacilhas, M. Calado.
- Calado, M., (2000) *Fortificações da Região de Peniche*. Almeirim, M. Calado.
- Câmara Municipal de Peniche, (2009) *Magna Carta: Peniche 2025*. Peniche, CMP.
- Coelho, R.S.D.M., (2007) *O ensino da arquitectura na Academia de Belas Artes de Lisboa*. Tese de mestrado. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Costa, S. V., (2011) "O país a régua e esquadro", in Melo, A.H., [et al], *Duarte Pacheco: Do Técnico ao Terreiro do Paço*. Lisboa, Althum.
- Di Salvarore, S., (2012) *A cidade interrompida, reflexos da política urbanística do Estado Novo no processo de planeamento urbano da cidade de Alcobça*. Tese de doutoramento. Lisboa, Instituto Superior Técnico.
- Editorial enciclopédia, (1948) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa, Editorial enciclopedia, Limitada.
- Engenheiro, F., (2006) "Quem foi Paulino António Pereira Montez" em *A Voz do Mar*. 27 de Junho de 2006, p. 4.
- Engenheiro, F., (2007) "Conjunto habitacional que foi conhecido por 'Bairro do Mercado' e por 'Bairro Peniche III' e que tem a designação actual de 'Bairro Arco-Íris'" em *A Voz do Mar*. 28 de Agosto de 2007, pp. .
- Fernandes, J. M., (2003) *Português suave: Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR.
- Ferreira, J. C., (1998) "Recordando a vida e obra de Paulino Montez" em *A Voz do Mar*. 1 de Janeiro de 1998, p. 8.
- Inês, L., (2011) "Exposição sobre vida e obra do arquitecto Paulino Montez" em *A Voz do Mar*. 14 de Outubro de 2001, p.5.
- Lôbo, M. S., (1995) *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*. Porto, FAUP Publicações.
- Lobo, M. A. R. P., (2010). *Reabilitação do Bairro do Visconde em Peniche e sua integração na malha urbana*. Tese de doutoramento. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Moniz, G.C., (2011) *O Ensino Moderno da Arquitectura: A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Tese de doutoramento. Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Montez, P., (1933a) *Estudos de Urbanismo em Portugal: Preâmbulo da colecção de planos de extensão, de regularização e embelezamento de vilas e cidades*. Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia.

Montez, P., (1933b) *Estudos de Urbanismo em Portugal: 1, Maфра: um Plano de regularização e de embelezamento da vila*. Lisboa, [s.n.].

Montez, P., (1935) *A estética de Lisboa: formação da urbe, traça contemporânea, sector monumental, plano de urbanização*. Lisboa, P. Montez.

Montez, P., (1936) *Serviço de limpeza urbana: Plano de melhoramentos*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Montez, P., (1938) *Estudos de Urbanismo em Portugal: 2, Lisboa, Alcântara, Alvito, extensão noroeste da cidade: um plano do bairro económico Dr. Oliveira Salazar*. Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia.

Montez, P., (1941) *Estudos de Urbanismo em Portugal: 3, Caldas da Rainha: um Plano de Regularização e de embelezamento da Vila*. Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia.

Montez, P., (1943) *Estudos de Urbanismo em Portugal: 4, Peniche, um plano de regularização e de embelezamento da vila*. Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia.

Montez, P., (1958) *Estudos de Urbanismo em Portugal: 5-7, Lisboa, extensão nordeste da cidade, plano do bairro da Encarnação: Plano de um parque de desportos, plano de um aglomerado de moradias*. Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia.

Montez, P., (1974) *Das Belas-Artes nos serviços do Estado*. Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia

Montez, P., (1976) *Estudos de Urbanismo em Portugal: 8-10, Praias do Concelho de Peniche: Baleal, Consoção e S. Bernardino: Planos Gerais de Extensão e de Regularização*. Lisboa, P. Sociedade Industrial de Tipografia.

Montez, P., (1977) *Estudos de Urbanismo em Portugal: 11, Lisboa, Vale de Alcântara, zona do lanço-noroeste do Aqueduto das Águas Livres: Plano Geral de um aglomerado de habitações*. Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia.

Montez, P., (1978) *Estudos de Urbanismo em Portugal: 12-18, Praias da Costa do Sol, Oeiras, Carcavelos, Parede, S. Pedro, S. João, Estoril-Monte, Cascais: Traçados de Planos Gerais*. Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia.

Montez, P., (1978) *Estudos de Urbanismo em Portugal: 19-21, Peniche: Plano Geral da Península, Plano de Pormenor da Zona Central, Plano Geral do Sítio dos Remédios*. Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia.

Pedreirinho, J. M., (1994) *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade*. Porto, Edições Afrontamento.

Peixoto, L.C., (1993) *Peniche: 100 anos através da fotografia*. Rio Maior, L. C. Peixoto.

Peixoto, L.C., (1996) *Peniche: Pormenores que testemunham o passado*. Rio Maior, L. C. Peixoto.

Peixoto, L.C., (2003) *Peniche: Bilhetes Postais Ilustrados*. Rio Maior, L. C. Peixoto.

ANEXOS

Anexo A - Tabela relativa ao estado da Arte

Anexo B - Tabela cronológica

Anexo c - Catalogação das cartas

Anexo D - Identificação das diferentes fontes originais por área geográfica

Anexo A
Tabela relativa ao estado da arte

Ano	Autor(es)	Obra	Pontos fortes do estudo	Limitações
2011	Gonçalo Esteves de Oliveira do Canto Moniz	O Ensino Moderno da Arquitectura: A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)	Acerca do processo de transformação do ensino de <i>Beaux-Arts</i> em ensino moderno no curso de arquitectura nas escolas de Belas-Artes, referenciando inúmeras vezes Paulino Montez como docente e diretor com uma importância elevada neste processo.	Apenas aborda a vertente académica de Paulino Montez, nada adiantando acerca do seu percurso enquanto arquiteto urbanista.
2007	Rui Sérgio Dantas de Magalhães Coelho	O ensino da Arquitectura na Academia de Belas Artes de Lisboa.	Anexos de elevada importância: a) Tábua cronológica da relação do ensino da Arquitectura Civil em Lisboa com a Arquitectura em Portugal, factos políticos, sociais e culturais, entre 1800 e 2000; b) quadros cronológicos que permitem um conhecimento acerca dos diferentes momentos em que Paulino Montez assume e abandona diferentes cargos na Escola de Belas-Artes de Lisboa.	Apenas aborda a vertente académica de Paulino Montez, nada adiantando acerca do seu percurso enquanto arquiteto urbanista.
1995	Margarida Souza Lôbo	Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco	Abordagem geral acerca do surgimento do urbanismo em Portugal, especificando o período compreendido entre 1934 e 1954. Visão geral acerca dos ideais urbanísticos defendidos pelo Arquiteto Paulino Montez, e sobre o percurso profissional deste.	Obra generalista, adiantando pouco acerca da influência do Arquiteto Paulino Montez no desenho urbano de vários aglomerados do Concelho de Peniche.
2010	Maria Alice Ramos Pires Lobo	Reabilitação do Bairro do Visconde em Peniche e sua integração na malha urbana.	Trabalho académico de carácter urbanístico referente à Cidade de Peniche.	Não oferece uma abordagem acerca da envolvente urbana (a Cidade de Peniche) onde o caso de estudo (o Bairro do Viscondes) está inserido.
1984, 2000	Mariano Calado	Peniche na História e na Lenda. Fortificações da Região de Peniche.	Monografias de carácter local. Conhecimento acerca das origens, antecedentes e atores da história do local.	Obras extensas que nada adiantam acerca da influência que o Arquiteto Paulino Montez teve no desenho urbano do Concelho de Peniche.
1998	João Conceição Ferreira	Recordando a vida e obra de Paulino Montez	Permite um conhecimento, expresso pela opinião do autor, da personalidade de Paulino Montez enquanto professor e director da Escola de Belas-Artes. Aponta acerca de toda a obra publicada da autoria de Paulino Montez.	Nada adianta acerca da compreensão de Paulino Montez enquanto Arquiteto responsável por diferentes projectos para diferentes aglomerados urbanos do Concelho de Peniche.
2006	Fernando Engenheiro	Quem foi Paulino António Pereira Montez?	Permite um conhecimento, expresso pela opinião do autor, do percurso pessoal de Paulino Montez enquanto cidadão natural da antiga Vila de Peniche. Faz referência a toda a família do arquiteto e de como esta se estabeleceu naquele território. Evidencia ainda vários aspectos relacionados com o Espólio de Paulino Montez legado por este à CMP.	Nada adianta acerca da compreensão de Paulino Montez enquanto Arquiteto responsável por diferentes projectos para diferentes aglomerados urbanos do Concelho de Peniche.
2011	Luísa Inês	Exposição sobre vida e obra do arquitecto Paulino Montez	Acerca do dia da inauguração da exposição dedicada à vida e obra do arquiteto Paulino Montez. Contém a opinião de vários especialistas em diferentes áreas que trabalharam com o arquiteto. Evidencia alguns pontos acerca da influência do Arquiteto no desenho do traço urbano da Vila de Peniche.	A autora, apenas evidencia alguns comentários realizados pelos diferentes intervenientes na cerimónia de inauguração, sendo estes muito generalistas, pouco específicos, e pouco fundamentados.
1993, 1996, 2003	Luís Correia Peixoto	Peniche: 100 anos através da fotografia. Peniche: Pormenores que testemunham o passado. Peniche: Bilhetes postais ilustrados.	Excelente arquivo fotográfico.	Imagens apenas são acompanhadas de uma pequena legenda, não oferecendo uma contribuição literária para o estudo.
2009	Câmara Municipal de Peniche	magna carta: Peniche 2025	Permite entender a evolução urbana ocorrida no território em análise. Permite identificar estratégias de desenvolvimento futuro.	Obra bastante complexa, abordando temáticas distintas, não se focando no urbanismo. A nível de evolução urbana, foca-se essencialmente no território correspondente à Cidade de Peniche, não permitindo a compreensão da evolução ocorrida nos outros aglomerados do Concelho.

Anexo B

Tabela cronológica (1887-2014)

Adaptado de: Coelho, R.S.D.M., 2007. O ensino da arquitectura na Academia de Belas Artes de Lisboa. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Ano	Fatos políticos, sociais e culturais	Arquitetura em Portugal	Paulino Montez	Concelho de Peniche
1897	Vitória do partido Progressista. Sociedade de Antropologia. Museu Colonial na Sociedade Geográfica. Eça de Queirós "A Ilustre Casa Ramires".	Adães Bermudes, projetos dos bairros operários de Lisboa, Porto e Covilhã. Marques da Silva, proj. do bairro operário do Monte Pardal (Porto).	Nasce a 3 de Novembro Paulino António Pereira Montez, filho de Eduardo Plácido Montez e Maria de Jesus Pereira Montez.	
1898	Remodelação Governamental.		Nasce a 27 de Abril, Úrsula Peres Y Leiro Pereira Montez.	
1899		S. Viterbo, "dicionário dos Arquitetos". R. Lino, proj pavilhão Exposição Universal de Paris. Marques da Silva, projeto da sede da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães.		
1900	Novo governo dirigido por Hintze Ribeiro. Morte de Eça de Queirós. Participação Portuguesa na Exposição de Paris. A cidade de Lisboa tem 356000 habitantes.	"A construção Moderna" (1919). R. Mesnier Ponsard, proj, de construção do elevador de Santa Justa, Exp. Univ. Paris, com proj. de R. Lino e V. Terra. Marques da Silva, estação de São Bento (Porto).		O Concelho de Peniche tem 8 199 habitantes.
1901	Reforma do ensino primário, passado a ser gratuito e obrigatório. Reforma dos estudos jurídico.	A Sociedade Promotora de Belas Artes funde-se com o Grémio Artístico, dando origem à Sociedade Nacional de Belas Artes. Reforma do ensino da Escola de Belas Artes de Lisboa.		
1902	Acordo dos credores estrangeiros quanto à dívida externa portuguesa. Motins estudantis nas Universidades do Porto e de Coimbra, assim como na Escola Politécnica de Lisboa. Inauguração da iluminação eléctrica em toda a cidade de Lisboa.	Fundação da Sociedade dos Arquitetos Portugueses. Criação do Prémio Valmor. Raul Lino, "Casas Marroquinas". Inauguração do elevador de Santa Justa. Decreto, aprovando o regulamento da Academia de Belas Artes de Lisboa.		
1903		Ventura Terra, igreja de Santa Luzia (Viana do Castelo).		
1904	Queda do governo de Hintze Ribeiro, o partido progressista volta ao governo. Reforma do ensino secundário.	Raul Lino, Casa dos Patudos (Alpiarça). Álvaro Machado, Colégio de Anna Russell (Lisboa)		
1905	Morte de Rafael B. Pinheiro. Museus de Arte Sacra (S. Roque) e Coches.	Publicação no "Diário do Governo" do regulamento dos honorários dos Arquitetos. Marques da Silva, Casa das Quatro Estações (Porto). Escultor Simões de Almeida nomeado diretor da EBAL.		
1906	Ditadura de João Franco (-1908)	V. Terra, Banco Lisboa & Açores (Lisboa). V. Terra, Palacete Valmor, na Av. República (Lisboa).		
1907	Morte de Hintze Ribeiro. Greve Académica em Coimbra.	Animatógrado do Rossio (Lisboa). V. Terra, Liceu Camões.		
1908	Assassínio do Rei D. Carlos e de D. Luís Filipe. Rei D. Manuel II. Vitória dos republicanos nas eleições municipais de Lisboa. Primeira Câmara Republicana (presidente Braancanp Freire).	Intervenção da SAP na reestruturação do ensino da Arquitetura. "Arquitetura Portuguesa" (-1958).		As Rendas de Bilros de Peniche são distinguidas com a Medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro.

1909	Restauração dos painéis de Nuno Gonçalves.	Marques da Silva, Teatro S. João (Porto).	1 de Outubro - toma posse como presidente da Câmara, Joaquim de Barros Valla, cargo que exerce até 31 de Dezembro de 1913.
1910	Proclamação da República. Exílio da família real.	Marques da Silva e A. Alves Sousa, Monumento à Guerra Peninsular (Porto).	
1911	Assembleia Constituinte. Presidente da República, Manuel de Arriaga (-1915). São criadas as Universidades de Lisboa e Porto, e criada uma Faculdade de Letras na Universidade de Coimbra. Recenseamento da população portuguesa, 5950056 habitantes. 80% trabalha na agricultura e 75% era analfabeta. São extintas as Academias de Belas-Artes e substituídas pelos Conselhos de Arte e Arqueologia.	Reforma do ensino da Escola de Belas-Artes de Lisboa e Porto. Substitui-se o curso Geral de Desenho por um curso preparatório dos cursos especiais de Arquitetura, Escultura e Pintura.	
1912	Distúrbios em Lisboa conducentes à instauração do estado de sítio.	R. Carvalheira, Sanatório da Parede. Raul Lino, Casa do Cipreste (Sintra). Arquiteto José Luís Monteiro nomeado diretor da EBAL, substituindo o Professor Escultor Simão de Almeida.	
1913	1º governo de Afonso Costa. É criado o Ministério da Instrução Pública. Criação da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito. Inauguração da sede da SNBA.		
1914	Governo chefiado por Bernardino Machado. Início da Primeira Guerra Mundial. M. Sá-Carneiro, "Confissão de Lúcio".	Marques da Silva, Armazéns Nascimento (Porto). Decreto, concedendo autonomia administrativa às Escolas de Belas-Artes de Lisboa e Porto.	2 de Janeiro - toma posse como presidente da Câmara, Joaquim Maria Freire d'Andrade, cargo que exerce até 11 de Agosto de 1919.
1915	Ditadura de Pimenta de Castro. Os vereadores da Câmara Municipal de Lisboa são intimados a ceder lugar à comissão Administrativa nomeada pelo governo. "Orpeu". Amada, "Manifesto Anti-Dantas".		
1916	Portugal participa na Guerra. Exposição de Amadeo. Morte de M. Sá-Carneiro.		
1917	Ditadura de Sidónio Pais (-1918). Primeira aparição em Fátima de Nossa Senhora aos três pastorinhos. Devido às greves constantes é declarado o estado de sítio em Lisboa e arredores. O presidente da República Bernardino Machado, é destituído.	Raul Lino, Loja Gardénia (Lisboa).	Partem para França e África, integrados no Corpo Expedicionário Português, vários naturais de Peniche, ao mesmo tempo que a Fortaleza acolhe alguns prisioneiros de guerra alemães.
1918	Afonso Costa parte em exílio. Armistício. Assassínio de Sidónio Pais. Canto e Castro é eleito Presidente da República, A Biblioteca Nacional torna-se a única depositária legal de todas as publicações impressas. Mortes de Amadeo (1887) e de Santa Rita Pintor (1889).	Raul Lino, "A Nossa Casa". Remodelação do ensino das Escolas de Belas-Artes de Lisboa e Porto.	

1919	Sedição monárquica. Novos governos democráticos. António José de Almeida é eleito Presidente da República. Aquilino Ribeiro, "Terras do Demo".	Mortes de V. Terra (1866) e de R. Carvalheira (1864). Início da Construção do Bairro Social do Arco do Cego (Lisboa). M. da Silva, prédio A Nacional (Porto).	12 de Agosto - toma posse como presidente da Câmara, João Baptista da Conceição, cargo que exerce até 31 de Dezembro de 1922.
1920	Movimentos grevistas e tumultos em todo o país, "revoltas da fome". O ministro das finanças afirma que o país está "sem recursos necessários para comprar o pão nosso de cada dia". A. Sérgio, "Ensaio" (1ª. vol.).		
1921	Instabilidade política com sucessivos governos no mesmo ano. "Noite sangrenta", são assassinados António Grandó entre outros. "Seara Nova". "Diário de Lisboa".		
1922	Gago Coutinho e Sacadura Cabral, travessia aérea do Atlântico.	C. Ramos, fachada prédio Havas. F. Oliveira Ferreira, Casa Inglesa (Porto).	
1923	Manuel Teixeira Gomes é eleito presidente da república. Crise financeira. Morte de Gueussa Junqueiro.		2 de Janeiro - toma posse como presidente da Câmara, José Nunes Ferreira Tavares, cargo que exerce apenas até 5 de Abril. 9 de Abril - toma posse como presidente da Câmara, Jacob Baptista Ribeiro Guizado, cargo que exerce até 22 de Janeiro de 1925.
1924	Morte de Teófilo Braga. Confrontos violentos entre a Polícia, o Exército e a GNR, em Lisboa. Duas tentativas de golpe radical e comunista em Lisboa.	Raul Lino, Tivoli (Lisboa).	A Carminha, de Manuel Farto, é a primeira traineira a motor do Porto de Peniche.
1925	O estado de sítio é declarado em todo o país, Bernardino Machado é eleito Presidente da República. Primeiras emissões de rádio em Portugal.	Proíbe-se o uso de título de arquiteto ou exercício da respetiva profissão sem que se possua o diploma de uma das duas Escolas de Belas Artes. Cristino, projeto do Capitólio em Lisboa. Publicação do Regulamento da Escola de Belas-Artes de Lisboa.	29 de Janeiro - toma posse como presidente da Câmara, Faustino da Gama da Costa Leal, cargo que exerce até 31 de Dezembro do mesmo ano.
1926	Ditadura Militar (28 de Maio)	Decreto, que modifica o ensino de várias disciplinas da Escola de Belas-Artes de Lisboa. Decreto que estabelece que o curso das escolas industriais dispense o exame de admissão para a matrícula no 1º ano do curso preparatório das Escolas de Belas-Artes.	2 de Janeiro - toma posse como presidente da Câmara, Joaquim de Barros Valla, cargo que exerce apenas até 8 de Setembro. 9 de Setembro - toma posse como presidente da Câmara, Eduardo Eller Caldas Pereira, cargo que exerce até 10 de Março de 1929.
1927	"Presença" (-1940)	Pardal Monteiro, Instituto Superior Técnico (projeto). Carlos Ramos, projeto do instituto de Oncologia. "Arquitectura" (-1973).	
1928	Eleição de Óscar Carmona para Presidente da República. Oliveira Salazar - ministro das Finanças. Previsão de saldo positivo de 275 000 contos, para 1928-1929, no Orçamento de Estado. "Civilização" (-1936). "Notícias Ilustrado" (-1952).	Pardal Monteiro, Estação do Cais do Sodrê (Lisboa).	

1929	Queda do Governo. Governo de Ivens Ferraz. Lançamento da "Campanha do Trigo".	Raul Lino, "A Casa Portuguesa". Arquiteto José Luís Monteiro, professor da cadeira de arquitetura e diretor da EBAL, sai por motivo de limite de idade. Arquiteto João António Piloto nomeado diretor da EBAL, substituindo o Professor Arquiteto José Luís Monteiro.		11 de Março - toma posse como presidente da Câmara, António Maria de Oliveira, cargo que exerce até 16 de Julho de 1930.
1930	Queda do governo de Ivens Ferraz e formação do governo do general Domingos de Oliveira. Morte de Raúl Brandão.	Cassiano Branco, Éden (projeto -1937). Pardal Monteiro, "Ford". Rogério de Azevedo, garagem do "Comércio do Porto". (-1932)		A energia eléctrica chega à Vila de Peniche; O Concelho de Peniche tem 16 019 habitantes.
1931	Greves e manifestações de estudantes. Manifestações em Lisboa e Porto contra a ditadura. Manifestações em Lisboa e Porto de apoio à ditadura. Detenção de oposicionistas pela Polícia de Informações.	Concurso dos edifícios para liceus. Marques da Silva, Casa de Serralves (Porto). Nomeação de uma comissão para a reorganização do ensino das Escolas de Belas-Artes. Decreto, que aprova o regulamento do ensino artístico, com cursos especiais e superiores de Arquitetura, Escultura e Pintura. Professor Dom José da Silva Pessanha nomeado diretor da EBAL, substituindo o Professor Arquiteto João António Piloto.	Publica: "As Belas-Artes nas Festas Públicas em Portugal".	
1932	Governo de Oliveira Salazar (-1968). Prisões de anarquistas e sindicalistas em Lisboa.	Decreto, que aprova e manda por em execução o regulamento do ensino artístico, a ministrar nas Escolas de Belas-Artes.		
1933	Constituição. Criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE). Criação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). António Ferro diretor do SPN. Cottinelli Telmo, "Canção de Lisboa".	Criação do Sindicato Nacional de Arquitetos, Organização corporativa de inscrição obrigatória.	Publica: "Preâmbulo da Colecção de Planos de Extensão, de Regularização e Embelezamento de Vilas e Cidades"; Publica: "Mafra, Um Plano de Regularização e de Embelezamento da Vila".	29 de Julho - toma posse como presidente da Câmara, Armando Sampaio sena, cargo que exerce até 25 de Janeiro de 1939.
1934	Crise política que se salda pelo reforço do poder de Salazar. Criação do Concelho Corporativo e regulamentação do Funcionamento da Câmara Corporativa. F. Pessoa, "Mensagem". "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira" (-1960).	Criação da comissão de estética da Cidade (Lisboa). Jorge Segurado (Casa da Moeda - 1936). C. Ramos, proj. para concurso do Rossio. Duarte Pacheco cria os Planos Gerais de Urbanização	Publica: "Trabalhos Escolares da Checo -Eslováquia".	O Forte de Peniche é entregue à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), posteriormente designada Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE).
1935	Reeleição de Óscar Carmona para Presidente da República. Diploma conferindo poderes ao Governo para afastar da Função Pública aos funcionários que não dessem garantias de fidelidade ao regime. Expulsão do ensino Superior de 33 professores oposicionistas. Morte de Fernando Pessoa. I Exposição de Arte Moderna do SPN.	1º concurso do monumento ao infante D. Henrique, em Sagres: Arq. Rebêlos de Andrade premiados. Professor Dr. João Barreira nomeado diretor da EBAL, substituindo o Professor Dom José da Silva Pessanha.	Publica: "A Estética de Lisboa (da Urbanização da Cidade)"; Vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa (-1937); Deputado da Assembleia Nacional (-1936).	
1936	Instituição da Mocidade Portuguesa. Legislação sobre a declaração "anticomunista" condicionando a admissão à Função Pública. II Exposição de Arte Moderna do SPN. Exposição de Arte Moderna da SNBA. Exposição dos Artistas Modernos Independentes.	Pardal Monteiro, proj. do edifício do Instituto Nacional de Estatística e proj. do edifício do Diário de Notícias (Lisboa). Comissão encarregue de colaborar na reforma da Escola de Belas-Artes. Professor Virgílio César Lemos nomeado diretor da EBAL. Arquiteto Luís Alexandre da Cunha nomeado diretor da EBAL.	Publica: "Serviço de Limpeza Urbana (do Município de Lisboa)"; Publica: "Serviços Sanitários (do Município de Lisboa)".	

1937	Atentado anarquista contra Salazar. Ação policial que praticamente desarticula o PCP. Morte de Afonso Costa.	Keil do Amaral, pavilhão na Exposição de Paris. Cassiano Branco, Cinema Éden (inauguração).		
1938	Duarte Pacheco ministro das Obras Públicas e presidente da Câmara Municipal de Lisboa (-1943). Almada Negreiros, "Nome de Guerra".	Início da publicação da revista "Arquitectos", órgão oficial da SNA. Pardal Monteiro, Igreja de N.ª Sr.ª de Fátima (inauguração). Início do plano De Groer (-1948). 2º concurso do monumento ao infante D. Henrique, em Sagres, premiados C. Ramos, Leopoldo de Almeida e Almada.	Publica: "Lisboa, Alcântara / Alvito, Extensão Noroeste da Cidade".	
1939	Início da II Guerra Mundial, com a adesão da Alemanha à Polónia. Nota oficiosa declarando a neutralidade portuguesa perante a guerra. Conferências de Arnaldo Ressano contra a participação de artistas modernos na Exposição do Mundo Português, em 1940.			16 de Janeiro - toma posse como presidente da Câmara, João Mendes Madeira (sobrinho), cargo que exerce até 5 de Julho do mesmo ano. 6 de Julho - toma posse como presidente da Câmara Luís Pedroso da Silva Campos, cargo que exerce até 30 de Outubro de 1941.
1940	Assinatura da Concordata e do Acordo Missionário com a Santa Fé. Início da reorganização do PCP. Amada, frescos do "Diário de Notícias". F. Franco, estátua equestre de D. João IV. Restauração do Teatro S. Carlos.	Exposição do Mundo Português. Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida Padrão das Descobertas (Lisboa). Carlos Ramos professor na Escola de Belas-Artes do Porto.	Publica: "A Arquitectura em Portugal nas Grandes Épocas Históricas".	A Vila de Peniche tem 9 790 habitantes.
1941	Declaração de apoio ao ataque alemão à União Soviética por parte de Legião Portuguesa.	Exposição de Arquitectura do II Reich.	Publica: "Da Educação Estética na Formação da Juventude"; Publica: "Caldas da Rainha, Um Plano de Extensão, de Regularização e de Embelezamento da Cidade".	27 de Novembro - toma posse como presidente da Câmara, José Bonifácio da Silva, cargo que exerce até 8 de Fevereiro de 1945.
1942	Reeleição de Óscar Carmona para presidente da República. Salazar critica a aliança anglo-Soviética e as democracias em geral. Grande movimento grevista na região de Lisboa. F. Pessoa, "Obras Completas" (1ª. vol).	Keil do Amaral, "A Arquitectura e a Vida". Pardal Monteiro, Estação Marítima de Alcântara (Lisboa). Morte de José Luís Monteiro (1848).		
1943	Início da nova vaga de greves na região de Lisboa e Margem Sul. Publicação do acordo luso-britânico. I Congresso (ilegal) do PCP. Morte de Duarte Pacheco.		Publica: "História da Arquitectura Primitiva em Portugal: Monumentos Dolmênicos"; Publica: "Peniche, Um Plano de Extensão, de Regularização e de Embelezamento da Vila".	
1944	O "Secretário Nacional de Informação, Cultural Popular e Turismo" (SNI) substitui o SPN. Nova vaga de greves na região de Lisboa e arredores, até Vila Franca de Xira. Nova legislação reforça o regime de censura.			
1945	Fim da Segunda Guerra Mundial, manifestações espontâneas nas ruas comemorando a vitória dos Aliados. A PVDE passa a chamar-se Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). Contestação do regime: MUD. Almada, Frescos da Gare de Alcântara.	Pardal Monteiro, Estação Marítima Rocha Conde de Óbidos (Lisboa). Cottinelli Telmo, Standard Eléctrica (Lisboa) Keil do Amaral, proj. para o Parque Eduardo VII, em Lisboa (-1949). Decreto, criando em Lisboa e Porto as Cadeiras de Urbanologia e de Projetos e Obras de Urbanização.		23 de Fevereiro - toma posse como presidente da Câmara, José da Mota Coutinho Garrido, cargo que exerce até 21 de Julho de 1949; Iniciou-se a construção do porto de abrigo, com o prolongamento do molhe Oeste e o início das obras no molhe Leste.

1946	Comemorações do "31 de Janeiro": manifestações em Lisboa e Porto, exigindo a instauração de um regime democrático. Manifestações contra o regime no funeral de Abel Salazar.	Arquiteto Carlos Ramos nomeado professor da cadeira de Urbanologia da EBAL.	Bairro da Encarnação. Nomeado professor da cadeira de Projetos e Obras de Urbanização da EBAL.
1947	Greve, violentamente reprimida, dos operários dos estaleiros navais. Repressão no Ensino Superior. Expulsão do ensino de 21 professores universitários por "delírio de opinião".	Morte de Marques da Silva (1869). ODAM (Porto)	
1948	Ilegalização do MUD, com a prisão de toda a sua comissão central e da comissão distrital de Lisboa. Julgamento de mais de cem cidadãos, em Lisboa, sob a acusação de fazerem propaganda subversiva. Almada, Frescos na Gare da Rocha.	Morte de Adães Bermudes (1846). 1º Congresso Nacional de Arquitetura. Conclusão do plano de Groer (1938). Morte de Cottinelli Telmo (18979). Professor Carlos Ramos rescinde o contrato com a EBAL.	11 de Janeiro: Tomou posse do cargo de Professor da 15ª Cadeira Urbanologia, para que foi nomeado por convite e em comissão de serviço. (D.G. II Série, n.º 134, de 11 de Junho de 1948).
1949	Campanha eleitoral de Norton de Matos. Início do quarto mandato presidencial de Carmona. Egas Moniz recebe o prémio nobel da medicina. Admissão na OTAN. I Exposição de Os Surrealistas.	Keil do Amaral é presidente do Sindicato dos Arquitetos.	19 de Fevereiro: Nomeado diretor da EBAL, por portaria de 10 de Fevereiro de 1949, (D.G. II Série, n.º 41, de 19 de Fevereiro de 1935), substituindo o Professor Arquiteto Luís Alexandre Cunha; Publica: "A Cor de Lisboa: Depoimentos dos amigos de Lisboa". 4 de Agosto - toma posse como presidente da Câmara, António da Conceição Bento, cargo que exerce até 31 de Julho de 1961.
1950	Protestos do Movimento Nacional Democrático (MDN) contra a vaga de prisões políticas. A. Ferro, sai do SNI. Protestos da Comissão Interassociações de Estudantes contra a proibição da Semana Universitária.	Fernando Silva, Cinema S. Jorge. N. Teotónio Pereira, Igreja de Águas (Penamacor). A Escola de Belas-Artes de Lisboa passa a chamar-se Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa.	
1951	Morte do presidente da República, Óscar Fragoso Carmona. Eleição de Craveiro Lopes, candidato da União Nacional. Os estudantes de Coimbra decidem criar o dia do Estudante.	J. Segurado, Capela de São Gabriel, (Vendas Novas).	
1952	Julgamento de Henrique Galvão e de outros oficiais acusados de implicação na preparação de um golpe militar.	C. Ramos, diretor da Escola de Belas-Artes do Porto. Raul Chorão Ramalho, proj. do Centro Comercial do Restelo (Lisboa).	
1953	É dissolvida pelo Governo a Associação dos Estudantes de Medicina.	Congresso Internacional UIA em Lisboa.	
1954	A. Bessa Luís, "Sibila". Almada Negreiros "Retrato de F. Pessoa". I Salão de Arte Abstrata. Revista "Ver" (-1955).	Ruy Atouguia e Formosinho Sanches, Bairro das Estacas (Lisboa).	
1955	Vaga de prisões políticas, com grande incidência no Norte. Portugal é admitido na ONU.	Início do inquérito à arquitetura regional portuguesa (-1960). N. Teotónio Pereira e B. Costa Cabral, Bloco das Águas Livres (Lisboa). Programação Urbanística dos Olivais-Norte (Lisboa). J. C. Loureiro, Pavilhão dos desportos (Porto).	

1956	Protestos de jornalistas e advogados contra a censura. Morte de António Ferro. Exposição de Amadeo no Porto. Cria-se a Fundação C. Gulbenkian. Retrospectiva de Dórdio Gomes (Évora). Exposição de Arte Portuguesa na Royal Academy (Londres).	Laginha, Pedro Cid e João Esteves, Av. Estados Unidos (Lisboa). Alberto Pessoa, Hernâni Gandara e Abel-Manta, Av. Infante Santo (Lisboa). Keil do Amaral, Feira das Indústrias (Lisboa).	
1957	Tentativa governamental de tutelar as associações de estudantes (Dec. - Lei n.º 40900). I Exposição Gulbenkian. Almada Negreiros, trabalhos na Cidade Universitária (-1961).	Morte de Pardal Monteiro (1897). 3.º concurso do monumento ao infante D. Henrique, em Sagres, premiado J. Andresen. Decreto, aprovando o regulamento da ESBAL, que cria uma orgânica para os cursos de Pintura, Escultura e Arquitetura. A EBAL é considerada extinta.	16 de dezembro - Nomeado Professor vitalício do 2.º Grupo. (D.G. II Série, n.º 292 de 16 de Dezembro de 1957).
1958	Campanha eleitoral de Humberto Delgado. Anúncio oficial da vitória eleitoral de Américo Thomaz para a presidência de República. Américo Tomás é eleito presidente da república. Salão de Arte Moderna SNBA.	Termina a revista "Arquitectura Portuguesa" (1908-). Conclusão do Plano Diretor de Lisboa do GTU. Siza Vieira, Casa de Chá da Boa Nova em Leça da Palmeira (-1963).	Publica: "Lisboa, Extensão Nordeste da Cidade".
1959	Exílio de Humberto Delgado no Brasil. Vaga de prisões em todo o país. Inauguração do Metropolitano de Lisboa. Exposição de Amadeo em Lisboa. Monumento ao Cristo-Rei (Almada).	Criação do Gabinete Técnico de Habitação Siza Vieira, proj. do Monumento de Calafates (Porto).	1º número "Boletins da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa"
1960	Adesão ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Fundo Monetário Internacional (FMI). Concurso da ponte sobre o Tejo. F. George presidente da SNBA.	Concurso projeto da sede da Fundação Gulbenkian. Programa urbanístico dos Olivais Sul (Lisboa). Vinda do urbanista R. Auzelle. I Colóquio sobre Problema da Habitação.	3 de Janeiro - Fuga de Álvaro Cunhal (1913-2013) da cadeia do Forte de Peniche, na qual esteve preso duas vezes e onde passou quatro anos em regime celular; O Concelho de Peniche tem 22 200 habitantes.
1961	Assalto ao paquete Santa Maria por Henrique Galvão e os seus companheiros do DRIL. Início das operações militares no Ultramar. Condenação da política colonial portuguesa por parte da ONU. A União Indiana anexa o estado da Índia. II Exposição Gulbenkian. Primeiras pinturas de Paula Rego em Lisboa.	Publicação da obra "Arquitectura Popular em Portugal", edição da SNA). Pardal Monteiro e Januário Godinho, Biblioteca Nacional (Lisboa). Siza Vieira, Piscinas de Leça em Matosinhos (-1967).	21 de Agosto - toma posse como presidente da Câmara, Vitor João Albino de Almeida Baltazar, cargo que exerce até 11 de Agosto de 1969.
1962	Grandes manifestações de rua, de cunho operário, com violentos confrontos com a polícia, em Lisboa e outras localidades. Assalto policial à sede da Associação Académica de Coimbra. Greve aos exames, a que em Lisboa se segue a ocupação da cantina universitária por estudantes e professores. Centenas de estudantes são presos. Início das exposições itinerantes da Fundação C. Gulbenkian.	Concurso da Igreja Sagrado Coração (-1970). Frederico George, Museu da Marinha (inauguração).	2 de Janeiro - CMP, em reunião, honra o Arquiteto Paulino Montez ao dar à nova artéria de Peniche, aberta no prolongamento da Travessa da Ponte, o nome de "Rua Arquitecto Paulino Montez".

1963	Morte de Aquilino Ribeiro. VI e último Salão Arte Moderna da SNBA. Galeria 111.	Conceição Silva, Hotel do Mar (Sesimbra). Carlos Ramos e M. Tainha, anteprojetos do novo edifício da ESBAL.	
1964	Conceição Silva presidente da SNBA (-1970).	N. Portas, prémio Crítica de Arte de FCG e "Arquitectura para Hoje".	
1965	Prisão de vários estudantes de Lisboa e Coimbra pela PIDE. Protestos dos estudantes contra as prisões e torturas infligidas aos seus colegas. Assassinato de Humberto Delgado e da sua secretária, em Espanha, pela PIDE. Exposições "100 Anos de Arte Francesa" e "Arte Moderna Brasileira". Ultimo (61º) Salão Primavera da SNBA.	Manuel Tainha, Escola de Regentes Agrícolas (Évora).	Abril - Inauguração da delegação da PIDE em Peniche, onde é acentuada a vigilância sobre o Forte, os familiares dos presos e a população de Peniche, na qual de manifestavam fortes sentimentos antifascistas.
1966	Inauguração da ponte sobre o Tejo. Exposições de Arte Moderna Italiana e de "45 Anos de Arte Belga". J. A. França, "A Arte em Portugal no Século XIX" (2 vol.).	Carlos Loureiro e Pádua Ramos, edifício de habitação (Aveiro).	Último número: "Boletins da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa".
1967	Exposição arte portuguesa do naturalismo até aos nossos dias (Bruxelas, Paris, Madrid).	Plano Director de Lisboa. Sérgio Gomes, edifício do Ministério das Corporações, na Praça de Londres em Lisboa (inauguração). Silva Dias, Plano para o Bairro de Chelas (Lisboa).	3 de Dezembro - abandona o cargo de Diretor e professor do 2º grupo da ESBAL, por motivo de limite de idade.
1968	Repressão policial dos protestos estudantis contra a comissão administrativa imposta à Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências. Oliveira Salazar adoece gravemente. Governo de Marcello Caetano. Criação do Fundo de Fomento da Habitação. Contestação estudantil, em Lisboa, o governo manda encerrar o Instituto Superior Técnico. É decretado pela academia de Lisboa o "luto académico".	Nuno Portas, "A Cidade como Arquitectura". Colóqui Internacional de Salvaguarda da Paisagem e Sítios Históricos (Lisboa).	
1969	Início da greve estudantil da Universidade de Coimbra. Condenação da presença de Portugal nas colónias pelo Comité de Descolonização da ONU. Escola IADE.	Morte de Carlos Ramos (1897). Encontro Nacional de Arquitectura. Pedro Cid, Rui Atouguia, Alberto Pessoa e Ribeiro Tels, Sede da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa (inauguração).	11 de Setembro- toma posse como presidente da Câmara, Francisco de Jesus Salvador, cargo que exerce até 2 de Maio de 1974.
1970	Manifestações e protestos em Lisboa, contra as guerras coloniais portuguesas e do Vietname. Morte de Oliveira Salazar. Morte de Almada Negreiros (1893). Morte de Reinaldo dos Santos.	Morte de Cassiano Branco (1898). N. Teotónio e N. Portas, inauguração da Igreja do Sagrado Coração (Lisboa). Fernando Silva, edifício Philips, Amoreiras (Lisboa). J. Godinho e J. Andresen, Palácio da Justiça (Lisboa). Atelier Conceição Silva proj. de T. Taveira, Hotel da Balaia (Algarve).	

1971	Criação do Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Área de Sines. Portugal abandona a UNESCO.	Fernando Silva, edifícios Sheraton-Avos, primeiros arranha-céus em Lisboa. N. Teotónio, prédio Rua Castilho "Franjinhãs" (Lisboa). N. Teotónio, N. Portas e Ribeiro Teles, plano do Restelo em Lisboa (-1972). T. Taveira, conjunto habitacional de Chelas em Lisboa (-1981). Siza Vieira, filial do Banco Pinto & Sotto Mayor em Oliveira de Azeméis (-1974).		
1972	Encerramento policial das instalações da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras. Invasão policial do ISCEF e do IST. Reeleição de Américo Thomaz como presidente da república. É criado o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Lisboa). A H. Oliveira Marques, "Historia de Portugal" (-1974). Primeiros quadros de Picasso e de Klee em exposição para venda em Lisboa e Porto (Gal. Dinastia).	Atelier Conceição silva proj. de T. Taveira, edifício Castil.		
1973	Demissão de 12 funcionários públicos que participaram na vigília anticolonialista e pala paz da Capela do Rato. Renúncia ao mandato de deputados na Assembleia Nacional, por Francisco Sá Carneiro e Miller Guerra. Ao longo desse ano serão seguidos pela maioria dos deputados da "ala liberal". Manifestações anticolonialistas em Lisboa.	Concurso para a urbanização de Vila-moura. Fernando Távora, Gomes Fernandes, Siza Vieira e Viana do Lima, Início da recuperação do Barredo no Porto (-1974). Atelier Conceição Silva, com T. Taveira e outros, Hotel de Tróia.		
1974	Queda do "Estado Novo", (25 de Abril). Primeiro-Ministro Plama Carlos. Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. Universidade Nova de Lisboa. Primeiras nacionalizações. Reestruturação de Vários organismos culturais.	Morte de Raul Lino (1879). Criação do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Ateleir de Maurício de Vasconcelos, edifício da SPA (Lisboa). Silva Dias, Conjunto habitacional do Alto Zambujal (Lisboa). siza Vieira, habitações sociais SAAL em São Victor, Porto (-1979).	Publica: "Do Ensino Técnico Profissional"; Publica: "Das Belas-Artes nos Serviços do Estado".	11 de Maio - toma posse como presidente da Câmara, José António Ferreira, cargo que exerce até 6 de Novembro do mesmo ano. 22 de Novembro - toma posse como presidente da Câmara, Carlos Norberto Freitas Mota, cargo que exerce até 31 de Dezembro de 1976.
1975	Primeiro-Ministro Pinheir de Azevedo. Portugal regressa à UNESCO.	Morte de Keil do Amaral (1910). Rodrigo Rau, Augusto Pita, Leopoldo Criner, Sérgio Melo, Nuno Simões, Gabriela Tomé e outros, conjunto habitacional das Telheiras em Lisboa (-1976). Siza Vieira, habitações sociais SAAL, Bouça II, Porto (-1977). J. Charters Monteiro, J. Sousa Martins e outros, Plano Integrado de Setúbal (-1981).	15de Junho: morre Úrsula Peres Y Leiro Pereira Montez.	
1976	Primeiro-Ministro Almeida e Costa. Primeiro-Ministro Mário Soares. Constituição da II República. General Ramalho Eanes, 1º Presidente constitucional da 1ª República. Morte de Dordio Gomes (1890).	Morte de Cristino da Silva (1896). Hestnes Ferreira, Liceu de Benfica (Lisboa). Fernando Távora, Pousada do Convento da Costa em Guimarães (-1985).	Publica: "Praias do Concelho de Peniche. Baleal, Consolação e S. Bernardino. Planos Gerais de Extensão e de Regularização".	

1977		Portaria que aprova o Plano Diretor de Lisboa. Siza Vieira, Bairro da Malagueira em Évora (-1997).	Publica: "Esculturas de Úrsula Montez"; Publica: "Lisboa, Vale de Alcântara, Zona do Lanço Noroeste do Aqueduto das Águas Livres".	5 de Janeiro - toma posse como presidente da Câmara, Jerónimo Freixo Lúcio Barbosa, cargo que exerce até 16 de Março do mesmo ano. 17 de Março - toma posse como presidente da Câmara, José Maria da Silva Cruz, cargo que exerce até 7 de Junho de 1978.
1978	Primeiro-Ministro Nobre da Costa. Primeiro-Ministro Mota Pinto. Morte de Jorge de Sena. Exposição de Arte Moderna Portuguesa em Londres.	Aprovação dos estatutos da Associação dos Arquitetos Portugueses. Siza Vieira, agência dos Bancos Borges & Irmão, Vila do Conde (-1986).	Publica: "Praias da Costa do Sol. Oeiras, Carcavelos, Parede, S. Pedro, S. João, Estoril-Monte, Cascais: Traçados de Planos Gerais"; Publica: "Peniche. Plano Geral da Península, Plano de Pormenor da Zona Central, Plano Geral do Sítio dos Remédios".	21 de Junho - toma posse como presidente da Câmara, António Assaltino Rosa Alves, cargo que exerce até 31 de Dezembro de 1979.
1979	Primeira-Ministra Maria de Lurdes Pintasilgo. Decreto-Lei criando o Museu N. de Arte Moderna no Porto. Anuncia-se a criação do Centro de Arte Moderna Gulbenkian.	1º Congresso da Associação dos Arquitetos Portugueses, no Porto. J. Teles Grilo, centro assistencial em Boticas. (-1981). António Braga e João Paulo Conceição, Mesquita de Lisboa (-1985). Gonçalo Byrne e Reis Cabrita, Edifício "Pantera Cor-de-rosa" (Lisboa). O departamento de Arquitetura separa-se da ESBAL e é integrado na Universidade Técnica de Lisboa, como Faculdade de Arquitetura.		
1980	Eleição do Primeiro-Ministro Sá Carneiro. Morte do Primeiro-Ministro Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e acompanhantes, num acidente de viação. Primeiro-Ministro interino Freitas do Amaral. Reeleição do Presidente Ramalho Eanes. M. Oliveira, "Amor de Perdição".	Manuel Salgado e outros, edifício da Caixa Geral de Depósitos na Rua Castilho (Lisboa). Eduardo Souto de Moura, mercado de Braga (-1984). Siza Vieira, casa Avelino Duarte em Ovar (-1984).		4 de Janeiro - toma posse como presidente da Câmara, Luís Alberto de Matos Almeida, cargo que exerce até 31 de Dezembro de 1982.
1981	Eleição do Primeiro-Ministro Pinto Balsemão (-1983). M. Oliveira, "Francisca". Jornal "J.L."	Início da publicação do "Jornal Arquitectos". Luís Cunha, centro Psicogeriátrico da Parede (-1985). Eduardo Souto Moura, "Casa das Artes", Porto (-1984).		O Concelho de Peniche tem 25 627 habitantes.
1982		Tomás Taveira, Quinta das Olaias (Lisboa). Concurso de Urbanização do Martim Moniz (Lisboa).		
1983	Eleição do Primeiro-Ministro Mário Soares (-1985). J. Saramago, "Memorial do Convento". Morte de Sara Afonso (1899). Inauguração da XVIII Exposição de Arte, Ciência e Cultura. Inauguração do Centro de Arte Moderna da F. C. Gulbenkian, em Lisboa.	Morte de Rogério de Azevedo. Leslie Martim, Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa (inauguração). João de Almeida, remodelação do Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa). M. Graça Dias e J. Teles Grilo, Quartel da Polícia de Chaves (-1984). Tomás Taveira, Complexo das Amoreiras em Lisboa (-1987). Eduardo Souto Moura, Casa II em Nevogilde, Porto (-1988).		4 de Janeiro - toma posse como presidente da Câmara, José Maria Malaquias Antunes, cargo que exerce até 6 de Dezembro de 1983. 13 de Dezembro - toma posse como presidente da Câmara, Maria de Fátima Mendes Serra Pata, cargo que exerce até 30 de Dezembro de 1985.
1984	Fundação da Associação Nacional de Municípios Portugueses.	Alcino Soutinho, Museu e Biblioteca de Almarante.	Publica: "O Prémio Valmor e a Evolução da Arquitectura".	

1985	Eleição do Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva (-1995). Assinatura do tratado de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Morte do escritor José Gomes Ferreira.	José Paciência, Liceu do Bombarral. Arsénio Cordeiro e Barreiros Ferreira, sede da Caixa Geral de Depósitos (Lisboa). Eduardo Souto Mora, casa na Quinta do Lago, Algarve (-1989).		
1986	Eleição do Presidente da República Mário Soares.	Nunes de Almeida, edifício Lloyds (Lisboa). Siza Vieira, Escola Superior de Educação em Setúbal (-1993). É criado o Curso de Arquitetura da Escola Superior Artística do Porto. É criado o Curso de Arquitetura da Universidade Lusíada (Lisboa).	12 de Novembro: Paulino Montez lega o seu espólio ao Município de Peniche.	3 de Janeiro- toma posse como presidente da Câmara, João Augusto Tavares Barradas, cargo que exerce até 30 de Dezembro de 1997.
1987		Inauguração do Centro de Arte Moderna - Serralves (Porto).		
1988	M. Oliveira, "Os Canibais". Morte de J. Hogam (1914). Incêndio do Chiado (Lisboa)	É criado o Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Siza Vieira, medalha de ouro da Fundação Alvar Aalto e prémio Mies Van der Rohe. Siza Vieira, biblioteca da Universidade de Aveiro (-1995).	Falece a 16 de Junho, em Lisboa, anos 90 anos de idade.	1 de Fevereiro - Peniche é elevada a Cidade
1989		É criado o Curso de Arquitetura da Universidade Lusíada (Porto e Famalhão). Concurso Internacional do Centro Cultural de Belém. Carrilho da Graça, Centro Regional de Segurança Social (Portalegre). Tomás Taveira, sede do Banco Nacional Ultramarino, na Av, 5 de Outubro (Lisboa).		
1990	Reeleição do Presidente da República Mário Soares. M. Oliveira, "Non". Morte de António Dacosta (1914).	Siza Vieira, Igreja de Santa Maria e centro paroquial de Marco de Canavezes (-1996).		
1991		Siza Vieira, Museu de Arte Contemporânea da Fundação Serralves, Porto (-1999). Siza Vieira, Reabilitação do Chiado, Lisboa (-1996). É criado o Curso de Arquitetura da Escola Superior de Gallaecia (Vila Nova de Cerveira).		O Concelho de Peniche tem 25 880 habitantes.
1992		Siza Vieira, prémio Pritzker.		
1993		É criado o Curso de Arquitetura da Universidade Lusófona (Lisboa).		
1994		A Faculdade de Arquitetura da Universidade técnica de Lisboa muda-se para o Alto da Ajuda. É criado o Curso de Arquitetura do Instituto Superior de Matemática e Gestão (Portimão). Siza Vieira, Prémio Nacional de Arquitetura. Carrilho da Graça, Escola Superior de Educação (Lisboa).		

1995	Eleição do Primeiro-Ministro António Guterres (-2002).	É criado o Curso de Arquitetura da Universidade Moderna (Lisboa). É criado o Curso de Arquitetura da Universidade Independente (Lisboa)	
1996	Eleição do Presidente da República Jorge Sampaio (-2006).	É criado o Curso de Arquitetura da Universidade Moderna (Pólo de Setúbal).	
1997		É criada a Escola de Arquitetura da Universidade do Minho.	Inaugurada no Museu Municipal de Peniche uma exposição em homenagem de Paulino Montez.
1998	Exposição internacional, Expo 98 (Lisboa).	É criado o Curso de Arquitetura do Departamento de Ciências e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa (Porto). É criado o Departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa. Siza Vieira, Pavilhão de Portugal na Expo 98 (Lisboa, Expo 98 e desenvolvimento da zona oriental da cidade de Lisboa. Inaugurada a Ponte Vasco da Gama, em Lisboa (4 de Abril). Inauguração da linha do oriente do Metropolitano de Lisboa (18 de Maio).	6 de Janeiro - toma posse como presidente da Câmara, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves, cargo que exerce até 28 de Outubro de 2005.
1999	Macau é desvolvida à China (20 de Dezembro).	É criado o Curso de Arquitetura do Instituto Superior Técnico (Lisboa). É criado o Curso de Arquitetura do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Lisboa).	
2000	Visita de João Paulo II a Portugal.	Siza Vieira e Souto Moura, pavilhão de Portugal na Expo de Hannover. Souto Moura, Estádio Municipal de Braga (-2003).	
2001			O Concelho de Peniche tem 27 312 habitantes.
2002	Eleição do Primeiro-Ministro Durão Barroso (-2004). Colapso da Ponte Hintze Ribeiro em Entre-os-Rios, Castelo de Paiva, provocando 59 mortes (4 de Março).		
2003		Siza Vieira, Centro de Estudos de Camilo, Vila Nova de Famalicão (-2005).	
2004	Realização do Campeonato Europeu de Futebol. Nomeação de Pedro Santana Lopes para Primeiro-Ministro (-2005).	Souto Moura, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Bragança (-2008). Siza Vieira, Biblioteca Municipal de Vila Nova do Castelo (-2008).	
2005	Eleição do Primeiro-Ministro José Sócrates (-2011).	Siza Vieira e Souto Moura, Serpentine Gallery Pavillion, Londres. Souto Moura, Casa das Histórias Paula Rego, Cascais (-2009).	28 de Outubro - toma posse como presidente da Câmara, António José Ferreira Sousa Correia, cargo que exerce até ao atual momento.
2006	Eleição do Presidente da República Aníbal Cavaco Silva (-2016).		
2007			

2008

Souto Moura, Coliseu de Viana do Castelo.
Siza Vieira, nova sede da Fundação Iberê Camargo, Porto Alegre, Brasil.
Siza Vieira e António Novais Madureira, Edifício Parque Navegantes, Porto.
Siza Vieira, Complexo Desportivo em Gondomar.

2009

2010

2011 Governo pede ajuda financeira à Troika. Eleição do Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho.

Souto Moura, Prémio Pritzker.

24 de Setembro - Inaugurada no Museu Municipal de Peniche, a exposição "Paisagens Urbanas: o legado do Arquiteto Paulino Montez em Peniche".

O Concelho de Peniche tem 27 753 habitantes.

2012

Siza Vieira, Piscina na Quinta de Santo Ovídio, Lousada, Portugal.

2013

2014

Anexo C
Catalogação das cartas

RESUMO DA CATALOGAÇÃO DAS CARTAS ANALISADAS

Nº	Carta	Fonte	Ano
1	Carta Militar de Portugal	Instituto Geográfico do Exército	1937
2	Peniche: Planta Aerofotogramética	Câmara Municipal de Peniche	1940
3	Planta cadastral	Instituto Geográfico Português	[1950]
4	Planta cadastral	Câmara Municipal de Peniche	2014
5	Consolação: Planta Aerofotogramética	Museu Municipal de Peniche	1944
6	Extracto do plano	Arquitectura (1931)	[1931]
7	Estudos de Urbanismo em Portugal: Peniche	Montez (1943)	1942
8	Plano de Urbanização da Vila de Peniche	Museu Municipal de Peniche	[1953]
9	Traçado do Plano de Urb. do Istmo do Peniche	Arquivo do jornal: A voz do mar	[1957]
10	Estudos de Urbanismo em Portugal: Peniche	Montez (1978)	1974
11	Praia do Baleal: Ante-Plano de Urbanização	Museu Municipal de Peniche	[1950]
12	Estudos de Urbanismo em Portugal: Baleal	Montez (1976)	[1950]
13	Plano de Urbanização da Praia do Baleal	Museu Municipal de Peniche	[1950]
14	Estudos de Urbanismo em Portugal: Consolação	Montez (1976)	[1950]
15	Plano de Urbanização da Praia da Consolação	Museu Municipal de Peniche	[1950]
16	Estudos de Urbanismo em Portugal: S. Bernardino	Montez (1976)	[1950]
17	Plano de Urbanização da Praia de S. Bernardino	Museu Municipal de Peniche	[1950]

FICHA CARTOGRÁFICA Nº 1

Carta Militar de Portugal

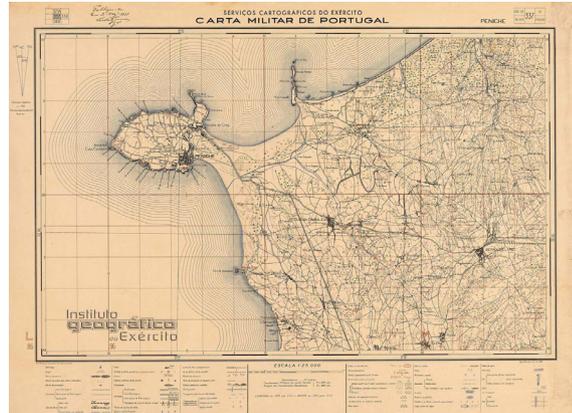
AUTOR: Instituto Geográfico do Exército

ESCALA: 1 / 25 000

DATA A QUE SE REFERE: 1937

NOTAS: Esta carta encontra-se on-line no site do Instituto Geográfico do Exército: <http://www.igoe.pt/cartoteca/bibliopac/bin/wxis.exe/cartoteca/bibliopac/> (acedido a 17 de Abril de 2014, não se encontrando à data disponível).

FONTE: Instituto Geográfico do Exército



FICHA CARTOGRÁFICA Nº 2

Peniche: Planta Aerofotogramétrica

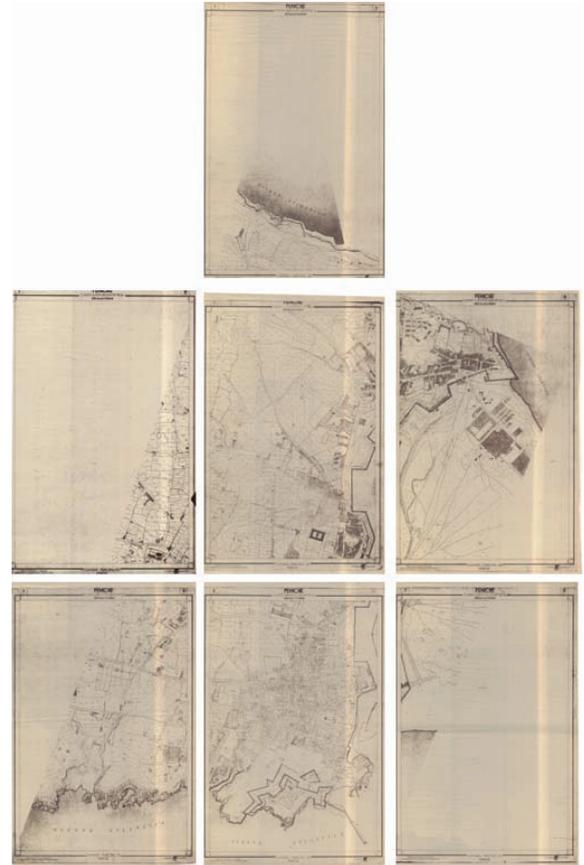
AUTOR: Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos

ESCALA: 1 / 1 000

DATA A QUE SE REFERE: [1940]

NOTAS: Foi cedida pela CMP uma cópia digital desta carta. A original da mesma foi consultada no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da CMP.

FONTE: Carta cedida pela Câmara Municipal de Peniche, no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística.



FICHA CARTOGRÁFICA Nº 3 (A,B,C)

Planta cadastral

AUTOR: Instituto Geográfico e Cadastral

ESCALA: 1:2000

DATA A QUE SE REFERE: [1950]

NOTAS: Datou-se estas cartas como sendo dos anos 50 porque comparando-as com o Ante-Plano do Baleal elaborado por Paulino Montez (1950), onde é perceptível o desenho original do território sobre o qual foi desenhado o plano, esse desenho coincide com o destas cartas.

São compostas por diferentes secções que para este trabalho foram montadas.

FONTE: Estas cartas encontra-se on-line no site em: http://www.dgterritorio.pt/cadastro/cadastro_geometrico_da_propriedade_rustica_cgpr_/consultar_seccoes_cadastrais/



FICHA CARTOGRÁFICA Nº 4

Planta cadastral

AUTOR: não identificado

ESCALA: real

DATA A QUE SE REFERE: 2014

NOTAS: Foi cedida pela Câmara Municipal de Peniche, no Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, uma cópia digital (vetorial) de uma carta referente a 2007. Sobre essa, foram realizadas as alterações verificadas na carta, disponibilizada online, referente a 2014.

FONTE: Disponível on-line em: http://www.cm-peniche.pt/_uploads/PDF_Noticias/Desenho02PlantaEnquadramento_PUValeGrou.pdf (acedido em Maio de 2014)



FICHA CARTOGRÁFICA Nº 5

Consolação: Planta Aerofotogramétrica

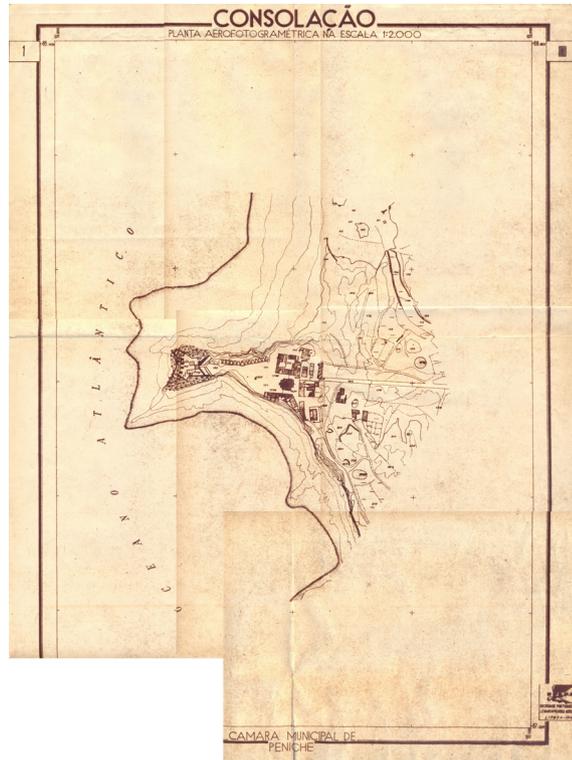
AUTOR: Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos

ESCALA: 1/2000

DATA A QUE SE REFERE: 1944

NOTAS: Foi cedida pelo Museu Municipal de Peniche uma cópia digital desta carta. A original da mesma faz parte do Espólio do Arquiteto Paulino Montez doado pelo próprio ao museu. Não foi possível a consulta do original da mesma.

FONTE: Carta cedida pelo Museu da Câmara Municipal de Peniche.



FICHA CARTOGRÁFICA Nº 6

Extracto do plano de regularização, extensão e embelesamento da vila

AUTOR: Arquitecto Paulino Montez

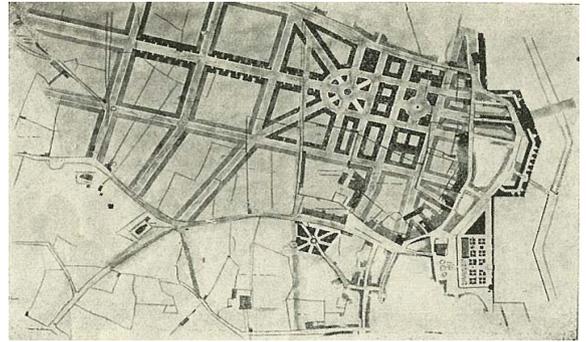
ESCALA: não determinada

DATA A QUE SE REFERE: [1931]

NOTAS: Encontra-se a carta acompanhada da seguinte legenda:

“Urbanização de Peniche: Projecto do Arquitecto Paulino Montez. Extracto do plano de regularização, extensão e embelesamento da vila, mandado elaborar e aprovado pela Câmara Municipal. Em execução.”

FONTE: Arquitectura, 1931. Urbanização de Peniche. *Arquitectura: Revista Mensal*, Dezembro, consultado no Arquivo da Biblioteca Francisco Keil do Amaral (Ordem dos Arquitectos), cota: PP-ARQT 022.



FICHA CARTOGRÁFICA Nº 7 (A,B,C)

Estudos de Urbanismo em Portugal: 4: Peniche

AUTOR: Arquitecto Paulino Montez

ESCALA: Não determinada

DATA A QUE SE REFERE: [1942]

NOTAS: Os três elementos encontram-se legendados por:

A- Plano Geral de extensão, Regularização e Embelezamento da Vila

B- Zonas de Extensão

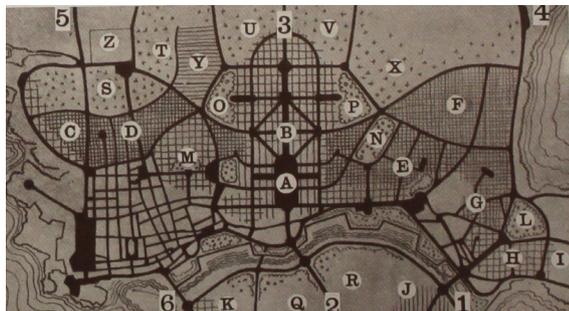
- A - bairro administrativo e comercial;
- B - bairro-jardim;
- C, D, E, F, G, H, I - casas económicas (de um ou de dois pavimentos) e reservas;
- J - bairro industrial;
- K - Peniche-Praia;
- L - parque público;
- M, N - parques escolares;
- O, P - parques de assistência;
- Q, R - parque desportivo;
- S, T - faixa de isolamento do cemitério;
- U, V, X - zonas rurais;
- Y - serviços municipais;
- Z - cemitério e sua extensão prevista;
- 1 - entrada na Vila (existente) e estrada marginal da praia do norte;
- 2 - entrada da Vila;
- 3 - Alameda e estrada para o sítio dos Remédios;
- 4, 5 - Estrada marginal envolvente da península;
- 6 - Estrada marginal da Praia do Sul.

C- Sectores de Extensão: A Zona centrica de Peniche-de-Cima

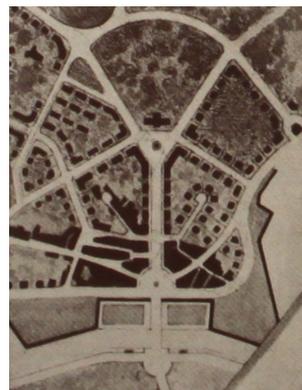
FONTE: Montez, P., 1943. *Estudos de Urbanismo em Portugal: 4, Peniche, um plano de regularização e de embelezamento da vila*. Lisboa: P. Montez., consultado no Arquivo da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, cota: AAT 829.



A



B



C

FICHA CARTOGRÁFICA Nº 8 (A,B,C)

Plano de Urbanização da Vila de Peniche

AUTOR: Arquiteto Paulino Montez

ESCALA: Não determinada

DATA A QUE SE REFERE: [1942]

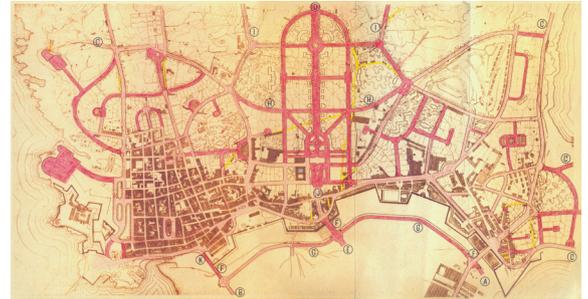
NOTAS: Foram cedidas pelo Museu Municipal de Peniche cópias digitais destas cartas. As originais das mesmas foram consultadas no Museu da CMP, , fazendo estas parte do espólio do Arquiteto Paulino Montez doado pelo próprio ao Museu. Na exposição "Paisagens Urbanas: O legado do Arquiteto Paulino Montez", copias da carta A, e da carta B são completadas com a seguinte legenda:

A - Rede planeada

- A - Ligação com a via marginal à enseada do Norte;
- B - Ligação com a via marginal à enseada do Sul;
- C - Ligação com a via contornante da península (em parte, já existente);
- D - Ligação com a via longitudinal da península;
- E - Ligação com a via longitudinal - centro do istmo;
- F - Passagens superiores ao Canal;
- G - Via marginal ao Cana;
- H - Via de ligação dos três setores da Vila;
- I - Via de ligação da Vila com a zona rural da península (reserva de extensão do aglomerado);
- J - Via de acesso direto ao Setor do Sul;
- Vias e serventias diversas, para extensão, prevista, da Vila (a carmim forte);
- Vias existentes, alargadas e regularizadas (indicação a carmim fraco);
- Vias a suprimir (indicação a amarelo).

B - Equipamentos a implantar

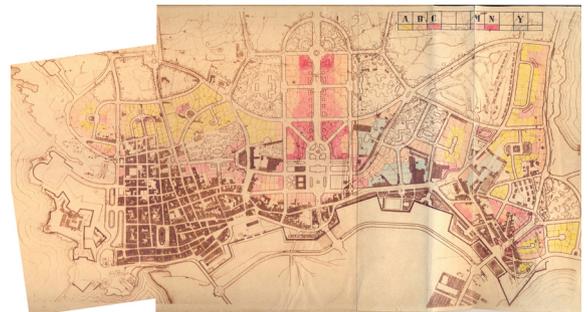
- A - Parque de Assistência (Hospitalar e Higiene Social);
- B - Parque Público, de Assistência Cultural;
- C - Parque Público e Parque Escolar (ensino primário);
- D - Parque Escolar (ensino primário e infantil);
- E - Parque Escolar (ensinos primário e assistência a crianças);
- F - Parque Escolar (ensino técnico);
- G - Parque Escolar (ensino liceal);
- H - Parques para instalações hoteleiras (Hotel e Apartamentos);
- I - Reservas verdes (zona de isolamento do Cemitério);
- Parques de Desportos, a estabelecer na zona rural da península e no istmo.
- j - Ajardinamentos diversos (junto das muralhas militares; da Escola Primária existente no Setor do Sul; dos novos Paços do Concelho; e em placas diversas).
- K - Logradouros públicos;
- L - Recintos principais, para estacionamento de viaturas;
- M - Recintos públicos, existentes, a ampliar ou a melhorar;
- 1 - Conjunto de edifícios formando praças (novo Centro Administrativo e Comercial);
- 2 - Núcleos Comerciais, excêntricos;
- 3 - Estabelecimentos de caráter industrial;
- 4 - Pequenos edifícios de interesse social;



A



B



C

- 5 - Novos Paços do Concelho;
 - 6 - Edifícios de interesse coletivo (Estação de Camionagem; C.T.T.; Serviço de Incêndios; Café - Restaurante);
 - 7 - Novo Hospital e Serviços de Higiene Social;
 - 8 - Biblioteca e Museu de Belas Artes;
 - 9 - Escolas Infantis;
 - 10 - Escolas Primárias;
 - 11 - Escola Técnica;
 - 12 - Escola - Liceu;
 - 13 - Assistência Infantil;
 - 14 - Aquário - Museu;
 - 15 - Hotel e Apartamentos;
 - 16 - Serviços Municipais;
 - 17 - Ampliação do Cemitério;
- Nota: Algumas construções existentes:
18 - Mercado Municipal; 19 - Cinema; 20 - Escolas Primárias; 21 - Cidadela; 22 - Paiol; 23 - Clube Recreativo; 24 - Bairro dos Pescadores; 25 - Bairro de famílias pobres; 26 - Antiga Fonte do Rosário.

A carta C não se encontra exposta na referida exposição.

FONTE: Cartas cedidas pelo Museu da Câmara Municipal de Peniche.

FICHA CARTOGRÁFICA Nº 9

Traçado do Plano de Urbanização do Istmo de Peniche (Prangeira)

AUTOR: Arquitecto Paulino Montez

ESCALA: Não determinada

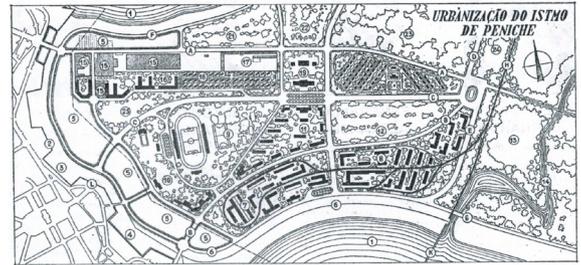
DATA A QUE SE REFERE: [1957]

NOTAS: Encontra-se a carta acompanhada da seguinte legenda:

- 1 - Oceano (mares dos portos do Norte e do Sul);
- 2 - Muralha dos Baluartes;
- 3 - Fosso das muralhas;
- 4 - Doca existente;
- 5 - Zona de protecção das muralhas;
- 6 - Faixa marginal, reservada para obras portuárias (ainda não traçadas em definitivo pelos Serviços Hidráulicos);
- 7 - Zona do Porto Comercial (Lota, Alfândega, G. Fiscal, Serviços camarários, estabelecimentos comerciais, etc.);
- 8 - Zona do Porto de Pesca (Lota industrial, lavagem e preparação de peixe, frigoríficos, armazéns, etc.);
- 9 - Parque de Desportos (Estádio e recintos para jogos diversos);
- 10 - Zona anexa ao Parque de Desportos (admite a construção de: a) uma Escola de Pesca; b) um Jardim-Escola; c) recintos para jogos ou divertimentos);
- 11 - Reserva para construções comerciais;
- 12 - Reserva para construções de carácter industrial;
- 13 - Reserva para estendal de redes;
- 14 - Rio da Lagoa;
- 15 - Fábricas existentes;
- 16 - Zona para construções comerciais ou de carácter industrial;
- 17 - Bairro Operário existente;
- 18 - Bairro para pescadores;
- 19 - Zona para assistência (asilo para pescadores, maternidade, etc.);
- 20 - Bairro para pescadores;
- 21 - Reserva para construções do Porto do Norte;
- 22 - Reserva para habitações;
- 23 - Parque Público;
- 24 - Reserva para serviços do Caminho de Ferro;
- 25 - Parque de isolamento;
- A - Via de acesso a Peniche de Cima (existente, alargada);
- B - Via de acesso a Peniche de Baixo;
- C - Via de acesso directo à artéria-eixo da Península;
- D - Via de acesso às instalações do Caminho de Ferro e às reservas do Norte;
- G - Via marginal da enseada do Sul;
- H - Via Férrea;
- K - Molhe de Leste do Porto de Abrigo;
- L - Ponto de ligação futura com a Via C.

FONTE: A Voz do Mar, 1957. Traçado do Plano de Urbanização do Istmo de Peniche. *A Voz do Mar*, 25 Dezembro, tratando-se esta da publicação original. O mesmo artigo foi republicado e completado em Junho de 2008, no mesmo Jornal. Ambos as fontes foram consultadas no Arquivo do Jornal regional: A voz do Mar.

Traçado do Plano de Urbanização do Istmo de Peniche (PRANGEIRA)



FICHA CARTOGRÁFICA Nº 10 (A,B,C,D)

Estudos de Urbanismo em Portugal: Peniche

AUTOR: Arquitecto Paulino Montez

ESCALA: cartas A, B, C - 1/3000; carta D - Não determinada

DATA A QUE SE REFERE: [1974]

NOTAS: Os três elementos encontram-se legendados por:

A- Traçado da Rede viária

- Via Longitudinal (a construir);
- Vias Transversais (a construir);
- Via Transversal do Extremo Oeste (a construir);
- Via Marginal (a construir a Sul);
- Envolvente da Popoa (a construir).

B- Traçado do Zonamento

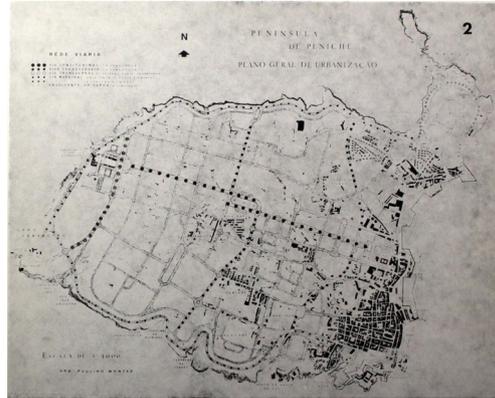
- Habitação (e comércio);
- Indústria;
- Escolas, parques escolares;
- Assist. Hospitalares;
- Assist. Cultural (Biblioteca e museus);
- Espaços Livres (praças e arrelvamentos);
- Parques, Jardins desportos;
- Reservas

C- Equipamento

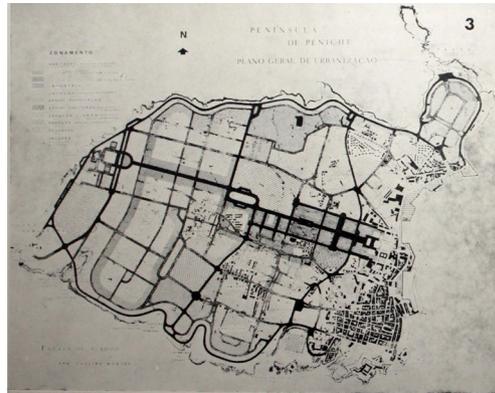
- 1 - Paços do concelho, a construir;
- 2 - Escolas primárias, existentes;
- 3 - Escolas primárias, a construir;
- 4 - Escola técnica, existente;
- 5 - Biblioteca, a construir;
- 6 - Igrejas, existentes;
- 7 - Mercado, existente;
- 8 - Hotel e apartamentos, a construir;
- 9 - Restaurante e miradouro, existentes;
- 10 - Hospital, a construir;
- 11 - Parque de Desportos, a construir;
- 12 - Parques e jardins, a construir;
- 13 - Jardins, existentes;
- 14 - Espaços verdes e de estacionamento;
- 15 - Estádio, a construir;
- 16 - Piscinas, a construir;
- 17 - Construções de interesse turístico;
- 18 - Cemitério, ampliação e protecção.

D- Traçado do Plano do Sítio dos Remédios (parte principal)

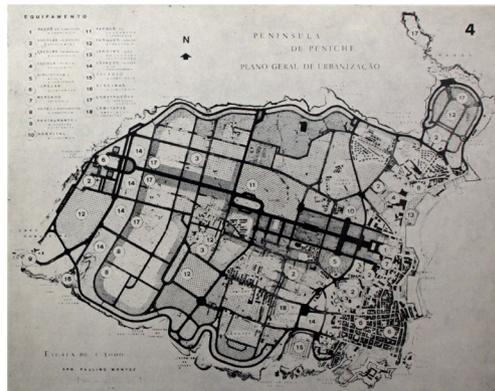
- A - Igreja de N.S. dos Remédios;
- B - Massas rochosas do litoral;
- C - Via marginal existente;
- D - Via de ligação à vila;
- E - Comércio e habitações;
- F - Hotel e restaurantes;
- G - Malha para moradias;
- H - Malha da escola primária;
- I - Blocos para habitação;
- J - Construções existentes;
- K - Logradouros arborizados;
- L - Parques de estacionamento;
- M - Miradouro existente.



A

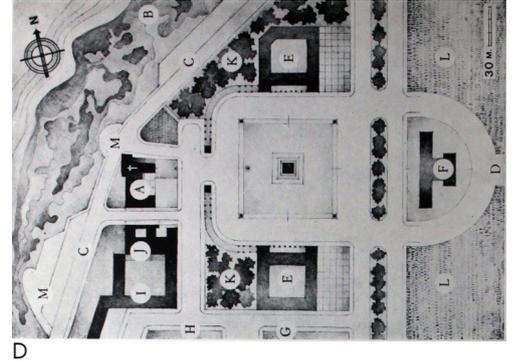


B



C

FONTE: Montez, P., 1978. *Estudos de Urbanismo em Portugal: 19-21, Peniche: Plano Geral da Península, Plano de Pormenor da Zona Central, Plano Geral do Sítio dos Remédios*. Lisboa: P. Montez, consultado no Arquivo da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, cota: AAT 940.



FICHA CARTOGRÁFICA Nº 11 (A,B)

Praia do Baleal: Ante-Plano de Urbanização

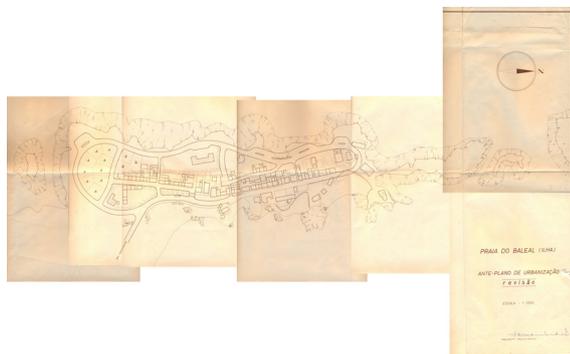
AUTOR: Arquitecto Paulino Montez

ESCALA: 1:1000

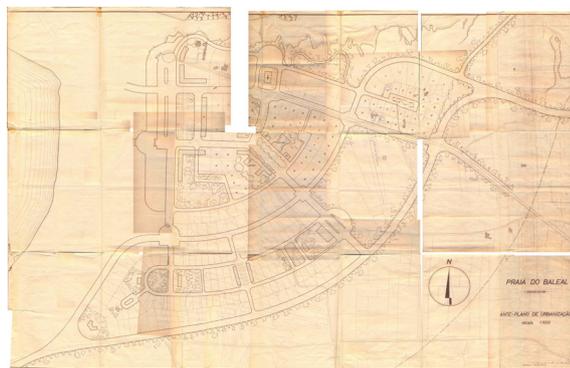
DATA A QUE SE REFERE: [1950]

NOTAS: Foram cedidas pelo Museu Municipal de Peniche cópias digitais destas cartas. Não foi possível a consulta dos originais das mesmas, fazendo estas parte do espólio do Arquitecto Paulino Montez doado pelo próprio ao Museu.

FONTE: Cartas cedidas pelo Museu da Câmara Municipal de Peniche.



A



B

FICHA CARTOGRÁFICA Nº 12 (A,B)

Estudos de Urbanismo em Portugal: Baleal

AUTOR: Arquitecto Paulino Montez

ESCALA: Não determinada

DATA A QUE SE REFERE: [1950]

NOTAS: Os dois elementos encontram-se legendados por:

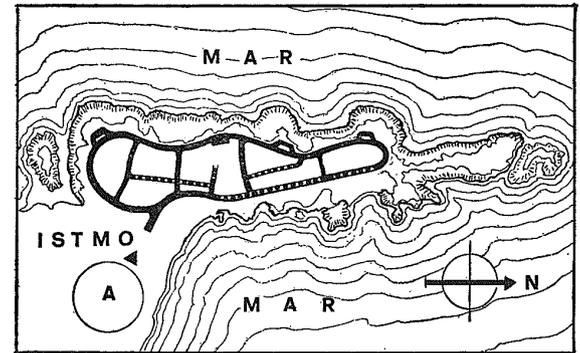
A- Rede Planeada para a ilha

Traçado Cheio: vias projectadas e existentes melhoradas;
Pontos: Vias existentes;
A - Acesso à rede

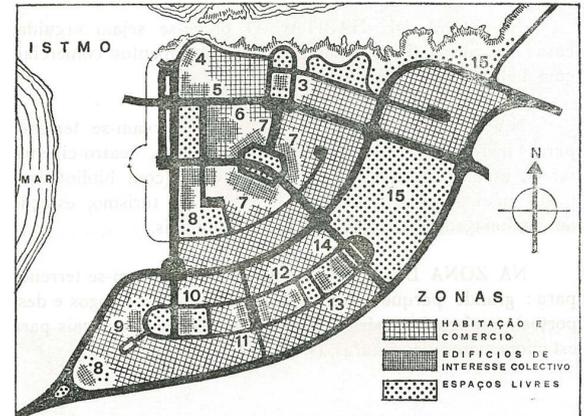
B- Zonas Previstas para o continente: Equipamento

Traçado Cheio: vias projectadas e existentes melhoradas;
Pontos: Vias existentes;
3 - Igreja;
4 - Restaurante;
5 - Casino, C.T.T. e Turismo;
6 - Teatro-cinema;
7 - grupos comerciais;
8 - Hotéis;
9 - Centro recreativo e cultural;
10 - Edifício escolar;
11 - Grupos comerciais;
12 e 13 - Assistência social e posto médico;
14 - Estação de camionagem;
15 - Parque público com recintos para jogos.

FONTE: Montez, P., 1976. *Estudos de Urbanismo em Portugal: 8-10, Praias do Concelho de Peniche: Baleal, Consolação e S. Bernardino: Planos Gerais de Extensão e de Regularização*. Lisboa: P. Montez, consultado no Arquivo da Biblioteca Francisco Keil do Amaral (Ordem dos Arquitectos), cota: ESP-JMS 007.



A



B

FICHA CARTOGRÁFICA Nº 13 (A,B,C)

Plano de Urbanização da Praia do Baleal

AUTOR: Arquitecto Paulino Montez

ESCALA: Não determinada

DATA A QUE SE REFERE: [1950]

NOTAS: Foram cedidas pelo Museu Municipal de Peniche cópias digitais destas cartas. Não foi possível a consulta dos originais das mesmas, fazendo estas parte do espólio do Arquitecto Paulino Montez doado pelo próprio ao Museu. Na exposição "Paisagens Urbanas: O legado do Arquitecto Paulino Montez", cópias da carta A, e da carta B são completadas com a seguinte legenda:

A - Rede planeada

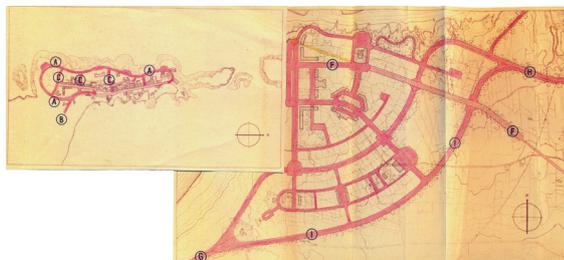
- A - Via nova, continuando a via existente e formando circuito contornante da ilha;
- B - Via nova, a construir sobre o istmo (em futuro afastado).
- C - Vias novas (transversais);
- D - Via existente, regularizada (a carmim fraco);
- E - Via nova (terminus da via, designada em B);
- F - Via nova, prolongamento da actual estrada, que liga à povoação de Ferrel;
- G - Via nova (começo da estrada marginal, de ligação à Vila de Peniche);
- H - Via nova (começo da estrada marginal, de ligação à foz da Lagoa de Óbidos);
- I - Via nova (ligação directa das duas estradas marginais);
- Vias novas, diversas, da rede de circulação local (a carmim forte);
- Via existente, regularizada e alargada (a carmim fraco);
- Via condenada (troço da estrada de Ferrel: a amarelo).

B - Equipamentos a implantar

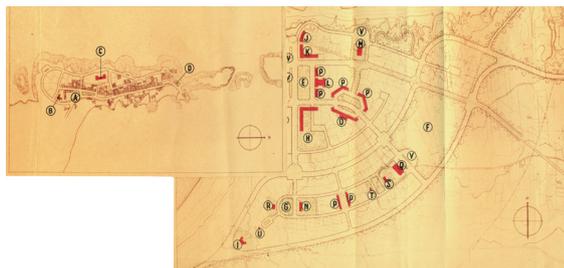
- A - Logradouro Público (centro cívico).
- B - Pequeno mercado;
- C - Hotel; D - Hotel existente, a demolir;
- E - Logradouro Público (centro cívico do aglomerado do continente);
- F - Parque público (jogos e desportos);
- G - Logradouro Público (crianças);
- H - Grande Hotel; I - Pequeno Hotel;
- J - Restaurante;
- K - Casino e Posto de Turismo, com C.T.T.;
- L - Teatro - Cinema;
- M - Igreja;
- N - Edifício escolar;
- O - Mercado;
- P - Núcleos comerciais;
- Q - Garagem e Estação de Serviço;
- R - Centro Recreativo e Cultural;
- S - Centro de Assistência Social;
- T - Higiene Social (Posto Médico); U - Posto de Serviços Municipais; V - Estacionamento de Viaturas; X - Esplanada.

A carta C não se encontra exposta na referida exposição.

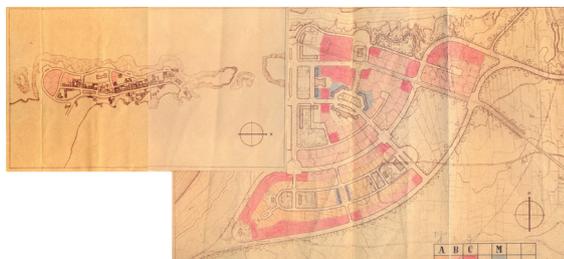
FONTE: Cartas cedidas pelo Museu da Câmara Municipal de Peniche.



A



B



C

FICHA CARTOGRÁFICA Nº 14

Estudos de Urbanismo em Portugal: Consolação

AUTOR: Arquitecto Paulino Montez

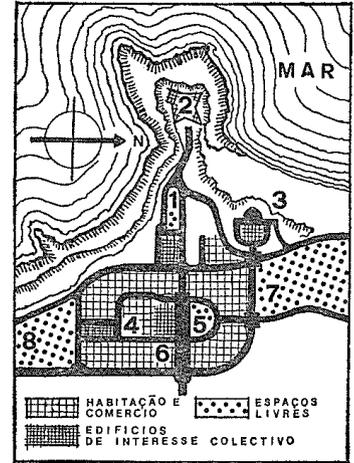
ESCALA: Não determinada

DATA A QUE SE REFERE: [1950]

NOTAS: Encontra-se a carta acompanhada da seguinte legenda:

- 1 - Igreja existente;
- 2 - Forte existente;
- 3 - Hotel e restaurante;
- 4 - Mercado;
- 5 - Logradouro e jardim público;
- 6 - Salão recreativo e cultural, posto de turismo e C.T.T.;
- 7 e 8 - Recintos.

FONTE: Montez, P., 1976. *Estudos de Urbanismo em Portugal: 8-10, Praias do Concelho de Peniche: Baleal, Consolação e S. Bernardino: Planos Gerais de Extensão e de Regularização*. Lisboa: P. Montez, consultado no Arquivo da Biblioteca Francisco Keil do Amaral (Ordem dos Arquitectos), cota: ESP-JMS 007.



FICHA CARTOGRÁFICA Nº 15 (A.B.C)

Plano de Urbanização da Praia da Consolação

AUTOR: Arquitecto Paulino Montez

ESCALA: Não determinada

DATA A QUE SE REFERE: [1950]

NOTAS: Foram cedidas pelo Museu Municipal de Peniche cópias digitais destas cartas. Não foi possível a consulta dos originais das mesmas, fazendo estas parte do espólio do Arquitecto Paulino Montez doado pelo próprio ao Museu. Na exposição "Paisagens Urbanas: O legado do Arquitecto Paulino Montez", copias da carta A, e da carta B são completadas com a seguinte legenda:

A - Rede planeada

- A - Via nova (começo da estrada marginal, de ligação a Peniche), largura, 10m;
- B - Via nova (começo da estrada marginal, de ligação à Praia de S. Bernardino), largura, 10m;
- C - Via nova (alargamento da estrada existente, de ligação a Geraldês);
- D - Via nova, substituindo o caminho actual, de acesso à Fonte;
- Vias novas, diversas, na rede de extensão prevista (a carmim forte);
- Vias existentes, regularizadas (a carmim fraco);
- Vias condenadas (a amarelo);
- Nota: a letra E indica a estrada actual, já referida em C.

B - Equipamentos a implantar

- A - Parque Público
- B - Parque Público e recintos para jogos;
- C - Logradouro arborizado (centro cívico);
- Outros espaços livres (indicados a verde forte);
- D - Hotel - restaurante;
- E - Salão recreativo e cultural. Posto de Turismo e C.T.T.;
- F - Mercado;
- Balneário (a localizar na praia);
- Posto Escolar e Posto Médico (a localizar no Parque Ag);
- Nota: as letras D, P e E indicam, respetivamente, o Logradouro, o Forte e a Igreja existentes.

A carta C não se encontra exposta na referida exposição.

FONTE: Cartas cedidas pelo Museu da Câmara Municipal de Peniche.



A



B



C

FICHA CARTOGRÁFICA Nº 16

Estudos de Urbanismo em Portugal: São Bernardino

AUTOR: Arquitecto Paulino Montez

ESCALA: Não determinada

DATA A QUE SE REFERE: [1950]

NOTAS: Encontra-se a carta acompanhada da seguinte legenda:

- 1 - Mercado;
- 2 - Escola Infantil e cantina;
- 3 - associação cultural e de recreio;
- 4 - Igreja;
- 5 - Posto dos C.T.T. e turismo;
- 6 - Hotel;
- 7 - Restaurante;
- 8 - Esplanada;
- 9 - Salão de convívio e posto médico;
- 10 - Parque de jogos;
- 11 - Espaço arborizado.



FONTE: Montez, P., 1976. *Estudos de Urbanismo em Portugal: 8-10, Praias do Concelho de Peniche: Baleal, Consolação e S. Bernardino: Planos Gerais de Extensão e de Regularização*. Lisboa: P. Montez, consultado no Arquivo da Biblioteca Francisco Keil do Amaral (Ordem dos Arquitectos), cota: ESP-JMS 007.

FICHA CARTOGRÁFICA Nº 17 (A,B,C)

Plano de Urbanização da Praia de São Bernardino

AUTOR: Arquitecto Paulino Montez

ESCALA: Não determinada

DATA A QUE SE REFERE: [1950]

NOTAS: Foram cedidas pelo Museu Municipal de Peniche cópias digitais destas cartas. Não foi possível a consulta dos originais das mesmas, fazendo estas parte do espólio do Arquitecto Paulino Montez doado pelo próprio ao Museu. Na exposição "Paisagens Urbanas: O legado do Arquitecto Paulino Montez", cópias da carta A, e da carta B são completadas com a seguinte legenda:

A - Rede planeada

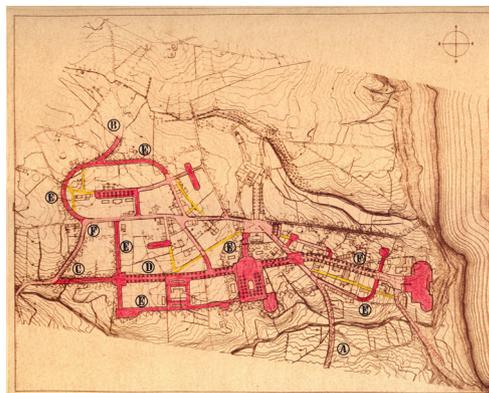
- A - Via nova, começo da estrada de ligação com a Praia da Consolação (marginal ao Oceano), largura, 10m;
- B - Via nova, começo da estrada de ligação com a Praia da Areia Branca (marginal ao Oceano);
- C - Via nova, lançada a partir do ponto em que a actual estrada de acesso ao aglomerado, inflete para Sul, largura, 10m;
- D - Via nova, arborizada, lançada como esplanada e novo acesso à praia, na continuação da via C, largura, 10m;
- E - Vias novas, diversas, larguras, 12, 8 e 7m;
- F - Alargamento do troço da estrada actual de acesso ao aglomerado:
 - Serventias e pracetas diversas, indicadas a vermelho;
 - (não se indica a praceta, que se impõe construir no terminus da via de acesso à praia e junto ao mar);
 - Vias ou troços a suprimir, indicados a amarelo.

B - Equipamentos a implantar

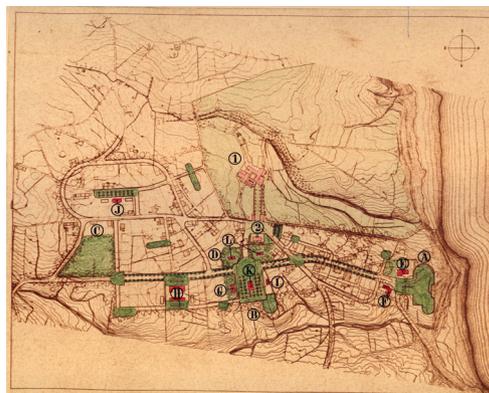
- A - Logradouro - esplanada;
- B - Logradouro arborizado;
- C - Parque com recinto para jogos;
- D - Dois parques escolares;
- Espaços livres diversos, indicados a verde (os existentes, a verde claro);
- E - Hotel;
- F - Restaurante;
- G - Associação de Cultura e Recreio;
- H - Mercado;
- I - Serviços de Turismo e C.T.T.;
- J - Casa do Povo, Posto Médico;
- K - Nova Igreja.
- L - Cantina e Escola Infantil;
- Balneário, na praia, junto ao mar, em local não determinado;
- Nota: os números 1 e 2 indicados no mesmo traçado, correspondem, respectivamente, aos edifícios do antigo Mosteiro e da Escola Primária existente.

A carta C não se encontra exposta na referida exposição.

FONTE: Cartas cedidas pelo Museu da Câmara Municipal de Peniche.



A



B



C

Anexo D

Identificação das diferentes fontes originais por área geográfica

Vila de Peniche

Nº	Descrição dos elementos:	Fonte:	Tipo de documento:	Ano
1	“Urbanização de Peniche: Projecto do Arquitecto Paulino Montez. Extracto do plano de regularização, extensão e embelesamento da vila, mandado elaborar e aprovado pela Câmara Municipal. Em execução.”	Revista Mensal: Arquitectura	Memória e desenhos	[1931]
2	“Urbanização da Vila de Peniche: -Traçados do plano -Equipamento dos bairros -Regulamento das zonas”	Arquivo do Museu Municipal de Peniche	Memória e desenhos	[1942-1953]
3	“Peniche: Um plano de extensão, de regularização e de embelezamento da vila”	Montez, 1943	Memória e desenhos	1942
4	“Traçado do Plano de Urbanização do Istmo de Peniche”	Arquivo do jornal: A Voz do Mar	Desenhos	[1957]
5	“Peniche: plano geral da península, plano da zona centrica, plano do sítio dos Remédios”	Montez, 1978	Memória e desenhos	1974

Praias do Concelho de Peniche

BALEAL

6	“Plano Geral da Praia do Baleal: da urbanização do lugar, da rede de circulação, das zonas e do equipamento”	Montez, 1976.	Memória e desenhos	[1950]
7	“Urbanização da Praia do Baleal: -Traçados do plano -Equipamento dos bairros -Regulamento das zonas”	Arquivo: Museu Municipal de Peniche	Desenhos	[1950]
8	Praia do Baleal: Ante-Plano de Urbanização	Arquivo: Museu Municipal de Peniche	Desenhos	[1950]

CONSOLAÇÃO

- | | | | | |
|---|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|--------|
| 8 | "Plano Geral da Praia da Consolação: da urbanização do lugar, da rede de circulação, das zonas e do equipamento" | Montez, 1976. | Memória e desenho | [1950] |
| 9 | "Urbanização da Praia do Baleal:
-Traçados do plano
-Equipamento dos bairros
-Regulamento das zonas" | Arquivo: Museu Municipal de Peniche | Desenhos | [1950] |
-

SÃO BERNARDINO

- | | | | | |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|--------|
| 10 | "Plano Geral da Praia de São Bernardino: da urbanização do lugar, da rede de circulação, das zonas e do equipamento" | Montez, 1976 | Memória e desenho | [1950] |
| 11 | "Urbanização da Praia do Baleal:
-Traçados do plano
-Equipamento dos bairros
-Regulamento das zonas" | Arquivo: Museu Municipal de Peniche | Desenhos | [1950] |
-

Anexo E

Comunicação publicada no âmbito do 3º Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa

Fonte: Gregório, S. e Marat-Mendes, T., (2014) "Estudos de Urbanismo para Peniche: A obra de Paulino Montez" em Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa (comp.), *Arquiteturas do mar, da terra e do ar: arquitetura e urbanismo na geografia e na cultura*. Lisboa, Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa.

Estudos de Urbanismo para Peniche: A obra de Paulino Montez

Sofia Santos Gregório *

Teresa Marquito Marat-Mendes **

Resumo

Esta comunicação foca uma análise sobre o trabalho desenvolvido pelo notável arquiteto Paulino Montez no âmbito do urbanismo, destacando-se o trabalho proposto para alguns aglomerados do concelho de Peniche, assim como para a própria vila, entre as décadas de 1930 e de 1970. Pretende-se entender a influência do desenho urbano delineado pelo arquiteto Paulino Montez no traçado atual da cidade e nas praias do concelho de Peniche.

Nenhum destes planos chegou a ser realizado na sua íntegra, contudo, a sua matriz urbana, com principal destaque para o seu traçado urbano, serviram de linhas orientadoras para o município, hoje presentes, por exemplo, no desenho urbano que caracteriza a península de Peniche e a Praia da Consolação. Este estudo foca na avaliação crítica da influência da proposta de Paulino Montez, no planeamento da cidade de Peniche e das suas praias, ao longo dos anos. Pretende-se identificar, analisar e caracterizar, quais as situações actuais que mais se assemelham com o traçado elaborado pelo arquiteto Paulino Montez. Uma vez que se tratam de aglomerados implantados sempre junto ao mar, onde este surge como um elemento orientador do espaço público, estes poder-se-iam chamar de "arquitecturas do mar".

Palavras-Chave: Peniche; Desenho Urbano; Paulino Montez; Permanência; Transformação

* Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DAU

** Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), DINÂMIA'CET-IUL, DAU

1. Introdução

Paulino António Pereira Montez (1897-1988), importante personalidade penichense e nacional, lançou em 1933 a coleção “Estudos de Urbanismo em Portugal”, onde desenvolve planos de extensão, regularização e embelezamento de algumas cidades portuguesas, defendendo um urbanismo pensado e organizado, considerando uma perspectiva estética e artística. Contudo, a obra do arquitecto, que no final da sua vida doou à sua terra natal o seu espólio, encontra-se por estudar.

Qual a formação do Arquitecto Paulino Montez enquanto arquitecto urbanista? Qual o panorama nacional em que este se insere? Qual a produção teórica e projetual de sua autoria? O que distingue as diferentes propostas elaboradas para o Concelho de Peniche pelo Arquitecto Montez face a outras realizadas no país? Qual a influência do desenho delineado pelo Arquitecto Paulino Montez no traçado atual da cidade de Peniche e das praias do Baleal, Consolação e São Bernardino? Esta comunicação expõe os primeiros resultados de uma investigação em curso, que pretende dar resposta a estas questões.

Tomando como baliza temporal a data do primeiro desenho delineado pelo Arquitecto Paulino Montez para o concelho de Peniche, 1931, e o ano atual, 2014, a metodologia seguida consiste na consulta e análise da diversa bibliografia e cartografia referente aos planos para Peniche da autoria do Arquitecto anteriormente referido. Assim, procura-se, por um lado conciliar a reflexão teórica com a produção prática de Paulino Montez, e por outro lado, investigar as permanências e as transformações ocorridas nos planos para Peniche após a sua implementação.

A presente comunicação encontra-se estruturada em 5 partes. Uma primeira onde se expõe os objetivos da investigação em curso, assim como todas as questões às quais o estudo pretende responder. Uma segunda onde se proporciona um enquadramento do contexto urbanístico vivido em Portugal, à época em análise. Uma terceira incide sobre a produção teórica e projetual do arquitecto em análise. A quarta parte expõe a aplicação da proposta metodológica seguida pela presente investigação e que incide sobre uma análise morfológica aos planos propostos por Paulino Montez para Peniche. Finalmente, nas conclusões, revela-se como é que estes planos, realizados para um contexto atlântico, implantados junto ao mar, proporcionaram futuras evoluções urbanas nos aglomerados em questão.

2. Contexto nacional

Pretende-se, com esta secção, fazer-se um enquadramento do contexto urbanístico vivido em Portugal à época em análise. Identificou-se um conjunto de investigação realizada sobre o urbanismo em Portugal à época do Estado Novo (Lôbo, 1995; Pereira, 1994; Costa, 2009). Destaca-se a obra de Margarida Souza Lôbo (1995), “Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco” que foca acerca do urbanismo português do período 1934-1954, permitindo uma leitura ampla dos tipos de planos que surgiram em plena ditadura, e um entendimento geral de como o urbanismo deu os primeiros passos em Portugal.

O Decreto-Lei n.º10 de 13 de Janeiro de 1865, onde se encontram as primeiras disposições genéricas portuguesas sobre Planos Gerais de Melhoramentos, viria a ser substituído em 1934, com a criação da figura Planos Gerais de Urbanização (Decreto-Lei nº 24:802 de 21 de Dezembro de 1934), cujo promotor original foi Duarte Pacheco. Esta figura viria a

obrigar a que os planos de urbanização a organizar fossem elaborados por iniciativa das câmaras municipais, para dar unidade e eficiência ao trabalho dos municípios. Assim foram solicitadas plantas topográficas e planos Gerais de Urbanização para as localidades com mais de 2500 habitantes.

Ainda que o diploma de 1934 previsse a realização de concursos para a seleção do urbanista a contratar, pela falta de técnicos qualificados à data, o urbanista passou a ser convidado para a realização dos planos, e não selecionado em concurso. De facto, urbanistas portugueses com formação específica no início dos anos 40 existiam apenas dois, David Moreira da Silva e João Faria da Costa, juntando-se a estes, de Gröer. E estes três, juntam-se, num primeiro período, Luís Cristino da Silva, Paulo Cunha, Jorge Segurado, Carlos Ramos e Paulino Montez, por mérito próprio ou a convite de Duarte Pacheco. Este conjunto de urbanistas são, segundo Souza Lôbo, os precursores do vasto movimento que se vai ocupar do ordenamento dos centros urbanos do País (Lôbo, 1995, p. 41).

Embora em 1934 o Governo tivesse promovido elaboração de plantas topográficas, a sua realização demorou quase uma década, impedindo assim a realização das propostas urbanísticas. É nesse momento, em 1943, que se começa a manifestar um enorme desencontro entre as intenções iniciais expressas no diploma subscrito por Duarte Pacheco - onde era evidente a grande intenção de planear os aglomerados urbanos, dando-lhes uma nova configuração, localizando equipamentos, orientando as instalações das redes viárias e de serviços - e a gestão que a Administração Central faz de todo o processo de aprovação, classificando sistematicamente as propostas de plano apresentadas com meros antepanos, figura sem força legal, mesmo no caso de simples licenciamentos de obras. Esta substituição da figura do Plano Geral de Urbanização, pela do Antepano, impede as Câmaras de possuírem os instrumentos necessários, dificultando a implantação dos seus planos (Lôbo, 1995).

A primeira geração de arquitetos que se dedica ao urbanismo encontra-se marcada, na arquitetura, pelo modernismo. Luís Cristino da Silva (1896-1976), Carlos Ramos (1897-1969) e Paulino Montez (1897-1988) são algumas das figuras mais notáveis da década de trinta, até pelo papel que vêm a desempenhar na formação das gerações seguintes como docentes das Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto. No urbanismo, os seus primeiros trabalhos refletem a influência da corrente *city beautiful*, frequentemente associada ao modernismo.

(Lôbo, 1995, p. 103)

Na sua obra, "Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco", a autora conclui que é entre 1934 e 1954 que se situam as duas décadas mais significativas no ordenamento dos aglomerados do País. Refere ainda que é entre 1934 e 1944 que Duarte Pacheco impulsiona o processo de elaboração de planos, criando para tal os mecanismos necessários, sendo esta primeira década marcada pelos modernistas. É nos dez anos seguintes que, em resultado do impulso inicial, vem a ser mais de três centenas de planos. A autora refere ainda que "estes Planos Gerais de Urbanização têm sido, desde então, os instrumentos orientadores da transformação dos mais importantes aglomerados do País" (Lôbo, 1995, p. 225).

Dado o grande número de planos então aprovados, a atividade urbanística desencadeada por Duarte Pacheco marcou o carácter e o desenvolvimento dos mais importantes aglomerados do País, pelo que a sua história urbana e social não pode ignorar a dimensão e o

sentido das intervenções urbanísticas, cujo grau de realização e impacto haverá ainda que avaliar.
(Lôbo, 1995, p.225)

3. O Arquiteto Paulino Montez: produção teórica e projetual

A presente secção contextualiza a obra teórica e projetual produzida por Paulino Montez. Encontra-se estruturada em duas partes, sendo a primeira referente à obra teórica do arquiteto, e a segunda parte, referente à produção projetual do Arquiteto Paulino Montez para Peniche. O confronto entre estes dois tipos de produção permitirá aferir os princípios urbanos conduzidos por Paulino Montez nos seus planos, alargando o conhecimento sobre a obra de Paulino Montez.

3.1 Produção Teórica

É extensa a obra bibliográfica da autoria do Arquiteto Paulino Montez. A primeira publicação surge em 1931, *As Belas-Artes nas festas públicas em Portugal* (Montez, 1931). O Arquitecto Paulino Montez publicou um vasto conjunto de elementos incidindo sobre várias temáticas. Designadamente, o urbanismo, as Belas-Artes (Montez, 1974), o prémio Valor (1984) a educação (Montez, 1941), e ainda, referente a vários serviços do município de Lisboa (Montez, 1936). A presente investigação focou a sua análise na produção teórica da autoria do arquiteto exclusivamente no que concerne às publicações referentes à temática do urbanismo.

Na sua obra, publicada em 1935, *“A Estética de Lisboa”* (Montez, 1935), o Arquiteto Paulino Montez analisa criticamente a posição de cada traçado, e como este se insere no espaço urbano. Refere que não recusa a linha reta, mas sim a forma como esta foi utilizada, “sem uma exegese em termos de composição e de articulação do seu espaço com os espaços vizinhos, sem cuidar da leitura perspéctica do conjunto. Aceita a linha reta como necessidade de circulação, mas advoga a adaptação ao relevo que a topografia da cidade aconselha” (Lôbo, 1995, p. 145). O pensamento e a atividade do Arquiteto Paulino Montez enquanto urbanista encontra-se documentado numa série de publicações, denominada “*Estudos de Urbanismo em Portugal*”, de sua autoria. O primeiro volume, publicado em 1933, corresponde ao “*Preambulo*” (Montez, 1933). O autor, começa por identificar qual a situação do País face ao planeamento urbano, mencionando que “Portugal, lamentavelmente, quase se tem alheado do que se passa no estrangeiro”, e que “o desenvolvimento do urbanismo é, em todos os países cultos, cada vez mais importante”, evidenciando assim a importância da elaboração de leis que promovam a elaboração de “planos ordenados” (Montez, 1933, p. 11-12). Os trabalhos publicados correspondem a planos de alguns bairros sociais de Lisboa, de alguns aglomerados do Oeste estremenho e de localidades da Costa do Sol.

3.2 Produção projetual para Peniche

Paulino Montez, na sua obra literária *Estudos de Urbanismo Portugal*, dedica 3 dos seus volumes ao concelho de Peniche. O primeiro, publicado em 1943, é referente a Peniche, contendo, como refere o autor, “um plano de extensão, de regularização e de embelezamento da vila” (Montez, 1943). O segundo, publicado em 1976, diz respeito às prais deste concelho: Baleal, Consolação e S. Bernardinho, onde para estes aglomerados são apresentados “planos gerais de extensão e de regularização” (Montez,

1976). O último, publicado apenas 2 anos depois, volta a ser referente a Peniche, fazendo parte deste o “plano geral da península”, o “plano de pormenor da zona cêntrica” e o “plano geral do sítio dos Remédios” (Montez, 1978). São estes volumes referentes aos diversos Planos Gerais de Urbanização que o Arquiteto Montez realizou para Peniche, e sobre os quais a presente investigação se foca.

Assim sendo, dentro do Concelho de Peniche, existem quatro casos de estudo, que à data se destacaram dos restantes aglomerados urbanos do concelho, pela sua localização geográfica, sempre junto ao mar, que Paulino Montez aponta como sendo um fator fundamental no desenvolvimento da povoação em causa. Mais a norte do Concelho, localiza-se o Baleal, para o qual Paulino Montez em 1950 desenvolve um Plano Geral de Urbanização. Para antiga Vila de Peniche, atual Cidade, localizada no ponto mais oeste do Concelho, Paulino Montez elaborou variados planos, compreendidos entre 1931 e 1974. A sul de Peniche, localiza-se a Consolação, e a sul desta, São Bernardino, para as quais Paulino Montez, desenvolve Planos de Urbanização, ambos em 1950, tal como para o Baleal.



Fig. 01 –Localização dos diferentes casos de estudo e suas principais vias de acesso às localidades próximas. Delimitação da área que define o Concelho de Peniche.

4. O Concelho de Peniche: Planos Gerais de Urbanização

A presente secção pretende expor a metodologia de análise utilizada pela presente investigação nos quatro casos de estudo analisados. Nomeadamente: a antiga Vila de Peniche, o Baleal, a Consolação e São Bernardino.

A análise morfológica consistiu o elemento primordial desta análise. Nesse sentido foi necessário que a metodologia do presente trabalho incluísse as seguintes tarefas. Uma primeira que passou pela recolha de cartografia original sobre os vários planos. A Cartografia referida foi consultada no arquivo do Museu Municipal de Peniche. Uma segunda que exigiu a compilação da obra teórica publicada da autoria de Paulino Montez acerca dos planos para Peniche e para as praias do Concelho de Peniche. A obra teórica encontra-se disponível em várias bibliotecas, tendo a presente pesquisa feito recurso da biblioteca da Ordem dos Arquitetos, assim como da biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian. Posteriormente, numa terceira fase, foi elaborada uma análise gráfica e comparativa da cartografia identificada como sendo os planos para Peniche de Paulino Montez com cartografia atual. Esta última foi cedida pela Câmara Municipal de Peniche. A análise comparativa realizada possibilitou a realização de novos elementos gráficos síntese de toda a análise, que procuram evidenciar as permanências e as transformações ocorridas nos espaços urbanos que também foram planeados pelo Arquitecto Paulino Montez.

A análise comparativa foi igualmente realizada para os quatro casos de estudos. A título de exemplo, a presente comunicação destaca um dos casos, a Praia da Consolação.

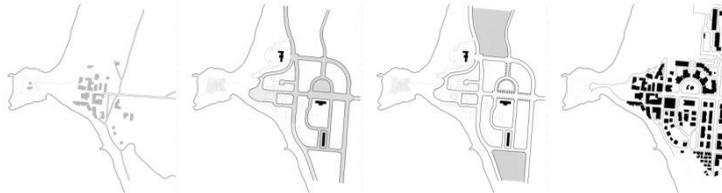


Fig. 02 – Praia da Consolação: Situação existente antes de 1950; Rede viária proposta por Paulino Montez em 1950; Espaços Verdes propostos por Paulino Montez em 1950; Situação atual.

5. Conclusões

O presente trabalho revela a oportunidade do estudo dos planos de Paulino Montez para Peniche, quer pela ausência de um estudo detalhado sobre os mesmos, até à data, quer pela oportunidade da aplicação de uma análise morfológica para a sua melhor compreensão.

A investigação fez uso de fontes teóricas e projectuais, cuja complementariedade confirma a sua oportunidade para um necessário cruzamento de dados que permita melhor compreender o pensamento mas também as opções de desenho urbano experimentadas por Paulino Montez, conforme se verificou neste trabalho.

A análise morfológica realizada revela o recurso de princípios urbanísticos que nem sempre são identificados por Paulino Montez na sua obra escrita. Nomeadamente o respeito pelas pré-existências, a presença de fortes eixos de simetria marcados por grandes alamedas, assim como a presença de grandes praças emoldurando importantes edifícios de carácter público.

O exemplo apresentado do Plano de Urbanização para a Praia da Consolação permite compreender que o plano elaborado pretendeu definir novas áreas de expansão do local em torno de um novo centro geométrico, libertando assim o primitivo que se localizava o mais a oeste da aldeia, junto a um Forte. Esse centro, localizado adjacientemente à primitiva via de acesso da povoação, mantém-se no traçado atual, sendo este o pondo de distribuição dentro do aglomerado urbano. Do plano inicial proposto, apesar de praticamente se manter toda a rede viária, perdem-se todos os equipamentos propostos, algo que se verifica na análise dos planos para os outros casos de estudo.

Para o estudo das zonas marítimas a análise dos planos para as praias de Paulino Montez permite adquirir um conhecimento acerca de como é que o município aproveitou, ou simplesmente ignorou importantes elementos planeados pelo Arquiteto, permitindo ainda uma reflexão crítica acerca de como seria a vivência dos diferentes aglomerados se tudo tivesse sido realmente concretizado.

Bibliografia

- COSTA, Sandra Váz, *Portugal a régua e esquadro: A obra pública do Engenheiro Duarte Pacheco*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2009;
- LÓBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações, 1995;
- MONTEZ, Paulino, *As Belas Artes nas festas públicas em Portugal: Da arquitectura e da decoração nas festas antigas e nas modernas*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1931;
- MONTEZ, Paulino, *Estudos de Urbanismo em Portugal: Preâmbulo da colecção de planos de extensão, de regularização e embelezamento de vilas e cidades*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, 1933;
- MONTEZ, Paulino, *A estética de Lisboa: formação da urbe, traça contemporânea, sector monumental, plano de urbanização*, Lisboa, [s.n.], 1935;
- MONTEZ, Paulino, *Serviço de limpeza urbana: Plano de Melhoramentos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936;
- MONTEZ, Paulino, *Da educação estética: Algumas observações sobre a finalidade da cultura do sentimento do belo na formação integral da juventude*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1941;
- MONTEZ, Paulino, *Estudos de Urbanismo em Portugal: 4, Peniche, um plano de regularização e de embelezamento da vila*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, 1943;
- Montez, Paulino, 1974. *Das Belas-Artes nos serviços do Estado*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, 1974;
- MONTEZ, Paulino, *Estudos de Urbanismo em Portugal: 8-10, Praias do Concelho de Peniche: Baleal, Consolação e S. Bernardino: Planos Gerais de Extensão e de Regularização*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, 1976;
- MONTEZ, Paulino, *Estudos de Urbanismo em Portugal: 19-21, Peniche: Plano Geral da Península, Plano de Pormenor da Zona Centrícia, Plano Geral do Sítio dos Remédios*, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia, 1978;
- MONTEZ, Paulino, *O Prémio Valmor e a evolução da arquitectura*, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1984;
- PEREIRA, Margarida, *O processo de decisão na política urbana: o exemplo da costa do sol*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1994.

[3] BIBLIOGRAFIA

Alexander, C., 1965. The city is not a tree. *Architectural Forum*, Abril.

Coelho, H. M., 2010. *Portela um modelo na difusão da periferia: estudo do desenvolvimento da urbanização da Portela da autoria do arquitecto Fernando Silva*. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Domingues, A., 2001. *Dinâmicas e protagonismos urbanos*, in Domingues et al. (eds) *Cidade e culturas: Novas políticas, novas urbanidades*. Porto: Associação Portuguesa de Sociologia.

Félix, D. C., 2010. *Apartamentos para a Classe Média: A Habitação Colectiva de Fernando Silva*. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Ferreira, B. M., 2010. *[in]formar a Cidade Contemporânea: a criação de uma imagem/modelo de periferia com a obra do arquitecto Fernando Silva*. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Gonçalves, R., 1996. *Fernando Silva: Arquitectura desinteressante e repetitiva*. Documentos de Arquitectura.

Grande, N., 2002. *O verdadeiro mapa do Universo: Uma leitura diacrónica da cidade*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC.

Le Corbusier, 1998. *Por uma Arquitectura*. São Paulo: editora Perspectiva.

Monteiro, I., 2007. *A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da "geração esquecida"*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Pinto, P. T., (coord.), 2013. Paisagens Distantes: A CRIL uma Avenida Pós-moderna. *Revista Passagens*, Janeiro.

[4] ANEXOS

Anexo 1

Enunciado: Tema do ano

ARQUITECTURA OU REVOLUÇÃO – *Learning from the Sattellite.*

Os anos que se seguiram à Revolução dos Cravos (1974)¹, em Portugal, permitiram clarificar alguns princípios urbanísticos que vinham já sendo aplicados por necessidade de resolver o problema da carência de habitação nas cidades. Em alinhamento com o debate internacional, uma consciência sobre a importância de um planeamento regional esteve na origem, por exemplo, do Plano Director da Região de Lisboa, iniciado em 1961, justamente com o objectivo de disciplinar e corrigir equilibradamente os “efeitos urbanísticos da expansão desordenada dos subúrbios da Capital”². Uma visão macro permitiu trazer para o planeamento urbano a importância das infra-estruturas, dos impactos ambientais e dos zonamentos de maior, ou menor, aptidão construtiva.

As novas bolsas de construção possibilitaram o desencadear de urbanizações de grande dimensão, assentando em novas lógicas comunitárias que se experimentavam também à época. O pensamento comunitário emerge como tema central no debate arquitectónico, designadamente, desde o manifesto de Doorn, em 1954. A oportunidade de pensar novas formas urbanas de organização social, pressupunha uma ligação daquele momento com a ancestralidade dos assentamentos humanos. Aldo Van Eyck sugeria justamente este princípio genealógico, ao sustentar no seu discurso de 1959, em Otterlo, que “o tempo transporta o antigo para o novo, não através da linha historicista,

¹ Em Abril de 2014 serão completados 40 anos sobre a Revolução portuguesa de 1974. A partir dessa efeméride julga-se oportuno lançar um tema que possa envolver docentes e alunos nos eventos em preparação para o próximo ano civil;

² AZEVEDO, Mário “O Plano Director da Região de Lisboa”, in AA.VV. *Binário- revista mensal de arquitectura, construção e equipamento*, 108, Lisboa, Setembro de 1967 (pag. 117);

mas apelando à redescoberta dos princípios mais arcaicos da natureza humana". Estas formulações sedimentadas no seio do Team 10, surgem em linha com um debate, mais amplo, que envolveu à época vários sectores da sociedade e que assentavam na convicção de que um novo tempo abriria possibilidade para um novo modo de organizar as comunidades humanas. Neste processo ressaltam os estudos sobre o comportamento humano, os quais vieram a orientar novas possibilidades comunitárias, nomeadamente os de B. F. Skinner plasmados, por exemplo, em *Science and Human Behaviour*³ (de 1965), ou *Walden II* (1948), este último recuperado por Ricardo Bofill (n.1939) no conjunto de San Justo Desvern (1970).

Para o novo homem que emergia dos escombros da destruição da Guerra reclamava-se um território igualmente novo que pudesse funcionar em rede, como uma espécie de satélite de um sistema planetário complexo e poli-nuclear. De certa forma, este pensamento recupera as experiências soviéticas descritas por Manfredo Tafuri (1935-1994) para a "Nova Mocovo" em *La Sfera e il Labirinto*⁴, onde relata o protagonismo da disciplina de planeamento urbano como a outra face do processo vanguardista que se seguiu, na sequência da Revolução Bolchevique, à Guerra Civil Russa (1918-1921). O objectivo dos urbanistas soviéticos como Sakulin, Shestakov, ou Shchusev, passava por uma aplicação dos ideais defendidos pelos urbanistas do século XIX como Charles Fourier (1772-1837), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1863), Camilo Sitte (1843-1903), Ebenezer Howard (1850-1928), ou Patrick Gueddes (1854-1932). São estes mesmos personagens que vêm igualmente orientar os pressupostos de Le Corbusier, quando em 1923 incorpora em *Vers une Architecture*⁵ (1923), o desafio: "Arquitectura ou Revolução", expressão que serve ao arquitecto suíço para colocar a tónica na necessidade de recuperação do "equilíbrio rompido" entre as condições de vida das classes activas e as próprias cidades - Só uma nova estrutura urbana podia corresponder às exigências de salubridade e inovação que o acelerado processo moderno trazia associado. Os novos territórios periféricos representavam oportunidades de implantar novas tipologias urbanas e arquitectónicas que, contrastando com os densificados e insalubres núcleos urbanos tradicionais, correspondiam aos anseios de todos

³ SKINNER, B. F. *Science and Human Behavior*, The Free Press, Nova Iorque, 1965;

⁴ TAFURI, Manfredo - *The Sphere and the Labyrinth: Avant-Gardes and Architecture from Piranesi to the 70s*, MIT Press paperback edition, 1990, tradução do original *La Sfera e il Labirinto: Avanguardia e architettura da Piranesi agli anni 70*, de 1980;

⁵ LE CORBUSIER Por Uma Arquitectura, editora Perspectiva, São Paulo, 1998 tradução do *Vers un Architecture*, Collection L'Esprit Nouveau, 1923;

aqueles que depositavam na “casa” o alicerce primeiro da sua cidadania.

As urbanizações construídas no contexto das cidades satélite acabaram por funcionar como laboratórios de experimentação quer de novas tecnologias, quer de especulações sobre as relações entre as comunidades e o próprio espaço. O factor programático pôde também aproximar os arquitectos dos próprios promotores, tanto em investimentos oriundos do sector público como aqueles que resultaram do optimismo do sector privado. A revolução que Le Corbusier pretendia conter acabou por acontecer, não na expressão de uma revolta mas, na alteração dos modos de vida da maior parte dos agregados familiares, com a passagem da origem rural, para um universo urbano.

Actualmente no contexto português, aparentemente estão superadas as carências de habitação que se colocavam no limiar da década de 70, verificando-se uma homogeneização do território urbano que acabou por envolver as acções urbanas que no passado se encontravam isoladas, alterando as lógicas de relação entre centro e periferia pela absorção dos núcleos urbanos satélites num extenso manto urbano. Neste processo pragmático foi ficando menos intenso, no campo do urbanismo e da arquitectura, um discurso prospectivo sobre o futuro. O campo de acção e de debate passou a estabelecer-se mais num pressuposto regenerador, que num desígnio expansionista.

Le Corbusier terminou *Vers un Architecture* expressando que “podemos evitar a revolução”, no contexto actual fica no ar a pergunta se neste processo de continuidade valerá a pena conter o ímpeto revolucionário.



Fig. 1 Hans Hollein, Aircraft Carrier City in Landscape, 1964.

Lisboa, Julho de 2013

Paulo Tormenta Pinto

Anexo 2

Vertente projectual: enunciado do exercício de Arranque e Aquecimento

**ISCTE – IUL - Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado
Integrado em Arquitectura**

Projecto Final de Arquitectura 2013-14 / Exercício de Arranque e Aquecimento

Argumento: A Representação do Espaço no Tempo do *Space Shuttle* Columbia

O *space-shuttle* Columbia, fazendo parte de uma série de cinco vaivéns que a NASA produziu (Columbia, Challenger, Discovery, Atlantis e Endeavour), foi pioneira nas missões espaciais com naves reutilizáveis. Tendo efectuado missões a partir de 1981, viria a despenhar-se num acidente em 1 de Fevereiro de 2003. Nesse período, de cerca de duas décadas, assistiu-se a uma profunda alteração nas relações da humanidade com o território.

À medida que se foi ampliando a capacidade de observação do globo terrestre, através dos satélites colocados no espaço, também as relações globais se foram estreitando, aproximando todos os territórios terrestres. As comunicações entre os povos virtualizaram-se na complexidade das diversas redes que, numa dimensão planetária, acabaram por envolver o mundo. Este fenómeno provocou uma relativização das autenticidades culturais e uma metamorfose das relações humanas com o espaço.

A visualização da terra por satélite, ao mesmo tempo que potenciou fenómenos de globalização, veio tornar evidente as alterações eco-sistémicas, as quais, no contexto das grandes metrópoles, se verificam maioritariamente através da impermeabilização em grande escala do território, associada a um crescimento em massa da urbanização. Em paralelo com o impacto do frenesim da urbanização, começa a consolidar-se uma consciência sobre o desenvolvimento sustentável do planeta que no Rio de Janeiro, em 1992, com a Agenda 21, dá um passo decisivo que viria a sedimentar-se já no início do novo milénio, em 2002, na Cimeira da Terra de Joanesburgo.

Portugal, com pouca interveniência nas disputas espaciais, recebe por contágio, tal como a generalidade das nações, os efeitos avassaladores das alterações em curso neste “mundo novo”, ao mesmo tempo que desfruta do optimismo de um, ainda, frágil processo democrático na sequência de 25 de Abril de 1974. Foi no mandato governativo do advogado e jornalista Francisco Pinto Balsemão (no quadro do VII Governo Constitucional, da 3ª República Portuguesa), que o Columbia descolou do Kennedy Space Center em Cape Canaveral, Flórida.

No contexto Português são as cidades litorais que mais se alteram neste período. À cabeça, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto alastraram-se conurbando-se com aglomerados ou cidades de média dimensão, formando um contínuo urbano na franja atlântica. É este fenómeno de crescimento em “mancha de óleo” registado por Álvaro Domingues em *Cidade e Democracia, 30 anos de transformação urbana em Portugal*, que gera mudanças aceleradas na morfologia do território. O optimismo inicial associado às operações suburbanas é apanhado numa torrente avassaladora de crescimento, submetendo ao pragmatismo dos investimentos a qualidade dos projectos dos novos edifícios.

A importância dos lugares, e a sua genealogia em muitos casos foi superada pela implementação das novas tipologias urbanas associadas a projectos de edifícios pouco qualificados.

É com este argumento que procura estruturar-se o exercício de arranque de PFA 2013-14, enquadrando-o com a temática geral da unidade curricular expressa no texto: *Arquitectura ou Revolução – Learning from the satellite*. Para além de funcionar como experimentação prévia das temáticas em estudo, este exercício funcionará o como revisão sumária da formação adquirida nos 4 anos anteriores.

Metodologia e tarefas a desenvolver:

Os estudantes deverão constituir-se em grupos de 5 elementos, no seio de cada grupo deverá ser seleccionado um edifício de habitação colectiva cujas características apontem para uma obra pouco qualificada do ponto de vista arquitectónico, implantada nas áreas de expansão de Lisboa (no tempo do *Space Shuttle Columbia*).

O edifício seleccionado deverá ser devidamente enquadrado com a envolvente e com a época em que foi construído.

O exercício consiste em encontrar uma possibilidade de intervenção desse edifício, tendo por base um orçamento de 10.000,00 €.

Durante o processo de projecto cada grupo deverá ser capaz de realizar interpretações e leituras representativas do edifício (por ex. desenhos, fotos, maquetas de estudo), tendo como objectivo descortinar um nexu arquitectónico no edifício escolhido, o qual deve ser associado à intervenção a operar.

Como resposta ao exercício deverão ser produzidos 3 tipos de representação do projecto:

1. No contexto do grupo, deverá realizar-se uma apropriação do objecto escolhido e do discurso sobre ele produzido, realizando ligações a imagens (gráficas, literárias, fotográficas, cinematográficas, etc) produzidas por outros autores. Neste contexto o grupo deverá ser capaz de explicar de forma clara as ligações estabelecidas com um universo cultural, que apesar de externo, pressupõe quer sínteses, quer estímulos evocativos das opções arquitectónicas a empreender;
2. Desenhos e/ou fotomontagens manuais em formato A2 capazes de representar as opções de leitura e projecto;

3. Deverá ainda ser realizada uma maquete, cujo volume deverá ser aproximadamente 30 dm³ (0,30x0,30x0,30 m), realizada com o objectivo de fixar o entendimento discursivo em torno do edifício em estudo e das possibilidades de regeneração previstas – A escala do edifício fica inteiramente ao critério do grupo de trabalho;

Objectivos

- Ob1. Estimular uma aproximação ao tema geral de PFA 2013-14;
- Ob2. Estabelecer um reconhecimento discursivo entre docentes e discentes;
- Ob3. Debater processos de intervenção arquitectónico e urbano com base em condicionalismos pré-delineados;
- Ob4. Promover relações entre leituras macro e micro do território de intervenção, associando-as a processos de representação do espaço;

Elementos a entregar entregar:

Para além dos elementos dos elementos anteriormente designados deverá ser realizado um processo de plantas cortes e alçados à escala 1:100 (ou outra julgada mais conveniente) e um *book* de formato [A4] onde deverá incluir-se uma síntese do processo projectual

O *book* A4 deverá conter:

- a) O texto explicativo das opções tomadas do projecto - incluído explanação sobre os custos da intervenção;
- b) Fotografias e desenhos relativos ao edifício escolhido;
- c) Plantas, cortes e alçados, a escala conveniente da maquete – tratados graficamente para se inserem no design do *book* A4;
- d) Digitalizações e/ou fotografias dos elementos resultantes do processo de representação (imagem, desenhos e/ou fotomontagem e maquete)
- e) Deverá ainda ser reservada uma área do *book* A4 para a demonstração do processo de resposta ao exercício, em forma de *story board*. Para tal deverá utilizar-se o recurso fotográfico;

Apresentação

Digital tipo *Power-point*, com exibição dos elementos de representação e processo de plantas cortes e alçados em formato não superior a A1.

Calendário do Exercício

Início – dia 17 de Setembro / Entrega e apresentação – aula do dia 3 de Outubro

Anexo 3

Vertente projectual: enunciado do exercício anual (fase em grupo)

ISCTE – IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final de Arquitectura 2013-14 – Docentes: Paulo Tormenta Pinto e José Neves

ARQUITECTURA OU REVOLUÇÃO – *Learning from the Satellite*

Exercício Tema 1, Anual

A Arquitectura e a Cidade: *E se toda a zona central da Portela de Sacavém fosse destruída por uma catástrofe?*

A Urbanização da Portela (1965-1979), projecto do arquitecto Fernando Silva (1914-1983) e fruto de uma encomenda privada do empresário Manuel da Mota, foi construída numa das “portas” de acesso à capital, na Freguesia de Sacavém do Concelho de Loures, na proximidade do aeroporto que, na década de 40, fora construído segundo desenho de Keil do Amaral.

Apesar de alguns dos princípios do projecto da Urbanização da Portela não terem sido cumpridos na sua execução, verifica-se, na essência, a aplicação dos postulados da Carta de Atenas, resultante do CIAM de 1933. Na Portela, tal como nas cidades preconizadas pela Carta redigida por Le Corbusier a partir das discussões de muitos dos mestres do Movimento Moderno em cruzeiro pelo Mediterrâneo, os princípios urbanísticos são estratificados em torno de 4 funções: habitar, trabalhar, repousar e circular.

Nos terrenos das “Quintas da Vitória, Casquilho, Ferro, Carmo e Alegria (...), num total de 50 hectares, 4500 fogos e o respectivo equipamento urbano”¹, destinados à classe média/alta, os modelos tipológicos orientam a acção de Fernando Silva que define uma “tábua rasa” para sobre ela determinar um sistema pragmático que controla a totalidade da intervenção. Tal como na cidade idealizada pelo Movimento Moderno, a Urbanização da Portela concentra uma zona de trabalho e comércio, perfeitamente configurada por um conjunto edificado composto por uma base – um “disco” de piso único – e uma torre de escritórios² que se destaca volumetricamente do conjunto, assinalando o centro – geométrico e cívico – da Portela.

¹ FERREIRA, Bruno Macedo “Urbanização da Portela” em PINTO, Paulo Tormenta (coord.) *Passagens nº1 – Paisagens Distantes – A CRIL numa Avenida Pós-Moderna*, Caleidoscópio, 2013 (pág. 227-235)

² Torre que, apesar de tudo, integra uma percentagem importante de habitação.

À época da sua construção, a Portela de Sacavém funcionava inequivocamente como um núcleo urbano satélite, organizado em função de uma lógica de superação das insuficiências da cidade antiga para responder a certas aspirações da vida moderna. Na Portela, a pureza do ar, a envolvente verde, a generosidade das distâncias entre os edifícios, respeitando a chamada “lei dos 45°”³, das dimensões das vias e das casas permitiriam uma vida desafogada e livre das contradições a que, supostamente, a sedimentação das cidades tinha levado os seus centros históricos.

Além disso, esta situação de “descolamento urbano”, associada a idêntica “pureza” da linguagem dos vários edifícios isolados, paralelipédicos e caracterizados por faixas horizontais, afastava em certa medida possíveis afinidades genealógicas em relação à arquitectura existente em Lisboa – mesmo à sua arquitectura moderna –, ou no próprio país. A Portela, implantada num terreno praticamente plano, no cruzamento entre a auto-estrada, o aeroporto, o caminho de ferro e o Porto de Lisboa, desfrutava de uma situação perfeita para se enquadrar num sistema muito mais global.

Hoje, passados quase 50 anos sobre o Ante-Plano de Urbanização da Portela, verifica-se uma grande transformação: os territórios envolventes foram entretanto preenchidos. Não só a densificação de Sacavém ou a consolidação de Olivais Norte, mas sobretudo a urbanização dos terrenos onde seria construído o Parque das Nações, transformaram por completo a envolvente da Portela, provocando uma alteração profunda no modo como este aglomerado, pensado para 18.500 habitantes, se relaciona consigo próprio e com as áreas urbanas que a circundam. O alastramento em “mancha de óleo” dos núcleos urbanos da área metropolitana de Lisboa, aglutinaram a Urbanização da Portela no manto urbano contínuo, alterando as suas dimensões originais de isolamento e descontinuidade .

Este fenómeno, próprio do metropolitanismo, tem implicado uma alteração crescente da centralidade prevista no Plano de Urbanização da Portela. Para além de uma certa obsolescência dos modelos tipológicos do centro cívico, verifica-se que parte dos núcleos de permanência do espaço público alastraram, encontrando-se agora em zonas contíguas, tais como os parques infantis para Nascente, ou a Igreja e o supermercado para Sul, assistindo-se ao mesmo tempo uma tendência de conurbação com Moscavide e, por conseguinte, com a antiga Expo-98.

A. OBJECTIVOS

³ Referimo-nos ao Art. 59.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas: “A altura de qualquer edificação será fixada de forma que em todos os planos verticais perpendiculares à fachada nenhum dos seus elementos, com excepção de chaminés e acessórios decorativos, ultrapasse o limite definido pela linha recta a 45°, traçada em cada um desses planos a partir do alinhamento da edificação fronteira, definido pela intersecção do seu plano com o terreno exterior”.

De modo a sedimentar as experiências realizadas ao longo do curso, o objectivo principal dos trabalhos a desenvolver durante o ano, trata de avaliar criticamente os modelos subjacentes à arquitectura da cidade no final do século XX, pondo em relevo a tomada de uma posição ética no trabalho da arquitectura.

B. PROGRAMA E MÉTODO

O trabalho que se propõe aos alunos de PFA assenta num cenário que decorre de uma ficção que acelera subitamente um processo, de certo modo, em curso:

E se toda a área central da Portela de Sacavém fosse destruída por uma catástrofe?

Considerando-se assim a destruição irremediável, através de um grande incêndio e consequente derrocada, de um dos alicerces fundamentais da Urbanização da Portela, apesar de nunca ter sido edificado conforme o projecto original – não só o centro comercial e a torre, mas também as piscinas, as escolas e a igreja, da autoria do arquitecto Luíz Cunha, entretanto construídas – propõe-se o lançamento de um debate no contexto do colectivo da turma e, mais concretamente, dos grupos de trabalho, sobre a arquitectura da cidade, a pretexto do modelo subjacente a esta estrutura urbana.

Em certa medida invocam-se, com as devidas distâncias, pressupostos aproximados ao debate que há 25 anos, em 1988, se puseram com o incêndio do Chiado que atingiu uma das áreas chave e de maior concentração comercial da Baixa Pombalina.

Os estudantes deverão manter os grupos de 5 elementos, que começarão por desenvolver uma proposta colectiva para o projecto do novo centro cívico da Portela, do qual um conjunto de edifícios será desenvolvido individualmente por cada um dos elementos.

Deste modo o trabalho deverá ser realizado com base em 3 fases desenvolvidas, ora em grupo, ora individualmente:

1ª Fase (em grupo): O Território

Cada grupo deverá proceder à recolha de informação relativamente a alguns dos aspectos da área de intervenção, sempre em relação com as áreas envolventes, nomeadamente:

- Caracterização biofísica: topografia, estrutura de espaços verdes, orografia e sistemas de drenagem natural; geologia - hidrologia; orientação e exposição solar.
- Caracterização da mobilidade, potencialidades e estrangulamentos: acessos, rede viária, percursos pedonais, etc.
- Caracterização da estrutura edificada, da distribuição de funções e dos espaços públicos: tipologias de espaços públicos; estruturas urbanas de proximidade;

Edificado; estado de conservação; espaços vazios; espaços públicos; equipamentos públicos e privados, etc.

- Evolução e enquadramento histórico: processo de formação do tecido edificado através da recolha de plantas de várias épocas, consulta de monografias e descrições, bem como a circunscrição de exemplos nacionais e internacionais relevantes.
- Planos Urbanísticos condicionantes, PDM's; PP's.; Condicionantes Urbanísticas; Loteamentos; projectos mais relevantes para a área de intervenção.

Em paralelo com este trabalho de análise, os grupos deverão desenvolver uma proposta de intervenção com base nas áreas brutas edificadas correspondentes ao programa cujo suporte edificado existente *foi entretanto destruído*, respectivamente:

- Comércio: 7.638m² (não inclui espaços de serviço e arrumos)
- Escritórios: 7.050m²
- Habitação: 7.050m²
- Escola Básica: 3.263m²
- Estacionamento coberto: 2.800m²
- Escola Secundária: 2.626m²
- Piscina: 2.195m²
- Igreja: 2.100m²

Este programa deverá ser entretanto questionado e, se necessário, ajustado, tal como o modelo de cidade existente na Portela.

Os elementos a entregar serão os seguintes:

- Memória descritiva, referindo-se a todos os elementos relativos à análise crítica realizada, bem com à proposta;
- Implantação Geral e Maquete, à escala 1:000
- Plantas, Cortes e Alçados, à escala 1:500
- Perspectivas
- Desenhos de trabalho

Estes elementos deverão ser organizados clara e criteriosamente num caderno A4, ao alto, que corresponda a uma síntese tanto do resultado final como do processo de trabalho.

2ª e 3ª fases (individual) – O Edifício

Cada elemento do grupo deverá desenvolver, individualmente, o projecto para um conjunto edificado determinado entre a proposta global.

Ao longo do desenvolvimento individual dos diferentes conjuntos, o debate no contexto do grupo de trabalho prosseguirá, tendo em vista uma articulação constante entre as várias partes de todo e a consolidação do modelo urbano proposto inicialmente pelo grupo de trabalho.

Os enunciados respectivos serão distribuídos oportunamente no início de cada uma das fases.

C. PRAZOS⁴

1ª Fase: 10/10/13 – 19/11/13

2ª Fase: 05/12/13 – 18/03/14

3ª Fase: 25/03/14 – 15/05/17

Lisboa, 10 de Outubro de 2013

⁴ Os prazos poderão sofrer ligeiros ajustamentos, prevendo-se igualmente a existência de apreciações dos trabalhos em momentos intercalares às datas de entregas das várias fases. Tantos os eventuais ajustamentos como as apreciações intercalares serão marcadas no decurso do acompanhamento do trabalho.

Anexo 4

Vertente projectual: enunciado do exercício anual (fase individual)

ISCTE – IUL

Departamento de Arquitectura e Urbanismo – Mestrado Integrado em Arquitectura

Projecto Final de Arquitectura 2013-14 – Docentes: Paulo Tormenta Pinto e José Neves

ARQUITECTURA OU REVOLUÇÃO – *Learning from the Satellite*

Exercício Tema 1, Anual

A Arquitectura e a Cidade: *E se toda a zona central da Portela de Sacavém fosse destruída por uma catástrofe?*

Determinados os conjuntos edificados a projectar individualmente e definidos os programas respectivos, cada aluno deverá prosseguir o trabalho de acordo com as fases descritas a seguir. Após a conclusão destas fases individuais, deverá realizar-se a revisão final dos trabalhos de grupo.

A. OBJECTIVOS

Continuando a tomar como objectivo principal *a avaliação dos modelos subjacentes à arquitectura da cidade no final do século XX, pondo em relevo a tomada de uma posição ética no trabalho da arquitectura*, e de modo a *sedimentar as experiências realizadas ao longo do curso*, tal como definido no princípio do ano, o objectivo central dos trabalhos a desenvolver ao longo das fases seguintes, tratará de *reforçar e aprofundar a importância dos processos de projecto inerentes à prática e ao pensamento da arquitectura*.

B. PROGRAMA E MÉTODO

Adoptando em todos os momentos, os processos de tentativa e erro baseados nos modos e nos códigos do desenho arquitectónico, enquanto método de desenvolvimento do projecto, as aulas decorrerão com a apresentação sistemática dos trabalhos em curso, perante o colectivo da turma, permitindo a sua discussão e avaliação contínua.

O estado dos trabalhos a apresentar regularmente por cada aluno, deverá corresponder a um ponto de situação, incluindo, tanto quanto possível, os elementos em desenvolvimento que constituirão a apresentação final de cada fase. Respectivamente:

2ª Fase (estudo prévio), a entregar no dia 25 de Fevereiro

- Elementos de trabalho (desenhos, maquetas, textos, referências, outros);
- Memória Descritiva (uma folha A4);
- Planta de implantação e perfis à escala 1:500;
- Plantas, cortes e alçados à escala 1:500, da volumetria, elucidativos da organização e qualificação genérica dos diversos espaços e acessos (incluindo a indicação das áreas programáticas), da relação interior exterior e dos princípios da definição formal.
- Perspectivas elucidativas quanto à relação do conjunto com a envolvente;
- Maqueta do conjunto desenvolvido individualmente à escala 1:500;

3ª Fase (projecto base), a entregar no dia 1 de Abril

- Elementos de trabalho (desenhos, maquetas, textos, referências, outros);
- Memória Descritiva (uma folha A4);
- Planta de implantação e perfis à escala 1:200;
- Plantas, cortes, alçados à escala 1:100, elucidativos do aprofundamento da organização e qualificação dos diversos espaços e acessos, da relação interior exterior e da definição formal, indicando claramente os princípios, elementos e eixos estruturais.
- Maqueta do conjunto desenvolvido individualmente à escala 1:200;

4ª Fase (projecto detalhado), a entregar no dia 6 de Maio

- Elementos de trabalho (desenhos, maquetas, textos, referências, outros);
- Memória Descritiva (uma folha A4)
- Detalhes à escala 1:20, representando, de uma parte significativa do conjunto, a relação com o chão, a relação com o “céu”, uma parede exterior, uma esquina e um vão;

C. Formatos de Entrega

Para cada uma das fases de entrega deverá ser constituído por:

- a) Um caderno de formato A4 com a síntese do projecto em cada fase, compreendendo, entre outros elementos, a memória descritiva e fotografias de maquete;
- b) Compilação de desenhos (implantação, plantas, cortes e alçados) à escala indicada em cada fase de trabalho

D. PRAZOS

2ª Fase (estudo prévio): 25 de Fevereiro

3ª Fase (projecto base): 1 de Abril

4ª Fase (projecto detalhado): 6 de Maio

D. BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

COELHO, Hugo Rafael Morais. *Portela um modelo na difusão da periferia: estudo do desenvolvimento da urbanização da Portela da autoria do arquitecto Fernando Silva*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010.

DOMINGUES, Álvaro (coord.). *Cidade e Democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*. Lisboa : Argumentum, 2006. ISBN 972-8479-39-8 / 978-972-8479-39-8.

FERREIRA, Bruno Macedo. *Informar a Cidade Contemporânea: a criação de uma imagem/modelo de periferia com a obra do arquitecto Fernando Silva*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010.

FERREIRA, Bruno Macedo. *Optimist Suburbia: o início da Metrópole Contemporânea. Leitura crítica sobre a configuração urbano-arquitetónica da periferia norte da cidade de Lisboa*. In: Actas do 2º Congresso Internacional de Habitação no Espaço Lusófono, Lisboa, Março 2013. Lisboa : LNEC. no prelo.

GONÇALVES, Rogério. *Fernando Silva: Arquitectura Desinteressante e Repetitiva*. Documentos de Arquitectura. Fevereiro 1996, nº 1.

GRANDE, Nuno. *O verdadeiro mapa do Universo: Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*. Coimbra : Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 2002. ISBN 972-97383-7-8

MONTEIRO, Isabel. *A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-1983): um arquitecto da "geração esquecida"*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.

Anexo 5

Vertente teórica: Enunciado do Laboratório de Urbanismo

LABORATÓRIO DE URBANISMO 2013-2014****Objectivos do Laboratório de Urbanismo***

O laboratório de urbanismo pretende que os alunos adquiram e sedimentem um conjunto de aptidões inerentes ao complexo exercício da disciplina de urbanismo. Nesse sentido, o objectivo geral incidirá na **formação de capacidades de investigação**, onde será fomentada a pesquisa de fontes primárias e o contacto com o território através da observação directa com o espaço. Os objectivos específicos incidirão:

- (i) na **criação de metodologias de análise ao espaço público**;
- (ii) num **processo de análise** da forma urbana sobre cartografia e fotografia (antiga e actual);
- (iii) numa **avaliação qualitativa e quantitativa** do espaço público;
- (iv) numa **avaliação comparativa** do espaço público através de cartografia actual.

Enquadramento

A cadeira de Projecto Final de Arquitectura apresenta como tema geral **“Arquitectura ou Revolução – Learning from the Satellite”**. No texto introdutório desta unidade curricular destaca-se o facto da cidade do pós-guerra ser “revolucionária”, na medida em que exige um território novo que funcione em rede, alterando os modos de vida das famílias, fenómeno que se regista na passagem do mundo rural para o mundo urbano.

Em oposição às cidades do século XIX, acerca das quais Mumford evoca “non-plan of the non-city” (MUMFORD, 1946, pp. 183-190), o século XX elege um “l’esprit nouveaux” propagado num movimento internacional (através dos C.I.A.M.) que reproduz um modelo progressista fomentado sobretudo por arquitectos. Este modelo progressista incorpora um urbanismo caracterizado essencialmente por espaços abertos, rasgados por vazios e verdes como resposta às exigências de higiene, onde os conceitos chave são standardização, zonamento e abolição da rua.

Todavia os ideais modernistas nascem de obras bem diferentes como as de Fourier (1772-1837), Proudhon (1809-1863) e ainda Owen (1771-1858), Richardson (1828-1896) ou Cabet (1788-1856), que têm em “comum uma mesma concepção do homem e da razão, que subtende e determina suas propostas relativas à cidade” (CHOAY, 2007, p. 8) numa discussão sobre a estrutura e o sentido da relação social.

O texto de Projecto Final de Arquitectura pode levar a pensar **de que forma se fez a revolução do pós-guerra nas cidades? Como é que cresceu Lisboa na 2ª metade do século XX?**

Lisboa tal como outras capitais europeias resulta de um crescimento faseado marcado por acontecimentos vários. Um forte crescimento demográfico caracteriza esta cidade na 2ª metade do

século XIX e na 1ª metade do século XX. Sabe-se que entre 1852 e 1952 a cidade quadruplicou em termos populacionais e de 1900 a 1940 duplicou (DIAS, 1947, p. 648).

Em cada período histórico o avanço urbanístico na cidade de Lisboa foi de alguma forma comandado por homens de poder e grande iniciativa. Durante o estado novo, dominado pelo Eng.º Duarte Pacheco, que assumiu a presidência da Câmara Municipal de Lisboa, efectuou-se uma mudança profunda ao nível urbanístico com novos métodos para obtenção de terrenos. As expropriações levadas a cabo neste período possibilitaram uma reabilitação e desafogo financeiro à Câmara Municipal de Lisboa. À CML competia a tarefa de urbanizar e ao proprietário um papel passivo (CML, 1952; DIAS, 1947). Segundo texto da CML sabe-se que esta entidade tinha, com as directrizes de Duarte Pacheco, o poder para expropriar com grande liberdade e a possibilidade de o fazer de uma forma planeada¹.

Com o crescimento demográfico e a capacidade de expropriar a cidade, que se confrontava até então aos limites das Avenidas Novas e da Praça do Chile (à área interior da via de cintura, o caminho-de-ferro), começou-se a programar Lisboa em termos globais, à semelhança de outras capitais do século XX. Embora Lisboa não tenha sofrido efeitos directos da 2ª grande guerra, como as outras capitais europeias que tiveram que ser reconstruídas porque foram bombardeadas, podemos dizer que os novos modelos urbanístico experimentados nas cidades atacadas terão influenciado os urbanistas que contribuíram para a expansão de Lisboa no 3º quartel do século XX.

No final da década de 50 assiste-se à expansão da cidade através de operações urbanísticas de grande escala como Olivais e Chelas. Estes bairros materializam os princípios da cidade modernista, onde o território se evidencia pela inclusão pontual do edificado no espaço livre, fluido e verde.

Concluído o plano director da cidade, George Meyer-Heine (1959-1967) a planta da capital mostra a consolidação dos bairros de Alvalade e do Restelo, o princípio da edificação de Olivais Sul e Norte e ainda o território a poente da Avenida do Campo Grande. Não colocando em causa a qualidade urbanística e arquitectónica destas expansões, atribui-se a Alvalade uma continuidade com a cidade consolidada e critica-se negativamente os Olivais na conexão com a mesma.

Após uma postura visivelmente expansionista e cessada a carência habitacional, passamos a uma atitude de requalificação da cidade num processo reformador. Os núcleos urbanos periféricos são assimilados pela cidade que conhecemos e que teve início no plano de Étienne de Groër (1938-1948).

¹ "Para tal, e para que ficasse também assegurado ao Município um <controlo> absoluto sobre todo o desenvolvimento da cidade, resolveu-se como regra geral, que de futuro, a Câmara Municipal adquiriria ou expropriaria, antes de dar início à execução de qualquer plano, toda a área por este abrangida, por desenvolver ou valorizar e independentemente do seu destino posterior" (CML, 1952).

O Laboratório de urbanismo pretende criar metodologias de análise ao espaço público, tendo como estudo de caso a cidade de Lisboa, nomeadamente as intervenções urbanísticas realizadas após o plano de Étienne de Groër.

Tendo como mote o estudo da forma urbana, na óptica de ilustrar como se fez a cidade de Lisboa e com que rigor, cumpre definir que morfologias urbanas podem representar o universo de análise. Os alunos deverão identificar na planta de Lisboa as principais unidades morfológicas referentes a malhas urbanas posteriores a 1948 e reconhecer as componentes da forma urbana através da análise do espaço público (trabalho a desenvolver em grupo no 1º semestre).

Pretende-se desenvolver um método de leitura da forma urbana onde serão obtidas e avaliadas as características mais significativas da área urbana de Lisboa (circunscrita às intervenções urbanas subsequentes ao Plano Director de Urbanização e Expansão de Lisboa de 48), através da interpretação do espaço público. Para aferir o método procederemos ao estudo analítico e quantitativo das plantas de Lisboa. Na avaliação quantitativa dos espaços públicos será analisada a percentagem de áreas dos espaços públicos lineares e dos espaços públicos não lineares. Correspondendo os primeiros aos espaços de circulação, como ruas, travessas, etc; e os segundos aos espaços de estada, como largos, adros, praças, etc.. Ainda nesta avaliação, serão revistos conceitos como a permeabilidade, a conectividade, a transversalidade, a acessibilidade, a variedade e a legibilidade da estrutura do espaço público.

O estudo da cidade, através dos elementos que a compõem, clarifica e objectiva o seu entendimento. Ao analisar o espaço público numa dada área, é conveniente entender as percentagens destinadas a espaços de circulação e de permanência, bem como correlacioná-los com o desenho urbano e com a imagem social do espaço em estudo. Os espaços bem sucedidos têm certas características geométricas que devem ser seguidas na criação de novos espaços urbanos (SALINGAROS, 1999, p. 40). Assim, os resultados finais obtidos na leitura dos vários trabalhos teóricos dos alunos poderão servir de base para a construção de novos espaços e para a requalificação de antigos, sabendo nós que as próximas intervenções estabelecem-se mais num “pressuposto regenerador”.

Metodologia

Os métodos de ensino e actividades de aprendizagem no laboratório de urbanismo visam sobretudo uma exposição teórica sobre o tema específico deste. Neste sentido, serão ministradas aulas teóricas pelos docentes do Laboratório de Urbanismo e por individualidades exteriores ao Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo do ISCTE (convidados), relacionadas com as temáticas ligadas ao universo do urbanismo com o intuito de fomentar a reflexão e a discussão sobre as mesmas. O 1º e 2º semestres decorrem respectivamente em 12 aulas, com desenvolvimentos distintos.

No 1º semestre incentiva-se o trabalho de grupo. Cada grupo deve escolher um tema genérico e desenvolver um trabalho escrito que será apresentado na 12ª aula do 1º semestre. Pretende-se com

este trabalho que cada aluno amplie a capacidade de investigação e exposição oral (discurso adequado), com o objectivo de dar resposta ao projecto de investigação individual a desenvolver no 2º semestre. Em simultâneo, neste 1º semestre, o aluno deve pensar no tema específico que irá desenvolver posteriormente, apresentando o seu tema e discutindo os objectivos com o co-orientador. No 2º semestre dar-se-á início à dissertação/projecto individual e o aluno deverá apresentar na 1ª e 2ª aulas o título do projecto individual, assim como o programa de trabalhos que será criticado em grupo. No decorrer do 2º semestre será afinado o plano de trabalhos e será estruturada a pesquisa naquilo que se considera fundamental para o projecto de investigação individual (a “promessa” com a introdução ao tema e objectivos, o estado da arte, questões e hipóteses, metodologia para encontrar a validade da(s) hipótese(s) e resultados). Sendo que o trabalho final não deverá ter mais que 25 000 palavras (cerca de 35 páginas dactilografadas) não contabilizando os elementos gráficos.

No final de cada semestre, terão lugar aulas de apresentação pública do trabalho e crítica por parte dos docentes responsáveis pelo Laboratório em Urbanismo.

O apoio e esclarecimento de dúvidas aos alunos funcionará quer nos horários determinados para esse efeito (aulas e tutorias), quer através da página web do laboratório (plataforma de conteúdos: <https://e-learning.iscte-iul.pt>) e e-mails dos professores (mgts@iscte.pt; tmmm@iscte.pt; rui.ricardo@cm-lisboa.pt).

Referências

- CHOAY, Françoise – **O Urbanismo**. São Paulo, Editora Perspectiva S. A., 2007 (1ª edição 1965).
- DIAS, Jaime Lopes – Lisboa de Hoje. In (Gustavo Matos Sequeira) – **Lisboa, oito séculos de história**. Lisboa, CML, 1947. pp. 644-667.
- MUMFORD, Lewis – **The Culture of Cities**. London, Secker & Warburg, 1946 (1ª edição 1938).
- OLIVEIRA, Ricardo Girão – **Lisboa: sua evolução e desenvolvimento**. Lisboa, CML, 1952.
- SALINGAROS, Nikos A. – Urban space and its information field. **Journal of Urban Design**. Nº 4 (1999). pp. 29-49.

* Este documento encontra-se em aberto até à 1ª semana de Setembro, permitindo uma colaboração dos docentes responsáveis pelo Laboratório de Urbanismo.